

**As repercussões da crise do capital nas políticas
de saúde e as ações do Serviço Social na
efetivação de direitos
(VII CONASSS e X SIMPSSS - Volume I)**

Anais do evento

**®Universidade Estadual Paulista
São Paulo State University**

Reitor

Prof. Dr. Julio Cezar Durigan

Vice-Reitor

Prof^ª. Dr^ª. Marilza Vieira Cunha Rudge

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais–Campus de Franca

Diretor

Prof^ª. Dr^ª. Célia Maria David

Vice-Diretor

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Pereira da Silva

Endereço para correspondência :
Avenida Eufrásia Monteiro Petrágria, 900 – Jardim Petrágria CEP 14409-160–Franca –SP
Endereço eletrônico / e-mail–publica@franca.unesp.br

Diagramação

Murilo Celli (STAEPE–UNESP FRANCA)

Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde (7 : 2014 : São José dos Campos, SP)
As repercussões da crise do capital nas políticas de saúde e as ações do Serviço Social na efetivação de direitos : volume I / VII Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde, 9-11 de abril 2014, São José dos Campos, São Paulo, Brasil, X Simpósio de Serviço Social em Saúde, 9-11 de abril 2014, São José dos Campos, São Paulo, Brasil ; Edvânia Ângela de Souza Lourenço (Organizadora) . –Franca : UNESP-FCHS, 2016.
156 p.
ISBN: 978-85-7818-083-6
1. Serviço social – Políticas públicas. 2. Seguridade social – Brasil.
3. Serviço social – saúde – trabalhadores. I Simpósio de Serviço Social em Saúde (10 : 2014 : São José dos Campos, SP). II. Lourenço, Edvânia Ângela de Souza. III. Título
CDD – 361.61.

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social – Políticas públicas	361.61
2. Seguridade social – Brasil	362.10981
3. Serviço social – saúde – trabalhadores	362.8503
4. Serviço social com mulheres	362.83
5. Serviço social com idosos	362.6
6. Serviço social com crianças	362.7
7. Serviço social com a família	362.82

Edvânia Ângela de Souza Lourenço
(Organizadora)

**As repercussões da crise do capital nas políticas
de saúde e as ações do Serviço Social na
efetivação de direitos
(VII CONASSS e X SIMPSSS - Volume I)**

Anais do evento

UNESP 2016

Maria Odete Simão
Presidente do Congresso
Faculdade de Medicina de Botucatu–UNESP

Janete Aparecida de Lima
Vice-presidente
Hospital da Mulher – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher da UNICAMP

Maria Rita Fraga
Coordenador de Organização
Hospital das Clínicas–UNICAMP

Edvânia Ângela S. Lourenço
Coordenadora Científica
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca da Universidade Estadual Paulista

Marta C. C. Barbosa
Coordenadora de Finanças
Hospital das Clínicas–USP Ribeirão Preto

COMISSÃO ORGANIZADORA

Amabile Franceli Pagani Rodrigues
Arlete Camargo de Melo Salimene
Cristhiane Ferreira
Érica Maria Cazetta Chinellato
Heloisa Pereira Cassiano
Leni Peres Cirillo
Livia Ribeiro Santos de Souza
Magda Barbi Scavazzini
Maria Bernadete T. Piotto
Maria Heloisa R.R. Genghini
Maria T. Di S. Pandolfo Queiroga Ribeiro
Marli Ferreira Rocha
Priscila Sales Picoli
Rosangela Suarti Reis
Silvia G. Ridolfo Lucio
Silvia Luiz Antonio
Sueli Lisboa Homem
Valquiria de Souza Carvalho Campos
Vera Lúcia Frazão de Sousa
Walderez Pereira Alves
CONSELHO FISCAL
Maria T. Di Sessa Pandolfo Queiroga Ribeiro
Sônia Marli De Marchi Castro

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriana Mota Gusmão da Silva
Ariana Celis Leite
Bruna Cristina Scapim da Silva
Dalva Rossi
Daniella Tech Doreto
Edvania Ângela de Souza Lourenço
Elaine Fonseca Amaral da Silva
Elizete Wenzel Moreira
Fernanda da Silva Moura
Gabriela Pacheco Lopes
Juliana Azenha Martins
Juliana Cintra Freitas
Kátia Campos dos Anjos
Maria Cristina Ferri Santoro
Maria Rosa Barral Evangelista
Marina Gorete Pazetto de Menezes
Marli Elisa Nascimento Fernandes
Rogério Fonseca
Sandra Souza Funayma
Thais Peinado Berberian
Valdirene Carreira
Vera Lúcia Schwarz
Yolanda Braga Freston

PRESIDENTE DA COMISSÃO EDITORIAL CÂMPUS DE FRANCA

Profa. Dra. Célia Maria David

COMISSÃO EDITORIAL CÂMPUS DE FRANCA

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa
Profa. Dra. Analúcia Bueno R. Giomettri
Profa. Dra. Célia Maria David
Profa. Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira
Profa. Dra. Elisabete Maniglia
Profa. Dra. Helen Barbosa R. Engler
Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França
Prof. Dr. José Duarte Neto
Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira
Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges
Profa. Dra. Tânia da Costa Garcia
Profa. Dra. Valéria dos Santos Guimarães

APRESENTAÇÃO

O livro¹, “Anais do evento: *As repercussões da crise do capital nas políticas de saúde e as ações do Serviço Social na efetivação de direitos*”, ora disponibilizado, compõe-se de dois volumes, cujos capítulos se constituem dos textos completos apresentados no *VII Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde (VII CONASSS)* e *X Simpósio de Serviço Social em Saúde (X SIMPSSS)*.

Tomando como ponto de referencia o Sistema Único de Saúde (SUS) e a atuação profissional do Serviço Social na área da saúde, assistentes sociais das três universidades públicas do estado de São Paulo, especificamente, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Campinas (UNICAMP) vem organizando e realizando sistematicamente o CONASSS e o SIMPSSS.

Em 2014, no período de nove a onze de abril, foram realizados conjuntamente o VII CONASSS e X SIMPSSS, sob o título: “*As repercussões da crise do capital nas políticas de saúde e as ações do Serviço Social na efetivação de direitos*”, em São José dos Campos, sendo a coordenação geral aos cuidados da Profa. Dra. Odete Simão, assistente social da UNESP de Botucatu, e a comissão científica coordenada pela Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza Lourenço, da UNESP- Franca.

O VII CONASSS e X SIMPSSS ocorreram em um momento muito particular do cenário político brasileiro, pois, foi o ano em que o Brasil sediou o campeonato mundial de futebol. A dimensão cultural e esportiva do evento internacional controlado pela FIFA foi marcado por sucessivas manifestações denunciando os gastos exorbitantes do governo para a realização do evento, enquanto as políticas sociais públicas estavam em verdadeira situação de penumbra, entre elas a de saúde.

Iniquidades, desemprego, rebaixamento salarial, mercantilização da saúde e de outras áreas sociais constituem alguns dos principais determinantes sociais que influenciam diretamente a condição de saúde e a política de saúde. É preciso assinalar que as relações sociais instituídas pela sociedade são garantidoras de saúde ou, no seu oposto, destruidoras das condições físicas e emocionais dos seus indivíduos, das suas condições de reprodução social, como também da estruturação ou da desestruturação das políticas sociais.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi construído a partir da luta do movimento de Reforma Sanitária, como um projeto civilizatório que expunha a saúde como fruto das relações sociais, econômicas e políticas, articulado com a redemocratização do Estado. O projeto de Reforma Sanitária tocou em pontos fundamentais, tais como: a necessária compreensão da saúde a partir dos determinantes sociais; a universalidade do direito à saúde; a participação da comunidade e o controle social; a organização de um sistema de saúde regionalizado e hierarquizado. Ou seja, são questões fundamentais que estão presentes na estrutura do SUS e na perspectiva de Seguridade Social.

Contudo, os modelos de Seguridade Social têm sido fortemente atacados, sobretudo, após a crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos da América (EUA), mas que se espalhou pela América Latina e continente europeu, nesse último, onde havia ocorrido algumas experiências do *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, mas que a partir da

¹ A organização deste livro, volume I e volume II, contou com o apoio e trabalho inestimável de Murilo Celli, servidor técnico administrativo da Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (STAEPE) da UNESP, que não mediu esforços para que este projeto fosse viabilizado. Agradecemos também a Laura Jardim pela preciosa contribuição e atenção ao que se refere às questões técnicas de citações bibliográficas.

crise econômica vem sendo alvo de inúmeras reformas consideradas regressivas a medida que vem extinguindo direitos e cortando inúmeros investimentos e gastos públicos para o desenvolvimento das várias políticas sociais. No Brasil, além dos cortes dos benefícios previdenciários e trabalhistas, tem ocorrido o repasse da gestão para a iniciativa privada, por exemplo, as parcerias público-privadas, significando um verdadeiro desmonte do Sistema Único de Saúde protagonizado pelo Movimento de Reforma Sanitária.

A área da saúde apresenta inúmeras complexidades além do necessário debate permanente acerca da precisão e consistência teóricas quanto a concepção de saúde e de direito social. A área da saúde se destaca como um campo de direito e de trabalho que merece ser analisada com mais atenção e profundidade. Neste contexto, sublinha-se o papel desempenhado pelo *VII CONASSS* e *X SIMPSSS* para a categoria profissional de Serviço Social, os quais se tornaram importante locus de reunião de profissionais de várias partes do Brasil e respectivo debate acerca do SUS.

A saúde deve ser analisada a partir da determinação social do processo saúde-doença e como uma política social pública de responsabilidade do Estado, mas com ampla participação da sociedade. Dessa forma, o *O VII CONASSS* e *X SIMPSSS* buscou tratar nas suas várias mesas, minicursos, e demais palestras e conferências as repercussões da crise do capital para as políticas de saúde e os reflexos para as ações do Serviço Social.

O *VII CONASSS* e *X SIMPSSS* receberam 368 trabalhos nas categorias Resumos e Textos Completos, esses últimos, após aprovados foram apresentados durante o Congresso, em 11 Mesas Coordenadas, posteriormente, passaram por nova seleção para a organização deste livro, que, agora, é disponibilizados ao público na forma de livro.

Devido a grande quantidade de trabalhos o livro está organizado em dois volumes (Volume I e Volume II). A apresentação dos trabalhos, durante o evento, foi organizada conforme os seis eixos temáticos estipulados nas normas do *VII CONASSS* e *X SIMPSSS*, portanto, o livro também segue a organização dos textos a partir dos eixos outrora definidos, sendo que o Volume I compõe-se de dois eixos, especificamente 1) Mundo do Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social e 2) Crise do Estado, Políticas Públicas e Seguridade Social.

Assim, a primeira parte deste livro se dedica a discussão do mundo do trabalho e a sua relação com a saúde. São sete capítulos, entre os quais comparecem os assuntos: agroindústria canavieira e saúde do trabalhador; questão agrária e neoliberalismo na Colômbia; saúde da mulher, sindicalismo e serviço social e trabalho. Já a segunda parte do livro se volta para a reflexão acerca do papel do Estado na política de saúde, em seis capítulos, apresenta rica discussão da contrarreforma do Estado e o uso dos modelos privatizantes para a gestão da saúde; o neoliberalismo na Colômbia; o Benefício de Prestação Continuada (BPC); a política de proteção à população em situação de rua, a garantia de tratamento e direitos de cidadania aos doentes mentais.

Por fim, destaca-se a importância deste livro por congrega o trabalho de assistentes sociais que atuam na área da saúde, nos mais variados serviços, bem como por reforçar o esforço da equipe de organizadores e da comissão científica que sistematicamente se reúnem para organizar o *CONASSS* e o *SIMPSSS*, se propondo ao debate da política de saúde e da atuação do Serviço Social, cujo intuito é a defesa do sistema único de saúde público, 100% estatal e de qualidade.

Verão de 2015.

Edvânia Ângela de Souza Lourenço
Coordenadora da Comissão Científica do *O VII CONASSS* e *X SIMPSSS*

SUMÁRIO
EIXO I
MUNDO DO TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: UM OLHAR PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR Edvânia Ângela de Souza Lourenço	11
OS ACIDENTES DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA DOS TRABALHADORES: O QUE REVELAM OS DADOS DA PESQUISA REALIZADA JUNTO AO SETOR SUCRO ALCOOLEIRO DA REGIÃO DE FRANCA, SP. Raquel Santos Sant’Ana; Fernanda Dalavale Tozatto; Leticia Gomes; Micaela Martinho de Oliveira; Valdirene Viviane do Nascimento.....	27
MODERNIZAÇÃO PERVERSA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA PROIBIÇÃO GRADATIVA DA QUEIMA DA CANA-DE-AÇÚCAR: DIFERENÇAS E CONVERGÊNCIA ENTRE MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DA CANA E ELIMINAÇÃO DA QUEIMA José Roberto Porto de Andrade Júnior; Elisabete Maniglia.....	35
LO RURAL EN COLOMBIA: UNA APROXIMACIÓN DESDE EL TERRITORIO Y EL ESTADO NEOLIBERAL, Y ¿LOS RETOS DEL TRABAJO SOCIAL? Wilber Jhondany Jojoa Andrade	49
COISAS DE MULHER? A DUPLA JORNADA DE TRABALHO E A SAÚDE FEMININA Luciana Ribeiro Paneghini.....	59
CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA: CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL Adriana Davoli Arizono; Grazielle Maria Riberio de Souza	71
INTERVENÇÃO SINDICAL: O SINDICATO DOS METALÚRGICOS E A LUTA PELA GARANTIA DOS EMPREGOS DOS TRABALHADORES Angela Michele Suave; Livia Maria Chaves	79

EIXO II
CRISE DO ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE EM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Gislaine dos Santos Silva.....95

NEOLIBERALISMO Y SU RELACIÓN CON EL TRABAJO SOCIAL EN COLOMBIA: ESTUDIO DE CASO MALLA CURRICULAR 447 UNIVERSIDAD DE CALDAS Y LAS DIRECTRICES INTENCIONADAS A PROPÓSITO DEL AUGE TRANSNACIONAL

Wilber Jhondany Jojoa Andrade; Carlos Benito Lasso Urbano..... 105

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS COM ENFOQUE NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Gabriela Abrahão Masson..... 119

REFLEXÕES SOBRE O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E O SERVIÇO SOCIAL NO INSS

Roberta Stopa..... 131

(IN)VISIBILIDADE E NEGAÇÃO DE DIREITOS NO ATENDIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO EGRESSO PRISIONAL EM SITUAÇÃO DE RUA

Bruno Jaar Karam 137

“EU ERA UM FULANO DE TAL...”: O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À BUSCA DA CIDADANIA CIVIL DE PACIENTES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL ASSISTIDA DO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA (CAIS-SR)

Maria Luisa da Costa Fogari..... 145

EIXO I
Mundo do Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: UM OLHAR PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR

Edvânia Ângela de Souza Lourenço*

RESUMO: Este texto¹ discute alguns aspectos da relação trabalho e saúde na agroindústria canavieira, a partir de entrevistas realizadas com trabalhadores da saúde, com representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e do setor e, ainda, estudos das notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores. A partir desta análise discute-se as dificuldades para a notificação dos agravos relacionados ao trabalho ocorridos na agroindústria canavieira.

Palavras-chave: Saúde Pública. Saúde do Trabalhador. Vigilância em Saúde. Notificação Compulsória. Trabalho Rural.

ABSTRACT: This text² discusses some aspects of the relation between work and health in sugarcane industry, from interviews with health workers of the referred sector, with representatives of the Labor Union and, also, studies of the notifications of health damages to workers. From this analysis, the difficulties in notifying the damages related to the labor in sugarcane agro-industry are discussed.

Keywords: Public Health. Occupational Health. Health surveillance. Notification of damages. Rural labor.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a expansão da agroindústria canavieira no Brasil, seguindo as diretrizes da produção de um combustível renovável e “limpo”, acelerou, no âmbito rural, as exigências da acumulação capitalista, determinando o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição do tempo necessário para a produção. Acompanha este processo a expansão da cana de açúcar para novas regiões, até então sem tradição com o cultivo e ou produção industrial da cana de açúcar. Além disso, foram introduzidos novos incrementos tecnológicos e de gestão do trabalho associados à terceirização de fases importantes da produção, o que tem se materializado em desemprego no campo.

O reordenamento do capital conformado a um determinado modelo de Estado tem estimulado e permitido que o capital internacional entranhe, cada vez mais, nas terras brasileiras, que na forma de grupos econômicos ou multinacionais, assume as funções relacionadas ao uso da terra e a sua respectiva produção, validada, pelo processo de acumulação – lucro. Por

* Assistente Social e Profa. Dra. do Departamento e Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS -UNESP- Franca/SP. É pesquisadora do Grupo de estudos e pesquisas Teoria Social de Marx e Serviço Social, responsável pela linha de pesquisa: Mundo do Trabalho: Serviço Social e Saúde do Trabalhador – GEMTSSS-UNESP-Franca/SP.

¹ Este texto discute os dados parciais do projeto de pesquisa “*Processo de trabalho e saúde na agroindústria canavieira: os desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) e sindicatos dos trabalhadores*” Esta pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq, conforme processo 401159/2010/8 e também foi aprovado pelo Comitê de Ética da Unesp-Franca. Registra-se também a participação parcial de pesquisadores da UNESP-Franca em algumas fases deste projeto (LOURENÇO, 2013a).

² This text discusses the partial data of the research project “*Health and work process in sugarcane industry: the challenges for the Unified Health System (UHS) and Labor Unions*”. This research had CNPq financial support, according to the process 401159/2010/8 and was also approved by the Ethics Committee of Unesp-Franca. Partial participation of UNESP-Franca researchers in some phases of this project is here stated (LOURENÇO, 2013a).

trás deste modelo de desenvolvimento se esconde as precárias condições de vida e saúde dos trabalhadores (LOURENÇO, CARMO, 2011; LOURENÇO, 2013a).

O processo não é novo, haja vista que a produção da cana de açúcar e o respectivo açúcar compõem o cenário econômico brasileiro desde os seus primórdios, quando os portugueses determinaram o padrão de desenvolvimento e civilização do Brasil – Colônia, marcadamente, segundo Fernandes (1975), por meio de um modelo econômico que drenava as riquezas do país para servir aos interesses do comércio internacional, sobretudo europeu. Pau-brasil, cana de açúcar, ouro, café, borracha, compuseram a economia agroexportadora brasileira, marcada por ciclos econômicos, trabalho escravo, superexploração do trabalho e migração da zona rural para a urbana, sem nenhum planejamento.

Fernandes (1975) explica que ainda que tenha ocorrido a formação do Estado nacional, a independência político-administrativa em relação à coroa tinha como foco proteger a renda dos senhores rurais, o que fez com que os privilégios econômicos de poucas famílias se mantivessem em detrimento dos interesses da Nação.

De lá para cá, a cana de açúcar, entre altos e baixos, se manteve presente na agricultura brasileira sob as características analisadas por Fernandes (1975), especialmente, por meio da concentração de terras sob o domínio de poucos proprietários e, ainda, a partir da monocultura e da exploração do trabalho.

A cana de açúcar ganha espaço no planejamento estatal, no século XX, já sob os ardis da República (SZMRECSÁNYI, 1976). Após a grave crise econômica de âmbito mundial, de 1929, o Estado assumiu o papel de interventor da economia controlando a produção canavieira, inclusive por meio de cotas e estímulo ao desenvolvimento do setor. A institucionalização desta política pode ser vista na criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA)³, em 1933, precedida pela Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), em 1931.

Já no contexto da crise econômica que rompeu com os “30 anos gloriosos do capitalismo”, em 1970, também de alcance mundial⁴, – sérias medidas para recuperar o ciclo produtivo e de acumulação são interpostas pelo capital articulado ao Estado. Essas medidas atuaram fortemente no contexto da organização do trabalho, cujo padrão que se assentava no binômio fordismo-taylorismo, passou a ser mesclado e, em certa medida, substituído pelo modelo japonês toyotista (ALVES, 2007). Estado e Capital rompendo as possíveis amarras da invisibilidade dessa fecunda relação deram as mãos em defesa do processo de acumulação e não tardaram em reformar as leis trabalhistas, jogando, por terra, as teses defendidas no período anterior, sobretudo, no pós Segunda Guerra Mundial, que garantiam políticas sociais mais abrangentes e assentadas no trabalho formal.

Diante de um contexto de crise econômica e do petróleo, no início dos anos de 1970, a agroindústria canavieira foi avaliada como de baixa produtividade e de capacidade ociosa. Desse modo, segundo Alves (1991), este setor recebeu do Estado o apoio e o subsídio financeiro necessário para a sua reestruturação, sendo considerado um dos profícuos meios de desenvolvimento econômico do país.

A criação do Programa do Alcool – PROALCOOL – fortaleceu a produção de álcool combustível a partir da cana de açúcar, quando o Estado financiou a ampliação das usinas e a construção das destilarias anexas e autônomas, destinando altas quantias de subsídios financeiros a juros baixos, que privilegiaram os grandes produtores em detrimento dos pequenos e que, em

³ O IAA foi extinto no início da década de 1990.

⁴ Meszáros (2002) explicita que o sistema capitalista já traz engendrado em si, a crise econômica. Portanto, as crises vivenciadas fazem parte do seu modo de ser, ou seja, é imanente a este modo de produção.

parte, não retornaram aos cofres públicos (ALVES, 1991; SILVA, 1999; THOMAZ JR, 2002). As oligarquias regionais na correlação de forças no âmbito nacional corroboraram para que o estado de São Paulo recebesse os investimentos necessários para assumir os maiores índices da produção canavieira, historicamente ocupados pelos estados nordestinos, portanto, desde então, o Centro Sul, assume o *ranking* da produção nacional canavieira (THOMAZ JR, 2002). Isso, destaca Thomaz Jr. (2002), fez com que o estado de São Paulo passasse a ser o responsável por mais da metade do açúcar exportado, até então a cargo dos estados N/NE. Tal feito se mantém na atualidade, uma vez que o estado de São Paulo é responsável por mais de 50% da produção da cana de açúcar.

O desenvolvimento da agroindústria canavieira conta também com a criação de instituições públicas para os estudos e as pesquisas acerca da gramínea, visando obter maior aproveitamento da sacarose da cana e a utilização da palha e do bagaço para a confecção de novos produtos e, ainda, de biotecnologia para se obter energia a partir da biomassa. Assim, houve a criação de linhas de créditos específicas para o setor, garantindo a expansão e a “modernização” deste complexo setor da economia nacional (THOMAZ JR, 2002).

A “modernização” da agricultura, como já vem sendo debatido por vários estudiosos⁵, decorre do modelo agrícola assentado nas bases técnicas modernas, mas solidificado na exploração do trabalho e no uso dos recursos públicos para subsidiar poucos proprietários, não por acaso os mais bem aquinhoados. A expansão da agroindústria canavieira ocorreu mediada pelos interesses dos grandes produtores que passaram a ocupar cargos públicos, inclusive legislando (diga-se de passagem, em prol da causa própria), assim, os interesses deste setor organicamente vinculado ao Estado manteve problemas clássicos como a monocultura, a concentração de terras produtivas nas mãos de poucos e a exploração do trabalho (THOMAZ Jr., 2002; IAMAMOTO, 2001). Trata-se de um modelo de agricultura de grande extensão voltado para um único produto, e destinado, preferencialmente, ao mercado externo.

Na atualidade, há um consenso social em torno da produção do combustível e do açúcar à base da cana, uma vez que este setor da agroindústria é visto como dinamizador da economia, à medida que congrega um complexo setor que vai desde o ramo químico com o desenvolvimento de venenos para combater as pragas; biotecnológico, pois, entre outros, desenvolve uma série de estudos e pesquisas para obter uma espécie de cana mais resistente e mais rica em sacarose; mecânico metalúrgico e até automobilístico, com o desenvolvimento de motores automotivos capazes de serem movidos a álcool (THOMAZ Jr., 2002).

Ocorreu a expansão dos carros a motor do tipo “flexfuel”, que podem ser abastecidos tanto com etanol quanto com gasolina. Mas o principal agente sedutor que elevou a venda de automóveis do tipo “flexfuel”, no Brasil, em torno de 90% para as aquisições de carros novos, foi o valor do etanol, situado, a princípio, como bem abaixo do preço da gasolina. Portanto, o consumo de carros a álcool está dependente do valor desse combustível, que tem sofrido fortes oscilações, sobretudo, quando os usineiros, por razões econômicas, preferem produzir mais açúcar em decorrência do valor exportado, criando a escassez de álcool, cujo consumo tende a cair, já que o seu valor deixa de compensar.

Alves (1991), como já citado por Fernandes e Lourenço (2010), ao comentar a crise da produção do álcool, em fins dos anos de 1980, quando crescia a produção de carros a álcool refere que essa crise revela o que o ufanismo do combustível renovável e nacional não trazia a superfície do Proálcool, o qual “[...] antes de ser uma alternativa à crise do petróleo foi a forma encontrada pelo Estado-privatizado para auxiliar economicamente um setor capitalista, os

⁵ Ver, entre outros, Alves (1991, 2006); Silva (1999); Thomaz Jr (2002); Scopinho (1995); Iamamoto (2001).

usineiros, detentores de elevado poder político”. Thomaz Jr. (2002) mostra que, diferentemente, da fase inicial do Proálcool, os produtores desviaram o caldo para a produção do açúcar. “Ou seja, de acordo com a lucratividade esperada/almejada, os empresários dirigem o fluxo do processo para as dornas de destilação do álcool ou para o açúcar” (THOMAZ, Jr. 2002, p. 99).

A crise do setor baseado nas exportações de açúcar, marcada pela forte imposição do bloqueio econômico a Cuba perpetrado pelos Estados Unidos da América, elevou as possibilidades de o Brasil subir no *ranking* exportador, Cuba, até então, era o maior produtor mundial deste produto. Deste período, emerge o Proálcool, que visava modernizar as usinas existentes e criar novas com a capacidade de produzir também o combustível renovável a partir da cana de açúcar. Contudo, em meados dos anos de 1980, a alta nos preços, faz as atenções se voltarem novamente ao açúcar (THOMAZ JR., 2002). A insaciável busca pela acumulação convalida a produção do açúcar e coloca em segundo plano a proposta do combustível renovável e ecologicamente correto. É como se o ideal se findasse com as benesses institucionais e financeiras do Estado ao setor.

No alvorecer do novo século, o álcool combustível vai, gradualmente, ganhando destaque nas negociações do Estado e dos investidores. O marco, talvez, possa ser indicado pela visita do então Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), George W. Bush, em 2007, quando houve um realce para a figura dos usineiros, como um personagem heroico, título dado pelo Presidente brasileiro, na época, Luiz Inácio Lula da Silva e, no âmbito interno, além da propaganda do álcool combustível (renovável) o governo subiu o percentual do acréscimo do álcool anidro na gasolina, passando dos 23% para 25%, o que por si só, já representou um aumento no consumo do álcool combustível no mercado interno (ÚNICA, 2011).

A cana de açúcar foi inserida no padrão dominante da economia, tornou-se *comoditty* e as empresas brasileiras, para competir no padrão internacional, abriram-se para os investimentos externos, cujas vendas para as transnacionais ocorreram com o apoio do governo e subsídio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Daí que o combustível renovável, criado para dar autonomia energética ao Brasil, ficou, no início deste século (XXI), dependente do capital financeiro mundial (LOURENÇO, 2013b).

É com esse histórico que o setor canavieiro ganha projeções de carro chefe da agroindústria, sendo que, no estado de São Paulo, a região de Ribeirão Preto, beneficiada com o Proálcool, se destaca, a partir da década de 1980. Alves (1991) explicita que não se tratou apenas de ampliar as unidades produtivas, mas de, sobretudo, incrementar a técnica para o aumento da produtividade. Assim, a expansão da agroindústria canavieira, não se prendeu aos limites daquela circunscrição administrativa, mas avançou para a vizinhança, como é o caso da região de Franca.

Desse modo, a partir do resgate histórico do setor agroindustrial canavieiro, discute-se, neste texto, alguns aspectos da problemática trabalho e saúde e indica alguns mecanismos que têm dificultado a notificação dos agravos à saúde dos trabalhadores do referido setor. Para tanto são utilizados os dados parciais do Projeto de Pesquisa “*Processo de trabalho e saúde na agroindústria canavieira: os desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) e sindicatos dos trabalhadores*” (LOURENÇO, 2013a). Apesar da extensa gama de informações coletadas para a referida pesquisa, para este texto limita-se a alguns elementos da notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores registradas pelos serviços de saúde dos vários municípios que congregam a região de Franca, bem como aquelas que foram encaminhadas ao Centro de

Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST, regional Franca), à Direção Regional de Saúde (DRS) e ao Grupo de Vigilância em Saúde (GVS), considerando o período de 2005 a 2010⁶.

Obteve-se o total de 2.798 notificações de agravos à saúde dos trabalhadores ocorridas no setor agroindustrial canavieiro, considerando o período de 2005 a 2010. A partir destes documentos buscou-se identificar os principais agravos à saúde dos trabalhadores e o modo como ocorreram. Para a coleta dos dados houve apoio parcial de alguns alunos da UNESP, que auxiliaram na coleta dos dados (apenas em relação aos documentos dos dois últimos anos do estudo -2009 e 2010), sendo que os demais foram feitos pela autora (LOURENÇO, 2013a). A coleta de dados foi feita manualmente e, após, foi digitada em programa do Excel⁷, posteriormente, analisada.

Neste momento, optou-se por não discutir os dados dos agravos à saúde dos trabalhadores, mas evidenciar as dificuldades inerentes à notificação dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho, aqui denominado de agravos à saúde dos trabalhadores⁸.

DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CORTE DE CANA AO DESEMPREGO

Em essência o corte manual de cana de açúcar vem sendo marcado pela intensidade do trabalho. Neste sentido, o pagamento por produção é uma importante estratégia para aumentar a produtividade sem que com isso haja aumento da força de trabalho contratada e tampouco o estabelecimento de melhores salários. Esta forma de remunerar a força de trabalho significa também maior controle dos trabalhadores e acaba sendo ainda mais cruel, porque se utiliza de novos mecanismos de gestão, os quais criam o consentimento da intensificação do trabalho pelos próprios sujeitos.

A partir da década de 1990 houve um grande aumento da produtividade do trabalho. Para garantir seus empregos, os cortadores de cana precisavam cortar no mínimo 10 toneladas de cana por dia, aumentando a média de cana cortada para 12 toneladas por dia; portanto a produtividade média cresceu 100%, passou de 6 toneladas/homem/dia, na década de 1980, a 12 toneladas de cana por dia, na década de 1990 (Alves e col, 2003, apud ALVES, 2006, online).

Para executar esta atividade, o trabalhador deve abraçar um monte de cana (de 03 a 05 ou mais touceiras) e cortá-lo, o mais próximo possível do solo, preservando a raiz, sendo

⁶ Destaca-se que para obter a autorização para esta pesquisa, sobretudo, para acessar os dados referentes à notificação dos agravos à saúde dos trabalhadores da agroindústria canavieira, foram necessários inúmeros contatos, visitas e reuniões com gestores da saúde e ou respectivo representante nos vários municípios que congregam a região de Franca e nos órgãos responsáveis pelas ações de Saúde do Trabalhador, inclusive em São Paulo. Ou seja, o apoio do CEREST-regional Franca, do GVS e da DRS foi condicionado a autorização do Centro de Vigilância em Saúde (GVS), localizado em São Paulo. Para tanto, apresentou-se o referido Projeto de Pesquisa em reunião com a Diretora de Saúde do Trabalhador – CVS/ST- Simone Alves, em São Paulo. Assim, conseguir acessar os dados dos agravos à saúde dos trabalhadores foi praticamente uma tarefa hercúlea, só possibilitada devido ao apoio dos trabalhadores da saúde dos municípios em foco.

⁷ Registra-se um agradecimento especial a Leandro Carloni pelo trabalho de montar as tabelas no Programa Excel, aos alunos envolvidos, as Profas. Dras. Raquel Santos Sant' Ana e Onilda Alves do Carmo pelo apoio e participação parcial neste Projeto. Agradeço especialmente aos trabalhadores e demais entrevistados que confirmam no nosso trabalho possibilitando a sua efetivação.

⁸ Considera-se o termo Agravos à Saúde dos Trabalhadores mais amplo a medida que congrega tanto os acidentes quanto as doenças relacionadas ao trabalho (LOURENÇO, 2009).

necessário golpes de facão afiado, que não se faz sem flexionar o corpo; a cana cortada deve ser jogada em montes ou leiras, na terceira rua, das cinco que são cortadas concomitantes, a disposição da cana não deve ser de qualquer jeito, devido a posterior retirada com guinchos; a ponteira da cana é retirada com golpes de facão após o enleiramento (ALVES, 2006, *online*), as ponteiras também podem ser cortadas concomitantes ao corte da cana, assim, ao cortar a touceira de cana, o trabalhador já corta também as ponteiras, o que foi referido pelos trabalhadores entrevistados como mais trabalhoso, a medida que abraçar as touceiras e cortar as ponteiras ainda no ar, ou seja, antes de depositá-las no chão em montes, “bandeiras” ou em leiras exige maior esforço (LOURENÇO, 2013a).

O esforço do trabalhador pode aumentar em decorrência do tipo de cana a ser cortada e da temperatura térmica do ambiente. Importante estudo de Laat et al (2012, *online*), ao acompanhar o trabalho do corte manual da cana, indica que: “Para a jornada diária de 8 horas, estimou-se que o trabalhador realizou 3.994 flexões de coluna e 3.792 golpes de podão”, o que associado aos outros fatores do processo de trabalho sobrecarrega o coração: “O grupo como um todo ficou com uma média de carga cardiovascular de 40,70%, ultrapassando o limite desejável para saúde”.

Acompanha a intensidade do trabalho o pagamento por produção, cujo descompasso, no cotidiano dos cortadores, é cortar a cana em metros e receber em toneladas. Alves (1991) já indicou que a conversão do metro para tonelada, como é feita no corte da cana, é um modo de explorar ainda mais os trabalhadores, porque além de eles receberem por produção, o que por si só já implica na intensificação do trabalho; a conversão do metro em toneladas dificulta a compreensão do total de cana cortada e, portanto, do real valor do seu trabalho.

Para Alves (2006, p. 92), conforme citado por Fernandes e Lourenço (2010), o pagamento por metro de cana cortada seria mais justo, à medida que ofereceria maior controle dos trabalhadores sobre o total produzido “[...] porque o metro é possível de ser aferido por qualquer um. Qualquer pessoa tem noção de distância e pode, utilizando-se de suas pernas e braços, medir”. Mas, para obter o controle, os capitalistas usam do pagamento por peso que é mais complicado e exige “uma balança bem aferida para que não haja grandes variações na quantidade. Como são grandes quantidades de cana “são necessárias balanças grandes” (ALVES, 2006, *idem*), isso acaba determinando que a pesagem seja feita por meio do “deslocamento da carga a ser pesada até a balança, que está localizada na usina” (*idem*). Tal fato acaba inviabilizando o acompanhamento da pesagem pelos trabalhadores ou por não poderem se ausentar do trabalho, uma vez que recebem por produção; ou por medo de ficarem mal vistos e perderem o emprego.

A partir da visibilidade do movimento dos trabalhadores do corte de cana, proporcionada pela histórica greve de Guariba, nos anos de 1980, Alves (2006) explica que o Acordo Coletivo dos cortadores de cana de 1986, prevê a participação dos trabalhadores no processo que faz a conversão das canas cortadas em metros para toneladas nas seguintes etapas: i) escolha dos três pontos representativos da cana do talhão; ii) medição em metros da cana carregada pelo campeão [caminhão]; iii) fiscalização da pesagem da cana na usina e iv) participação no cálculo de conversão da tonelada (ALVES, 2006, *online*).

Entretanto, como já citado por Fernandes e Lourenço (2010), o fato de os trabalhadores serem remunerados por produção esse Acordo Coletivo acabou não sendo colocado em prática, uma vez que acompanhar o caminhão, chamado de “campeão”, para a pesagem significa em perdas salariais “[...] aqueles que se dispõem a acompanhar as 4 etapas perdem, no mínimo, meio dia de trabalho, e se não trabalham, não ganham. Além disso, aqueles que se dispõem a participar se sentem marcados pelos gatos, fiscais, e pelas usinas e temem perder seus empregos” (ALVES, 2006, p. 96). Embora tenham ocorrido algumas experiências de usinas que a partir da atuação

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais permitiram a participação do trabalhador no processo de pesagem da cana cortada, como é o caso do programa Quadra Fechada, em Cosmópolis, essa experiência não foi disseminada para um número maior de usinas. Portanto, mantém-se o histórico afastamento do trabalhador do processo que identifica a quantidade de cana cortada.

Ademais, os trabalhadores não sabem o valor do metro, pois, é feito uma amostra e o seu valor vai depender do tipo de cana.

Ah, eu não sei dizer, agora não. Porque é muito variado, já o que tá lá, tudo o que já cortei que vinha marcada lá, porque lá não dá não, lá só vem o que sai. Tinha vez que vinha, tinha vez que não vinha, tinha vez que fazia mesma turma dessa forma. Mas, no geral, já cortei até 21 tonelada, 22. Agora, com o problema de saúde já tava sentindo muita dor aqui no punho não tinha como cortá mais (Antônio, cortador de cana, região de Franca).

Soma-se ao pagamento por produção o fato de algumas usinas terem criado uma espécie de bonificação para premiar os trabalhadores mais produtivos. Assim, os que cortavam mais recebiam prêmios como: celulares, aparelhos de DVD, fogão, televisores, geladeiras e até motos. Tal classificação acirrou a competição entre eles.

O ganho por produtividade e a bonificação criaram a ilusão de bons salários e estabeleceu a competitividade entre os trabalhadores, sendo essa o principal meio de atingir as metas. A competição é entre os trabalhadores e também do trabalhador consigo próprio a medida que ele cria exigências para além das condições humanas. Daí que, o pagamento por produção tem sido um dos fatores preponderantes nas análises das mortes por exaustão⁹ e em tantos outros tipos de desgastes vivenciados pelos cortadores de cana, nem sempre visíveis ou diagnosticados como provenientes do trabalho.

Salienta-se que essas mortes são as que ganharam visibilidade e foram debatidas nas várias audiências públicas promovidas pelo Ministério Público, Sindicatos e Pastoral do Migrante, mas não se sabe ao certo o número das mortes ocorridas por exaustão. Além dos vários fatores que envolvem o setor canavieiro, como a ideologia do progresso e do desenvolvimento econômico aliada ao poder político e econômico dos proprietários e gestores destes empreendimentos, há uma grande dificuldade (histórica) de notificar as mortes no/do trabalho.

Contudo, de certo modo, essas mortes pressionaram a sociedade para discutir e tomar providências a respeito. Silva e Martins (2007, p.13) chamam a atenção para as dez Audiências Públicas¹⁰ realizadas em defesa dos direitos humanos no trabalho e efetivação da Norma Regulamentadora (NR) no. 31¹¹, a exemplo, a política de saúde pública incluiu no Plano Diretor de Vigilância em Saúde as ações de vigilância nas moradias dos cortadores de cana (LOURENÇO, 2013b).

Em resposta aos problemas constatados no corte manual da cana de açúcar, o setor agroindustrial canavieiro avançou com o seu processo de “modernização”, em consequência, mecanizou o corte da cana. Verificou-se que na região em foco 80% do corte de cana se encontra mecanizado.

⁹ O número das mortes por exaustão em decorrência da intensidade do trabalho nos canaviais paulistas, oficialmente, já teriam saltado de 17 para “22, desde 2004, sob suspeita de excesso de esforço no corte da cana. As mortes são alvo da investigação da Procuradoria do Trabalho, em conjunto com a plataforma DHESC, braço da ONU (Organização das Nações Unidas) (FOLHA, 12/09/2007, C3a).

¹⁰ Chamadas pela Procuradoria Geral da República, Ministério Público do Trabalho, ONGs e Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no final de 2005 e 2006” (SILVA; MARTINS, 2007).

¹¹ Norma Regulamentadora, NR 31 (BRASIL, 2005).

A mecanização do corte responde também às denúncias feitas pelos ambientalistas em decorrência dos problemas de saúde e ambientais provocados pela queima das folhas de cana. A queimada do canavial vinha sendo utilizada para facilitar o corte manual e aumentar a sua produtividade. Embora estes fatores corroborem com a modernização deste setor, iniciada na década de 1970 (IAMAMOTO, 2001), este processo deve ser visto como uma resposta à exposição de forças do movimento operário, que na greve histórica dos cortadores de cana, ocorrida em Guariba, nos idos de 1980, expôs, de certa forma, a força dos trabalhadores, dando maior visibilidade ao conflito Capital e Trabalho (ALVES, 1991). Portanto, a mecanização do corte da cana de açúcar é uma forma de o Capital substituir trabalho vivo por trabalho morto, desmantelando a sua organização coletiva, gerando forte desemprego e impactando fortemente a organização política dos cortadores de cana (LOURENÇO, CARMO, 2011).

Chama-se a atenção para o Protocolo Agroambiental, realizado, em 2007, o qual estipula o fim da queima dos canaviais em áreas mecanizáveis diminuindo a data limite para o fim da queima das folhas da cana prévia ao corte manual, de 2034 para 2014, atendendo assim a lei estadual nº 11.241/2004. Estranhamente, este Acordo não provocou a ira dos usineiros do estado de São Paulo, que, numa clara demonstração de interesses, procederam a assinatura do referido Acordo, expandindo a mecanização do corte, com apoio governamental e social.

Alves (2006) expõe que o fim do corte manual da cana de açúcar significa o desemprego de milhares de pessoas. Segundo o autor em países avançados, Estados, capitalistas e trabalhadores discutem antes da eliminação dos postos de trabalho a criação de novos postos, já no Brasil “[...] essa é uma decisão tomada unicamente pelos capitalistas. Embora o ônus da perda de empregos seja assumido pela sociedade como um todo, a decisão é privada”.

Fernandes (1975) expõe que o capitalismo no Brasil se organiza e se desenvolve a partir do trabalho livre, mas com fortes características da servidão e da precarização do trabalho.

Atualmente, com a consolidação da mecanização do corte manual da cana de açúcar no estado de São Paulo, a quantidade de trabalhadores contratados para essa função vem caindo expressivamente, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), em 2007, eram 163 mil cortadores manuais da cana de açúcar, seis anos após, 2013, este total passa a ser, em média, 70 mil, ou seja, um corte de mais 15 mil trabalhadores por ano nos últimos seis anos (IEA 2013).

A SUBNOTIFICAÇÃO DOS AGRAVOS Á SAÚDE DOS TRABALHADORES DO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO

Dos mais de 700 mil agravos registrados pelo Anuário Estatístico Previdenciário de 2010, 27.547 ocorreram na atividade agropecuária, num total de aproximados 4% daquele total. Ao selecionar apenas os Cadastros Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) referentes a produção da cana de açúcar e sua manufatura industrial, obteve-se um total de 13.907 notificações de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho ocorridas na agroindústria canavieira, ou um percentual de 2% da participação total dos agravos registrados pelo Anuário Estatístico da Previdência Social, mas se fizer uma relação desse dado com o disponibilizado pelo Anuário que indica a ocorrência de 27.547 agravos na agropecuária, pode se dizer que o setor agroindustrial canavieiro foi o responsável por 50% dos agravos registrados pela Previdência Social, ocorridos na agropecuária naquele ano (LOURENÇO, 2013b). Estes dados referem-se apenas aos trabalhadores cobertos pela Previdência Social, são trabalhadores formais vinculados diretamente às usinas, pois foram considerados apenas os CNAE referentes a essas, portanto, se fossem considerados os trabalhadores contratados por pessoas físicas ou por outras empresas este número seria muito maior.

No geral, prevalece a formalidade do trabalho neste setor, contudo, muitos trabalhadores (rurícolas, cortadores de cana) são contratados por agenciadores, pessoas físicas ou pequenos sítiantes e no caso de sofrer algum agravo o respectivo registro acaba não sendo feito no nome da usina, mas sim no nome do empregador direto, o que permite dizer que os agravos que acometem estes trabalhadores, na grande maioria, não são notificados e quando são não aparecem vinculados às usinas, portanto, estão na invisibilidade social.

Ao analisar as notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores, ocorridas no setor agroindustrial canavieiro, no período de 2005 a 2010, especificamente, nos municípios, da região de Franca¹², obteve-se um total de 2.798 ocorrências de agravos à saúde dos trabalhadores, conforme Tabela I.

TABELA I Notificação dos Agravos à Saúde dos Trabalhadores do Setor Sucroenergético, segundo municípios da região de Franca, no período de 2005-2010.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Sem data	TOTAL
Aramina	0	0	0	0	1	0	0	1
Buritizal	25	19	0	0	4	6	1	55
Cristais Paulista	16	15	0	0	0	0	0	31
Franca	0	0	0	0	0	0	0	0
Guará	32	17	0	0	0	0	0	49
Igarapava	58	0	0	0	0	44	3	105
Ipuã	41	24	6	5	17	40	2	135
Itirapuã	2	0	0	0	0	0	0	2
Ituverava	3	1	0	0	1	2	0	7
Jeriquara	3	2	0	0	0	0	0	5
Miguelópolis	0	0	0	0	1	0	0	1
xxxxxx	236	131	75	48	407	0	0	897
Nuporanga	4	0	1	27	51	36	0	119
Orlandia	34	118	1	27	51	36	0	267
Patrocínio Paulista	38	29	23	8	25	18	0	141
Pedregulho	0	0	0	0	0	0	0	0
Restinga	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeirão Corrente	0	0	0	0	0	0	0	0
Rifaina	0	0	0	0	0	0	0	0
Sales Oliveira	10	24	0	0	0	0	0	34
São Joaquim da Barra	444	193	1	81	81	37	0	837
São Jose da Bela Vista	13	25	0	0	22	52	0	112
							TOTAL GERAL =	2798

Fonte: Tabela construída a partir dos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) e Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) feito nos serviços de saúde na região de Franca, no período de 2005 a 2010 (LOURENÇO, 2013a).

¹² Considerando a divisão da Secretaria Estadual de Saúde, a região de Franca compõe-se de 22 municípios identificados na Tabela I e compreende um total de mais de 700 mil habitantes. Em termos de regionalização da saúde, esta região está dividida em três microrregiões, quais sejam: Três Colinas, Alta Anhanguera e Alta Mogiana e conta com seis importantes usinas sucroenergéticas no seu território.

A seleção dos documentos priorizou apenas aqueles que se relacionavam ao setor sucroenergético, dessa maneira, alguns municípios, mesmo com um referente considerável no total geral de registros de agravos à saúde dos trabalhadores, como é o caso da cidade de Franca, acabou por ficar com quantidade zero neste estudo, alguns outros municípios também não apresentaram nenhum registro, isso porque, a seleção dos documentos foi limitada ao registro de agravo cuja empresa empregadora fosse ligada diretamente a produção e manufatura de cana de açúcar.

Os dados refletem parcialmente a realidade, indicam que os municípios que sediam usinas canavieiras apresentaram mais agravos que os que não contam com estes empreendimentos, como é o caso do município “xxxxxx”¹³, que sedia duas importantes usinas desta região e congrega 32% dos registros; e de São Joaquim da Barra, que também sedia uma usina, apareceu com aproximados 30%. Mas, estes dados não representam a totalidade dos problemas que afetam à saúde dos trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro. O município de Patrocínio Paulista, que também sedia usina apareceu com ínfimos 5% do total dos registros. Já o município de Orlandia, que se localiza bem próximo de São Joaquim da Barra e do município “xxxxxx”, apesar dele não sediar nenhuma usina, se destaca com empresas de metalurgia que prestam serviços para as usinas situadas nas suas proximidades, além de ser um fornecedor de força de trabalho para as usinas e canaviais.

Constata-se que os registros dos agravos à saúde dos trabalhadores da agroindústria canavieira não mantém uma sistemática, na realidade se constatou que há uma severa descontinuidade das notificações. A Tabela I indica que um ano tem muitos registros, outro não, às vezes, aumenta ou diminui. Por exemplo, o município “xxxxxx”, em 2005, registrou 236 agravos, no ano seguinte, este número caiu para 131, depois, para 75, cai mais ainda em 2008, contudo, contrariando esse histórico de decréscimo, em 2009, incrivelmente, subiu para 407 notificações. Entretanto, no ano seguinte, 2010, não se verificou nenhum agravo no setor agroindustrial canavieiro daquela cidade!

A subnotificação dos agravos à saúde dos trabalhadores da agroindústria canavieira está relacionada a vários fatores, que, nos limites deste texto, indica-se ao menos a três, os quais mantém uma intrínseca relação, quais sejam: a precariedade dos serviços de saúde, acompanhada de uma incipiente tradição nas ações em Saúde do Trabalhador (LOURENÇO; LACAZ, 2013); o avanço da mecanização no corte da cana e conseqüente desemprego (LOURENÇO; CARMO, 2011) e as estratégias utilizadas pelas usinas do setor agroindustrial canavieiro para não notificar os agravos à saúde dos trabalhadores (LOURENÇO, 2012; 2013b).

Deve ser dito que, anteriormente, já se buscou abordar a subnotificação dos agravos à saúde dos trabalhadores neste setor, relacionando o uso da força de trabalho migrante para o corte de cana, assim, devido a provisoriedade deste trabalho, as pessoas quando adoecidas nem sempre buscam por tratamento médico, já que isso implica em faltas no trabalho, no caso verificou-se que quem mais se acidenta são os cortadores de cana (LOURENÇO; BERTANI, 2010).

Portanto, os trabalhadores rurais desenvolvem as suas atividades em lugares variados, nem sempre trabalham na cidade onde moram, assim, no caso específico aqui abordado, se sofrem algum acidente, a depender do caso, ou esperam no ônibus até o final da jornada e procuram por atendimento médico no local da sua morada ou é levado para atendimento na cidade mais próxima do local onde trabalha. Nestas situações pode até ser feita a notificação, mas os trabalhadores da saúde entrevistados afirmaram que não há uma devolução para o

¹³ A Secretaria Municipal de Saúde desta cidade não permitiu que fosse divulgado o nome do município, apesar de ter autorizado o estudo dos documentos. Nesta cidade existem duas grandes usinas de açúcar e álcool.

município onde o trabalhador estava trabalhando, então, aquele município acaba ficando sem informações acerca dos agravos à saúde dos trabalhadores (LOURENÇO, LACAZ, 2013).

Constatou-se que além da subnotificação dos agravos à saúde dos trabalhadores, ainda, se verifica um limite muito grande no preenchimento dos documentos, assim, muitos dados específicos das ocorrências não são identificados, tais como: tipo de agravo, local e horário, parte do corpo atingida, tempo de afastamento e demais dados a respeito do tipo de contrato, ocupação, idade, sexo dos sujeitos envolvidos, que pelos limites deste artigo não será possível abordar neste momento, mas que obteve-se dificuldade de identificar nos documentos estudados porque, muitas vezes, estes campos ficam sem ser preenchidos.

[...] essa notificação não identifica a empresa, coloca lá fulano, por exemplo, eu não sei da onde que é, não tem endereço, não tem o que, ai na hora de passar no sistema eletrônico também fica difícil de passar a ficha, então, acredito pelas coisas que eu já fiz lá no meu município, sozinho não to conseguindo, precisaria de uma intervenção do CEREST nos hospitais, pra que eles levassem mais a serio (Trabalhador da Saúde Três Colinas).

[...] porque, ai, falam que não dá tempo, que não consegue recolher todas as informações; mas se eles tivessem uma maneira, uma limitação que falasse, não, tem que ter essas informações eu acho que taria melhorando bastante (Trabalhador da Saúde Anhanguera).

Os trabalhadores da saúde entrevistados indicam as dificuldades enfrentadas no cotidiano dos serviços de saúde para que os agravos à saúde dos trabalhadores sejam devidamente notificados. Falta uma cultura dos serviços em reconhecer que o dano à saúde pode ter relação com o trabalho, assim como também em proceder ao registro das ocorrências. A notificação dos agravos à saúde dos trabalhadores, quando ocorre acaba sendo feita de forma incompleta deixando campo em branco ou preenchido de forma incorreta. Além disso, não há uma sistemática do serviço em notificar todo agravo, a notificação acaba ficando a mercê da compreensão e da vontade do trabalhador da saúde que presta o atendimento, por isso, os fragmentos das entrevistas ora indicados, destacam a necessidade de se ter uma intervenção do CEREST para a sensibilização acerca da importância dos registros para a construção de dados confiáveis e a obrigatoriedade das notificações.

Outro fator que deve ser levado em consideração ao analisar os dados dos agravos à saúde no setor da agroindústria canavieira é a sua relação com a quantidade efetiva de trabalhadores, ou seja, estes dados acompanham a queda do emprego neste setor. Em 2005 o pico foi de 959 acidentes registrados, em 2010, houve uma queda para 271 registros. Fato esse decorrente da queda do número de trabalhadores no setor, como reconhecido durante as Oficinas com os trabalhadores da saúde desta região e também com os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais:

É que esse tipo de coisa ocupacional diminuiu na nossa região, diminuiu sim, por quê? Porque diminuiu os trabalhadores nessa área. [...] existe nas regiões, onde corta cana ainda manual, ainda tem esse problema de olho vermelho, ainda tem esse problema de inalação daquelas cinzas, daquela fumaça. Então, nós aqui, está tendo pouco, estamos tendo pouco. Mas porque temos pouca mão de obra no canavial, cortando cana hoje é pouco. [...] dentro da colheitadeira não entra fumaça, não entra cinza ela é lacrada com ar condicionado e tudo. Mas aquele que corta ainda, ainda ta submetido a isso... (Grupo Independente Alta Mogiana).

Somam-se as dificuldades dos serviços de saúde em notificar os agravos à saúde dos trabalhadores, a queda do número de cortadores manuais de cana de açúcar, além das características do perfil do trabalhador contratado para as atividades nos canaviais, ao modo de contratação e da vigilância exercida sobre os cortadores de cana, como já demonstrado em estudo anterior (LOURENÇO; BERTANI 2010; LOURENÇO, 2013) o avanço da mecanização no corte da cana e o conseqüente desemprego no setor. Diante do desemprego é sempre muito difícil fazer qualquer questionamento, sobretudo, os que se mantêm trabalhando, pois como duvidar de algo que está sendo procurado por muitos? Em outras palavras, o medo sentido pelos cortadores de cana em não conseguirem saldar as dívidas, adquiridas no processo de viagem, haja vista que a maioria dos trabalhadores deste setor constitui-se de migrantes, e para a instalação nas pequenas cidades, próximas às usinas, ou, ainda, de serem substituídos pelas máquinas sedimenta a necessidade de os trabalhadores se manterem trabalhando, mesmo que para isso seja necessário resignarem-se diante das dificuldades postas pela intensificação e exploração do trabalho. Tal processo empana as possibilidades de organização política.

Outros problemas verificados que se referem às dificuldades do reconhecimento dos problemas que agridem a saúde dos trabalhadores tratam-se da falta de tradição dos serviços de saúde para ações de Saúde do Trabalhador e para a vigilância em determinados setores, como as usinas de açúcar e álcool (LOURENÇO; LACAZ, 2013).

Desse modo, a falta de um banco de dados capaz de indicar “de que adoecem e morrem os trabalhadores” nos vários setores da economia se relaciona com a organização e operacionalização dos vários serviços, em especial, previdenciários e de saúde, sobretudo, pela ausência de integração entre esses serviços, além disso, a Vigilância Sanitária que vem iniciando algumas ações nos ambientes laborais, tem enfrentado uma série de dificuldades, desde o reconhecimento da sua autoridade para intervir nos ambientes de trabalho até a sua falta de preparação técnica para as análises dos processos de trabalho e dos possíveis impactos para a saúde dos trabalhadores. Além disso, para uma efetiva ação de fiscalização é muito importante ter dados indicando onde e como os trabalhadores mais se acidentam ou adoecem, o que dificilmente se encontra.

Nesta discussão, há de se reconhecer, ainda, que as usinas utilizam de estratégias para “prevenção” dos acidentes, que, na realidade, trata-se de negar as verdadeiras causas geradoras, culpando os trabalhadores pelos danos, inclusive justificando a demissão dos trabalhadores vítimas de agravos à saúde (LOURENÇO, 2013). Inclusive registrou-se uma situação em que o trabalhador quase foi demitido porque tomou a iniciativa de entrar em uma fazenda para apagar o fogo que havia se alastrado do canavial para lá e mesmo com o argumento de salvar vidas, pois havia mulher e crianças no local onde propagou o fogo, só não foi demitido porque fez um Boletim de Ocorrência, justificando a ação, que apesar de ter salvado uma família, danificou o caminhão pipa da usina, ocasionando forte represália da empresa para com o trabalhador, como discutido anteriormente (LOURENÇO, 2012).

As usinas têm apresentado mudanças organizacionais subsidiadas por um poderoso arsenal de medidas “inovadoras” que são implementadas diariamente. A par destas mudanças vem ocorrendo também a introdução de incrementos tecnológicos e de novas técnicas de gestão, que impõe um ritmo mais intenso de trabalho, além de disseminarem o medo. Na prática, revitaliza a empresa e desvitaliza os trabalhadores, que sofrem com as ameaças e efetivo desemprego. Diminuição de salários. Intensificação da jornada de trabalho. Cooptação, não apenas dos

trabalhadores, mas toda a sociedade é cooptada pelo discurso que eleva a usina como importante mediadora do desenvolvimento econômico, dificultando os questionamentos contrários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que há uma dificuldade muito grande em conhecer os principais agravos que acometem os trabalhadores, o modo como ocorrem, o local, enfim, os dados, quando existem são demais genéricos. Sobressai, ainda, a dificuldade do vínculo da doença com o trabalho, historicamente, o reconhecimento das doenças relacionadas ao trabalho tem enfrentado certos constrangimentos. Parece possível afirmar que o reconhecimento dos problemas de saúde dos trabalhadores se estrutura a partir da comprovação do dano, ou seja, o trabalhador tem que provar se o seu problema foi causado em decorrência do trabalho (RIBEIRO, 1999).

Não divulgar dados a respeito das relações sociais de trabalho e de saúde dos trabalhadores é enfatizar as causas do agravo como oriundas a uma predisposição do trabalhador, culpando-o por condições que ele não tem o mínimo controle, mas que por questões de sobrevivência subordina-se a elas. Os agravos à saúde dos trabalhadores não advém da personalidade das vítimas tampouco se tratam de casos particulares, mas contam com causas reais, objetivas e subjetivas, provenientes das relações sociais de trabalho.

Contribui para a falta ou dificuldade de reconhecimento dos agravos à saúde dos trabalhadores, entre outros fatores, o distanciamento de certas categorias profissionais com os problemas vivenciados pelos trabalhadores, ou seja, não se dá visibilidade ou não se estabelece um debate coletivo acerca das problemáticas que atingem estes sujeitos. Assim, no setor agroindustrial canavieiro, apesar de ter ocorrido um intenso debate acerca das condições de trabalho e saúde a partir das mortes por exaustão dos cortadores de cana, ainda, permanecem serias dificuldades para a notificação dos agravos. Pois, como demonstrado na Tabela I, se for considerado apenas estes dados estatísticos se poderia afirmar que os agravos relacionados ao trabalho não afligem os operários que aí laboram, tendo em vista que esses problemas aparecem em declínio. Contudo, a pesquisa de campo demonstrou que os trabalhadores apesar de adoecidos ou acidentados não conseguem obter o reconhecimento de que o seu problema de saúde esta vinculado ao trabalho.

Esta é uma questão premente para a efetivação da política de saúde do trabalhador: notificar os agravos. Observa-se que a notificação de um agravo, quando ocorre, é feita de forma insuficiente, ou seja, não se tem uma sistemática na notificação. O registro do problema de saúde como vinculado ao trabalho fica muito dependente de certos profissionais que reconhecem essa necessidade, portanto, os dados são inconstantes. Além de nem sempre se notificar os agravos, ocorre ainda que muitos documentos são preenchidos incorretamente, tendo muitos campos em branco, o que inviabiliza o conhecimento da realidade. Mesmo que a notificação não de conta de representar as relações sociais de trabalho na sua complexidade, este é um mecanismo que oferece um norte para as ações que possam contribuir para a garantia da saúde dos trabalhadores, portanto, o SUS precisa efetivar este mecanismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 90-98, set.- dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf> >. Acesso em: 23, set., 2012.

ALVES, Francisco. Modernização da Agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. Campinas 1991. **Tese de doutorado**. Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BRASIL. **Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**, NR 31, Portaria 086, de 03/03/2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2005/p_20050303_86.pdf>. Acesso em: 18, jan. 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica Zahar: Rio de Janeiro, 1975.

FERNANDES, Marcos Paulo Rocha; LOURENÇO, Edvania Ângela de Souza. Exploração do trabalho no corte de cana: breves apontamentos do senhor de engenho à agroindústria canavieira do século XXI. In: Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca. 2010, AnaisSciELOProceedings. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000112010000100027&script=sci_arttext>. Acesso em: 12, fev. 2014.

IEA. **Instituto de Economia Agrícola (IEA)**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9240>>. Acesso em: 20, dez., 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e Indivíduo Social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

LAAT, Erivelton Fontana de. VILELA, Rodolfo et al. Impacto sobre as condições de trabalho: o desgaste físico dos cortadores de cana-de-açúcar. In: **BNDES**. Impactos da indústria canavieira no Brasil poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores. Brasil: Plataforma BNDES: diagnóstico e propostas para reorientar o principal instrumento público de desenvolvimento do Brasil. Disponível em: <<http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/category/11-analises-do-desenvolvimento>>. Acesso em: 15, mar, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Processo de trabalho e saúde na agroindústria canavieira: os desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) e sindicatos dos trabalhadores. **Relatório Trienal**. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS, Unesp, Franca, SP., 2013a, 480 fls.

_____. Alienação e Agravos À Saúde dos Trabalhadores no Setor Sucroenergético. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). **O Avesso do Trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Expressão Popular, 2013b, p. 165-198.

_____. Degradação do trabalho e agravos à saúde dos trabalhadores no setor agroindustrial canavieiro. In: **Pegadas**. UNESP: Presidente Prudente, SP. Vol. 13, n. 02. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2025/1933>>. Acesso em: 05, dez., 2012.

_____; LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Os Desafios para a Implantação da Política de Saúde do Trabalhador no SUS: o caso da região de Franca/SP. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, RSBO. Brasília: DF: FUNDACENTRO. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572013000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 15, set., 2013.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; CARMO, Onilda Alves. Pressupostos para o processo de Trabalho na Agroindústria Canavieira e da Saúde dos Trabalhadores. In: SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). **Questão Agrária e Saúde do Trabalhador**: desafios para o século XXI. São Paulo: UNESP-Cultura Acadêmica, 2011, p. 299-321.

_____. BERTANI, Iris, Fernner. Degradação da Saúde: determinantes sociais para a saúde dos trabalhadores na agroindústria canavieira. In: LOURENÇO, E.A.S e col. **O Avesso do Trabalho II: trabalho precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 367-397.

_____. **Na trilha da Saúde do Trabalhador**: a experiência de Franca/SP. Franca: UNESP, 2009.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Modernização e Impactos Sociais: o caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto (SP)**. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. MARTINS, Rodrigo Constante. A Modernidade da Economia Junker à moda contemporânea do rural paulista: a degradação social do trabalho e da natureza. Texto aula In curso de extensão universitária "**Doenças e Adoecimentos do Trabalho Contemporâneo**", Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Medicina Preventiva/ UNIFESP, 2007 (Mimeo).

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)**. HUCITEC: São Paulo, 1979.

THOMAZ JR, A. **Por trás dos canaviais**, os "nós" da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista: São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

ÚNICA. **Protocolo Agroambiental**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/protocolo-agroambiental/>>. Acesso em: 01, mar. 2013.

OS ACIDENTES DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA DOS TRABALHADORES: O QUE REVELAM OS DADOS DA PESQUISA REALIZADA JUNTO AO SETOR SUCRO ALCOOLEIRO DA REGIÃO DE FRANCA, SP.

Raquel Santos Sant'Ana* ; Fernanda Dalavale Tozatto** ; Leticia Gomes*** ; Micaela Martinho de Oliveira**** ; Valdirene Viviane do Nascimento*****

RESUMO: Este artigo discute os acidentes de trabalho na canavieira tendo como foco o Programa Saúde do Trabalhador da região de Franca, SP. Procurou-se problematizar a cadeia produtiva da cana de açúcar e álcool visando demonstrar que a modernidade tecnológica desse setor não se materializa do ponto de vista das relações de trabalho. Os acidentes de trabalho são frequentes e, ao contrário do que aparenta, trazem consequências nefastas para a vida dos trabalhadores. O artigo evidencia a importância do cruzamento de dados quantitativos e qualitativos para aprofundar a análise da realidade e, em específico para a questão da saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, Acidentes de trabalho, Trabalhador rural, Agroindústria Canavieira.

ABSTRACT: This article discusses work accidents in the culture of sugarcane with focus in the Health Worker Program in the region of Franca-SP. We tried to problematize the production chain of sugarcane and alcohol looking for demonstrate that the modern technology of this sector doesn't materialize from the point of view of the labor relations. The work accidents are frequently and, contrary to what apparent, have disastrous consequences through the workers life. The article shows the relevance of crossing quantitative and qualitative data to go deeper in the reality analysis, and, in specific to the worker health question.

Keywords: worker health, work accident, rural worker, sugarcane agroindustry

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute as condições de trabalho na cadeia produtiva do açúcar e do álcool a partir de pesquisa realizada nos municípios da região de Franca, interior do estado de São Paulo. É parte de uma pesquisa mais ampla que teve como título “Trabalho e política pública: a participação dos trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro na política de seguridade social” e foi realizada entre 2010 e 2013 por uma equipe que reuniu diversos pesquisadores vinculados a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Franca. Os dados coletados trazem elementos importantes para o debate sobre políticas públicas de seguridade e serviço social, porém neste artigo o foco será as consequências dos acidentes de trabalho na vida dos trabalhadores.

A partir dos dados quantitativos coletados na pesquisa acima mencionada, procurar-se-á, a partir de dados qualitativos, evidenciar o significado dos números de maneira a problematizar aquilo que os dados quantitativos nem sempre permitem dimensionar.

A pesquisa mais ampla realizada se utilizou de diversas metodologias, porém aqui serão tratados os dados quantitativos obtidos nos Relatórios de Atendimento ao Acidentado

* Profª. Dra. do Departamento e Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca – FCHS -UNESP- Franca/SP. É pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Estudos e Extensão Terra e Raiz (NATRA).

** Graduanda em Serviço Social e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Extensão Terra e Raiz (NATRA).

*** Assistente Social e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Extensão Terra e Raiz (NATRA).

**** Assistente Social e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Extensão Terra e Raiz (NATRA).

***** Assistente Social e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Extensão Terra e Raiz (NATRA).

do Trabalho (RAATs) e nas Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs) e que mostram os acidentes de trabalho na canavieira na região de Franca, SP. Depois da apresentação dos dados quantitativos, serão utilizados os dados referentes às entrevistas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras que atuaram nesse setor e que sofreram acidentes de trabalho.

A REALIDADE DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR DA REGIÃO DE FRANCA

O estado de São Paulo é o maior produtor de cana de açúcar, responsável por 58,2% da safra nacional.

Tal modelo de desenvolvimento se utiliza de um grande aparato ideológico e político para se legitimar perante a sociedade, como sinônimo de crescimento econômico, de energia limpa (no caso dos agrocombustíveis), e de modernidade, camuflando assim as consequências ambientais, econômicas e sociais.

Pesquisas anteriores como as de Alves (2006), Silva (1999), Yamamoto (2001) e Tomaz (2002), explicitam a realidade do trabalho degradante vivenciado pelos trabalhadores rurais, em especial os do corte da cana. O principal fator que leva a exploração do trabalhador é o pagamento por produção, ou seja, por quantidade de cana cortada, sendo uma das formas mais cruéis de pagamento, pois obriga o dispêndio de grandes esforços físicos e psíquicos na atividade laboral com o objetivo de manter um salário que garante mínimas condições de sobrevivência.

As condições de trabalho nos canaviais fazem com que os trabalhadores sejam levados a mobilizar a cada dia uma quantidade maior de energia que ultrapassa o desgaste médio normal. O excesso de trabalho, como condição para obter um salário nominal um pouco mais levado, compromete a conservação do único patrimônio que esses operários dispõem: o seu corpo, fonte de energia necessária ao trabalho (IAMAMOTO, 2001, p. 225).

Essa condição de trabalho faz com que o trabalhador, em média aos quarentas anos, seja descartado das usinas canavieiras, pois se encontra adoecido e já não consegue atingir as metas de produtividade. A realidade do adoecimento nos canaviais é corroborada na pesquisa realizada por Sant'Ana na região de Ribeirão Preto (2012), onde se constatou que todos os trabalhadores que cortavam cana a mais de 20 anos possuíam doenças que dificultavam o trabalho, ou que provocavam dores e sofrimentos diários; todos entrevistados relacionaram a doença que tinham ao trabalho no corte de cana.

A pesquisa de campo realizada em nosso estudo, na área da saúde, centrou-se no Programa Saúde do Trabalhador¹, incluindo a análise de dados das notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores, no período de 2005 a 2010. Foram consultados 2.798 documentos incluindo Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAATs) e Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT de todos os municípios que compõem a região de Franca.

Salienta-se que o número de acidentes é maior do os números registram, pois muitos trabalhadores usam o sistema privado de saúde, financiado pelas usinas, que por sua vez não notificam todas as ocorrências. Outro empecilho é a subnotificação dos acidentes, o que demonstra as dificuldades técnicas e políticas da política de saúde do trabalhador; soma-se a

¹ Essa pesquisa foi realizada em conjunto com outra equipe de pesquisadores que efetivavam o projeto “*Processo de trabalho e saúde na agroindústria canavieira: os desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) e sindicatos dos trabalhadores*”, coordenado por Edvânia Ângela de Souza Lourenço (LOURENÇO, 2013).

estes a influência dos usineiros nos governos municipais, o que faz com que o Programa Saúde do Trabalhador nem sempre funcione com todas as suas prerrogativas².

O que se constatou na pesquisa foi que o número absoluto de acidentes diminuiu em 71,75%, de 959 acidentes registrados em 2005 o número passou para 271 em 2010. Porém essa diminuição é relativa, pois o número de trabalhadores nessa atividade diminuiu entre 60% e 80% devido à mecanização, ou seja, exatamente a porcentagem referente a diminuição dos acidentes. Isso permite deduzir que os acidentes permanecem acontecendo praticamente na mesma proporção.

A pesquisa mostrou que os acidentes, em sua maioria, são decorrentes da característica da atividade profissional desenvolvida, os chamados “acidentes típicos”, que equivalem a 93,2% do total. Os acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho e os acidentes devidos às doenças do trabalho somam 5,3% sendo que nos dois últimos a dificuldade de identificação de tais ocorrências é maior.

Tabela 1–Total de ocorrências por tipo de acidente na agroindústria canavieira da região de Franca, SP.

Biológico	Ergonômico	Físico	Mecânico	Químico	Não Identificado
13	75	284	2336	21	69

Fonte: Dados da pesquisa.

Como mostra a tabela 1, o maior responsável pelo agravamento da saúde do trabalhador é o agente mecânico com 2.336 notificações, o que equivale a 83,4% do total de registros. Entre os riscos mecânicos que o trabalho na lavoura traz, o mais frequente é o corte com o podão³. Em segundo lugar no número de notificações está o agente físico com 284 registros, o que representa 10,1%. Os outros agentes: biológico, ergonômico e químico, possuem poucas notificações, somados equivalem a 3,8% do total de registros. Em 69 notificações, que representam 2,46% do total, não está identificado o agente causador.

Os dados descritos na tabela são referentes a período de 2005 a 2010. Atualmente o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é obrigatório e exigido pela própria empresa. Também a melhoria nas suas condições (material mais leve e mais adaptado ao corpo do trabalhador) foi descrita pelos trabalhadores, porém a intensidade e as condições em que o trabalho se efetiva (sol forte, calor intenso) faz com que esse tipo de acidente continue acontecendo com certa frequência. Ainda que os óculos embacem menos, que a luva seja mais flexível, a manipulação de instrumento de corte com rapidez e com frequência intensa faz desses acidentes quase que uma “contingência” do trabalho.

² Para completar as informações foram realizadas quatro oficinas com responsáveis por implementar a política de saúde do trabalhador em seu município, denominados interlocutores da saúde do trabalhador ou fiscais sanitários e com 12 trabalhadores dessa região..

³ O podão é o instrumento utilizado para a realização do corte manual da cana.

Tabela 2–Total de acidente por parte do corpo afetada – notificações do setor canavieiro da região de Franca, SP no período 2005 a 2010.

PARTE DO CORPO AFETADA	QUANTIDADE
Cabeça / pescoço	100
Olho	223
MMSS	356
Mão/ punho	1003
Tórax	30
Coluna	82
Quadril/ glúteo	2
MMII	677
Pé	256
Pulmão	0
Outros	35
Múltiplas	36
Não compreendido	17
Não informado	15

Fonte: dados da pesquisa.

Ao analisar os dados referentes às partes do corpo afetadas nos acidentes de trabalho, é relevante salientar que o número de notificações é de 2.832, ultrapassando em 34 o número de registros consultados. É provável que a pessoa que estava registrando tenha anotado mais de uma parte afetada ao invés de assinalar a opção “múltiplas”.

Como podemos observar na tabela acima, os principais membros afetados são as mãos e os punhos com 1003 registros de acidentes, o que representa 35,4% do total de 2.832, seguidos dos membros inferiores, com 677 registros, ou seja, 23,9% do total. Os membros superiores equivalem a 12,5% dos registros (356 casos), o pé 9% (256 casos) e o olho 7,3% (223 casos). As outras ocorrências juntas somam 10% dos registros e os não informados e não identificados, menos de 2%.

Importante salientar que só são registrados os acidentes onde são afetadas diretamente as partes do corpo. As doenças que decorrem da atividade laboral, como problemas na coluna vertebral, que são muito frequentes, não estão contabilizados nos registros.

Tabela 3–Total de acidente quantidade de dias de afastamentos na agroindústria canavieira da região de Franca, SP.

DIAS	QUANTIDADE
Zero	459
1 – 5	797
6 – 10	668
11 – 15	393
16 – 20	52
21 – 30	17
45	13
60 – 75	15
90 dias	4
120 dias	0
180 dias	2
240 dias	4
365 dias	1
Óbito	24

Não informado	286
Não identificado	20
Tempo indeterminado	0
Enc. Perícia	43

Fonte: dados da pesquisa.

No que diz respeito ao período de afastamento, os dados mostram, como podemos ver na tabela 3, que a maioria dos acidentes notificados (85,2%) teve um período de afastamento inferior a 30 dias. O período de afastamento compreendido entre um mês e três meses foi constatado em apenas 1,1% dos casos. Em relação ao número de mortes, os dados são significativos, mostrando que num período de cinco anos a região de Franca notificou 24 casos de óbito, o que expressa que a cada dois meses e meio, um trabalhador morreu nas atividades do setor sucroalcooleiro.

Nesse sentido, pela análise dos dados quantitativos foi possível verificar que as partes mais atingidas nos acidentes de trabalho são as mãos, braços e membros inferiores, e os dias de afastamento são em sua maioria inferiores há 30 dias.

Exceto no número de óbitos, os dados quantitativos acima mencionados não evidenciam a gravidade dos acidentes de trabalho na agroindústria canavieira por darem a impressão de serem acidentes leves. Porém, quando esses são cruzados com os dados qualitativos coletados por meio de entrevistas com os trabalhadores, é possível dimensionar as reais consequências desses acidentes na vida do trabalhador.

As entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras apontam que, via de regra, eles ficam sequelados e, nos casos mais graves, são afastados do trabalho. As situações mais graves, evidentemente, vão ocorrendo com o passar dos anos. Os relatos são sempre de dores intensas e de sofrimentos diários. Senhora E. da região de Franca, que sofreu o acidente há 12 anos, relata o significado que teve o adoecimento em sua vida:

Ai eu fico aqui pensando, eu trabalhei tanto, e no fim, as pessoas pra quem eu trabalhava não deu valor, né? Nem o remédio pra mim eles não deu, então é uma coisa que a gente fica muito chateada. E correr atrás de médico também não é fácil não. Eu fico assim, vou pra Franca, volta pra cá, vou pra Franca, volto pra cá. Tem dia que eu deito, não consigo nem suspirar. Sabe aquela dor. Aquela dor que parece que eu vou morrer (trabalhadora E).

Além do sofrimento provocado pelas sequelas do trabalho, somam-se as dificuldades financeiras e o sentimento de ter sido descartado e injustiçado. Este sentimento é muito frequente nos trabalhadores que deixaram a atividade canavieira.

Uma trabalhadora da região de Franca narrou o seu adoecimento e de vários outros membros de sua família: o esposo cortou o dedo indicador que ficou torto, o cunhado cortou a mão com o facão afetando também os dedos e hoje não consegue mais fechar a mão, a irmã teve um quadro mais grave que hoje a impede de ter uma vida normal. A narrativa da trabalhadora ilustra o sofrimento psicológico vivenciado por sua irmã, em decorrência do acidente de trabalho:

Ela foi embora pro Piauí também porque ela começou a sentir bastante dor no braço na perna, ai passou pelo médico ai o médico indicou assim pra ela fazer cirurgia ai fez o exame de ultrassom, inclusive ela fez cirurgia mas só que o braço dela fica tremendo direto. Minha irmã já trabalhava na diária, plantando cana, picando cana, rançando colonhão, ela fazia tudo isso dai. (...) Machucou no serviço, o braço dela treme inteiro, ela passa pelo médico toma remédio ela paga exame caro e não melhora. Ela sente dor de cabeça forte direto, e quando ela anda no sol ai que dói a cabeça dela mesmo no

sol, hoje em dia como ela minha irmã ela é nervosa assim ela não é mais igual, quando a gente conversava com ela assim, tudo ela se irrita ela fica nervosa (trabalhadora R).

A trabalhadora E da região de Franca, também relata o seu sofrimento posterior ao acidente de trajeto:

Por motivo de acidente de ônibus. Eu trabalhava e o ônibus tombou. Voltando do serviço. No corte de cana. Mas assim, hoje eu estou bem, já tomei um monte de remédio. Tá vendo aqui? (apontando para as pernas), eu não posso mais abaixar, pra fazer alguns serviços, é meus filhos que limpam a casa, estendem roupa pra mim. Ai pra lavar meus pés, eu preciso suspender eles pra lavar, eu não posso me abaixar. É tipo um trincamento na coluna. Por que quando o ônibus tombou, eu saí batendo nos ferros, bati as costas, bati a cabeça. Ai, o rapaz que era motorista não tinha carta, e eu trabalhava para o dono do ônibus, que era irmão do rapaz. Ai o ônibus perdeu o controle e nós foi descendo. Eu voltei a trabalhar com dez dias. Ai quando eu voltei, antes eu cortava 600 metros de cana, quando eu voltei, eu ia pra roça pra cortar só 15 metros de cana. 15 metros de cana! Eu passei uma fome... O empreiteiro não me dava nada, nem uma injeção ele não me deu. Eu era registrada mas não entendia nada! Ai eu falei pra ele (para o empreiteiro):—Eu vou ter que ir lá no médico em Franca. Ai ele falou:—Não vai não, se você for pra lá você vai ter que passar no INPS, você vai ficar uns três ou quatro meses sem receber nada! E eu tinha meus filhos pequeninhos... E eu tinha separado do pai deles. Ai acabou, né? (a safra), ai todo mundo acertou, acertou comigo também... (...) Sem trabalho e sem poder trabalhar. Sem aguentar trabalhar (trabalhadora E).

O adoecimento no trabalho é evidenciado na fala do trabalhador F que há seis anos é aposentado por invalidez. F representa a realidade de muitos cortadores de cana que pelo excesso de trabalho se tornou incapacitado para o trabalho: ele tem o braço e a mão direita visivelmente inchados com pouco movimento nesses membros, tendo dificuldade para realizar tarefas mínimas do cotidiano, como pegar um copo de água. Para ele não é possível dirigir um carro ou carpir. F relata o que ocorreu no seu braço:

Isso aqui deu um desgaste aqui, que esse aqui tem só as barbatanas [mostra os nervos de sustentação do braço], porque eu tenho as chapas tudo daqui, e nesse desgaste que deu prendeu e deu uma...não chegou dar de tudo mas deu trombose [...] Porque me deu esse problema. O dia que eu parei de cortar cana.. eu por mim não tinha parado, mas tinha uns colegas perto de mim, e a hora que eu parei eu falei: agora eu vou parar, mas a mão não quis soltar do cabo do facão, ficou grudada, ai eles viram aquilo e falaram “não você não vai...você vai ter de ir ao médico, você não vai cortar mais não”, e mandou eu ir pro médico. Eu fui pro médico da usina e ele disse: “isso não é pra mim, você pode caçar outro médico lá em Ituverava que isso não é pra mim não!” Ai, eu procurei outro médico, mas tem que eu nunca mais voltei, para trabalhar não. Ai o médico falou : você não tem condições de trabalhar, mas de fato eu não tinha não, porque se eu tivesse trabalhando eu já estava até aleijado dos braços (trabalhador F, 61 anos, cortador de cana, aposentado por invalidez).

Os trabalhadores depois de adoecidos são rapidamente descartados, a forma mais comum de realizar o descarte, segundo a pesquisa mais ampla realizada, é contratá-los por safra e não readmiti-los na próxima, assim que são identificados sinais de adoecimento. (SANT’ANA, 2013, p. 42).

A assertiva de Marx escrita no século XIX é ainda uma evidencia nas relações de trabalho no atual contexto, inclusive para os setores denominados de modernos como o setor sucro alcooleiro,

O capital não tem por isso a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade a sociedade o compele a respeitá-las. A

queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, súpcio do trabalhador levado até a completa exaustão responde: Por que nos atormentamos com êsses sofrimentos, se aumentam nosso lucro? (MARX, 1980, p.306).

Outra questão indicada pelos dados qualitativos é que os acidentes de trabalho são muito mais frequentes do que indicam os dados quantitativos. Dentre as 19 entrevistas realizadas com trabalhadoras e trabalhadores da região de Franca e Ribeirão Preto, com exceção de dois, todos disseram ter sofrido algum acidente ou estar com sequelas do trabalho. As partes do corpo afetadas confirmam as maiores frequências indicadas pelo gráfico: as maiores referências foram as mãos e aos membros inferiores (perna e joelho).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso da ciência com o desvendamento do real exige que o pesquisador apreenda os *N* determinantes que compõem os complexos sociais presentes no universo de sua investigação. Os cruzamentos de dados quantitativos e qualitativos contribuem para evidenciar e contextualizar a realidade e seu movimento. Nesse estudo em específico, os dados quantitativos evidenciam que os acidentes de trabalho na cadeia produtiva do açúcar e do álcool continuam, ainda que a utilização dos Equipamentos de Segurança Individual seja praticamente uma realidade na região. A maior evidência é que a diminuição do número de acidentes é proporcional à diminuição dos trabalhadores ocupados nesse setor, ou seja, não houve uma alteração significativa de fato. Por outro lado, o cruzamento com os dados qualitativos acaba por evidenciar de forma contundente que o arcaísmo nas relações de trabalho desse setor continua fazendo dos trabalhadores dessa cadeia produtiva as maiores vítimas desse modelo de agricultura.

A precarização e intensificação do trabalho no atual contexto tem trazido rebatimentos diretos sobre as condições de vida dos trabalhadores. Em alguns setores produtivos as condições de trabalho são exemplos do primitivismo desse modo de produção, como é o caso da cadeia produtiva do açúcar e do álcool. O agronegócio brasileiro, em especial, o setor sucro energético tem promovido um processo de legitimação social, reclamando para si modernidade e produtividade. Ocorre que o enfrentamento dos riscos de acidente, via de regra, é feito mantendo as mesmas condições de trabalho; para além disso só a substituição do trabalhador pela máquina.

Diversos elementos se conjugam para provocar a invisibilidade da gravidade dos acidentes de trabalho nesse setor dentre os quais podemos destacar: o funcionamento precário do Programa Saúde do Trabalhador nos municípios, a influência dos usineiros no poder público municipal e a ampliação da rede privada para atendimento ao trabalhador acidentado. A consequência desses fatos é a subnotificação ou o registro de acidentes sem a devida explicitação das sequelas provocadas pelos acidentes, seja do ponto de vista emocional ou físico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura Fundiária e Propriedade Agrícola no Brasil. Grandes Regiões e Unidades da Federação (de 1970 a 2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. **Indicadores:** produção agrícola: tabela: **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. dez. 2012.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201212_4.shtm> acesso em: 22 jan. 2013.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Alienação e Agravos À Saúde dos Trabalhadores no Setor Sucreenergético. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). **O Averso do Trabalho III:** saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Expressão Popular, 2013b, p. 165-198.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. 4 ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A. 1890.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes:** trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial:** questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Trabalho e política pública:** a participação dos trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro na política de seguridade social. Relatório do projeto–CNPQ 2013. (separata).

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SZMRECSÁNYI, T. J. M. K.; MOREIRA, E. P. **O desenvolvimento da agroindústria canvieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 57-80, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100006>. Acesso em: 30 jun. 2009.

TOMAZ, A. J. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana:** a relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

MODERNIZAÇÃO PERVERSA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA PROIBIÇÃO GRADATIVA DA QUEIMA DA CANA-DE-AÇÚCAR: DIFERENÇAS E CONVERGÊNCIA ENTRE MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DA CANA E ELIMINAÇÃO DA QUEIMA*

José Roberto Porto de Andrade Júnior** ; Elisabete Maniglia***

RESUMO: Este artigo caracteriza a relação que estabelecem entre si a eliminação da queima da cana-de-açúcar e a modernização da colheita canavieira, utilmente convergidas para atendimento dos interesses do patronato canavieiro através da proibição gradativa da queima, normatização regulamentadora que promove perpetuação da degradação ambiental e corrobora a modernização perversa efetivada através de uma mecanização agrícola desprovida de políticas públicas compensatórias de geração de empregos. Ao final, analisa-se o contexto atual do setor sucroalcooleiro, que indica a perspectiva de aceleração da modernização conservadora.

Palavras-chave: Modernização perversa; degradação ambiental; proibição gradativa da queima da cana-de-açúcar

ABSTRACT: This article characterizes the relationship they establish between themselves to eliminate the burning of sugar cane and the modernization of the sugar cane harvest, converged to usefully the interests of patronage through the gradual ban sugarcane burning, regulatory standards that promotes perpetuation of environmental degradation and corroborates the perverse modernization carried out through an agricultural mechanization devoid of compensatory public policies of generating jobs. At the end, examines the current context in the sugar-alcohol sector, indicating the prospect of conservative modernization accelerated.

Keywords: Perverse modernization; environmental degradation; gradual ban the burning of sugarcane.

INTRODUÇÃO

O Estado, durante o processo de expansão canavieira, convenientemente administrou os conflitos que surgiram em benefício de suas elites, fazendo de qualquer tentativa de transição um episódio de modernização conservadora. A expressão modernização conservadora designa a síntese de um processo sócio-econômico e político viabilizado e sustentado pelo Estado, através do qual ocorria modernização do instrumental de produção sem modificação da estrutura interna do complexo sucroalcooleiro, numa transição sem rupturas, de modo a assegurar o poder preestabelecido (RAMOS, 1999).

* Este texto foi originalmente apresentado no Seminário de questão agrária. ANDRADE-Jr. José Roberto Porto; MANIGLIA Elisabete. Modernização perversa e degradação ambiental através da proibição gradativa da queimada da cana de açúcar. In: SANT'ANA, R. S.; CARMO, O. A.; LOURENÇO, E. Â. Souza. Questão Agrária e Saúde do Trabalhador: desafios para o século XXI. São Paulo: UNESP-Cultura Acadêmica, 2011, p.283-297.

** Assistente Técnico do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), lotado na Escola Superior do Ministério Público. Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Bacharel em Direito pela UNESP. E-mail: joserobertopajr@hotmail.com.

*** Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Doutora em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Graduada em Comunicação Social-Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: manigliaelisabete@gmail.com.

Longe de constituir uma marca de um único período da história canavieira, a modernização conservadora manifestou-se sempre que se fizeram presentes as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as transformações na estrutura social que deveriam se processar enquanto exigência daquele desenvolvimento. Para o setor canavieiro, assim, a solução para as crises sempre envolveu engajar o Estado em ações para manutenção do *status quo* do setor, reforçando as estruturas vigentes sem nunca colocar a questão em termos de ascensão social ou diminuição da desigualdade (RAMOS, 1999). Modernizava-se sem modificar.

Essa dinâmica de modernização conservadora e sua lógica reacionária retornam ao palco da reestruturação canavieira no período atual, num novo episódio da saga sucroalcooleira pela manutenção de seus densos privilégios e de seu vasto poder econômico e social. Agora, o novo é o tema entorno do qual as forças que almejam a transição e a reestruturação se aglutinam, sendo a ele dado pela elite canavieira e por um Estado cooptado os velhos contornos que lhes agradam. Assim tem sido na regulamentação ambiental da produção canavieira, especificamente no que concerne à eliminação na queima da cana-de-açúcar¹, tema que será abordado nesse artigo.

A demanda socioambiental pela eliminação na queima surge no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ganhando traçados normativos através da atuação do Ministério Público no ajuizamento de ações civis públicas demandando a proibição imediata da queima. Como resposta a essa demanda, o setor canavieiro articula-se com seus alicerces Estatais e promove a promulgação de textos normativos que prevêm uma eliminação gradativa da queima, permissão para queimar cuidadosamente mascarada de proibição. Através dessa articulação, o setor canavieiro obtém êxito na vinculação, tanto em textos normativos ou decisões judiciais quanto no imaginário social, de duas temáticas que passam a ser entendidas como portadoras de uma relação causal: eliminação da queima da cana-de-açúcar e mecanização da colheita.

Alguns setores da Sociedade, particularmente o senso comum, passam a entender a eliminação da queima da cana-de-açúcar como causa da mecanização da colheita da cana e, portanto, como causa da geração de desemprego estrutural pela eliminação de postos de trabalho. A relação que se estabelece entre essas temáticas, todavia, é mais complexa do que esta útil vinculação causal tenta fazer crer, havendo, em especial, a mediação dos interesses financeiros do setor sucroalcooleiro entre essas escolhas político-econômicas diversas. Esclarecer o conteúdo concreto dessa relação é uma demanda importante para o entendimento do setor sucroalcooleiro e de seu momento histórico atual.

Em vista disso, o objetivo desse artigo é desmistificar o conteúdo da relação que estabelecem entre si eliminação da queima da cana-de-açúcar e mecanização da colheita canavieira, identificando fundamentadamente, com base em análises sociológicas, econômicas e históricas, os elementos concretos que pautam a relação entre essas escolhas produtivas. Busca-se demonstrar, assim, que a convergência entre essas temáticas através da proibição gradativa da queima da cana-de-açúcar atende exclusivamente aos interesses do patronato canavieiro, que concretiza através dela mais uma etapa de modernização conservadora, complementada com intensa degradação ambiental. Ao final, procura-se contextualizar esse novo episódio de

¹ A queima da cana-de-açúcar é uma prática agrícola adotada anteriormente à colheita do vegetal, visando eliminar a parcela da biomassa não aproveitada no processamento industrial que dá origem ao açúcar e ao álcool (composta predominantemente de folhas e palha) e, assim, facilitar o corte da cana, diminuindo seus custos de produção e aumentando sua produtividade. Através dessa prática, todo o canavial é queimado.

modernização conservadora com os fatos econômicos atuais que pautam as relações no setor e influenciam tanto a eliminação da queima quanto a mecanização agrícola.

A FALSA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DA CANA E ELIMINAÇÃO DA QUEIMA: DESFAZENDO MITOS

Inicialmente, é importante desconstruir a hipótese amplamente aceita, segundo a qual a eliminação da queima da cana-de-açúcar obriga o produtor canavieiro a mecanizar a colheita do vegetal e, em vista disso, gera desemprego. Não há vinculação causal necessária entre o fim da queima da cana-de-açúcar e a mecanização da colheita, sendo tais escolhas produtivas duas decisões político-econômicas distintas a serem potencialmente tomadas no ambiente de produção canavieiro. A cana pode ser colhida manualmente se estiver ou não queimada, da mesma forma que a cana pode ser colhida mecanicamente queimada ou não. Deixar de queimar a cana não obriga o produtor a mecanizar a colheita.

Na realidade, a cana foi colhida sem queima prévia durante a maior parte do período em que foi cultivada no Brasil, sendo a adoção desse expediente produtivo relativamente recente no país, datando de cerca de 50 anos atrás. A cana, por sua vez, é cultivada há séculos no Brasil, tendo operado por todo esse tempo mediante colheita manual sem queima prévia. Somente a partir da década de 1960, num período de grande expansão produtiva e após a mecanização do carregamento do vegetal, é que a cana passou a ser sistematicamente queimada, numa decisão produtiva que levou em conta estritamente interesses de rentabilidade imediata e ignorou as consequências socioambientais que a prática traria para a Sociedade e para o meio ambiente (GONÇALVES, 2005, p. 99-100).

Não sendo pressuposto indispensável para a colheita, a prática tem como fundamento aumentar a produtividade do corte por torná-lo mais ágil ao eliminar parcela significativa da biomassa do vegetal (cerca de 30%) e, desse modo, diminuir os custos da produção sucroalcooleira. A diminuição de custos ocorre tanto no sistema de colheita manual quanto no sistema de colheita mecanizada.² Para o produtor canavieiro é sempre mais barato queimar a cana, independente da forma que adote para colhê-la. Esclarecidos esses pressupostos (a possibilidade da colheita manual da cana sem queima prévia e a racionalidade financeira como motivação principal da adoção da queima), cumpre agora discorrer sobre a mecanização da colheita.

Processo de inovação tecnológica poupador de gastos com mão-de-obra, a mecanização agrícola é habitual no direcionamento de qualquer sistema de produção capitalista. Pela diminuição de custos que gera, ela é inexorável ao movimento econômico capitalista, sendo a mecanização da colheita da cana-de-açúcar apenas mais uma etapa da mecanização do sistema agrícola como um todo. Conforme explica Francisco Alves, as primeiras atividades na lavoura canavieira a serem mecanizadas foram o transporte, preparo do solo e plantio, ainda que parcialmente. No final de década de 1960 mecanizou-se o carregamento da cana através da substituição de trabalhadores braçais por guinchos mecânicos (apud GONÇALVES, 2005, p. 99). Reunidas as condições econômicas, mecanizar-se-ia também a colheita da cana.

² Gilberto Vieira demonstra, mediante comparação de custos entre a colheita mecanizada e a colheita manual nos sistemas de corte com queima prévia e sem queima prévia de duas usinas paulistas, que, quando há queima prévia, a colheita mecanizada chega a ser 14,86% mais econômica que a colheita manual, enquanto no sistema de corte sem queima prévia a colheita mecanizada chega a ser 53,85% mais econômica. O autor demonstra, também, que os menores custos absolutos são obtidos nos sistema de colheita mecanizada da cana queimada (VIEIRA, 2003, p. 76).

De fato, a decisão pela mecanização da colheita da cana já vinha sendo paulatinamente tomada por alguns produtores do setor canavieiro desde o início da década de 1980, sendo continuação de um processo estrutural que objetiva a diminuição dos custos de produção.³ Conforme explica Daniel Gonçalves, na prática, a opção pela colheita mecanizada não depende de ser a cana queimada ou não queimada antes da colheita, uma vez que a mecanização já vinha sendo feita no setor anteriormente ao amadurecimento das discussões sobre a eliminação da queima da cana, num período em que só se colhia cana queimada (GONÇALVES, 2005, p. 128).

No final da década de 1980 e, portanto, anteriormente ao início da regulamentação proibitiva da queima da cana, a mecanização da colheita já era estatisticamente percebida, por ser uma mudança operacional já iniciada pelo setor sucroalcooleiro. Veiga Filho demonstra que na safra de 1988/89, substanciais 8% do total de área plantada no estado de São Paulo já eram colhidos mecanicamente. Posteriormente, na safra 1997/1998, data em que os efeitos da regulamentação proibitiva ainda se consolidavam, a área com corte mecânico no estado já atingia 172,8 mil hectares, representativos, naquele momento, de 18% do total de área plantada (apud GONÇAVES, 2005, p. 115). A implantação e o crescimento da mecanização da colheita deram-se, assim, independentemente da regulamentação proibitiva da queima, demonstrando não haver correlação histórica de causalidade entre as temáticas.

O entrave que impossibilitou que essa etapa ocorresse antes foi o alto custo inicial para adoção dessa tecnologia, que Alceu Filho ponderou como equivalente a um valor situado entre 30% e 66% do volume total de recursos movimentados pelo setor sucroalcooleiro em São Paulo na safra 1993/1994 para mecanização completa da colheita paulista (VEIGA FILHO, 1998, p.18) e que Osakabe, em 1999, calculou como algo entorno de US\$ 250.000,00 para cada unidade de colheita (apud GONÇAVELS, 2005, p.107). Francisco Alves explica, assim, que a substituição da mão-de-obra empregada na colheita canavieira era, como de fato ainda é, uma questão de tempo e dinheiro, não tendo sido jamais uma questão de se queimar ou não os canaviais (apud GONÇALVES, 2005, p. 151).

Na realidade, em virtude de serem decisões produtivas que geram redução de custos e, caso acumuladas, intensificarem ainda mais a diminuição dos gastos com a colheita da cana, utilização da queima prévia e mecanização da colheita foram costumeiramente adotadas em conjunto. Colhia-se (e colhe-se) a cana queimada através de máquinas. Para Gonçalves, em 2005, dos 36% da área total de cana plantada em São Paulo que foram, naquele ano, colhidos mecanicamente, somente em 25% a colheita se deu sem a utilização da prática agrícola, enquanto nos outros 75% a cana foi colhida com máquinas e com queima (GONÇALVES, 2005, p. 115).

Assim, além de não haver vinculação causal entre eliminação da queima e mecanização, esta foi predominantemente associada à prática agrícola de queima prévia, numa adoção conjunta de dois procedimentos com consequências socioambientais danosas, movida estritamente por interesses financeiros. Ao setor canavieiro não importa o dano ambiental gerado pela queima da cana-de-açúcar, tal qual não importa o dano social gerado pela mecanização da colheita. Ao setor canavieiro importa somente o lucro.

³ Alceu Filho aponta como razões que incentivaram a mecanização no setor canavieiro, além da diminuição de custos, a busca por maior controle sobre a mão-de-obra canavieira, uma vez que esta havia passado por um período de maior organização interna e mobilização, com o fortalecimento da ação dos sindicatos num movimento que significou a perda do controle político da massa de trabalhadores pelo patronato, ao mesmo tempo que encareceu a mão-de-obra. Exemplo significativo e marco dessa perda de controle político é a greve de Guariba (SP), em 1984, que consolidou o papel ativo dos trabalhadores ao paralisar completamente as usinas de açúcar na discussão sobre suas demandas trabalhistas (VEIGA FILHO, 1998, p.22).

O avanço da mecanização da colheita da cana, por sua vez, teve como consequência a proliferação do desemprego no meio rural. Márcia de Moraes, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que entre 1992 e 2005 houve uma redução no número total de empregados (permanentes e temporários) do setor sucroalcooleiro de 23% (eram 670.099 empregados em 1992, passando em 2005 a somente 519.197), a despeito do crescimento da produção na ordem de 54,6% no mesmo período (MORAES, 2007, p. 896-897).⁴ Isso ocorre porque, embora a colheita mecanizada empregue alguns indivíduos em sua estrutura de produção, o número total de postos de trabalho oferecidos é significativamente inferior àqueles oferecidos no sistema de colheita manual, sendo consequência dessa transição produtiva a acentuação dos problemas sociais nas regiões sucroalcooleiras através da geração de desemprego estrutural.

Fica claro, desse modo, que o desemprego é consequência da mecanização agrícola, que, por sua vez, além de não possuir relação de causalidade histórica ou funcional com a eliminação da queima da cana-de-açúcar é, em parcela significativa dos canaviais, associada a ela. Sendo assim, qual a motivação e a origem da associação entre fim da queima da cana e mecanização da colheita? Quem nos explica é Francisco Alves, para quem a iniciativa de vincular as temáticas é do patronato canavieiro, uma vez que, na perspectiva unilateral dos usineiros, só é possível o fim da queima da cana-de-açúcar se for adotada a mecanização concomitantemente, como alternativa ao aumento de custos ocasionado pela necessidade de pagamento de maiores salários aos cortadores de cana (ALVES, 2009, p. 161-162).

Não utilizar a prática agrícola de queima prévia diminui a produtividade da colheita manual, segundo informações de Alceu Filho, na faixa de 32% a 50%, tornando necessário o aumento do valor remunerado ao trabalhador por hectare colhido na faixa de 60% a 68% em relação aos valores recebidos pela colheita da cana queimada, como forma de manter-se a média de ganhos dos trabalhadores rurais (VEIGA FILHO, 1998, p. 22). Eliminar a queima gera, desse modo, aumento de custos para o patronato sucroalcooleiro, sendo opção produtiva a eles desagradável, embora benéfica e necessária ao bem-estar das regiões canavieiras. Em vista disso, como resposta à demanda social pela eliminação da queima da cana-de-açúcar, o patronato canavieiro entendeu necessário condicionar o ritmo da eliminação da queima ao ritmo da mecanização da colheita, visando compensar o aumento de custos que a eliminação da queima gera com a diminuição de custos que a mecanização ocasiona.

Para o setor sucroalcooleiro, se a cana tivesse de ser colhida “crua” (sem queima), ela deveria ser colhida por máquinas, e não por pessoas, uma vez que a colheita dessa cana “crua” por pessoas implicaria em diminuição dos seus ganhos financeiros pelo aumento dos custos de produção. Nessa época, todavia, a mecanização já era um processo em curso, iniciado anteriormente ao início da discussão sobre a eliminação da queima da cana e era, ademais, uma decisão produtiva já tomada, apenas aguardando as condições econômicas que possibilitassem sua implementação. Surgida a demanda social pela eliminação da queima, o patronato cuidou de omitir essa realidade econômica e histórica e passou a defender a inviabilidade financeira da

⁴ Esses dados do PNAD revelam, embora com oscilações significativas, que a diminuição do número total de trabalhadores no setor canavieiro acompanhou o crescimento da mecanização da colheita da cana, sendo anterior, portanto, à efetivação da regulamentação proibitiva da queima da cana-de-açúcar. Em 1992 o número total de trabalhadores era 674.630, tendo esse número diminuído para 618.896 em 1995 e para 559.711 em 1997 (apud MORAES, 2007, p. 896). No mesmo período, segundo dados da União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a produção sucroalcooleira cresceu de 229.222.243 toneladas de cana-de-açúcar na safra 1991/1992, para 240.712.907 toneladas na safra 1994/1995 (ÚNICA, [2010], online).

colheita “crua” manual (ou, até mesmo, a inviabilidade funcional dessa colheita), defendendo a necessidade de condicionamento da eliminação da queima à mecanização da colheita, em benefício de uma racionalidade duplamente danosa.

O corte manual da cana sem queima é viável, embora implique na necessidade de contratação de novos trabalhadores e no aumento nos custos totais com a colheita, em virtude da diminuição da capacidade individual de corte.⁵ Exclusivamente por aumentar seus custos de produção é que o setor sucroalcooleiro rejeita a alternativa produtiva de corte manual da cana “crua”, embora essa alternativa político-econômica apareça dissimulada na assertiva de ser a colheita manual inviável (fática ou economicamente) sem a queima da cana-de-açúcar. Bastaria ao patronato abrir mão de parcela de seus lucros para pagamento de salários e ter-se-ia uma alternativa socialmente interessante para o sistema de colheita de cana.

A relação entre mecanização da colheita e eliminação da queima prévia da cana dá-se, assim, mediada pelo interesse econômico unilateral do patronato sucroalcooleiro, embora essa mediação seja cuidadosamente ocultada. Esclarecido isso e desfeito o mito da vinculação causal, passemos agora a entender melhor como se desenvolveu a útil convergência entre eliminação da queima prévia e mecanização da colheita e quais são suas consequências.

MODERNIZAÇÃO PERVERSA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA PROIBIÇÃO GRADATIVA: A ÚTIL CONVERGÊNCIA ENTRE MECANIZAÇÃO DA COLHEITA E ELIMINAÇÃO DA QUEIMA

O patronato canavieiro já havia indicado a tomada de decisão pela mecanização da colheita, a ser feita no momento mais oportuno. Um elemento externo aos interesses do setor, entretanto, amadurece durante o final da década de 1980 e, em especial, durante o início da década de 1990: a demanda pela eliminação da queima da cana-de-açúcar. Essa demanda passa, então, a agregar novos atores na dinâmica decisória sobre os rumos da produção canavieira, em particular o Ministério Público e o Poder Judiciário, contrariando os interesses do patronato sucroalcooleiro, acostumado a decisões unilaterais em seu favor.

Conforme explica Marcelo Goulart, primeiro promotor de justiça a propor ações civis públicas demandando a proibição imediata da queima da cana-de-açúcar, os empresários do setor canavieiro buscavam resistir ao pleito do movimento ecológico e às ações do Ministério Público com o objetivo de concentrar exclusivamente em suas mãos as decisões concernentes ao tempo e modo de implantação da mecanização, no intuito de subtrair dos trabalhadores rurais e da Sociedade a possibilidade de debater e apresentar alternativas a essa transição produtiva que atendam ao interesse social (GOULART, 1997, p. 69).

Ao setor sucroalcooleiro interessava mecanizar a colheita a seu tempo e a seu gosto, e é nesse contexto histórico que se insere a demanda sociopolítica pela proibição da queima da cana-de-açúcar. Como resposta a tal demanda, e como produto da cooptação do Estado para atendimento dos interesses do patronato canavieiro, constrói-se a normatização de proibição gradativa da queima da cana-de-açúcar, inicialmente com a promulgação de textos normativos que foram, depois, concretizados por meio de decisões judiciais e de políticas públicas. A proibição gradativa da queima da cana foi, dessa forma, o instrumento que unificou as temáticas

⁵ Desde o início da década de 1990 há manifestações de setores do movimento sindical dos trabalhadores canavieiros pela não oposição ao fim das queimadas, garantindo que cortariam a cana colhida sem queima mediante a discussão de novos parâmetros remuneratórios para tal atividade. Entre as entidades que assim se manifestaram, destaca-se a Federação dos Empregados Rurais Associados do Estado de São Paulo (FERAESP).

da eliminação da queima e mecanização da colheita, permitindo a perpetuação de um modelo de produção ambientalmente degradante por três décadas e autorizando o setor sucroalcooleiro a conduzir mais uma etapa de modernização conservadora.

Ao quadro de grave poluição ambiental caracterizado pelas consequências da queima da cana, somaram-se, assim, contornos sérios de crise social em virtude do desemprego gerado pela mecanização, consequência dessa modificação produtiva desinteressadamente tratada pela normatização efetivada. Esta é a proibição gradativa da queima da cana.

Um primeiro texto normativo a dar contornos jurídicos à estratégia do patronato sucroalcooleiro em São Paulo foi o Decreto Estadual nº 42.056/1997, que trazia expressamente em seus “considerandos” as motivações econômicas dessa escolha normativa, num lapso de sinceridade que viria posteriormente a ser desfeito.⁶ Esse documento previa que a queima da cana seria totalmente eliminada em áreas mecanizáveis (onde a colheita mecânica é tecnicamente viável) ao fim de 8 anos após sua edição (ou seja, 2005) e em áreas não mecanizáveis (nas quais a colheita mecânica é tecnicamente inviável pelos padrões atuais) ao fim de 15 anos após sua edição (2012). Ao deparar-se com a expiração dos primeiros prazos estabelecidos, o setor canavieiro fez pressão para reformulação dessa normatização, e o texto foi descartado e substituído em 1999. Ainda não havia condições econômicas para desvincular-se da queima...

Um novo texto regulamentador, mais brando e permissivo, veio em 2000, sendo novamente modificado em 2002, através da Lei Estadual nº 11.241, que definiu os contornos normativos que regem a temática até os dias atuais. Através dessa convulsão legiferante, o patronato sucroalcooleiro obteve junto ao Estado o adiamento dos prazos legais e o direcionamento de políticas públicas segundo seus interesses, remodelando o ambiente institucional sempre que os prazos estabelecidos começavam a incomodar-lhe. A regulamentação atual prevê, por sua vez, que, em áreas mecanizáveis, a queima deverá ser gradualmente eliminada, com extinção total prevista para 2021. Em áreas não mecanizáveis, a queima tem como data prevista para seu final o ano de 2031.⁷

⁶ Nos “considerandos” do Decreto Estadual nº 42.056/1997 consta: “Considerando que a queima dos canaviais como prática auxiliar de sua colheita produz emissões que alteram desfavoravelmente a qualidade do ar; [...] Considerando que a mecanização da colheita será a tecnológica adotada para eliminar a despalha por queima sem comprometer a competitividade internacional do setor; [...] Considerando que não existem condições objetivas para adoção abrupta e imediata da colheita mecânica da cana-de-açúcar, tais como disponibilidade de colhedoras, disponibilidade de capital para aquisição de colhedoras, disponibilidade de canaviais adaptados à colheita mecânica [...]”. Além desse lapso de sinceridade na motivação da proibição gradativa pela proteção expressa do setor canavieiro, o texto traz as falaciosas motivações “sociais” da proibição gradativa: “[...] Considerando que a colheita manual de cana-de-açúcar emprega a maior quantidade de força de trabalho rural no Estado de São Paulo. Considerando que a mecanização da colheita, adotada de maneira abrupta, causaria imenso problema de ordem social; já que centenas de milhares de empregos seriam imediatamente eliminados, sem tempo para absorção dessa mão de obra por outros setores da economia regional; [...]” (SÃO PAULO, 1997, online).

⁷ Em contraposição à dinâmica de proibição gradativa, setores da Sociedade e do Estado, em especial o Ministério Público, mantém a luta político-jurídica pela proibição imediata da queima da cana-de-açúcar viva através do ajuizamento de ações civis públicas que possuem na proibição imediata da queima o seu pedido. O êxito dessas ações civis públicas tem sido relativo, havendo uma infinidade de decisões favoráveis à proibição imediata da queima (embora minoritárias) e outra infinidade de decisões contrárias a tal demanda (majoritárias). Um importante tribunal do país – Superior Tribunal de Justiça (STJ) – tem consolidado a jurisprudência no sentido da proibição imediata da queima, em oposição à segunda instância do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que, por sua vez, através da Câmara Reservada ao Meio Ambiente, vem decidindo predominantemente pela improcedência dessas ações.

O intuito dessa regulamentação é fornecer ao setor sucroalcooleiro um lapso temporal suficientemente longo, no qual é permitida a utilização da queima da cana-de-açúcar, de modo a possibilitar que nesse ínterim o setor complete o processo de mecanização de sua colheita. Em áreas não mecanizáveis, o prazo é significativamente superior para permitir que o setor migre dessas áreas para outras mecanizáveis (fato que já vem sendo observado) ou que simplesmente estenda por outra década a exploração tranquila desses locais. Uma vez mecanizada a colheita e diminuídos significativamente os custos de produção, o setor canavieiro permitirá à Sociedade e ao meio ambiente respirar um ar mais puro. Somente aí. Até lá usufruirá dos benefícios financeiros dessa prática danosa, a um custo demasiadamente alto para todos.

No que concerne ao desemprego estrutural a ser gerado pela mecanização da colheita canavieira, os textos normativos aparentemente não são alheios ao problema. A Lei estadual 11.241/2002 prevê, por exemplo, em seu artigo 10, que o Poder Executivo deverá criar programas visando à requalificação profissional dos trabalhadores canavieiros. A concretização desses textos, todavia, é nesses pontos parca ou nula, sendo amplamente insuficientes os trabalhos de requalificação desenvolvidos. Falta vontade política em modificar a situação vivida pelos trabalhadores sucroalcooleiros, mantendo-se inerte o Estado no cumprimento de seus deveres.

O que se vê, de fato, na realidade canavieira, é que a proibição gradativa corrobora, por um lado, o processo de modernização perversa da produção sucroalcooleira, por permitir uma mecanização descontrolada e carente de políticas públicas compensatórias, e promove, por outro, a perpetuação por três décadas de um sistema produtivo ambientalmente degradante, apoiado numa prática agrícola extremamente danosa. Modernização perversa e degradação ambiental são, assim, as duas faces da útil convergência entre mecanização da colheita e eliminação gradual da queima da cana-de-açúcar.

Explica Francisco Alves que a atual fase de transição produtiva do setor canavieiro, caracterizada pela substituição da colheita manual pela colheita mecanizada, é corretamente caracterizada como modernização perversa por modificar a base técnica da produção sem alterar o essencial das relações de trabalho (ALVES, 2009, p. 159). Estas, como têm sido historicamente no setor canavieiro, continuam a ser permeadas por uma posição de extrema debilidade dos trabalhadores sucroalcooleiros frente ao patronato, por condições subumanas de exercício laboral e por remunerações precárias. Vivencia-se, assim, mais uma etapa de modernização conservadora a serviço dos interesses das elites econômicas.

Nessa etapa, o ingrediente extra é a poluição, a estragar dolorosamente o gosto da vida no nordeste paulista. Embora esteja absolutamente comprovado nos fóruns científicos a amplitude da danosidade advinda da queima da cana-de-açúcar – emissão para a atmosfera de uma infinidade de poluentes; geração e agravamento de problemas respiratórios pelo contato humano com esses poluentes⁸; degradação do solo, da flora e da fauna; entre outros – e haja uma alternativa acessível e viável para a colheita sem essa prática agrícola (uma vez que basta colher a cana sem queima prévia, manual ou mecanicamente), o interesse do poder econômico prevalece, e um Estado cooptado prevê e promove a perpetuação da degradação ambiental.

Nem é inédito nem é estranho esse comportamento promíscuo do Estado com relação à elite canavieira, uma vez que o modelo de produção predominantemente adotado pelo setor foi historicamente construído com o auxílio técnico e financeiro estatal, provocando como consequência a concentração fundiária, o desmatamento, a poluição e o desemprego. É um

⁸ Os principais prejudicados em virtude do contato com os poluentes são os próprios trabalhadores canavieiros, por possuírem contato mais direto e constante com a fuligem e com a poluição gerada. Diversos estudos científicos caracterizam a intensa prejudicialidade da queima da cana para os trabalhadores canavieiros.

modelo insustentável sob a perspectiva social e ambiental, mas que conta, mesmo assim, com a proteção estatal. Encontrou o patronato sucroalcooleiro, na convivência e na ineficácia do Estado, um espaço a mais para seus negócios, construindo seus lucros sobre um conjunto de técnicas e métodos ambientalmente degradantes e socialmente iníquos, componentes do sistema de produção da cana-de-açúcar (GONÇALVES, 2005, p. 234-238).

Esse nefasto quadro necessita de uma modificação estrutural urgente, mas, apesar disso, as perspectivas não são animadoras, em especial para o proletariado canavieiro. Se, por um lado, no cenário mais recente, solidifica-se a tendência de aceleração na eliminação na queima, em benefício da melhoria das condições atmosféricas da região, por outro, acena-se que essa aceleração dar-se-á em sacrifício dos postos de trabalho na colheita rural. Para o patronato canavieiro, os custos devem sempre diminuir, a qualquer custo.

ACELERAÇÃO DA MECANIZAÇÃO E DA GERAÇÃO DE DESEMPREGO ESTRUTURAL: O CENÁRIO ATUAL

O setor canavieiro vive, sob a perspectiva da lucratividade econômica, uma década de euforia. Entre 2000 e 2007 o crescimento da produção sucroalcooleira em terras paulistas foi de 56%, tornando a produção do estado responsável por 60% da produção nacional de cana e concentrando aqui mais de um terço do número total de usinas e destilarias do país. Em São Paulo, a lavoura canavieira já ocupa mais de 65% da área total de lavoura disponível (GONÇALVES; Szmrecsanyi, 2009, p. 2-6).

Esse crescimento significativo é principalmente explicado pelo aumento da demanda nacional e internacional pelo etanol, em particular por conta da publicidade que se formou entorno do papel dos biocombustíveis como solução para a crise energética e para os desafios do aquecimento global e das mudanças climáticas (GONÇALVES; Szmrecsanyi, 2009, p. 2). O já significativo quadro de crescimento econômico torna-se ainda mais promissor para o setor em virtude da perspectiva de ingresso em prestigiados mercados internacionais, entre os quais o da União Européia (UE), que em 2003 fixou como meta a incorporação obrigatória de 20% de energias renováveis em sua matriz energética até 2020, sendo metade desse montante direcionado ao setor de transportes (CAVALCANTI, 2010, p. 17).

O consumo de etanol brasileiro pela UE, já existente, é ainda incipiente, em virtude da imposição de barreiras não-tarifárias à entrada do etanol no mercado europeu, fundamentadas na alegação de dumping social e ambiental praticados pelos produtores brasileiros através das precárias condições de trabalho impostas aos cortadores de cana e devido ao uso de práticas não conservacionistas no que tange a sua relação com o meio ambiente, dentre as quais é a queima da cana-de-açúcar a mais danosa e divulgada delas (FONSECA; PAIXÃO, 2008, p. 2-5). Tais barreiras tarifárias obstaculizam o ingresso do produto brasileiro no mercado europeu, condicionando-o à certificação socioambiental e, assim, traduzem-se em obstáculo ao aumento da lucratividade do setor sucroalcooleiro.

A superexploração do proletariado rural e a degradação desenfreada da natureza, fundamentos históricos da lucratividade canavieira, tornam-se agora, paradoxalmente, óbices aparentes ao aumento dessa lucratividade.⁹ Qual a solução encontrada pelo patronato

⁹ É ingenuidade que não praticamos crer que a UE impõe barreiras não-tarifárias movida pelo anseio de proteção socioambiental do planeta, embora esse discurso seja extremamente útil. A razão primordial da imposição dessas barreiras é financeira: proteger os produtores locais e fomentar o seu desenvolvimento. Ainda assim, deslegitimadas essas barreiras pela eliminação de sua causa formal, sua sustentação torna-se bastante difícil.

sucroalcooleiro para esse problema? Mais uma vez ela envolve engajar o Estado na defesa dos interesses do patronato, promovendo a aceleração da etapa atual de modernização conservadora sob um viés de “esverdeamento” da produção canavieira com a eliminação da queima da cana, paralela à conclusão do processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Sob uma perspectiva capitalista, nada mais lógico: se as condições precárias de trabalho são um problema, elimina-se o posto de trabalho e, assim, resolve-se o problema.

Tragicamente, o que acenam os indicadores econômicos é que o setor reúne, agora, condições economicamente favoráveis para concretizar a mecanização pretendida, uma vez que vive um momento de intensa capitalização, com entrada de investidores estrangeiros, e de significativo aumento da produção. Somado a isso, é consistente o desejo de ingresso em mercados protegidos, o que se obterá somente através da certificação. Dessa forma, atualmente, é interessante ao setor canavieiro mecanizar-se plenamente e abster-se de utilizar a queima da cana-de-açúcar como resposta às demandas econômicas que envolvem sua produção, pois é necessário ao setor “esverdear-se” e eliminar suas práticas trabalhistas ilegais para deslegitimar as barreiras impostas. Ao chamado do patronato, responde o Estado prontamente.

A formalização dessa resposta veio, principalmente, através de dois documentos e do respectivo direcionamento de políticas públicas que esses documentos simbolizam. Na perspectiva ambiental, um gentil Protocolo de Cooperação de vinculação não obrigatória (sem o estabelecimento de sanções para o caso de descumprimento) denominado “Protocolo Agro-Ambiental do Setor Sucroalcooleiro Paulista” foi firmado com o governo estadual, prevendo uma diminuição dos prazos para eliminação da queima da cana-de-açúcar (de vinculação não obrigatória) e outras práticas conservacionistas (de vinculação não obrigatória). Como “contrapartida”, o Estado certifica como ambientalmente correta a produção canavieira.

Na perspectiva trabalhista, o governo federal firmou com o setor canavieiro o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar”, que estabelece pouco (ou nada) além da obrigação do patronato canavieiro de cumprir a legislação trabalhista pátria, como se para isso fosse necessária a formalização de um compromisso. Traduz-se, na realidade, em engodo para mascarar a trágica situação vivida pelos cortadores de cana no país, enquanto o processo de mecanização ainda não se encerrou e esses postos de trabalho não podem ser dispensados. A atuação estatal, como um todo, visa e obtém somente o beneficiamento do patronato canavieiro, submetendo-se a sua dinâmica financeira e apoiando-se em falsos argumentos de proteção socioambiental para legitimar sua ação.

Se a intenção fosse proteger os trabalhadores e evitar o desemprego teriam sido fixados índices máximos permitidos de colheita mecanizada, como forma de garantir a manutenção dos empregos, e não índices mínimos de colheita sem queima fixados sem imposição de sanção alguma. A mecanização já é um fenômeno em curso desde a década de 1980, com redução do número total de empregos no setor perceptível desde o início da década de 1990 e, mesmo assim, pouco ou nada foi feito para alterar esse quadro de caos social que vem gradualmente manifestando-se na produção canavieira.

Conforme explica Daniel Gonçalves, sob a perspectiva de manutenção de empregos os prazos de permissão da queima foram estendidos até 2031 numa ação legislativa que desconsiderou o fato de o corte mecanizado da cana, predominantemente em área queimada, já ter eliminado mais de 60% dos postos de trabalho em todo o estado, o que derruba a justificativa de extensão dos prazos e torna evidente que o único beneficiário dessa mudança é o setor privado (GONÇALVES, 2005, p. 113). Da mesma forma, se a intenção fosse realmente proteger os trabalhadores e evitar o desemprego, não teria havido certificação pelo Estado dos planos de aceleração da mecanização canavieira formalizados pelo Protocolo Agro-Ambiental, pois é

evidente que a diminuição dos prazos previstos para eliminação da colheita da cana, feita em moldes pactuados consensualmente com o setor sucroalcooleiro, dar-se-á pelo drástico aumento da área colhida mecanicamente.

A intenção exclusiva da regulamentação e da ação estatal é proteger o setor a todo o momento e a qualquer custo, mesmo que isso implique em promover a modernização perversa. Nesse processo, o trabalhador canavieiro tem sido deixado à margem da transição produtiva e, largado à própria sorte, vê suas perspectivas de futuro evadir-se num presente cruel, uma vez que não têm sido realizadas políticas públicas compensatórias de geração de empregos para aqueles que perdem seus postos de trabalho. Modernização perversa e degradação ambiental são as duas maléficas faces da proibição gradativa da queima da cana-de-açúcar e, em prejuízo da Sociedade, minimizar os efeitos da degradação ambiental significa intensificar as consequências da modernização perversa, de modo a atender os interesses financeiros do patronato sucroalcooleiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mecanização da colheita canavieira e eliminação da queima da cana-de-açúcar não estabelecem entre si relação causal (funcional ou histórica), sendo a associação de tais distintas decisões político-econômicas subordinada aos interesses do patronato canavieiro, que vê nela a resposta adequada à demanda social pela eliminação da queima da cana, objetivando compensar o aumento de custos gerado pela não utilização da prática de queima prévia com a diminuição de custos ocasionada pela mecanização. A mecanização agrícola, geradora de desemprego estrutural, é inexorável à evolução da produção capitalista, não tendo sido plenamente realizada na colheita canavieira, ainda, estritamente por razões financeiras.

A útil convergência entre eliminação da queima e mecanização da colheita ganhou contornos normativos através da proibição gradativa da queima da cana-de-açúcar, regulamentação que vincula as temáticas atendendo ao interesse do patronato sucroalcooleiro. Ela promove, por uma via, perpetuação da degradação ambiental ao permitir que o setor utilize a queima da cana-de-açúcar por três décadas, e, por outra via, modernização perversa, por permitir que o setor conduza a mecanização da colheita a seu tempo e a seu gosto, sem a realização de políticas públicas compensatórias para o desemprego estrutural gerado. A proibição gradativa corrobora outra etapa de modernização conservadora da produção canavieira.

O cenário atual do setor sucroalcooleiro, por sua vez, indica que haverá aceleração da mecanização da colheita da cana-de-açúcar e, possivelmente, aceleração da eliminação da queima da cana-de-açúcar, em virtude da capitalização do setor, do bom momento econômico vivenciado e da perspectiva de ingresso em mercados protegidos, a obter-se somente pela deslegitimação das barreiras não-tarifárias impostas com base na alegação de dumping social (pelas precárias práticas trabalhistas) e dumping ambiental (pela queima da cana-de-açúcar e outras fontes de degradação ambiental). A regularização socioambiental, desse modo, sob a racionalidade do mercado, dar-se-á pela eliminação estrutural de postos de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco. Políticas Públicas Compensatórias para a Mecanização do Corte da Cana Crua: Indo Direto ao Ponto. **Ruris**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 153-178, 2009.

ANDRADE-Jr. José Roberto Porto; MANIGLIA Elisabete. Modernização perversa e degradação ambiental através da proibição gradativa da queimada da cana de açúcar. In: SANT'ANA, R. S.; CARMO, O. A.; LOURENÇO, E. Á. Souza. **Questão Agrária e Saúde do Trabalhador: desafios para o século XXI**. São Paulo: UNESP-Cultura Acadêmica, 2011, p.283-297.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar**. Disponível em: <<http://www.liberdadeexpressao.inf.br/clientes/contag/compromisso.pdf>>. Acesso em 1 jul. 2010.

CAVALCANTI, Hellen Priscilla Marinho. Aspectos jurídicos relativos ao etanol brasileiro e as barreiras não-tarifárias à sua importação. **Direito E-nergia**, Natal, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2010.

FONSECA, Márcia; PAIXÃO, Márcia. Exportações de etanol brasileiro, integração regional e a questão ambiental: uma análise empírica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2008.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Mar de cana, deserto verde? Os dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista**. 2005. 256f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção)–Engenharia da Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

_____.; SZMRECSANYI Tamás. Efeitos socioeconômicos e ambientais da expansão da lavoura canavieira no Brasil. In: International Congress of the Latin American Studies Association, 28., 2009, Rio de Janeiro. **Anais ...**. Rio de Janeiro, 2009.

GOULART, Marcelo Pedroso. Ministério Público e práticas rurais anti-ambientais: o combate às queimadas da cana-de-açúcar no nordeste paulista. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 5, ano 2, p.56-75, jan. 1997.

MORAES, Márcia Azanha Ferras Dias de. Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar do Brasil no período 1992-2005. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 875-902, 2007.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999. (Economia e planejamento, 36. Teses e pesquisas, 21)

SÃO PAULO. (Estado). Decreto n. 42.056, de 06 de agosto de 1997. Altera a redação do artigo 5º do Decreto nº 41719, de 16 de abril de 1997 que regulamentou a Lei nº 6.171, de 4 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 8.421, de 23 de novembro de 1993, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Poder Executivo, São Paulo, 7 set. 1997.

_____. **Protocolo Agro-Ambiental do Setor Sucroalcooleiro Paulista**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/bioenergia/legislacao/protocolo.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2010.

ÚNICA. **Dados e cotações**: estatísticas: produção de cana-de-açúcar no Brasil. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica/>>. Acesso em: 22 maio 2010.

VEIGA FILHO, Alceu. Fatores explicativos da mecanização do corte na lavoura canavieira paulista. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 11, p. 7-33, 1998.

VIEIRA, Gilberto. **Avaliação do custo, produtividade e geração de emprego no corte de cana-de-açúcar, manual e mecanizado, com e sem queima prévia.** 2003. 64f. Dissertação (Mestrado em Agronomia)–Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2003.

LO RURAL EN COLOMBIA: UNA APROXIMACIÓN DESDE EL TERRITORIO Y EL ESTADO NEOLIBERAL, Y ¿LOS RETOS DEL TRABAJO SOCIAL?

Wilber Jhondany Jojoa Andrade*

La tierra es el gran laboratorio, el arsenal que proporciona los medios y materiales de trabajo, la ubicación la base de la comunidad. La relación de los hombres con ella es ingenua: se consideran a sí mismo como sus propietarios comunales y como los miembros de la comunidad que produce y se reproduce mediante el trabajo vivo (MARX, 1953, p. 12)

RESUMEN: El problema de lo rural en Colombia como producto histórico, corresponde a la mediación de un conflicto político y social entre clases sociales, en el que se han desdoblado debates que deberían despertar mayor interés por parte del palco nacional¹ sobre el modo de abordar la realidad colombiana, en la que se examina un movimiento heterogéneo que necesita ser interpretado desde la perspectiva política impartida en las academias, particularmente en los espacios de Trabajo Social, optando por discernir de modo crítico sobre las formaciones económicas capitalistas y el concepto de territorio que se ha adaptado a las exigencias del contexto.

Palabras claves: Neoliberalismo, Estado, Geopolítica, Territorio, Trabajo Social

INTRODUCCIÓN

Las vicisitudes de la modernidad, son sistemáticas y en algunos casos intencionadas, examinar las contradicciones de la realidad no solo es un asunto del sociólogo, el antropólogo o el Trabajo Social, este se extiende al debate de las ciencias sociales, donde el sujeto político también asume un papel protagónico en el desmembramiento de las tensiones que permanentemente se suscitan en el devenir jurídico, político, económico e ideológico, de un sistema que simula un rostro humano; el capitalismo como sistema económico y punto inicial de discusión, es heredero de un pensamiento moderno moldeado desde los albores del renacimiento y la pleitesía al razonamiento, las artes, el humanismo y el control del tiempo como componentes intrínsecos de una clase que asumiría el control y regulación incluso de las leyes naturales, la moral y la “predestinación” de los pueblos, que en adelante se constituirían como Estado-Nación, fruto de acciones que van desde el condicionamiento de la cultura asumiendo la socialización de un modo de pensar capitalista.

El genocidio, desplazamiento y apabullamiento de las clases campesinas enviadas a la Urbe a vender su fuerza de trabajo en la dilatadas y expansivas ciudades industriales, son una situación tanto histórica como contemporánea, Según Bucher el criterio esencial para identificar el capitalismo es la relación existente entre producción y consumo de bienes, o para ser más exacto es la extensión de la ruta recorrida por los bienes al pasar del productor al consumidor Bucher en Martinelli (1997,p.25) estas características permiten ahondar el análisis, desde lo

* Candidato a título de Trabajador Social de la universidad de Caldas-Colombia, actualmente cursa primer año de Maestría en Ciencias Sociales en la Universidad de Caldas, integrante del Semillero de Investigación Trabajo Social Crítico Manizales, y del colectivo trabajo social crítico colombia. Correo electrónico: lbca12123@hotmail.com;

¹ Hace relación al grupo de personas cuya tendencia es la disertación permanente de asuntos políticos y económicos que sucumben en la realidad concreta.

que se conoce como trabajo abstracto², donde se ponen de manifiesto algunos rasgos que la certeza sensible³ no logra objetivar, es decir solo el análisis y el proceso reflexivo, dialéctico y el enfoque ontológico genera un concepto de la realidad capitalista con relación a la explotación y enajenación del individuo que se encuentra inmerso en otra categoría central que es el Trabajo⁴, frente a todos estos elementos se ponen en evidencia un asunto y es el de la acumulación por desposesión⁵, que se relaciona con las condiciones existenciales concretas del individuo y las restricciones que se dan frente a ella, donde el resultado es examinar el Estado en materia de derechos e inversión al sector agrícola, al igual sobre el compromiso de las Universidades en la indagación densa al tema en cuestión.

CONTEXTO HISTÓRICO DE LAS FORMACIONES ECONÓMICAS PRE CAPITALISTAS

Lo rural como manifestación práctica desde la perspectiva del lugar en relación el campo y lo natural implícito de contradicciones, se ha convertido en el curso de la historia en el ápice de muchas discusiones por parte de académicos, políticos e intelectuales y de la misma esfera campesina en el que sobresalen algunas nociones que son necesarias advertir para reconocer sus profundas y ocultas tensiones de cara a escudriñar el presente; en ese sentido la narrativa histórica va a permitir desglosar con precisión el movimiento de la realidad que de un modo substancial paso de ser una sociedad feudal a una sociedad de carácter capitalista con todos los cambios que fueron necesarios atraer, en mediación a estos dos periodos un concepto fundamental por desarrollar es el trabajo como un imperativo en el que subyace una relación orgánica con cualquier tipo de actividad tanto física, e intelectual que busca la objetivación de una realidad concreta. Desde la edad media como escenario de vastos virajes se puede examinar algunas características que son señalados por Henri Pirenne:

la tierra fue la única fuente de subsistencia y la única condición de la riqueza. todas las clases de la población, desde el emperador, que no tenían más que rentas que las de sus tierras, hasta el más humilde de sus siervos, Vivian directa o indirectamente de los productos del suelo, ya sea que estos fueran fruto de su trabajo, o que se concretaran a percibirlos y a consumirlos (PIRENE, 1970, p 13).

El concepto tierra como categoría a desarrollar es otro aspecto fundamental para poder concebir lo rural como condición asociada a una transición de las relaciones sociales, propiamente de una sociedad netamente rural en su mayor expresión en la edad media a una sociedad industrializada, a parte de la fuente de subsistencia y de concreción de relaciones, ha sido el centro de gravedad de libertad y poder, pues el propietario es al mismo tiempo el señor, pero por el contrario se reconoce tácitamente que la persona que no es dueña de ella, queda meramente reducido a la servidumbre o a la relación de vasallaje como una condición del campesino y demás sujetos que se inscriben en los diferentes matices que configuran la masa de explotados, el hecho político y social que se refracta en esta relación es el papel de dependientes

² Este trabajo abstracto se sintetiza en las contradicciones que puede llegar a esconder una simple o compleja actividad laboral.

³ Desde los planteamientos de Hegel pretende designar que los órganos de los sentidos no permiten reflexionar una realidad, pues sería una mera opinión que carece de profundidad en el análisis .

⁴ El trabajo para Engels es la condición básica y fundamental para la realización del individuo.

⁵ Es una relación histórica que desde Marx en el capítulo XXIV del Capital y la conceptualización que hace David Harvey subrayan la socavación histórica de las relaciones sociales.

y a la misma vez de protegidos como una situación arraigada al espíritu del contexto con una economía dominial cerrada, donde lo que se producía era para el consumo, sintetizando una economía sin mercados exteriores, en el que a pesar de predominar una lucha de clases se situaba una atención del propietario hacia los trabajadores obviamente por el valor de cambio, es decir por su trabajo.

Desde otros focos Max Weber enmarca este periodo de formación económica pre capitalista como un asunto conexas al comunismo agrario primitivo en el que subyace la socialización de la producción y la apropiación por parte de los sujetos de cada producto cultivado en la tierra en medio de la economía natural que no buscaba riqueza ni excedente pero en el que se dilucidaban algunas particularidades dependiendo del lugar donde se estaba generando este tipo de expresiones, intervenida por una multiplicidad de factores de orden espacial y temporal, en esta lógica "en los orígenes existía teóricamente una estricta igualdad entre los miembros, dentro de esta organización económica" Weber(1961,p. 24) lo que ratifica un momento muy importante en términos políticos, al ubicarse la propiedad comunal como rasgo notable en la antigüedad, donde la comunidad es estrictamente el verdadero propietario.

La propiedad comunal es un elemento genuino que se logro desarrollar en el periodo precedente al capitalismo, producto de las relaciones sociales que condicionaban debidamente la dimensión de lo político social, en la que según Marx:

la comunidad no es la substancia, de la que el individuo solo se presenta como el accidente, ni es lo general que existe y tiene ser como tal en las mentes humanas, así como en la realidad de la ciudad y sus exigencias urbanas, independiente del ser económico separado de sus miembros. Es en cambio, por una parte, el elemento común en el lenguaje, la sangre, etc. (MARX, 1953, p. 36).

Este argumento está evidenciando la relación de la comunidad con el léxico de conciencia y/o posición de clase, en el que se puede analizar la apropiación de las condiciones naturales del trabajo para su objetivación, es decir por un lado se encuentra el individuo y en otra la tierra cuya relación permite su reproducción, otro elemento por abordar es la comunidad como producto histórico, claramente se define desde el individuo que es perteneciente a una comunidad precediendo mucho antes una actividad que para el caso específico el ejercicio de labrar la tierra. La apropiación de esta, es el resultado de la relación con la tierra por medio de la ocupación violenta o pacífica como un hecho palpable en la historia originaria de los pueblos.

ESTADO Y NEOLIBERALISMO

La entrada de la modernidad dio un viraje que objetivo la consolidación la propiedad privada y el "derrumbamiento" de las huestes del modo de producción feudal, lo que permitió en este escenario cambios en el terreno político, económico, cultural y ambiental, resultado de la confrontación de clases sociales que históricamente han hecho uso de los medios más recalcitrantes para consolidar poder, hegemonía, control y dominación, como valores intrínsecos de la clase que sometió el arte, la política, la guerra, la naturaleza y la cultura para converger en la consolidación de un proyecto social que en adelante bajo la figura del Estado y todo su arquitectura buscaba legitimar la división administrativa del poder por parte de un Estado Elitista, no del pueblo como se ha creído, Estado que se forjo al calor del estallido revolucionario de episodios Europeos cuyo carácter responde a revoluciones netamente burguesas, en esa lógica la configuración del Estado Burgués de tipo representativo no es más que la ideología que suprime la participación del pueblo y vincula el predominio de fuerzas económicas que fluctúan en el escenario, buscando externalidades positivas que convengan a sus intereses lucrativos y

especulativos; el Estado en el curso de la historia ha sufrido transformaciones que van en relación a su rol y desempeño funcional maquinizando los intereses de cara a una necesaria expansión económica que contribuye a la reproducción del modo de producción capitalista.

Ahora bien, la disertación del Estado toca diversas latitudes y distintos elementos, en lo que es menester entender que *“el primer empresario capitalista es ahora el Estado mismo. El político se hace calculador. La política es un cálculo. El factor económico determina la mentalidad política y las decisiones políticas”* Von Martin (1946,p. 26) sin lugar a dudas lo anterior determina Algunas de las formas que ha modulado el Estado en su manera de operar con la sociedad, que ha sido asimétrica a los intereses comunes, es decir la postulación de un Estado desarrollista en primer lugar fue producto de la despótica necesidad del sistema político por enarbolar el proyecto industrial que intentaba vorazmente conducir el apogeo manufacturero, que contrajo migraciones y/o desplazamiento del campesinado a la urbe como mano febril de la prematura industria, posteriormente se denotan otros cambios que corresponden a las intenciones y trasfondos que se despliegan en el momento; el auspicio de un Estado Interventor o Keynesiano es otro asunto por discernir, en cuyo escenario se debaten algunas garantías como obligación por parte del estado para la satisfacción de necesidades mínimas que permitan sobrevivir. En coherencia con el Estado benefactor el modelo neoliberal ha sido contraria en su filosofía convirtiéndose en una pieza fundamental en la estrategia política e ideológica del gran capital para la obtención de lucros en diferentes áreas donde intervienen, se debe resaltar que se materializa como producto de la profunda crisis de carácter estructural en términos de István Mészáros que se ha refractado en un conjunto de expresiones que atentan el trabajo, y formas conexas a esta categoría entiéndase desde el desempleo, la disminución del gasto social y la erosión manifiesta del bienestar social; frente a la crisis estructural es necesario hacer algunas apreciaciones que se conjugan en su carácter universal, su alcance global, su escala de tiempo extensa *“en términos simples y generales, una crisis estructural afecta la totalidad de un complejo social en todas la relaciones con sus partes constituyentes o subcomplejos como también a otros complejos a los cuales está articulada”* Mészáros (2004,p.50) esta crisis estructural condensa los efectos que se desdoblán de la lógica neoliberal, en cuyo seno se desmonta el Estado, se liberaliza el mercado reduciendo aparentemente los aranceles para en la importación, la predominancia del individualismo y la flexibilización laboral entre otros factores que resultan lesivos para la sociedad.

Lo que está generando el neoliberalismo es preparar el terreno para experimentar alternativas de explotación de recursos, de mano de obra y socialización de pérdidas en países tercermundistas, aunque con efecto generalizado en países poderosos caso específico la recesión económica en Europa producto de la dinámica neoliberal, frente a esta situación Kapstein señala *“el problema está enraizado en una tendencia del capitalismo neoliberal o de libre mercado que, libre de toda constricción y regulación estatal, produce desigualdades sociales excesivas en la distribución de los recursos y de los ingresos mundiales”* Kapstein en Petras y Veltmeyer (2004,p. 96) por consiguiente este panorama se encuentra subordinado un tipo de acumulación que busca bajo cualquier medio y/o alternativa producir excedente, algunos de los métodos empleados equivalen al uso de política coloniales, al sistema de empréstitos internacionales, a la guerra, a la opresión, al engaño y a la concreción de políticas de intereses privados la cual va a orientar esta discusión, estos métodos se condensan en los que Harvey denominó *“acumulación por desposesión”* Harvey (2005,p.183) estos han sido algunos de los métodos utilizados para introducir las huestes foráneas en los Estados tercermundistas, en busca de expansión geográfica y/o reconfiguración espacial lo que se ha denominado como una forma de producción del espacio al confirmar un desplazamiento de capitales, apertura de

nuevos mercados, capacidades productivas, y posibilidades de trabajo en distintos lugares del planeta produciendo una reorganización territorial en medio de la fría y salvaje especulación que reproduce la narrativa del “desarrollo” desigual.

TERRITORIO, GEOPOLÍTICA Y REIVINDICACIÓN

La conceptualización del territorio es un asunto que demanda la combinación de varias elementos, que condensan el unisono interés de dismantlar la visión superflua, desde una perspectiva más amplia en el que se agrega la importancia del espacio como una construcción histórica,(...) *“El concepto de territorio está relacionado con la idea de dominio o gestión dentro de un espacio determinado; está ligado a la idea de poder público , estatal o privado en todas las escalas”* Correia en Montañes & Delgado(1999,p.4) que para el caso particular se estiman las relaciones sociales que se producen en lo rural como espacios o lugares que determinan un modo operandi de las relaciones de poder, en esa línea la territorialidad como variable que deviene de territorio expresa (...) *“el control de una determinada porción de espacio geográfico por una persona, un grupo social, un grupo étnico, una compañía multinacional, un Estado o un bloque de estados”* Montañes & Delgado(1999,p.5), es decir tanto el campesino, el colono, el indígena, el afro, el empresario multinacional, etc., ejercen control sobre un espacio delimitado, este componente está asociado también al regionalismo, al poder, a la interacción de espacio, territorio y región, sin embargo la antítesis es la desterritorialización como léxico político e ideológico que se ha acuñado con mayor intensidad en la actualidad en relación a los proyectos mega mineros e hidroeléctricos por mencionar casos específicos. Una consecuencia de la desterritorialización se presenta en lo que hoy se conoce como la “mercantilización de las formas culturales” donde la narrativa o tradición oral, el canto, la música, el baile, presenta una desposesión, traducido a una explotación y usurpación de la cultura y la tradición popular, en términos políticos; Estados Unidos intenta controlar el petróleo iraquí bajo la escusa de Democratización del Estado, y en Venezuela se inserta con el objetivo de derrocar la Democracia protagónica, lo que demuestra un fenómeno de vieja data relacionada con el colonialismo. Desde una perspectiva más global la expansión en todo el planeta de la doctrina Monroe es un hecho que estriba el total interés de la hegemonía de Estados Unidos por controlar el territorio mundial.

El apogeo de renovados movimientos en materia de geopolítica ha demostrado por un lado el desvanecimiento de los regímenes nacionales populistas y por otro la vigorosidad de países fuertes por penetrar en países cuya política internacional es demasiado laxa, lo que atestigua el hecho del reacomodamiento político, económico militar, cultural y ambiental, adicional a este desenlace, el terreno militar direccionado desde Norte América se ha convertido (...) *“[en] un discurso de dominación mundial por la fuerza que, como lo recordaba Noam Chomsky en su conferencia, solo tiene un precedente en el siglo XX: Adolfo Hitler”* Boron(2009,p.150) A pesar de los fuertes zumbidos por la restructuración de los Estado-nación, algunos movimientos y organizaciones sociales antisistema en Latinoamérica adelantan reivindicaciones desde la defensa del territorio, claro ejemplo de ello son:

El MST de Brasil, ha logrado sostener uno de los más dinámicos movimientos sociales de Latinoamérica, ocupando tierras, a lo largo de quince años de lucha y acción directa, y estableciendo a mas de 400.000 familias desde 1995; y organizando una producción agrícola en esta tierra “expropiada a sus dueños de la oligarquía. Otras organizaciones sociopolíticas semejantes, de base y dirigencia campesina o comunidades indígenas en la sociedad rural, son: La confederación Nacional Indígena de Ecuador (CONAIE); el EZLN; la confederación nacional campesina de paraguay; los cocaleros de Bolivia; y, hasta cierto punto, las FARC (PETRAS; VELTMEYER, 2004, p.131).

El despertar de la "sociedad civil" ha sido otra expresión que se desdobra del entramado de relaciones suscitadas en el reacomodamiento geopolítico, en el caso colombiano se advierten algunas dinámicas que son necesarias analizar con la óptica desapasionada del científico social.

RURALIDAD EN COLOMBIA Y EL CONFLICTO POLÍTICO SOCIAL

El tránsito de una sociedad netamente agrícola a una industrial en el contexto colombiano se remonta a la década de los 30 del siglo XX, en la que se pone de manifiesto el desplazamiento de campesinos a la urbe como un proceso necesario para la consolidación de fuerza de trabajo, que fortaleció la industria que estaba floreciendo en este contexto, notoriamente en la región antioqueña, esta fase de modernización de la producción y el salto a la manufactura y la producción de bienes de consumo en el área textil y cervecero generó un viraje trascendental, semejante a épocas pasadas en contextos más internacionales como en Inglaterra y las características de una Revolución Industrial interpretada al estilo de Mijailov y el acervo histórico que denota en su obra, en la que se detectan elementos de explotación infantil, trabajo deshumanizado, legislaciones que precarizan el trabajo, realidad no muy alejada a la vivida en el contexto colombiano en su proceso de industrialización que contrajo una transformación del campesino que salió de su territorio a vender su fuerza de trabajo, luego de ser despojado de su tierra, de su cultura, de sus costumbres ligada al hacha al azadón y, al machete; con esto Colombia ingresaba en desventaja obviamente a las dinámicas internacionales del mercado en medio de su proceso de liberación de capitales y la estructuración de un Estado nación, y el discurso posterior de una Democracia, la década siguiente 40 y 50 fue fundante de algunos episodios políticos de gran envergadura, captando la atención de un periodo en el que se genera el Bogotazo y/o la muerte de Gaitán quien protagonizaba un proyecto nacional muy tentativo y seducía a la mayor parte de la sociedad; la ola de muertos por los ajustes entre liberales y conservadores que desató un escenario de intolerancia, sangre y fuego permanente entre las clases subalternas que arremetieron entre ellos mismos, mientras la clase dirigente inscrita en estos partidos continuaban sus diálogos sin la menor represión, parafraseando a William Ospina:

Esta contrarrevolución tuvo tres etapas, cada una de ellas peor que la anterior. La primera fue el asesinato del caudillo, que provocó el incendio de la capital, la segunda fue la violencia de los años cincuenta, que despobló los campos de Colombia e hizo crecer dramáticamente las ciudades con millones de desplazados arrojados a la miseria. La tercera fue el pacto aristocrático del frente nacional, mediante el cual los instigadores de la violencia se beneficiaron de ella y se repartieron el poder durante 20 años (OSPINA, 1999,p.8).

La tendencia política de Colombia en este contexto, señalaba algunos componentes que ponían al descubierto las injusticias, las desigualdades sociales, un aumento de clase empobrecida y la acumulación por desposesión que bajo el lenguaje del fraude, y la violencia se materializa un proyecto que arroja al campesino a un estado de inestabilidad, provocando un conjunto de manifestaciones que van desde la fecundación de la pobreza hasta la generalización de la miseria; pasados los años 50 a nivel internacional, el primero de enero de 1959 estalla la revolución Cubana y persuade el contexto latinoamericano, Colombia y principalmente en las montañas del sur Tolima, en la que un pequeño segmento de campesinos liberales fundan en 1964 autodefensas campesinas, esta forma de organización les permite defenderse de las agresiones externas de terratenientes, conservadores y sectores políticos que defienden los intereses de los terratenientes, gremios económicos e intereses externos y se confrontan directamente con el estado en algunas regiones, en el transcurso del tiempo esta forma organizativa deviene con

la agresión a Marquetalia y se transforma la dinámica de la guerra pasando de autodefensas campesinas a guerra de guerrillas móviles, esta forma organizativa da lugar a la formación de guerrillas en Colombia y es cuando el episodio ocurrido en Marquetalia y la resistencia de 48 campesinos liderados por el legendario guerrillero Pedro Antonio Marin más conocido como tiro fijo, estos sujetos que sobrevivieron a los bombardeos dirigidos por los EEUU y como respuesta organizativa y de confrontación contra el estado surge el bloque sur que posteriormente se convertirá en las FARC con una clara posición comunista y cuya composición son campesinos de la región agredida, un año después se organiza el ELN cuya tendencia era mas de intelectuales, universitarios; las guerrillas son la respuesta a la descomposición económica, política y cultural del Estado colombiano, se fundamenta en principios que buscan la transformación del país, y la indagación por una reforma agraria integral, que se convierte en la bandera de lucha, posteriormente se conforman estructuras en gran parte del país, zonas estratégicas donde converge una correlación de fuerzas con la fuerza pública colombiana, originando también más adelante los primeros inicios del paramilitarismo de cuño anticomunista con la dinastía castaño y la financiación de hacendados, ganaderos, banqueros y grandes comerciantes del país que buscaban redefinir el proyecto geopolítico y militar de Colombia.

La consolidación de actores armados al margen de la ley fue una etapa que marca la historia del país, junto a los problemas que le dieron origen, hay que mencionar el movimiento de la realidad en la década del 90 y los procesos de apertura y modernización política con el ex presidente Gaviria, la inserción del neoliberalismo y la oficialización de pactos como el plan Colombia con Pastrana que rediseñaba y preparaba el país para los siguientes años de explotación transnacional, y militarización de los territorios al ingreso del siglo XXI en el año 2002 precisamente, se generan algunos diálogos en el Caguan y lo que se conoce como zona de distensión que fue un fracaso y a partir de allí agudizaría el conflicto y el aumento a la guerra propinada por el ex presidente Álvaro Uribe Vélez que instauraría un régimen de seguridad democrática que intensifico la violencia, la persecución política y represión, a la par de la preparación del territorio para el asalto voraz de las transnacionales en el sector minero energético, sobre la base de la pobreza, el desempleo, el desmonte de leyes que precarizaron el trabajo junto a otras manifestaciones cuya tendencia afectaban a las clases populares. Los próximos ocho años serian intensos y compuesto de políticas que lograban hazañas que significaban la pérdida de soberanía nacional, el desalojo, el aumento de las masacres como la de los Montes de Maria en sucre, solo por mencionar un caso que denoto un interés político ligado al ejercicio de la explotación de recursos y el aumento descomunal del paramilitarismo, que según Alejandro Reyes Posada en su libro *Guerreros y Campesinos* subraya:

El paramilitarismo fue acogido como el nuevo modelo de seguridad y consolidación de dominio territorial. Dos quintas partes de los dos millones de desplazados por la violencia perdieron su tierra a manos de grupos paramilitares, que se apropiaron de ella como botín de guerra y la asignaron a sus protegidos para recomponer una base social sumisa a la gran hacienda. Comprar barato donde hay guerrilla, aportar la seguridad privada y valorizar la propiedad se volvió un gran negocio, que combina el poder económico y el uso privado de la fuerza, los dos recursos privilegiados al alcance de mafias y grandes hacendados (REYES, 2009,p.9).

En definitiva en el contexto colombiano, Las crisis por violencia agraria ha sido un ejercicio sistemático de corte político social al afectar un conjunto de relaciones, actores y lugares en los que se establecen multiplicidad de interacciones, a pesar de los intentos la

incapacidad del Estado y los demás actores ha sido un momento permanente que debe solventar las inquietudes estructurales.

RETOS DESDE EL TRABAJO SOCIAL

Pensar en la manera de como aportar al debate de este fenómeno social es un actuación primaria para enarbolar un conjunto de indagaciones en torno al que hacer, en un escenario convulsionado y anclado a una dinámica política fuerte, como lo es el tema de lo agrario en Colombia, en el que se podría vislumbrar un campo de acción profesional desde los derechos, citando a Netto: *“la lucha es por la concretización de los derechos- sean los derechos llamados clásico (conforme Marshall, civiles, políticos y sociales), sean aquellos que Bobbio designo como derechos de tercera generación- esta lucha es la lucha contra la barbarie contemporánea”* Netto (2008,P.24) la actuación debe enmarcarse en la defensa de los derechos históricamente conquistados, el reto es claro y el camino es complejo y heterogéneo, no cabe duda que el sistema registra una globalización de la miseria y una negación permanente de derechos, frente a ello no existe una receta; desde la posición de Yamamoto se puede advertir:

Se puede concluir que articular la profesión y la realidad es uno de los principales desafíos, ya que el servicio social no actúa apenas sobre la realidad sino en la realidad. Desde esta perspectiva se comprende que los análisis de coyuntura centrados en la cuestión social- , no son apenas un telón de fondo que enmarca el ejercicio profesional; al contrario, son partes constitutivas de la configuración del servicio social, por lo tanto, deben ser aprehendidas de esa forma, el esfuerzo debe centrarse en romper cualquier relación de exterioridad entre profesión y realidad, adjudicándole la centralidad que debe tener el ejercicio profesional (Yamamoto, 2003, p.75).

Referente a los planteamientos que se esgrimen por parte de estos autores la invitación es a pensarse de manera profunda el tema agrario en Colombia desde la perspectiva político académica, que puede ser enlazada desde la misma Universidad, particularmente desde los programas de Trabajo Social a nivel nacional, como un escenario indicado para debatir y aprehender las características ontológicas de este fenómeno, que integra diversos actores, acentos y desde distintas condiciones que devienen de su realidad social y política. El reto es Epistemológico debido a las relaciones que se deben escudriñar frente al tema de lo rural con el contexto y la relación directa del trabajo social y población; es Metodológico, de modo que se debe distinguir los procedimientos que se deben tener presentes en la actuación profesional, y sobre todo debe ser ontológico para denotar la naturaleza, estructura y esencia del fenómeno concreto. Lo concerniente a formación política es un aspecto que no se debe obviar en el escenario de Trabajo Social, a lo sumo en palabras de Montaña:

(...) “De los agentes profesionales. Recae en el compromiso con la mejor capacitación y cualificación de los asistentes sociales, en la investigación crítica y creadora sobre los objetos a partir de una perspectiva de totalidad de la realidad, en el descubrimiento de la realidad política y del papel político que contiene el ejercicio de la profesión; recae entonces en ellos la posibilidad de ruptura con la condición subalterna y sub alternizante, dentro de las condiciones históricas” Montaña en Salamanca (2011, p.165).

Es claro que los esfuerzos teóricos y praxiológicos deben remitirse impostergablemente a la formación, y a la defensa de los Derechos como una medida no negociable, que debe preconizarse en el contexto de barbarie, de cara a una realidad demarcada por el despojo de tierra, la concentración de la misma y el incipiente desarrollo de fuerza productivas, en síntesis

la apropiación del territorio es un modo de dialogar con la autoconciencia sobre la capacidad de hacer lectura de la realidad que converge en las acciones cotidianas.

CONCLUSIONES

Las formaciones económicas pre capitalistas son determinantes para comprender el movimiento dialéctico de la realidad, en el caso colombiano se puede entender los cambios que se experimentaron en la década del 30 del siglo pasado, en un contexto signado de un viraje que cimienta la inserción industrial de una sociedad profundamente agrícola, en la que se pueden señalar algunas características que van relacionadas con el número de personas absorbidas como fuerza de trabajo en su desplazamiento del campo a la ciudad en búsqueda de nuevas oportunidades, por medio del Trabajo como categoría central en la discusión académica y política.

Es menester reconocer la ontología del neoliberalismo como proyecto político-ideológico y militar donde se genera la arquitectura de las contradicciones y tensiones más latentes en la actualidad, refractada en diferentes hemisferios y/o esferas de la realidad concreta.

Desmitificar el concepto de territorio es un ejercicio substancial para interpretar la dimensión política en la que se ha sustentado y debería efectuarse, sobre la base de un contexto donde la distribución de la riqueza es un problema abismal.

Pensarse un proceso de formación desde el carácter político e investigativo es un aporte valioso al debate de lo rural, de cara a condensar nuevos y renovados elementos que sirvan de insumos bajo los parámetros de la perspectiva de totalidad e historicidad.

BIBLIOGRAFÍA

BORON, Atilio; (2009); *“Hegemonía e Imperialismo en el Sistema Internacional”* En: BORGIANNI, Yolanda & MONTAÑO, Carlos. (Coyuntura actual, Latinoamericana y mundial tendencias y movimientos. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

HARVEY, David; (2005); *“El Nuevo Imperialismo Acumulación por Desposesión”* En: BORGIANNI, Yolanda & MONTAÑO, Carlos. (Coyuntura actual, Latinoamericana y mundial tendencias y movimientos. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

IAMAMOTO Marilda. (2003). *El servicio social en la contemporaneidad*. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

OSPINA, William; (1999) *“El proyecto Nacional y la franja Amarilla”*; Bogotá; Editorial Norma S.A.

PIRENNE, Henry; (1970); *“Historia Económica y Social de la edad media”*; Fondo de Cultura Económica.

PETRAS James; VELTMEYER, Henry; (2004); *“Entender el desarrollo mundial: Globalización o imperialismo”*; En: BORGIANNI, Yolanda & MONTAÑO, Carlos. (Coyuntura actual, Latinoamericana y mundial tendencias y movimientos. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

MARTINELLI, María Lucia. (1997). *Servicio social: Identidad y alineación*. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

MARX, Karl; 1953 *“Formaciones Económicas Pre Capitalistas”*; Bogotá; Editorial Latina

MONTAÑEZ, Gustavo;(1999)“*Espacio, Territorio y Región: Conceptos Básicos para un Proyecto Nacional*”Bogotá; Revista del Departamento de Geografía de la Universidad Nacional de Colombia.

MÈSZÀROS, István; (2006); “*La crisis estructural de la política*” En: BORGIANNI. Yolanda & MONTAÑO, Carlos. (Coyuntura actual, Latinoamericana y mundial tendencias y movimientos. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

NETTO, Jose Paulo; (2008) “*La concretización de derechos en tiempos de barbarie*” En: BORGIANNI. Yolanda & MONTAÑO, Carlos. (Coyuntura actual, Latinoamericana y mundial tendencias y movimientos. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

REYES, Alejandro;(2009)“*Guerreros y Campesinos El Despojo de la Tierra en Colombia*”;Bogotá; Grupo Editorial Norma

SALAMANCA, Avila;(2011)“*El Trabajo Social Critico en el Contexto Latinoamericano Contemporáneo*”; Bogotá; CONETS

VON MARTIN, Alfred; (1946); “*Sociología del Renacimiento*”; Fondo de Cultura Económica.

COISAS DE MULHER? A DUPLA JORNADA DE TRABALHO E A SAÚDE FEMININA

Luciana Ribeiro Paneghini*

RESUMO: O artigo visa, à luz do método marxista, descortinar o mito da responsabilidade feminina pelos trabalhos domésticos, além de apontar para os danos à saúde da mulher, propiciados pela dupla jornada de trabalho e pela reestruturação produtiva, a partir da crise do capitalismo nos anos 70. A análise aponta para a necessária luta por uma divisão equânime dos serviços domésticos, entre homens e mulheres, e pela implantação de instituições que possam socializá-los. Ademais, conclui assinalando a necessidade de construir uma sociedade revolucionada pelos trabalhadores, em que o trabalho alienado, que adocece os seres humanos, seja eliminado.

Palavras-chave: mulheres, trabalho, trabalho doméstico, saúde.

ABSTRACT: The paper aims, in the light of Marxist method, to unveil the myth of female responsibility for domestic work, while points to the damage to women's health, enabled by the double workload and productive restructuring, from the crisis of capitalism in the 70's. The analysis points to the necessary struggle for an equal division of housework, between men and women, and the establishment of institutions that can socialize it. Moreover, concludes pointing to the need of the construction of a society revolutionized by workers, where alienated labor, which sickens humans, is eliminated.

Keywords: women, work, domestic work, health.

INTRODUÇÃO

As atribuições impostas socialmente às mulheres, tanto no lar, como no espaço público, constituem, em certa medida, a base sobre a qual se reproduz sua subalternização ante os homens. Sobre isso, a socialista Flora Tristán já enunciava que a mulher era a proletária do homem trabalhador, tendo com ele uma relação de dominação e exploração, que se reproduz em outros âmbitos da vida. Apesar de a opressão às mulheres, na família monogâmica, começar antes do capitalismo, este sistema socioeconômico soube utilizar-se do fato de as mulheres empreenderem uma dupla jornada de trabalho.

É na tentativa de colocar às claras tal assertiva, que o presente trabalho abordará, em um primeiro momento, a origem da opressão às mulheres, a partir do surgimento da propriedade privada e da família monogâmica. Depois, irá percorrer um breve histórico das mulheres no sistema capitalista, até a sua precária inserção no mercado de trabalho, após a reestruturação produtiva nos anos 70.

A partir do contexto da precarização social do trabalho ante a reestruturação produtiva, por meio do toyotismo, e da implantação do neoliberalismo, será iniciada reflexão acerca dos problemas na saúde feminina, decorrentes da dupla jornada de trabalho, fundamentada na estrutura socioeconômica da sociedade, com implicações na cultura e na ideologia desta sociedade patriarcal.

Concluimos com algumas reflexões acerca do tema, as quais dizem respeito à luta pela distribuição equânime do trabalho doméstico entre homens e mulheres e pela constituição de instituições sociais públicas que possam socializar o trabalho feminino, apontando para o horizonte da revolução dos trabalhadores, na busca por uma sociedade sem nenhuma forma

* Assistente social do Ministério Público do Estado de São Paulo, mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

de opressão e de exploração, onde o trabalho humano encontre suas raízes ontológicas, assim como a alienação e as doenças relacionadas ao trabalho possam ser eliminadas.

DESCORTINANDO O MITO DO TRABALHO DOMÉSTICO

Os primórdios da opressão

Sabe-se que as mulheres têm sido responsabilizadas cotidianamente pelo cuidado com os filhos e pelo trabalho doméstico. Porém, as atribuições ditas femininas no lar foram histórica e socialmente construídas, a partir da divisão sexual do trabalho, após o surgimento da propriedade privada e do antagonismo entre as classes sociais. De acordo com Lessa (2012), as sociedades primitivas contavam com a divisão sexual do trabalho, sem que esta fosse pautada em uma hierarquia de importância, ou implicasse na ausência de autonomia de um dos dois sexos. Conforme o autor, poucas eram as tarefas divididas por sexo; como exemplo, a responsabilidade pela criação das crianças era de todas as mulheres e de todos os homens da comunidade. Este aspecto corrobora com a assertiva de Reed:

A sociedade primitiva não só sobreviveu, mas prosperou, e isso porque no sistema comunitário, todas as mulheres cumpriam coletivamente as suas funções maternas, e todos os homens cumpriam coletivamente as funções paternas, frente a todas as crianças da comunidade (REED, 2008, p.44).

Os afazeres domésticos, portanto, eram tão importantes quanto o trabalho de caça e coleta, pois diziam respeito à reprodução dos seres humanos pertencentes a um grupo determinado.

De acordo com Lessa (2011), a descoberta da semente através do trabalho humano, há cerca de 10 mil anos, possibilitou o surgimento da pecuária e da agricultura. Isto proporcionou, pela primeira vez na história, a produção de um excedente econômico e, por sua vez, da propriedade privada. Neste sentido, a dominação de um povo sobre o outro começou junto à produção de um excedente econômico agregada à exploração como forma não de responder às necessidades humanas, mas de produzir riquezas que seriam reinvestidas no processo privado de produção.

Assim, poucos indivíduos controlavam, por meio da violência, o processo de produção daqueles que transformavam a natureza – escravos, servos e proletários – em meios de subsistência e de produção. O instrumento especial criado pela classe dominante para manutenção de sua dominação foi o Estado, constituído pelo Direito (legislação, poder judiciário, etc), pelas forças armadas (o poder de ter hegemonia sobre o uso da força) e pela burocracia.

Ocorre, na sociedade de classes, a divisão entre “trabalho intelectual”, daqueles que pensavam melhores formas de organizar a exploração do trabalho, e o trabalho produtivo. É desta forma que os seres humanos conhecem o trabalho alienado: o homem se torna separado dos objetos, meios e produtos de seu trabalho, de si mesmo, da natureza e dos demais seres humanos.

A violência e o controle, e não a cooperação, são os meios pelos quais a classe dominante reproduz a sociedade de classes. Desta forma, “a guerra surge como um complexo social que fará parte da humanidade até os nossos dias” (Lukács apud LESSA, 2012, p. 27). Sendo a guerra um empreendimento majoritariamente masculino e sendo ela a grande geradora de escravos, a riqueza expropriada dos trabalhadores será convertida em propriedade privada dos elementos masculinos da classe dominante.

Caberão, aos homens da classe dominante, as atividades que resultarão na reprodução da sociedade.

[...] A economia, o Direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e a conquista de novos territórios surgem já como atividades masculinas. A vida dos indivíduos masculinos está, na nova sociedade, diretamente articulada aos destinos coletivos; todas as ‘grandes questões sociais’, tudo o que diz respeito ao destino da classe, à história do período, estará a cargo dos indivíduos masculinos; [...] as mulheres estarão delas excluídas (LESSA, 2012, p. 27).

A origem da família nuclear monogâmica, ou seja, da família que, ao invés de se responsabilizar coletivamente por todas as crianças da comunidade, se restringe a um núcleo formado por um casal e seus filhos, é indissociável da propriedade privada e da exploração de um homem sobre outro. A classe dominante não arcaria com os recursos necessários para a manutenção das crianças, com os custos de alimentação e de educação. Assim, estas atividades terão agora de assumir um caráter privado, que se destaca da vida social e, é neste momento, que a família se desloca do âmbito coletivo para a família nuclear ou monogâmica.

Segundo Engels (1979), na família monogâmica, o governo do lar perde seu caráter social, uma vez que no antigo lar comunista, a direção da casa, incumbência das mulheres, era uma empreitada tão necessária quanto à busca da subsistência, pela qual os homens ficavam encarregados, sendo caracterizada como trabalho produtivo. A gerência do lar passa a se constituir em serviço privado, visto que a mulher não toma mais parte na produção social. Portanto, o primeiro antagonismo de classes que surgiu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico.

Para o autor,

[...] Essa foi a origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente.

[...] A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos [...]. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: ‘A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para procriação dos filhos’. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1975, p.70 e 71).

Se a família monogâmica representa, por um lado, uma forma específica de alienação da mulher, das crianças e do homem, na organização familiar; por outro, é o terreno histórico que viabilizou o desenvolvimento dos seres femininos e masculinos até hoje. As mulheres serão concebidas, a partir da sociedade de classes baseada no trabalho alienado, como seres frágeis, sensíveis, dóceis, portadores de um dom especial para educar os filhos e de uma sexualidade controlada externamente, enquanto os homens serão ágeis, racionais, violentos, sexualmente incontroláveis e dominantes no espaço público. Ocorre uma dicotomia entre o que é feminino

e o que é masculino, baseada na valoração negativa do trabalho doméstico em comparação ao trabalho realizado no espaço público.

A SITUAÇÃO DAS MULHERES NO CAPITALISMO

As mulheres pobres e trabalhadoras, no início do capitalismo, estavam subjugadas a uma exploração/dominação diferenciada daquela em que se encontravam submetidos os homens trabalhadores. Marx e Engels, sobretudo n' *O Capital* (livro I) e em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, respectivamente, demonstraram a condição em que as mulheres viviam e trabalhavam. Nos primórdios do capitalismo, mulheres e crianças eram utilizadas como força de trabalho extremamente barata, em atividades extenuantes, com carga horária de até 20 horas diárias de trabalho. Como as mulheres eram as únicas responsáveis pelo cuidado com a casa e com os filhos, muitas crianças morreram por overdose de ópio, sendo que o ato de entorpecer os filhos para que ficassem mais calmos em casa, quando permaneciam sozinhos, se caracterizava como uma estratégia das mulheres trabalhadoras, que precisavam vender sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência e de sua família.

O trabalho feminino, portanto, era visto como um ato moralmente duvidoso, não apenas pelo fato de as trabalhadoras deixarem os filhos sozinhos em casa, mas também porque as fábricas eram consideradas ambientes degradantes para elas: as trabalhadoras também estariam sujeitas a se envolverem em relações sexuais consentidas com seus colegas de trabalho, o que, na época, se caracterizava como uma degradação das mulheres casadas e não casadas. Elas também estavam submetidas ao estupro por parte de seus patrões e colegas de trabalho, sendo culpabilizadas pela violência que sofriam.

As mulheres pobres viviam nesse limbo: apesar de precisarem trabalhar para garantir a sua sobrevivência, estavam sempre fadadas a serem julgadas moralmente por isso.

É válido também considerar que a inserção da força de trabalho feminina no sistema de produção capitalista sofre variações de acordo com o contexto histórico. Durante a Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra, por exemplo, a inserção da força de trabalho feminina teve um aumento de 40% entre 1939 e 1945. As necessidades da guerra tiveram um efeito compulsório para que as mulheres entrassem no mercado de trabalho, o que desencadeou a organização de serviços como restaurantes e creches. Porém, quando o conflito acabou, tais instituições foram fechadas, já que os soldados voltaram a se constituir como a força de trabalho predominante, ao passo que a burguesia não se dispunha a dividir as jornadas de trabalho de suas indústrias em períodos menores, o que permitiria o emprego de um maior número de profissionais e a consequente possibilidade de englobar homens e mulheres em seu quadro de funcionários.

Assim, pode-se dizer que o capitalismo abriu as portas da indústria às mulheres, assim como fez com tudo que pode gerar mais-valia. Ao mesmo tempo, de acordo com Carrasco e Petit (2012), se aproveita de sua situação para inseri-las nos piores postos de trabalho, com salários mais baixos, para despedi-las com maior facilidade. Destrói a família para a maioria, como já enunciado acima, mas tende a fortalecê-la, em alguns casos; insere as mulheres na produção e depois, as retira. Permite a subsistência da família burguesa, em uma minoria de casos, mantendo sua defesa ideológica.

As atribuições e os comportamentos ditos femininos são recompostos na realidade da mulher trabalhadora, em seu espaço de trabalho. Rago (2001), ao abordar a industrialização brasileira no início do século XX, aponta que as mulheres trabalhadoras, em sua maioria, imigrantes, estavam em maior número nas indústrias de tecelagem e fiação, enquanto os homens dominavam as indústrias de metalurgia, mobília e calçados. De qualquer forma, percebe-se

que os trabalhos femininos estavam ligados a ocupações que exigiam menor qualificação profissional e maior destreza e habilidade com as mãos (herança das atribuições domésticas do cozinhar, do passar, do costurar, etc.). Por precisarem conciliar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado, muitas mulheres realizavam trabalhos terceirizados em casa, o que permitia lucros exorbitantes aos burgueses.

Na agressiva luta pela sobrevivência, muitos foram os homens que excluíram as mulheres de suas lutas específicas, enquanto trabalhadoras, nos sindicatos. Ao invés de se atentarem para o fato de que o capitalismo rebaixa a condição humana de homens e mulheres, aqueles competiam com as trabalhadoras que estariam tomando seus empregos.

No Brasil, a partir dos anos 50, ocorre um aumento de mulheres no setor terciário, principalmente, na esfera pública estatal, no comércio e em escritórios. Surgiram possibilidades maiores de emprego nas ditas áreas femininas, dentre elas, o magistério e o Serviço Social. De acordo com Cisne (2012), o trabalho no setor de serviços era e é até os dias atuais, em grande medida, a continuidade do trabalho doméstico não remunerado.

AS MULHERES TRABALHADORAS ANTE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A partir de 1973, com a crise estrutural do capitalismo, também denominada por Alain Bihr, como “crise do regime de acumulação capitalista” (BIHR apud Nogueira, 2004, p.32), o fordismo/taylorismo passa a ser substituído pelo toyotismo ou “acumulação flexível”. Nos dizeres de David Harvey (1992), este padrão de produção se baseia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e dos produtos e padrões de consumo.

Na Europa, a crise do capital, que acarretou a redução da taxa média de lucro, possibilitou a contestação não apenas do padrão fordista/taylorista de produção, mas também, do Estado de Bem Estar Social, por meio do qual vários direitos sociais foram garantidos, devido à pressão exercida pelos trabalhadores no contexto das lutas sociais.

Desta forma, a resposta do capitalismo à crise se deu não apenas com a criação de outro padrão de produção de mercadorias, mas também, com a mudança do sistema político e ideológico de dominação. A implantação da política neoliberal é a maior expressão desta resposta, tendo início na Inglaterra com Margareth Thatcher, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

De acordo com Chauí (2011), os principais traços do modo de produção capitalista, regido pelo neoliberalismo, são: desemprego estrutural; centralidade do monetarismo e do capital financeiro, o que implica na desvalorização do trabalho produtivo e na fetichização do dinheiro; terceirização, que tem como base o aumento do setor de serviços e a dispersão e fragmentação de todas as esferas e etapas da produção; ascensão da ciência e da tecnologia como forças produtivas e não, meros suportes da acumulação capitalista; rejeição à presença do Estado, não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização também se torna estrutural.

Conforme a autora, no neoliberalismo, o centro econômico encontra-se em agências mundiais de financiamento, como o FMI e o Banco Mundial. Assim, os Estados de terceiro mundo disputam mercados e recursos estrangeiros, restringindo direitos sociais e trabalhistas e reprimindo duramente qualquer forma de resistência dos trabalhadores. Por sua vez, os países centrais transferem, para fora de suas fronteiras, suas plantas produtivas.

Além de proporcionar uma crise de identidade na própria classe trabalhadora, devido à grande fragmentação em seu interior, provocada por relações contratuais de trabalho flexíveis, os quais agudizam a precarização social de diversos segmentos heterogêneos, como os terceirizados, os autônomos, os temporários, os PJ (pessoa jurídica), etc., o modelo

toyotista de produção impõe aos trabalhadores uma incorporação ideológica da empresa em sua subjetividade. O trabalhador se torna colaborador, o qual precisa “vestir a camisa” da empresa que, não raras vezes, é tratada como uma família.

A fragmentação do processo produtivo, em que as plantas de produção são espalhadas ao redor do mundo, destrói os referenciais materiais de identificação dos trabalhadores de uma mesma empresa. Da mesma forma, as precarizadas relações contratuais diferenciam os trabalhadores entre si, possibilitando o aumento da concorrência e a ausência de solidariedade no interior da classe.

De acordo com Nogueira (2004), a lógica da flexibilização, empreendida pela atual reestruturação produtiva do capitalismo, tem relação com o crescimento significativo do emprego da força de trabalho feminina. O capital soube se utilizar das mulheres para inseri-las em um contexto de flexibilização das relações e direitos trabalhistas e de precarização do trabalho, o que implicou na intensificação e na informalidade. Hirata (2002) cita que, frente à reestruturação produtiva, que culminou na flexibilização dos direitos e das relações no mundo do trabalho, a vulnerabilidade e a intensificação foram pautadas como “experimentos”, para os quais as mulheres foram colocadas como “cobaias”, a fim de que, no devir, o desmonte das normas trabalhistas fosse possível para todos os trabalhadores.

Nogueira (2004) afirma que, entre os anos de 1980 e 1990, houve um aumento exponencial de mulheres no mercado de trabalho, sobretudo, no setor de serviços. Tanto na Europa, como na América Latina e no Brasil, as mulheres estavam submetidas a um trabalho em tempo parcial, o que contribuía para a intensificação de suas atividades assalariadas, seja pelo acúmulo de mais de um emprego, seja pela necessidade de executar determinados serviços em um período de tempo reduzido. Apesar desta situação, as mulheres prosseguiram com baixa remuneração, principalmente se comparadas aos homens, o que culminou em sua pauperização e na desvalorização de seu trabalho, intrinsecamente ligada ao discurso de que o trabalho remunerado, realizado pelas mulheres, trata-se apenas de uma ajuda nas contas domésticas, uma vez que a responsabilidade por sustentar a casa é do marido.

Chama a atenção a condição temporária de tais empregos, que pode resultar em instabilidade e vulnerabilidade social e econômica. A situação das mulheres em empregos precarizados, torna-se ainda pior em casos de assédio moral e/ou sexual: a falta de solidariedade entre os colegas de trabalho e a diminuição da auto-estima, como um processo passível de acontecer nestes casos, podem dificultar a superação dessa situação.

Giannasi (1997), em seu estudo a respeito da Lesão por Esforço Repetitivo (LER), aponta que a intensificação do trabalho—no que se refere tanto aos seus ritmos, como aos seus conteúdos—, a racionalização na organização do trabalho e a pressão por maior produtividade possibilitam a ocorrência deste tipo de lesão, o que pode ser agravado com a dupla jornada de trabalho, a qual as mulheres estão submetidas. A autora ainda afirma que a inadequação dos locais de trabalho; a ausência de pausas para descanso; a restrição de intervalos para tomar as refeições ou para ir ao banheiro; e as longas jornadas de trabalho, que se estendem no âmbito doméstico, potencializam limitações ou incapacidades não apenas no trabalho, mas nas tarefas domésticas mais simples, como torcer a roupa, amamentar, etc.

A falta de mobilização sindical dessas trabalhadoras, inseridas em empregos temporários, em tempo parcial e sem contrato formal de trabalho, facilita a sua demissão quando adoecem. Com isso, as empresas não notificam a incidência de tais doenças à Previdência Social. De acordo com Giannasi (1997), as empresas apontam as atividades domésticas como as únicas causadoras da LER, dentre outras doenças ocupacionais, o que tem promovido a alta

rotatividade da força de trabalho feminina e a terceirização de alguns setores, no interior da própria empresa.

Nogueira (2004), neste sentido, demonstra como o desemprego tem maior incidência sobre a força de trabalho feminina. Entre 1990 e 2001, o subemprego, modelo que não conta com nenhuma relação contratual, atingiu mais as mulheres do que os homens. Sobre isso, Lages et al menciona que as constantes rupturas, mudanças e novidades do mundo atual, aliadas à ausência de perspectiva quanto à estabilidade no trabalho, obrigam as mulheres, mais sujeitas ao desemprego, a um processo contínuo de adaptação, o que causa sentimentos de apreensão e ansiedade.

O relatório da OIT de 2012 sobre Trabalho Decente conta com análise de dados da PNAD/IBGE de 2010 e contém dados da segunda metade dos anos 2000 até 2011. Este aponta:

A participação dos homens nos afazeres domésticos está mais concentrada em atividades interativas, como a realização de compras de mantimentos em supermercados, o transporte dos filhos para a escola e atividades esporádicas de manutenção doméstica, como reparos e consertos no domicílio. Uma informação do suplemento da PNAD de 2008 é bastante ilustrativa dessa situação: cerca da metade (49,7%) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, costumavam fazer faxina no próprio domicílio, sozinha ou com a ajuda de outra pessoa. Enquanto que esta prática era comum para 72,1% das mulheres, entre os homens era de apenas 25,4% (OIT, 2012, P. 21).

De acordo com Estival (2013), à luz de dados do PNAD/IBGE, as mulheres representam 90,7% daquelas que estão no mercado de trabalho e realizam serviços domésticos, enquanto os homens são 49,7%, nessas condições. A OIT (2012) indica que, apesar de as mulheres gastarem menos tempo em trabalhos assalariados do que os homens (36 horas por semana contra 43,3 horas), em casa, elas se ocupam com os trabalhos domésticos por 22 horas semanais, enquanto os homens, apenas por 9,5 horas. Assim, as mulheres trabalham, em média, 20,8 horas mensais a mais do que os homens; isto demonstra que, apesar de o número de mulheres, inseridas no mercado de trabalho, ter aumentado, elas continuam realizando a dupla jornada de trabalho, o que possibilita o desenvolvimento de estresse e outros transtornos mentais, devido ao acúmulo de tarefas.

De acordo com Lages et al., apesar da inserção massiva de mulheres ser fruto da luta feminista, com vistas à sua emancipação, a entrada das mulheres no mercado de trabalho ainda tem implicações culturais, fortemente internalizadas, no contexto da sociedade patriarcal. Muitas mulheres se sentem culpadas por não ficar mais tempo com seus filhos, uma vez que os cuidados para com estes ainda não foram divididos entre pais e mães, de forma equânime. Esta pressão, exercida pela cultura patriarcal, pode proporcionar sentimentos ambíguos nas mulheres; ao mesmo tempo, pode fazer com que as mulheres trabalhadoras empreendam as atividades domésticas com maior intensidade, o que proporciona adoecimento físico e mental, decorrente do estresse.

De acordo com Pinho (2006), a incidência de Transtornos Mentais Comuns, como ansiedade, depressão, esquecimento, fadiga, irritabilidade, dentre outros, é maior para aquelas que têm mais responsabilidades no âmbito doméstico. A precária posse de bens duráveis, a falta de compartilhamento de tais atividades e a incidência destas no período de 05 a 07 dias por semana podem agravar este quadro. Ainda segundo a autora:

Os Transtornos Mentais Comuns foram mais prevalentes entre as mulheres mais velhas, sem acesso à escola, com 5 ou mais filhos, com precárias condições de moradia e posse de bens duráveis, as chefes de família, com renda de até um salário mínimo, as que não tinham atividade de lazer e entre aquelas que tinham trabalho remunerado

e trabalho doméstico simultaneamente, caracterizando a dupla jornada de trabalho (PINHO, 2006, p. 95).

Além disso, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho não possibilitou a criação, por parte do Estado, de instituições para o atendimento de idosos, pessoas com deficiência e crianças, públicos que, culturalmente, demandam o trabalho doméstico feminino. Quanto às trabalhadoras e a seu acesso à creche, por exemplo, o relatório da OIT apontou que, em 2009, 11,5% das mulheres trabalhadoras de 16 anos ou mais tinham filhos (as) de 0 a 3 anos, sendo que uma significativa proporção de 73,3% dessas crianças não frequentava a creche. Quanto ao acesso à Previdência Social, utilizando-se de estudo da PNAD 2008, a OIT aponta, em relatório, que 2,7% das trabalhadoras ocupadas tiveram filho no período, e dentre estas, apenas a metade (50,5%) contribuía com a Previdência Social, portanto, tinha o direito de usufruir da licença-maternidade.

Estes são apenas exemplos de como o Estado, que tem sua asserção de classe definida ao lado daqueles que detém o poder do capital, não tem garantido melhores condições de vida para as mulheres trabalhadoras e suas famílias. Assim, o próprio relatório comenta:

Evidencia-se, portanto, que a massiva incorporação das mulheres ao mercado de trabalho não vem sendo acompanhada de um satisfatório processo de redefinição das relações de gênero com relação à divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito da vida privada, quanto no processo de formulação de políticas públicas e de ações por parte de empresas e sindicatos, especialmente no concernente às responsabilidades domésticas e familiares. A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho vem ocorrendo de forma expressiva sem que tenha ocorrido uma nova pactuação em relação à responsabilidade pelo trabalho de reprodução social, que continua sendo assumida, exclusiva ou principalmente, pelas mulheres (OIT, 2012, p. 22).

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TEMA

O trabalho doméstico se insere no bojo do surgimento da propriedade privada, das sociedades de classe e do trabalho alienado, sendo, portanto, anterior ao capitalismo. O próprio antagonismo entre homens e mulheres surgiu nesse bojo, em que a violência e o controle dos donos dos meios de produção sobre aqueles que trabalhavam determinaram o surgimento de outras formas de opressão social, como o patriarcado e a ideologia que lhe dá sustentação, o machismo.

Conforme apontado acima, o trabalho exclusivamente empreendido pelas mulheres no âmbito doméstico não é produto de uma cultura machista nem, tampouco, de “dotes naturais” para criar, educar, cozinhar, que as mulheres pretensamente teriam desde o nascimento. Afinal, as mulheres são sujeitos socialmente construídos e são ensinadas, desde pequenas, a varrer o chão, lavar a louça, cuidar de crianças, etc.. As mulheres, portanto, são ensinadas e impulsionadas a cumprirem com responsabilidades do universo doméstico, ao contrário dos homens, que são educados para dominar no espaço público. A mulher, a partir de então, está diante de um trabalho que é compulsório, invisível e, nos dizeres de Lênin (1979), embrutecedor.

Se por um lado, o trabalho doméstico, apenas como responsabilidade feminina, surgiu antes das revoluções burguesas, o capitalismo soube se aproveitar muito bem dele, já que a utilização do trabalho doméstico feminino, como expressão de um trabalho invisível e não remunerado, é o que dá condições para a reprodução da força de trabalho dos membros familiares, sem que o Estado ou o empregador pague por isso. Trata-se, portanto, de um trabalho que cria ou recria valor novo à força de trabalho, mas não é remunerado para tanto.

Desta forma, o trabalho doméstico privado, realizado nos núcleos familiares, tem rebatimento direto no valor dos salários recebidos pelos trabalhadores, já que o salário está intrinsecamente ligado ao valor da força de trabalho, ou seja, à quantidade de trabalho necessária para sua produção e reprodução enquanto indivíduo capaz de trabalhar.

As mulheres são absorvidas no mercado de trabalho, na maior parte das vezes, em ocupações que lhe são como extensões do que realizam em casa. Não à toa, a grande parte das trabalhadoras terceirizadas nas áreas de limpeza e organização de ambientes são mulheres e negras, sendo isto um produto de uma sociedade machista e racista, que se assenta, historicamente, no Brasil, na sociedade escravocrata patrimonialista que, por sua vez, foi essencial para o desenvolvimento da indústria nos países colonizadores (Saffioti, 1979). Não à toa também, as empregadas domésticas, no Brasil, conquistaram direitos trabalhistas essenciais apenas tão recentemente. Pode-se perceber que o trabalho doméstico e a atribuição socialmente construída para as mulheres de cuidar e educar permeiam, diretamente, o trabalho assalariado exercido por homens e mulheres. Mas são as mulheres as mais expostas a uma sobrecarga de trabalho, tanto em casa, como fora.

Esta sobrecarga de trabalho acarreta inúmeros problemas de saúde, tais como a LER e os Transtornos Mentais Comuns já citados que, por sua vez, causam impactos sociais e econômicos significativos, já que se constituem como motivos importantes para a perda de dias no trabalho, além de elevarem a demanda pelo atendimento nos serviços de saúde. Tais aspectos corroboram para a análise de que o capitalismo atingiu um nível no patamar histórico, em que as sociabilidades e a construção das vivências individuais sob sua égide se mostram extremamente destrutivas.

A divisão igualitária do trabalho doméstico e de cuidados entre homens e mulheres pode ser um importante fator, não apenas para tirar da mulher o peso da responsabilidade exclusiva quanto a este tipo de trabalho, mas também para permitir a ambos o desenvolvimento de potencialidades, tanto no âmbito externo, como interno ao lar.

Faz-se necessário, também, que sejam criados mecanismos para a socialização do trabalho doméstico, por meio de lavanderias e restaurantes populares, creches e escolas em números condizentes com a demanda, dentre outros serviços que possam compartilhar, com as famílias, os cuidados para com as pessoas com deficiência e idosos.

Sabe-se, entretanto, que o Estado capitalista não realizará isso de maneira completa, como em uma sociedade em que os meios de produção sejam dos trabalhadores e os produtos do trabalho sejam socializados. Contudo, ante a barbárie dos tempos atuais, faz-se importante, por meio dos movimentos sociais, realizar pressão sobre o Estado para que direitos sociais sejam garantidos às mulheres trabalhadoras, com vistas a melhorar sua qualidade de vida, uma vez que este mesmo Estado é permeável à luta dos trabalhadores.

Porém a luta pela garantia de instituições que socializem o trabalho doméstico e de cuidados, assim como a luta contra as diversas manifestações da precarização do trabalho, deve ter como horizonte não o reformismo, que pretende humanizar o capitalismo (o qual jamais se humanizará); mas a revolução socialista, na luta por outra sociedade, em que os trabalhadores tomem o controle dos meios de produção e que não haja nenhuma forma de exploração ou opressão de classe, de raça/etnia, de gênero, etc. Ou seja, uma sociedade em que se possa, de maneira totalmente livre, desenvolver todas as potencialidades humanas, livres de prejuízos à

saúde relacionados ao trabalho alienado, estranhado e que causa sobrecarga aos seres humanos, sobretudo, às mulheres.

REFERÊNCIAS

Avanços nos indicadores de Trabalho Decente no Brasil é tema de relatório inédito da OIT. Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/876>. Acesso em: 20/11/2013.

CARRASCO, Carmem; PETIT, Mercedes. **Mulheres Trabalhadoras e Marxismo: um debate sobre a opressão.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ENGELS, Friedrich. As mães arrancadas a seus filhos in **Revista Práxis**, nº 17, p. 68-69, 1979.

_____. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ESTIVAL, Katianny. **O trabalho de homem, o trabalho de mulher e a construção do trabalho compartilhado.** Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2013/10/o-trabalho-de-homem-o-trabalho-de-mulher-e-a-construcao-do-trabalho-compartilhado/>. Acesso em: 20/11/2013.

GIANASSI, Fernanda. A precarização do trabalho da mulher e seus impactos sobre a saúde. Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. p. 81-86. Goiânia: AB, 1997.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação.** Brasília: OIT, 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro. Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n. 17-18. 2001-2002.

LAGES, Sônia Regina Côrrea; DETONI, Carolina; SARMENTO, Sandra Carrato. **O preço da emancipação feminina: uma reflexão sobre o estresse gerado pela dupla jornada de trabalho.** Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3345423/8-o-preco-emancipacao-feminina-reflexao-sobre-estresse-gerado-dupla-jornada-trabalho.pdf>>. Acesso em: 10, mar., 2013.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** 1ª edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LÊNIN, V.I.. Pelo Dia Internacional das mulheres. **Revista Práxis**, n. 17, p. 103 – 105. São Paulo: Global, 1979.

MARX, Karl. A exploração das mulheres casadas. **Revista Práxis**. Nº 17, p. 91, 1979.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas: Autores Associados, 2004.

PINHO, Paloma de Sousa. **Sobrecarga doméstica e transtorno mental comum em mulheres**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006, Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. **A História das mulheres no Brasil**. p. 579-606, São Paulo: Contexto, 2001.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe?** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

VIDAL, Malena; RECK, Adela. Flora Tristan. **Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história**. p. 39 – 48, São Paulo: Edições Iskra, 2009.

CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA: CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL

Adriana Davoli Arizono* ; Grazielle Maria Riberio de Souza**

RESUMO: A construção de espaços ampliados de cidadania no atendimento às demandas populares ocorre pela participação da sociedade civil na gestão pública. Os avanços nessa direção são confrontados, em alguns municípios brasileiros, com forte tradição conservadora, com práticas clientelistas ativas. Este artigo é um ensaio teórico, parte de uma monografia de conclusão de curso sobre a cultura política de um município pequeno. O objetivo é contribuir com reflexões sobre a ampliação do poder popular no processo democrático. A compreensão da cultura política brasileira e como essa determina as relações democráticas é fundamental ao Serviço Social.

Palavras-chave: Democracia, Cultura Política, Participação Social.

ABSTRACT: The construction of expanded citizenship in meeting the popular demands spaces occurs by civil society participation in governance. Advances in this direction are faced in some Brazilian cities, with strong conservative tradition, with active clientelistic practices. This article is a theoretical essay, part of a monograph course conclusion on the political culture of a small town. The purpose is to contribute with reflections on the extension of popular power in the democratic process. Understanding the Brazilian political culture and determine how these democratic relations is fundamental to social work.

Keywords: Democracy, Political Culture, Social Participation.

INTRODUÇÃO

A cultura política de um município paulista de pequeno porte foi discutida em um trabalho de conclusão de curso. A pesquisa qualitativa foi executada através de entrevista com dois moradores, por amostra intencional. A pesquisa teve como resultado a discussão da manutenção no poder de dois grupos políticos, que se alternam durante décadas no poder municipal. Os resultados indicaram que o clientelismo se atualiza, em favorecimentos e ajuda material. O arcabouço teórico da pesquisa está compilada nesse artigo, como contribuição às discussões sobre o fortalecimento da sociedade civil, do processo de descentralização democrática e ampliação do controle social.

A participação da sociedade civil nos conselhos de direitos e na definição e a instauração das políticas sociais no Brasil diz respeito à publicização, que:

[...] funda-se numa visão ampliada de democracia, tanto do Estado quanto da sociedade civil, e na implementação de novos mecanismos e formas de atuação, dentro e fora do Estado, que dinamizam a participação social para que ela seja cada vez mais representativa da sociedade, especialmente das classes dominadas. [...] é um processo construído por sujeitos sociais que passam a disputar lugares de reconhecimento social e político, e adquire assim um caráter de estratégia política (DEGENNSZAJH apud ANHUCCI; SUGUIHIRO, 2008, p. 1).

No processo democrático as forças políticas definem os rumos dos processos decisórios na regulamentação da vida social. Nesse contexto, refletir sobre o processo democrático no Brasil a partir de elementos da cultura local e regional faz-se necessário, visto que as mudanças são

* Assistente Social. Universidade de Taubaté. Mestre em Serviço Social pela UNICAMP. Email: adarizono@uol.com.br.

** Assistente Social. E-mail: graziribeiro.lagoinha@gmail.com.

operadas em um processo dialético, em que forças conservadoras são atualizadas dificultando o avanço em relação às conquistas sociais.

A cultura política é um conjunto características da cultura de um determinado local e de sua população. O Vale do Paraíba paulista é uma região de povoamento historicamente marcado pela riqueza da agricultura e pelo poderio dos grandes produtores rurais. Aspectos constitutivos da cultura política regional são o mandonismo, o coronelismo e o clientelismo, que representam, em última instância, a centralidade do poder. Deste modo a compreensão desses no processo democrático favorece reflexões no sentido de construção da descentralização do poder, processo permanente no jogo político. Essa reflexão é pertinente ao Serviço Social, visto que o exercício profissional, em especial de profissionais da área da Assistência Social, é tangenciado permanentemente com a cultura política regional e local da população atendida.

DESENVOLVIMENTO

Democracia e Participação Política

O objetivo desta parte é tratar sobre a participação da sociedade civil no processo democrático. A democracia se encontra no discurso político capitalista onde ela é defendida e vista como um bem à sociedade.

A democracia reduzida a um regime político eficaz, baseado na idéia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas sociais (CHAUI, 2005, p.404).

A redemocratização a partir de 1980 avançou em relação à participação social da sociedade civil.

A sociedade civil é a organização da sociedade ponderada pelo poder político dos seus participantes. Poder que deriva do capital, da capacidade e organização política, e do conhecimento que cada um dos membros da sociedade detém (PEREIRA, 2000, p.241).

Os movimentos sociais na década de 80 representaram iniciativas da sociedade civil no comando do direcionamento político, que durante anos esteve obstruído pelo regime ditatorial militar. O contexto dos anos 80 incidiu na luta pelo alargamento dos espaços participativos, efetivados em forma de lei na Constituição Federal de 1988.

A ação democrática consiste em que todos tomem parte do processo de decisão sobre aquilo que terá consequência na vida em coletividade: “(...) se não de forma direta, pelo menos por meio de seus representantes, desde que ele se mantenha, ativo e vigilante acompanhando o trabalho daqueles que elegeu” (GALLO, 1998, p.30).

Vieira nos esclarece sobre o regime democrático liberal, presente na realidade brasileira:

O regime democrático liberal (...) tem como preceito essencial: no seu interior os governantes se sujeitam à fiscalização dos governados, que tem a posse de meios de controle sobre eles, especialmente o ligado à faculdade de elegê-los. Logo, pressupõem o equilíbrio de forças entre governantes e governados, cujas relações de reciprocidade detêm igualmente o poder de troca, de jogo de interesses e de mútua honorabilidade (VIEIRA, 1992, p.70).

Comenta ainda Vieira que a cidadania na democracia liberal exprime a liberdade humana apenas no sentido de os homens terem direito a estarem protegidos pela lei. A igualdade

jurídica da cidadania se desenvolveu a partir da luta pela conquista de certos direitos e para se usufruir deles. Ser cidadão, para o autor, se relaciona com o apelo à participação social, já que a sociedade é um patrimônio pertencente a todas as pessoas.

Considerar o peso da democracia em uma sociedade envolve, além da existência dos direitos, como eles são efetivados. O direito, ao contrário da carência ou interesse não é específico de alguém ou de algum grupo, mas universal. Assim:

Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo, portanto real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não somente mecanismos de distribuição de renda, mas, sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões principalmente nas diversas formas de produção (VIEIRA, 1992, p.13).

Baquero (2003, p.104) coloca como dificuldades à democracia “a desagregação social, a fragmentação societária, a erosão da confiança interpessoal nas instituições políticas, a crise econômica e o crescimento da pobreza e da exclusão social”. Os obstáculos à democracia interferem na coletivização das decisões “os obstáculos à democracia dizem respeito à liberdade, igualdade e participação, dificultando a formulação da política como um governo do povo, pelo povo e para o povo” (CHAUI, 2005, p.406).

Chauí comenta haver um autoritarismo social, em que a diferença de classes é entendida como hierárquica.

Nossa sociedade é autoritária porque é hierárquica, pois divide as pessoas, em qualquer circunstância, em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. (CHAUI, 2005, p.408).

A hierarquia acima referida é aprofundada pelas diferenças de gênero, etnia e orientação sexual que se configuram na sociabilidade brasileira como exclusão social. Não nos cabe nesse contexto aprofundar a discussão de como ocorre essa constituição, mas assinalar seu peso na participação democrática. Segmentos significativos da população brasileira assistem ao cenário das mudanças políticas como espectadores, não se colocando como atores da vida social. Deste modo Chauí (2005) nos alerta que no lugar da democracia temos instituições advindas dela, mas que funcionam de maneira muito autoritária.

A democracia e o autoritarismo caminham lado a lado em nosso país, sendo vistos como legítimos na esfera do Estado em relação ao seu modo de governo.

Um estado de direito não se realiza apenas com a garantia jurídico formal dos direitos e liberdades, expressa em documento solene. O estado reclama a presença de mecanismos socioeconômicos dirigidos e planejados com a finalidade de atingir a concretização desses direitos. (VIEIRA, 1992, p.13).

Chauí situa a democracia como uma ideologia política de defesa dos direitos dos homens vistos como cidadãos em uma sociedade civil. As lutas sociais, em seus mais diversos níveis, são o palco de disputa para a concretização da democracia, que deve ser vista como um processo permanente:

A democracia pode ser vista como, ela é formal ainda não podendo ser considerada concreta, está em processo de concretização o tempo todo. (CHAUI, 2005, p.407).

A participação da sociedade civil na partilha do poder entre Estado e sociedade é inerente ao projeto democrático e ocorre por negociações em instâncias representativas, como

nas eleições de governantes, na participação em instâncias de controle democrático como os conselhos. Entraves na ampliação do controle democrático são inerentes à sociedade capitalista e aprofundados pela permanência de uma cultura política conservadora, profundamente enraizada em nossa sociabilidade: Baquero salienta que uma cultura silenciosa, passiva e pouco participativa resultam da naturalização, no âmbito da política, da miséria, do clientelismo e do patrimonialismo (1995, p. 90).

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO

A cultura política está diretamente ligada à forma como se reproduzem os comportamentos e os valores políticos de determinada comunidade. A política é definida pelo processo de formação histórica das sociedades, podendo ser considerada causa e também consequência do sistema político de cada sociedade.

A cultura política é vista ao mesmo tempo como causa e consequência do funcionamento do sistema político, pode-se afirmar que a cultura política de uma sociedade é resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, tornam-se vivas ao longo do tempo, pois “a menos que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais” (BAQUERO, 2006, p.08).

Aspectos da cultura política brasileira vigentes no processo democrático, foram tratados por diversos autores. Carvalho (1997) discutiu o mandonismo; Rocha (1996) o coronelismo e o clientelismo foi focado por D' Avila Filho (2008); Farias (2000) e Speck (2003).

O mandonismo é um tipo de política tradicional, existente desde o período da colonização. O mandonismo, assim como o coronelismo são estruturas personalizadas do poder, onde aquele que tem controle de algum recurso, ou mesmo a posse de terra, exerce na população um domínio arbitrário. O coronelismo foi um momento particular do mandonismo:

O coronelismo trata-se de um sistema de domínio político exercido notadamente na área rural, mas também em áreas urbanas do interior do Brasil... o coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidades de atender as demandas de sua clientela seja ela pública ou privada (ROCHA, 1996, p.16-18).

O coronelismo surgiu no Brasil em 1889 e se estendeu até 1930, em uma conjuntura de decadência econômica dos fazendeiros. Era uma complexa rede de relações baseadas em barganhas entre os governantes e os coronéis, que se estendia do coronel até as mais altas esferas de governo, (CARVALHO, 1997, p. 2). A compreensão do coronelismo deve ter como referência a estrutura agrária, sendo que a força eleitoral do coronel era o “natural” coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras (LEAL, 1986, p. 20-23). Sua extinção ocorreu prisão dos grandes coronéis baianos em 1930 e a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo. Entretanto em várias regiões do país ainda há, se não o coronelismo na acepção da palavra, traços de poder concentrado, que se estende por gerações de políticos de uma mesma família, que governam com o intuito de preservar o poder político, sem compromisso com a coisa pública. Na medida em que os direitos civis e políticos são ampliados com a efetiva participação dos cidadãos nos processos decisórios, a tendência é a substituição dessas características de sociabilidade por relações menos autoritárias e concentradas.

O clientelismo é a concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto (SANTIN, 2007,

324). Se no coronelismo o voto representava a lealdade ao senhor da terra, no clientelismo há um sentimento de liberdade; o trabalhador não está mais vinculado ao dono da terra, ele é assalariado e o voto livre comporta a alternativa de negociá-lo (FARIAS, 2000, p. 52).

A prática da compra e venda do voto, quando confrontada com uma visão da democracia pautada no princípio universalista, é considerada corrupção eleitoral... tudo o que tem equivalência econômica tende a transformar-se em mercadoria. Os cargos eletivos são cada vez mais suscetíveis de proporcionar rendimento econômico... Isso faz com que de modo crescente o voto se torne mercadoria. O processo corruptor é uma consequência inevitável do próprio capitalismo (FARIAS, 2000, p.52).

A “barganha” eleitoral, em particular a distribuição de bens públicos é uma ação clientelista. Na análise do clientelismo Farias comenta: (2000, p.63): “o clientelismo, longe de ser um “desvio”, é um fato “normal” no interior da democracia”. Ele se mantém atualizado, o que dificulta sua identificação no contexto político:

Chamar a atenção para alguns problemas do clientelismo marca o atraso que deveria ser superado por um processo de modernidade da democracia; o que tem dificultado a compreensão desse fenômeno é a organização do poder político como fórmula moderna de intermediação de interesses.

A possibilidade de se pensar o clientelismo como estratégia popular de posse de benefícios, em contextos de baixa renda e canais de acesso aos centros das decisões políticas, canais que organizam a distribuição de bens e serviços e que se constituem em poderoso instrumento de aquisição de apoio político. (FARIAS, 2000, p.73).

O clientelismo é um fenômeno relacionado à falta de acesso e à exclusão de bens e serviços não regulados diretamente pela ordem jurídica.

Os mecanismos que fazem parte da troca política clientelista ocupam espaços vazios, onde não se tem garantias legais, não se constituem direitos e também não constituem ilegalidades. Fazem parte do universo possível das trocas políticas entre atores políticos socialmente interessados. O clientelismo condenável será freqüentemente o clientelismo bem-sucedido do outro, não a troca política legítima (FARIAS, 2000, p.62).

O clientelismo se faz presente nas relações políticas, principalmente em períodos eleitorais. A tolerância ao clientelismo se relaciona, ao nosso ver, ao mito fundador ao qual se refere Chauí (apud BRISOLA, 2008, p. 3):

O mito fundador é aquele que produziu e produz a sagração do governante no qual a política se oculta sob a capa da representação teológica, oscilando entre a sacralização e a adoração do bom governante. Tais perspectivas expressam relações de subalternidade entre governantes e governados, em particular para aquelas frações que necessitam da proteção estatal para garantir a sobrevivência.

Na Política de Assistência Social é marcante a relação expressa acima; os usuários em geral, são desorganizados e dependentes da ação estatal e da rede filantrópica (BRISOLA, 2008, p.3).

A cultura política determina as relações que a população estabelece com o poder local. Aspectos que calcados em vários elementos:

A cultura política é vista como dinâmica e não estática que evolui constantemente sob a influência de fatores externos e internos. Sua base, no entanto constitui-se de fatores duradouros que a tornam diferente de outras culturas. Tal síntese materializa-

se em crenças, predisposições, motivações e normas de fazer as coisas de um povo (BAQUERO, 2003, p.90).

O mesmo autor coloca que, do ponto de vista da teoria da cultura política, Estado e sociedade são entidades separadas que se integram através do processo de socialização política, por isso a importância de se reconhecer as singularidades da cultura com vista a buscar soluções para seus problemas.

Para se ter uma participação política efetiva, os cidadãos devem se organizar para a defesa de interesses comuns, adquirindo vez e voz. Estamos nos referindo à passagem do servilismo para o exercício da autêntica destinação da vida (GALLO, 1998, p.32).

A forma como se constrói a cultura política está diretamente ligada como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores de cada comunidade.

Na cultura política brasileira ainda podemos destacar outro ponto de grande consideração, a relação existente entre a estabilidade econômica, a estabilidade social e a democracia: “a maior parte dos países do mundo em desenvolvimento, está longe de ser modelo de estabilidade social, se por estabilidade social se entende a crença dos cidadãos na democracia e nas instituições em virtude de elas serem capazes de solucionar os problemas sociais básicos” (BAQUERO, 2008, p.09).

O mesmo autor analisa o cenário político é guiado por princípios de eficácia e não por princípios ideológicos. O autor comenta que falta de confiança interpessoal e da falta de confiança nas instituições leva à manutenção de um sistema democrático permanentemente instável.

A maneira como a democracia funciona hoje possibilita a institucionalização de formas antidemocráticas de governar. O questionamento crescente da parte da sociedade civil às ações governamentais está ocasionando uma situação de erosão dos princípios democráticos, sem que isto signifique uma potencial ruptura institucional. O modelo neoliberal vigente parece ter conseguido estabelecer padrões de comportamento em que os cidadãos e as autoridades públicas se tornam indiferente à continuidade de um conjunto de procedimentos que, claramente, compromete a construção democrática efetiva no país (FARIAS, 2000, p.52).

Em muitos municípios brasileiros a cultura do apoio material e da ajuda se mantém. O crescimento do comércio, a industrialização produziram mudanças políticas, como o fortalecimento da gestão pública. Mas o modelo de relações políticas é herdeiro dos esquemas de dominação. O clientelismo se expressa por cargos comissionados e contratações sem concurso, bem como apoio moral e material ao eleitor e sua família, traduzindo-se muitas vezes em controle e retribuição eleitoral nos pleitos municipais. Para D’Ávila Filho “a única possibilidade legítima de eliminação das trocas políticas clientelistas de um contexto social qualquer é (...) aquela em que a vontade geral e a autoridade política sejam coincidentes” (2008, p.128). Todos teriam autoridade política para o controle dos recursos materiais ou simbólicos da autoridade política, em nome do todo e do bem comum.

CONCLUSÃO

O poder político de governantes no país e em algumas regiões e em determinadas circunstâncias é ampliado para além de sua competência, num processo de retroalimentação que tem como foco a manutenção do próprio poder.

O fortalecimento dos mecanismos democráticos passa pela aproximação efetiva da população com o governo local. A descentralização e a desconcentração do poder refletem

em mudanças na cultura política. A prática da cidadania participativa está em curso e seu fortalecimento é necessário. Valla (1993, p.255) comenta que a participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar as formulações, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

O atendimento de necessidades pontuais e emergenciais de segmentos de uma população como ajuda ou favores que reproduzem a situação de pobreza são desmobilizadores da garantia de direito. A participação e o controle social, prerrogativas de uma cidadania plena, são o cenário da vida pública desejável.

As lutas sociais, os movimentos de contestação em curso são os marcos dos desejos revisitados por justiça social. O processo é e faceta da saturação de experiências de subordinação a processos de exclusão e abusos.

A compreensão da cultura política brasileira e como essa determina as relações democráticas é fundamental ao Serviço Social como contribuição às reflexões sobre os entraves à ampliação do poder popular no processo democrático. À profissão compete reiterar os princípios ético-políticos no exercício profissional, delineados na ampliação da participação social e na construção da democracia.

REFERÊNCIAS

ANHUCCI, Valdir; SUGUIHIRO, Vera Lúcia Tieko. Os Conselhos de Direitos: do ideal à sua efetividade. Londrina: **Serviço Social em Revista**, v. 10, n. 2, jan.-jul. 2008.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital no Brasil. Campinas: **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, 2008, p. 308-413.

_____. Cultura Política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, 2001.

_____. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma nova cultura política participativo no Brasil. Curitiba: **Revista Sociologia Política**, v. 21 p. 83-108, nov. 2003.

BEZERRA, Paulo Renato Guedes. Direito é segurança jurídica: brevíssimos comentários sobre o Julgamento do recurso extraordinário n.º 633.703/mg. **FIDES**, Natal, v. 2, n. 1, jan./jun. 2011.

BRISOLA, ELISA MARIA ANDRADE. Cultura política e conselhos de assistência social. **Revista ciências humanas**, UNITAU. Volume 1, número 2, 2008. Disponível em: < <http://www.unitau.br/revistahumanas>>. Acesso em: 21, jan., 2014.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Rui Barbosa e a razão clientelista**. Rio de Janeiro: Dados, v. 43, p. 01-17, 2000.

_____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: uma discussão conceitual. Rio de Janeiro: Dados, v. 40, p. 01-10, 1997.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, ed.15, 2005.

_____. **Cultura Política e Política Cultural**. São Paulo: Estudos Avançados, 1995.

D'AVILA FILHO, Paulo M. **O clientelismo e o exercício do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, Jun. 2008.

_____; JORGE Vladimyr Lombardo; COELHO Ana Fernanda. Acesso ao poder: Clientelismo e democracia participativa: desconstruindo uma dicotomia. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 4. n. 2, jul.-dez. 2004.

DEMO, Pedro. **Dimensão cultural da política social**. Recife: Massangana, 1982.

_____. **Pobreza política**. Campinas: Cortez, ed. 5, 1988.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Rio de Janeiro: **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, n. 15, p. 49-65, Nov. 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 1925.

GALLO, Sílvio (Org.). **Ética e cidadania**: caminhos da filosofia. Campinas: Papyrus, 3 ed., 1998.

LEAL, **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOBATO, Elvira. **Exigência do documento com foto para votar cria novo clientelismo no Maranhão**. São Paulo: Folha.com, 2010. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/poder>>. Acesso em: 30, jan., 2014.

MOÍSES, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. Campinas: **Opinião Pública**, v. 11, p. 01-15, mar. 2005.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 15, p. 01-11, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Pobres Elites Iluminadas. São Paulo: **Estudos Avançados**, 2000.

SANTIN, Janaína Rigo. **O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. (Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS) ISSN 1982-4602

SCHIAVINATTO, Iara Lis. A praça e a liturgia política. Campinas: **Caderno Cedes**, v. 22, n. 58, dez. 2002, p. 81-99.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. Campinas: **Opinião Pública**, v. IX, p. 148-169, 2003.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: *Dilemas do Brasil contemporâneo*. Caderno CRH, Salvador, n. 19, 1993.

VALLA, Victor Vicent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, Supl. 2, 1998, p. 7-18.

INTERVENÇÃO SINDICAL: O SINDICATO DOS METALÚRGICOS E A LUTA PELA GARANTIA DOS EMPREGOS DOS TRABALHADORES

Angela Michele Suave* ; Livia Maria Chaves**

RESUMO: O presente trabalho evidencia a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos na luta pela garantia do emprego dos trabalhadores da empresa General Motors. Possibilitou conhecer a intervenção do sindicato na luta dos trabalhadores da GM, além de elucidar a importância da organização sindical como parte da luta da classe trabalhadora para atingir a consciência crítica. O trabalho é fruto de uma monografia do curso de graduação em Serviço Social. Para a pesquisa utilizou-se de levantamento bibliográfico e entrevistas. Avalia-se uma mudança organizativa do sindicato o diferenciou na região e interferiu no alcance de seus objetivos.

Palavras-chave: movimento sindical, trabalho, organização política

ABSTRACT: This work shows the participation of the Metallurgic Syndicate of São José dos Campos in the fight for jobs warranties for the General Motors workers. It allows to know the intervention of syndicate in the GM workers' fight, and to know the importance of syndicate organization as part of labor class fight to achieve a critical conscience. This work is part of a finishing course in a Social Service faculty. It was used bibliographic references and interviews. It evaluate a change in this syndicate organization and how it differentiate this syndicate and how it interfered in its aims achievement.

Keywords: Syndicate mobilization, Work, political organization.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da compilação de parte de uma pesquisa realizada para a apresentação de uma monografia no curso de graduação em Serviço Social na Universidade de Taubaté. Teve como principal objetivo conhecer a intervenção do sindicato dos metalúrgicos no processo de luta dos trabalhadores da GM de São José dos Campos.

Partiu-se da hipótese de que a intervenção do sindicato dos metalúrgicos apresentava limites políticos no campo do movimento sindical, pois não foi possível evitar o processo demissões de uma parte significativa de trabalhadores com a proposta da empresa de fechamento de um dos setores de produção.

O tema se tornou pertinente ao campo de pesquisa dos assistentes sociais porque a luta de classes é uma expressão da questão social e porque os sindicatos podem tocar diretamente, através de sua intervenção, no processo de consciência de classe do trabalhador.

A questão social expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção, pois é fundada na produção e apropriação da riqueza gerada através da exploração da mão de obra operária pelos capitalistas.

Segundo Yamamoto e Carvalho (1983, p. 77).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

* Assistente Social. Universidade de Taubaté. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP e doutoranda pela mesma Instituição. Email: michelesuave@hotmail.com.

** Assistente Social. **E-mail:** l.chaves@hotmail.com.

Guerra (2000, p. 17) pontua que “O serviço social é constituído e constitutivo das relações sociais capitalistas, que são portadoras de interesses antagônicos, incompatíveis e inconciliáveis”, ou seja, ao apreender as expressões da questão social como conflito entre capital x trabalho, demarcamos a especificidade da profissão em seu espaço sócio ocupacional.

Desde a década de 80, a partir da contribuição trazida pela teoria marxista, o Serviço Social é compreendido como uma profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, segundo Raichelis (2011), particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado, contribuindo com a ruptura da profissão e com o conservadorismo de sua origem, o que trouxe novo significado a profissão por meio de uma teoria social crítica. Raichelis (2011, p. 421) explica que:

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social.

Ao desenvolvermos uma atividade profissional devemos atuar como profissionais críticos e não somente de modo tecnicista, já que, para dominar o instrumental, é indispensável que tenhamos conhecimento das finalidades e de como atingi-las, pois o aparato técnico-operativo só tem sentido quando o profissional se utiliza dele, com clareza dos seus objetivos.

Os assistentes sociais nos dias atuais têm em seu entendimento que, para a construção de uma sociedade igualitária, é preciso transformar a ordem social capitalista, necessitando como fator primordial da união dos trabalhadores em torno de seus interesses de classe.

Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 154-155):

O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva.

Por meio de suas expressões, os sujeitos criam formas de lutas, resistência e sobrevivência, o que serve para a construção e fortalecimento de sua identidade; cabendo a nós profissionais o papel de encarar, conhecer e apreender as demandas expressas pela questão social na atualidade e seu processo de produção e reprodução, para assim fortalecermos as formas de contra-hegemonia na sociedade.

A partir desse contexto e de nosso arcabouço teórico-metodológico trabalhamos com as expressões da questão social, com a gênese nas desigualdades que provocam o processo de resistência e luta dos trabalhadores. Estudar o avanço e retrocesso das organizações políticas dos trabalhadores e das populações subalternizadas nos coloca em novos patamares para a compreensão da concepção de questão social.

Para fins de esclarecimentos metodológicos é importante esclarecer que a pesquisa foi realizada durante o período das mobilizações dos trabalhadores da GM na luta pela manutenção

dos empregos no segundo semestre de 2013, após o anúncio da empresa de fechamento de um setor. Nesse período foi possível perceber como este sindicato se articula e as diferentes percepções que ele traz pela corrente de lutas a qual pertence. Foram utilizadas referências bibliográficas para fundamentação teórica, além de leituras documentais do acervo do próprio sindicato sobre a cultura organizacional, por meio de materiais, como jornais, fotos documentários, consultas feitas pela internet e acervo bibliográfico do próprio sindicato.

DESENVOLVIMENTO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Para a compreensão da luta dos trabalhadores da GM o estudo sobre a reestruturação produtiva e a precarização do trabalho faz-se indispensável, pois esse processo também se converte em demanda sindical que requer a intervenção do sindicato.

As transformações no mundo do trabalho, a substituição do homem pela máquina, a erosão dos direitos trabalhistas e previdenciários, se expressam e se evidenciam na precarização das relações de trabalho para explorar cada vez mais a força de trabalho. Esse processo caracteriza as situações de miséria econômica e ausência de direitos sociais para a maioria dos setores que compõem a classe trabalhadora.

Devemos lembrar que o capitalismo além da exploração também aliena o trabalhador ao fazer a separação entre o homem e seu trabalho, privando-o de decidir o que faz e como faz; separação esta que tira dele o controle sobre o que é feito com o resultado e os excedentes de seu trabalho possibilitam a exploração e a separação entre o homem e seu semelhante gerando as relações de competição. A divisão social do trabalho fundamenta essa forma de alienação e corrobora com a manutenção da propriedade privada e com a decorrente divisão da sociedade em classes, onde surgem as demandas sindicais.

Raichelis (2011) afirma que no Brasil a questão da precarização do trabalho não pode ser tratada como algo novo, pois sua existência vem desde os primórdios da sociedade capitalista urbano industrial. As diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presencia mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contra reforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais.

A reestruturação produtiva visava provocar uma reorganização da produção sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-se de reestruturar o sistema produtivo taylorista/fordista utilizando-se de velhos e novos mecanismos de acumulação, buscando reorganizar o sistema produtivo dentro da preservação dos fundamentos essenciais do sistema capitalista. Desta forma, “Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada”. (ANTUNES, 2002, p. 36).

O modelo de produção taylorista/fordista foi expressão dominante do sistema produtivo e do processo trabalho, na grande indústria do período do Estado de Bem-Estar Social, garantindo ao capital o aumento de produtividade e, por conseguinte, a exploração dos trabalhadores. Porém, logo esta forma de acumulação de riquezas do capital entrou na chamada crise estrutural do capital no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, na qual o capitalismo sofre, em escala mundial, profundas mudanças, tanto na sua estrutura produtiva quanto no universo de seus ideários, valores etc., com consequências bárbaras para mundo do trabalho.

Nesse processo quatro fatores concorreriam decisivamente à tendência de crise, bem como esclarece Barbosa (2001, p. 41):

[...] a diminuição dos ganhos de produtividade dos Estados Unidos até o Japão; a elevação da composição orgânica do capital (relação entre a massa de trabalho morto e de trabalho vivo que este mobiliza); a saturação da norma social de consumo (automóveis e eletrodomésticos) levando a contração das vendas e o desenvolvimento do trabalho improdutivo (bancos, seguros comercialização etc.) limitando a valorização de capitais.

Essa crise, segundo Montanõ e Duriguetto (2011), tem sua raiz na queda da taxa de lucro que obriga o capital e o Estado à reestruturação produtiva como forma de atenuar ou neutralizar a crise existente. Esses mecanismos sustentam-se no rompimento do chamado Pacto keynesiano (que foi possível devido a uma conjuntura da luta de classes) e uma de suas estratégias foi a redução dos custos de produção para o capital e com os custos gerais da produção e comercialização. Assim, anularam-se como estratégia as conquistas trabalhistas e aumentou a super exploração do trabalho, pois essas medidas trazem no seu âmago a reforma.

A reestruturação produtiva com o advindo do toyotismo visa superar as deficiências que o fordismo apresentava, propondo um modelo que atualize a acumulação capitalista e através de multifuncionalidade e flexibilidade preconize uma conjugação da mais-valia, cuja característica é a precarização do trabalho, ou seja, as mudanças ocorridas a partir desse modo de produção foram no sentido de aumentar a acumulação do capital precarizando o trabalho, flexibilizando direitos trabalhistas e otimizando o trabalho, com a intensificação das atividades e aproveitamento do conhecimento produzido pelo trabalhador. A flexibilização não envolve tão somente uma redução de direitos ou da relação de trabalho que se otimiza, mas é também uma flexibilização dos processos de produção.

Segundo Barbosa (2001), toda esta situação impõe novos desafios à classe e organização dos trabalhadores, exigindo renovação de estratégias, sendo necessário um salto para um novo patamar de lutas, sobretudo, no campo ideológico; do ponto de vista da produção a reestruturação promove um alto grau de fragmentação da classe trabalhadora.

Para Antunes (2008), citado por Stein (2004), o impacto da nova forma de organizar a produção, sobre o nível de emprego, remete ao desespero dos trabalhadores diante da perspectiva do desemprego. A pressão do capital dificulta uma reação, dado que os trabalhadores não percebem a dimensão e o alcance desse processo e os sindicatos prendem-se a questões de sobrevivência do dia a dia e, muitas vezes, perdem a dimensão da luta de classes, restringindo-se apenas às negociações para manutenção dos empregos e, na maioria das vezes, abrindo mão de várias conquistas alcançadas anteriormente, com a ilusão de que, com isto, garantem os empregos dos seus representados.

A agenda passa a ser “a defesa dos ainda empregados, alguns sindicatos abandonam seus projetos anticapitalistas e de transformação social, inserindo-se cada vez mais na lógica do capital, aceitando os limites da acomodação nos marcos da social democracia.” (STEIN, 2004 p.173). Os padrões

cada vez mais restringem as negociações ao âmbito da empresa, quando muito a segmentos restritos, dentro dos ramos de produção, como é o caso do setor metalúrgico, onde anteriormente às negociações e acordos abrangiam todos os trabalhadores do ramo, depois passaram a ser por setor (STEIN, 2004 p.173).

Assim, “esse processo coloca os sindicatos contra a parede, numa situação que cada vez mais limita as possibilidades de reação dos trabalhadores.” (STEIN, 2004, p.173)

Segundo Praun (2005), no Brasil, início dos anos 90, após a posse do primeiro presidente por voto direto, passado o longo período da ditadura militar, começam a embalar os discursos de modernização, com o apoio dos meios de comunicação de massa. Com o passar dos anos, a candidatura de Fernando Collor se encaixa perfeitamente nesse discurso dos projetos neoliberais já implantados, uma década antes, em vários países do mundo. A ideia de modernização pretendida se apoiava na abertura de comércio, nas privatizações, na maior competitividade e reestruturação industrial. Esse ideário se baseava em 3 linhas que, segundo Benjamin (1997, p. 71-72 apud PRAUN, 2005, p. 64), são: a incapacidade do Estado financiar o desenvolvimento sustentado da economia nacional, fruto do déficit crescente gerado pela má gestão dos recursos, sobrecarregando o setor de impostos; perda da capacidade econômica do país em atrair investimentos do exterior e a existência de regras protecionistas geradas por uma economia fechada, em que as empresas se encontravam defasadas tecnologicamente e sem capacidade competitiva para o mercado internacional.

Lucena (2008) coloca que, durante a década de 90, a indústria automotiva dos Estados Unidos viveu um de seus momentos mais promissores, o baixo preço do petróleo e o consumismo de carros grandes, notórios pelo alto consumo de combustível, levaram as três gigantes GM, Ford e Chrysler a baterem recordes de vendas e acumularem reservas que até então pareciam inesgotáveis, em 2001 após os atentados terroristas aos EUA, se inicia uma escalada dos preços do petróleo. A indústria automotiva americana começa a perder mercado para as concorrentes japonesas, que já ofereciam carros mais baratos e que consumiam menos, neste momento a GM teve prejuízo de US\$ 4,2 bilhões e suas operações consumiram US\$ 7 bilhões do caixa. A ex-maior montadora do mundo continuou a enfrentar forte depreciação do valor de suas ações, chegando aos níveis mais baixos desde 1946.

A GM é protagonista neste contexto há muitos anos, porém na esfera mundial, como no ano de 2008, a empresa chegou a entrar em concordata, suas ações chegaram a valer menos de um dólar e o governo americano foi obrigado a intervir para impedir o fechamento total da multinacional, em consequência do agravamento da situação econômica mundial. Porém, a empresa conseguiu sair da concordata com ajuda do governo Obama, promovendo grande reestruturação que já vinha sendo perseguida pela companhia há anos.

Segundo Prates (2013), o governo Obama ficou com a maioria das ações e o controle da administração da GM. A saída da concordata no início de 2009 implicou no fechamento de 17 fábricas, na extinção de diversas marcas, na demissão de 35 mil trabalhadores e na criação de uma “Nova GM”, fruto da reestruturação. Assim, esta receita foi amplamente utilizada pelas montadoras nos EUA e no mundo levando a uma precarização geral do trabalho.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: IMPACTOS NA VIDA DOS TRABALHADORES DA GM

A globalização se configurou como a mundialização do capital, as empresas se tornam mais flexíveis e a organização do trabalho mudou para atender às demandas capitalistas; a classe operária sofreu com a terceirização, o trabalho informal. Foi exigido do trabalhador, cada vez mais, a sua qualificação: domínio técnico e alto grau de instrução, sem contar a necessidade das aptidões múltiplas para garantir a sua inserção e manutenção no mercado de trabalho.

Segundo Antunes (2002, p. 209):

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma

industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. [...] Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado a economia informal, ao setor de serviços. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho.

Muitos trabalhadores estão empregados em empresas terceirizadas. Muitas vezes, as contratações são por tempo determinado. Os sujeitos são obrigados a desempenhar múltiplas funções, sendo qualificados ou não para aquilo que lhes é determinado, pois é necessário cumprir suas metas diárias de produção. Ao fim do período de contrato, a maioria dos trabalhadores fica novamente fora do mercado de trabalho, não tendo como sustentar suas famílias e sem garantia de um novo contrato que garanta seu sustento.

Segundo Montanõ (1997), as indústrias a partir da precarização do trabalho incorporam o modelo da “fábrica mínima”, ou seja, com pouco pessoal e o desemprego, devido a precarização, atinge aquele trabalhador das linhas de montagem chamadas de “chão de fábrica”¹.

Em primeiro lugar, os funcionários são contratados por *serviços prestados* e não por sua *participação em uma jornada completa*, independentemente da flutuação da demanda do mercado ou da “safra” que permite à empresa diminuir a “porosidade” do trabalho. Então, neste caso, o contrato é interessante somente para o que e quando a empresa necessita, fazendo com que a empresa se torne uma “empresa unipessoal” ligada à empresa matriz. Esses funcionários, contratados com base neste regime na verdade, realizam as mesmas funções que o antigo funcionário assalariado, porém com maior carga de trabalho, para obter o equivalente de seu salário e direitos trabalhistas (Lei de 8 horas, Salário por férias, Indenização por dimensão etc.).

O trabalho precarizado e as exigências do mundo capitalista levam os trabalhadores de hoje a um sofrimento que se expressa em suas vidas dentro e fora das fábricas. Esse processo se particulariza em doenças como depressão, alcoolismo, lesões por esforços repetitivos. O assédio moral é outro componente presente nas relações trabalhistas e evidencia a situação precária da classe trabalhadora, o que fica constado a partir de estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013, p. 6):

O estresse relacionado com o trabalho e as suas consequências para a saúde tornaram-se numa questão extremamente preocupante. As empresas estão cada vez mais a ser confrontadas com casos de assédio psicológico, intimidação, assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência. Numa tentativa de lidar com o estresse, os trabalhadores poderão recorrer a comportamentos pouco saudáveis, tais como o abuso de álcool e drogas. Foram identificadas relações entre o estresse e doenças músculo-esqueléticas, cardíacas e do sistema digestivo. Se prolongado, o estresse relacionado com o trabalho pode contribuir para o surgimento de doenças cardiovasculares graves. Além disso, a crise econômica e a recessão levaram a um aumento do estresse relacionado com o trabalho, da ansiedade, da depressão e de outros distúrbios mentais, tendo mesmo conduzido algumas pessoas ao extremo do suicídio.

A situação de fechamento da unidade que fábrica o modelo Corsa da General Motors, da cidade de São José dos Campos é reflexo da reestruturação produtiva e da globalização. A referida empresa justifica-se, em reportagem para o caderno Negócios da revista

¹ Segundo a autora a expressão remete ao trabalhador comum que realiza atividade é mecânica, e que tem autonomia é baixa perante outros níveis da fábrica, ou seja, que está no mais baixo patamar hierárquico da estrutura organizacional da corporação.

Isto é no mês de julho de 2012, atribuindo a falta de novos projetos à “posição radical do sindicato” que refutaria suas propostas, como a de implantação de um sistema de banco de horas e de uma grade salarial mais baixa para novos funcionários.

O anúncio do fechamento desse setor na fábrica traz para os trabalhadores e para a cidade grandes incertezas, já que a garantia de novos postos de trabalho não são dadas, famílias inteiras que dependem desses trabalhadores podem passar por dificuldades financeiras em um curto espaço de tempo e, por consequência, trabalhadores de outros setores como os do comércio podem também perder seus postos de trabalho, já que sem o emprego o consumo diminui a inadimplência aumenta e os donos dos pequenos comércios não conseguem permanecer no mercado, o que só prova que o sistema e normas impostas pelo capitalismo, para manter o mercado em alta e escapar da crise, cada vez mais retiram direitos e precarizam o trabalho.

A única saída dessa situação é a união dos trabalhadores contra o capitalismo, para que seus direitos sejam garantidos e que seu trabalho seja dignamente remunerado, essa união começa na organização sindical, não aquela organização aliada aos governantes capitalistas, mas sim as de oposição que hoje lutam contra o sistema e fazem um trabalho para que o trabalhador não consiga só seu salário digno a partir de seu emprego, além de buscar a emancipação do trabalhador, dizendo não a exploração e negando esse modo de produção.

À medida que o capital aumenta, a exploração advinda dele também aumenta e os mercados para a grande indústria e produtores de matérias-primas, adquirem uma importância considerável. A rivalidade do mercado capitalista para ver quem mais acumula riqueza se converte em guerras coroando a política imperialista, na qual a classe operária, camada mais explorada da sociedade, é a primeira a ser afetada pelos horrores desta guerra, os operários não só fornecem a sua força de trabalho, como também sacrificam a própria vida.

O trabalhador na forma individual não tem como se defender das formas de exploração do modo de produção capitalista, por isso sua aliança ao sindicato se torna fundamental, principalmente quando o sindicato reúne os operários em ações coletivas utilizando-se de greves e manifestações. Como arma principal a consciência do trabalhador é despertada fazendo com que o indivíduo, enquanto membro pertencente de uma classe específica, se torne cada vez mais emancipado, mesmo que existam limites para que a luta contra o capital seja exercida.

Ao final do século XX, o sindicato dos metalúrgicos apresentou-se, nas últimas décadas como um dos mais resistentes às políticas neoliberais e as mudanças na legislação trabalhista, colocando-se como um dos mais combativos do país com ações efetivas de resistência (passeatas, greves, paralisações etc.). Em 19 de agosto de 2004 os metalúrgicos de São José dos Campos decidem se desfiliar da CUT, (Central Única dos Trabalhadores), o que se torna um divisor de águas, mas este sindicato não está sozinho na luta, vem apoiado por uma entidade que segundo Agüena (2006) é “uma expressão da reorganização dos trabalhadores brasileiros” a central sindical e popular CSP-CONLUTAS, “isso ocorre quando as antigas direções, prisioneiras de um conservadorismo reacionário, aferram-se às antigas e anacrônicas organizações e uma nova vanguarda assume a realização dessa tarefa”.

A CSP-Conlutas foi fundamentada a partir da intervenção do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que dentro da CUT, se localizava como Movimento por uma Tendência Socialista (MTS). Este partido, desde o VIII CONCUR, em 2003, lançou a ideia da construção de um Encontro Sindical Nacional para tentar organizar uma oposição de esquerda ao governo Lula no movimento sindical. A CSP-CONLUTAS atualmente se constitui como uma organização que busca a unidade entre vários segmentos sociais, visto que os processos de

reorganização ocorridos anteriormente foram caracterizados pelo surgimento de instrumentos de luta que se limitavam à organização do setor sindical.

A discussão sobre a relação sindicatos e partidos envolve muitos aspectos importantes que influenciam diretamente a vida sindical. Para Margarido (2011), devemos primordialmente levar em conta, uma diferença importante, que distingue a relação dos sindicatos com os governos e patrões, por um lado, e com os partidos, por outro, ou seja, a diferença entre independência e autonomia. Independência no sentido de sindicatos não atrelados ao governo e aos interesses do capital, sem relação política financeira ou organizativa com patrões e Estado e autonomia em relação aos partidos, nos quais as decisões devem ser soberanas, mas seus membros podem participar de partidos se quiserem, pois os sindicatos não devem ser apolíticos.

Hoje muitos sindicatos podem servir de ferramentas secundárias do capitalismo para a domesticação dos operários, ou podem converter-se em ferramentas de luta do proletariado, porém devemos lembrar que, independentemente de sua vertente política ou partidária, os sindicatos em geral enfrentam limitações e não conseguem sozinhos suprimir a venda da própria força de trabalho e destruir o sistema capitalista para constituir o socialismo.

O sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos como podemos observar converteu-se em um sindicato de lutas em favor da classe operária. Aguená (2006) afirma que:

A existência dessa nova organização—ainda que minoritária se comparada às demais centrais sindicais, encabeçada por uma nova direção, tem uma enorme importância por se tratar da construção de um novo ponto de apoio para que os trabalhadores possam seguir em frente com suas lutas. Sem esse ponto de apoio, tanto o movimento quanto a vanguarda que começaram a se erguer contra o governo, muito possivelmente cairiam no ceticismo, na desmoralização e na dispersão.

Segundo Margarido (2011), os trabalhadores podem e devem construir suas organizações sindicais, sindicatos e organizações políticas. Nessas organizações deve haver uma relação mútua baseada na autonomia das decisões, com independência de classe frente ao governo e aos patrões e sob a condição da mais ampla democracia operária, garantindo o direito de participação da opinião de todos seus participantes membros ou não de partidos políticos, mas que seja a base do sindicato que decida tudo em assembleia.

Em reportagem escrita pelo jornal O Estado de São Paulo, o Sindicato dos metalúrgicos de São José dos campos é acusado de ser radical em suas ações e decisões a reportagem traz como título “Os efeitos do radicalismo”, veja o conteúdo na íntegra:

Os dirigentes sindicais dos metalúrgicos de São José dos Campos estão colhendo os resultados do radicalismo político e de greves insensatas para sustentar reivindicações irrealistas. Em resposta às dificuldades que criaram a General Motors (GM) fechou várias linhas de produção no grande complexo industrial que há mais de cinco décadas mantém na cidade, afetando com isso quase toda a economia do Vale do Paraíba.

Os problemas começaram há dois ou três anos, quando a empresa precisou renovar seus produtos, substituindo modelos defasados por outros tecnologicamente mais modernos. Enfrentando, uma concorrência cada vez mais acirrada nos mercados interno e externo, como ocorre com outras empresas industriais instaladas no País, a GM também foi obrigada a desenvolver programas de redução de custos operacionais e de aumento de produtividade em seu complexo industrial em São José dos Campos, para defender seus mercados e, se possível, ampliá-los.

Para isso, a montadora tentou negociar com os dirigentes sindicais dos metalúrgicos a adoção de jornadas diferenciadas, novos padrões de remuneração e a redefinição dos planos de benefícios. Propôs, também, o sistema de banco de horas, por meio do qual os operários, em troca da garantia do emprego, aceitam trabalhar mais, quando a demanda do mercado aumenta, e reduzir a jornada, quando as vendas caem.

Mas, como as discussões não avançaram, por causa do radicalismo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José, que é dominado por representantes do PSTU e de seu braço sindical, a Conlutas, a GM reduziu paulatinamente suas atividades na cidade, deslocando-as para outras unidades, como as de São Caetano do Sul (SP), Joinville (SC) e Gravataí (RS). Dos R\$ 5,5 bilhões investidos pela empresa nos últimos quatro anos, apenas R\$ 800 milhões foram destinados ao complexo industrial de São José dos Campos. Dos 7,5 mil operários que ali trabalhavam, 1,5 mil já foram despedidos. E, com o fechamento definitivo da linha que produzia o sedã Classic, anunciado há uma semana, outros cortes são esperados.

Com a decisão da GM de transferir parte de suas atividades de São José dos Campos, os fabricantes de autopeças terão de fazer o mesmo, o que provocará algum esvaziamento econômico na cidade. No início do ano, por exemplo, a Johnson Controls desativou sua fábrica de poltronas para veículos na cidade. A GM era sua única cliente na região. A TI Automotive, que produz sistemas de ar-condicionado para automóveis, já transferiu parte de seus empregados para a unidade de Piracicaba, onde está sediada uma das fábricas da Hyundai.

Para a direção da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos, o fechamento de linhas de produção da GM acarreta desemprego, dissemina insegurança e afeta negativamente o comércio. Já a prefeitura espera que o problema do desemprego na região seja atenuado com a expansão de outros setores econômicos, principalmente o petrolífero e o aeroespacial. A cidade abriga a principal fábrica da Embraer e uma das principais unidades da Petrobrás.

Mais uma vez arremetendo contra a lógica da economia e das relações trabalhistas modernas, os dirigentes dos metalúrgicos de São José dos Campos prometeram "reação dura" contra a GM.

Eles podem fazer barulho, mas dificilmente conseguirão reverter as decisões da montadora. O que está ocorrendo em São José dos Campos não é inédito. Em resposta às ameaças de greve, a Renault e a Opel fecharam fábricas na França e na Alemanha e as transferiram para o Leste Europeu. O que os dirigentes dos metalúrgicos de São José dos Campos não compreendem é que, ao fazerem reivindicações trabalhistas absurdas, encarecem os custos das empresas.

E quando elas são obrigadas a se transferir para onde possam produzir a custos mais baixos, a cadeia automotiva muda, trabalhadores são demitidos e a economia local entra em declínio.

Desvelar a natureza das ofensivas ideológicas do Capitalismo constitui tarefa de primeira ordem, especialmente em tempos de crise estrutural.

Mandel (1985, p. 16-17) pontua que:

Toda ideologia não é apenas uma fraude, mas um reflexo específico e socialmente determinado da realidade que mistifica [...] A crença na onipotência da tecnologia é a forma específica de ideologia burguesa no capitalismo tardio [...]. A ideologia do

racionalismo tecnológico pode ser apresentada como uma mistificação que esconde a realidade social e suas contradições [...].

Essa ofensiva ideológica da empresa em parceria com próprio governo municipal, que claramente buscou “rotular” o sindicato como uma entidade “radical”, que não se dispõe a negociar com a empresa aparecendo como se fosse o responsável pela perda dos empregos na cidade, não deixa de ser mais uma estratégia do capitalismo para manipulação das massas.

O sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos apesar de chamar todas as centrais sindicais para a defesa dos trabalhadores acabou ficando isolado na luta. No caso específico da GM, o processo de organização e mobilização deste sindicato para com os trabalhadores desta empresa ultrapassou o limite dos portões da fábrica e do sindicato, pois a preocupação desta organização era também alertar a população em geral, pois a situação não atinge só o trabalhador, atinge toda a cidade em várias formas: comércio regional, famílias que dependem do trabalhador daquele local e dos trabalhadores que indiretamente são afetados pela queda do consumo e conseqüentemente também perdem seu trabalho.

A luta de classes não se realiza apenas no local de trabalho. Quando os metalúrgicos se organizam para reivindicar fazem com que essas experiências sejam compartilhadas para além dos portões da fábrica e percebidas pela população da cidade em geral como uma luta pela garantia de seus direitos, pois a perda deles atingirá o todo.

A luta de classes na cidade de São José dos Campos entre os trabalhadores da GM e representantes da empresa está claramente desfavorável aos trabalhadores, pois as demissões e ameaças de perda dos direitos continuam sendo feitas.

Não é possível que em tempos como os que vivemos hoje na realidade brasileira em que faltam políticas que atendam às necessidades de saúde e educação, o governo isente empresas de impostos com o *slogan* da manutenção de empregos e ao mesmo tempo as empresas ignorem as necessidades do país, simplesmente, demitindo e flexibilizando as relações de trabalho para atender seus interesses privados, e que não exista uma intervenção mais contundente por parte do governo para a defesa da população trabalhadora como forma de atenuar as desigualdades produzidas pelo capitalismo.

CONCLUSÃO

Pelo fato de a pesquisa ter sido realizada durante o período das mobilizações foi possível perceber como este sindicato se articula e as diferentes percepções que ele traz pela corrente de lutas a qual pertence. Além disso, ficou evidenciado que é através da organização coletiva que se criam as condições concretas para a resistência frente à violação dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do coletivo, por uma sociedade emancipada e que, mesmo quando a batalha travada não é vitoriosa, o mais importante é não desistir da luta.

Os desafios do sindicato para combater a ofensiva ideológica burguesa são imensos. Há que se considerar que vivemos em uma sociedade capitalista e que a ideologia burguesa é a dominante. Aos trabalhadores resta a arte de fazer política e enfrentar, nas lutas cotidianas, não só a organização em si, mas também respeitar valores que apontem para uma nova direção societária.

Pelo que conseguimos apreender deste processo, seja por jornais escritos ou televisionados ou nas entrevistas, é que a referida empresa fez de tudo para reduzir o salário dos funcionários e retirar o direito dos trabalhadores atendendo os ditames do capitalismo

para manter-se na competitividade do mercado internacional, que hoje passa por dificuldades e ajustamentos. Por ainda estar seguindo a ordem neoliberal, o interesse da empresa é ligado à precarização do trabalho, com a baixa de salários, e terceirização de mão de obra.

Ao final do processo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos aos olhos do capital não saiu vitorioso, a referida empresa rompeu o acordo com eles firmado e acabou demitindo os funcionários no mês de agosto de 2013. Temos a certeza de que este sindicato cumpriu seu papel nesta luta árdua que será concluída apenas quando rompermos com esse modo de produção explorador, que só visa o lucro e desumaniza cada vez mais o trabalho.

Este sindicato aliado à nova frente de lutas continuará trabalhando no processo de avanço da conscientização de classe trabalhadora como fórmula primordial de seu dia a dia, pois vivemos em um processo de constante alienação e o rompimento não é nada fácil, pois muitas vezes o montante de trabalhadores que interiorizam esse processo de consciência é mínimo e uma grande parcela desta população é barrada pelas inúmeras facetas do capitalismo, pois não é de interesse do capital que o trabalhador crie esta consciência e lute por seus direitos.

Compartilhamos aqui da ideia que o capitalismo deve ser combatido simultaneamente como uma entidade viva e como uma fase transitória, os operários devem lutar incansavelmente para obter salários mais elevados e melhores condições de trabalho e tomar consciência dos ideais de classe, procurando fazer dos sindicatos um dos seus melhores instrumentos de combate.

A classe trabalhadora necessita unir todas suas forças, porque o capitalismo se mobilizará por seu lado com suas melhores armas. Porém, com a organização e consciência o capitalismo poderá ser surpreendido pela demonstração de força dos trabalhadores. Essa vitória, seu caminho não está claramente traçado, mas deve ser trilhado através da selva capitalista à custa de imensos esforços no movimento da realidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 50, abr. 1996, p. 143-171.

AGUENA, P. Brasil: CONLUTAS, a construção de uma alternativa. **Marxismo Vivo–Revista de Teoria e Política Internacional**, n. 12, dez. 2005, p. 94-102.

_____. O surgimento do movimento sindical no Brasil. **Opinião Socialista**, n. 256, 9 maio 2006. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=5099&ida=0>. Acesso em: 8, mar., 2013. Não paginado.

ANTUNES, R. **O que é sindicalismo?** 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 91.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOSA, Z. M. Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical–reflexões para uma prática de esquerda. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 1, 2001, p. 41-54.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

GONÇALVES, M. A. Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho **Pegada 21**, v. 2, n. 1, out. 2001. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA21/marcelinov2n1out2001.pdf>>. Acesso em: 20, set., 2013. Não paginado.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, v. 20, n. 62, mar. 2000, p. 5-34.

_____. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2002.

HAAG, C. Quando parar é ir para a frente: ciclo de greves entre 1978 e 1992 foi fundamental para a democratização brasileira. **Pesquisa Fapesp**, n. 193, mar. 2012 Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/03/29/quando-parar-%C3%A9-ir-para-a-frente/>>. Acesso em: 20, mai, 2013. Não paginado.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cortez/ CELATS, 2009.

_____; _____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, A. E. (Org.). **Serviço Social e saúde**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 161-193 2007.

LUCENA, G. Ascensão e queda das montadoras americanas. **Auto Esporte**, 3 dez. 2008. Disponível em: <<http://revistaautoesporte.globo.com/Revista/Autoesporte/0,,EMI18391-10142,00.html>>. Acesso em: 13, set., 2013.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARGARIDO, M. **A relação entre sindicatos e partidos e a democracia operária**. Publicado em 4 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/16232>>. Acesso em: 5, set., 2013.

MONTANÕ, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional ocupacional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 53, mar. 1997, p. 102-125.

O ESTADO DE S. PAULO. [pnlne]. **Os efeitos do radicalismo**. 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,os-efeitos-do-radicalismo-067014,0.htm>>. Acesso em: 25, ago, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) **A prevenção das doenças profissionais**. Abr. 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--ed_protect/---protrav/---safework/documents/event/wcms_212991.pdf>. Acesso em: 10, set., 2013.

PRATES, L. C. **A crise econômica mundial e a GM** (Ameaça de demissões no Brasil faz parte da política da montadora em todo o mundo), 22 jan. 2013. Disponível em: <<http://pstu.org.br/conteudo/crise-econ%C3%B4mica-mundial-e-gm>>. Acesso em: 13, set., 2013.

PRAUN, L. D. **A teia do capital:** reestruturação produtiva e "gestão da vida" na Volkswagen do Brasil/Planta Anchieta. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011, p. 420-437.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO. (SindMetal SJC). **Revista Comemorativa de 50 anos de Fundação–1956-2006**, p. 14-18, 2006. Disponível em: <<http://www.sindmetalsjc.org.br/sindicato/historia/>>. Acesso em: 20, fev., 2013.

SOUZA, A. A. M. **A especialização do lugar:** São José dos Campos como Centro da Tecnologia Aeroespacial no País. 2008. 187 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

STEIN, MARIA DE LOURDES TOMIO. **A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO: as práticas da pastoral operária em Curitiba (1965-1999)**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. 2004. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27171/T%20-%20STEIN,%20MARIA%20DE%20LOURDES%20TOMIO.pdf%3Bsequence=1>. Acesso em: 15, jan. 2014.

EIXO II
Crise do Estado, Políticas Públicas e Seguridade Social

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE EM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Gislaine dos Santos Silva*

RESUMO: O presente trabalho tem como finalidade discutir a política de saúde no município de São Paulo, considerando o período pós 1990, no contexto de contrarreforma do Estado Brasileiro, que tem vivenciado uma mudança no que concerne a gestão de serviços, com o aumento da atuação das Organizações Sociais de Saúde (OSSs) e das Parcerias Público-Privadas (PPP).

Palavras-chave: SUS, Contrarreforma, Organizações Sociais de Saúde, Parceria Público – Privada.

ABSTRACT: This article aims to discuss the politics of health in the city of São Paulo after 1990, in the context of counter-reform of the Brazilian state, which has experienced a change regarding the management of services, with increased activity of the Social Health Organizations (OSSs) and Public-Private Partnerships (PPP).

Keywords: SUS, Counter- reform, Social Health Organisations, Public–Private Partnership

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas considerações teóricas de uma pesquisa em andamento no programa de pós-graduação em Serviço Social da Unesp, campus Franca, sobre a atual política de saúde pública no município de São Paulo.

A partir da década de 1990, presencia-se no Brasil um intenso processo de contrarreforma do Estado Brasileiro, com o argumento da necessidade de adotar medidas para o controle da inflação. Estas “reformas” instituíram significativas mudanças no país, em suas relações comerciais externas e na política econômica, na

área social, adotaram um modelo de parceria do Estado com setores da sociedade civil organizada para a gestão dos serviços de saúde, configurando uma nova forma de terceirização.

Na área da saúde percebe-se a atuação das políticas de caráter neoliberal, a partir da terceirização sob diferentes modalidades e por meio de contratos de gestão, com a inserção das Organizações Sociais (OSs), Lei nº 9.637/98; em 1999, Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Lei 1107/2004 Parceria Público-Privada (PPP); seguida da Lei Complementar (PLC) n. 92/2007 que cria as Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs) e, mais recentemente, da Lei 12.550/2011 que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) estabelecendo um marco legal e regulador das ações entre o Estado e as organizações da sociedade civil prestadora de serviços sociais (SILVA; LOURENÇO, 2010).

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP, campus Franca sob a orientação da Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza Lourenço. Email: gislainesantos@yahoo.com.br.

Nesse contexto, pretende-se discutir as mudanças ocorridas na política pública de saúde no município de São Paulo, após 1990 e entender quais as principais mudanças ocorridas na Política de Atenção Básica, após a Reforma Administrativa.

O PROCESSO DE CONTRARREFORMA E A POLÍTICA DE SAÚDE

Na atual sociedade os interesses de mercado constituem pilares da política social e demais outras políticas. A financeirização da riqueza implicou em pressão sobre a política social, especialmente nas instituições da seguridade social, nicho dos produtos financeiros.

O Estado passou a atender os interesses do mercado, provocando a retração dos direitos sociais e do trabalho, sua função restringiu-se a regular as relações sociais no intuito a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o mercado livre.

Para Correia (2005, p.40), ele “funciona como administrador dos conflitos advindos das relações sociais de produção da sociedade civil (estrutura econômica), controlando o conjunto da sociedade para manutenção do domínio da classe economicamente dominante”.

A política social passou ser determinada pela política econômica monetarista que empreende o ajuste fiscal, que promove a privatização (mercantilização dos serviços sociais para os que podem pagar), seletividade/ focalização e descentralização (BEHRING, BOSCHETTI, 2007).

Para Behring (2008), as políticas sociais são caracterizadas por um discurso nitidamente ideológico. Elas são paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho e devem ser acessadas via mercado, dessa forma, deixam de ser direito social e ocorrem restrição e redução de direitos.

A valorização do capital financeiro em detrimento atividades produtivas, com a vigência de alguns princípios neoliberais de desenvolvimento social e em condições de baixo crescimento econômico, resultou em efeitos negativos no mercado de trabalho e, por consequência, agravou a crise social (SILVA; LOURENÇO, 2010).

A questão social passou a ser abordada de forma a prevalecer os ditames econômicos. Elas são ofertadas para pessoas que não tenham poder de compra; os critérios para conseguir o benefício se relacionam com a seleção por meio da renda. Essa lógica está ligada a economia de mercado que desmantela o já precário sistema de direitos.

As políticas adotadas por diferentes governos, em distintas épocas, foram, e ainda são de caráter focalistas, seletivas e centradas em situação limite. Assim, enquanto a Constituição Federal funda-se nos princípios das políticas sociais de caráter universal, a orientação neoliberal estabelece políticas focalizadas e flexíveis, voltada “aos mais pobres dos pobres”.

Dá-se a mercantilização, a transformação dos serviços sociais que eram direitos sociais e representavam as mínimas condições de vida para as pessoas. Tais direitos transformam-se em mercadorias, em serviços vendidos no mercado. A política social do neoliberalismo atende aos indigentes, ou seja, aqueles que não têm meios de gerar a mínima renda. Mas isso não é política social, porque ela não quer dizer um serviço de distribuição de sopa, distribuição de leite (VIEIRA, 2007, p.107).

Assiste a um largo processo de desmonte das políticas sociais, destinados a reprodução social dos subalternizados ao capital. Nesse processo, ocorre a apropriação privada de parte do fundo público pelos rentistas, donos do capital que porta juros.

Para Behring (2008) essa situação fará com que o fundo público seja redirecionado como um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, diminuindo seu destino e impacto junto às demandas do trabalho, mesmo que isso implique em desproteção.

O fundo público no Brasil tem sido majoritariamente formado de recursos oriundo de contribuições sociais e impostos que recaem sobre o consumo. No âmbito da Seguridade Social, a quase totalidade dos recursos sociais vem da classe trabalhadora, ou seja, 72% dos impostos e contribuições, por meio da tributação da renda na fonte e/ ou consumo. Assim, a tributação não promove a redistribuição de renda e riqueza, mas contribui para sua concentração (BEHRING, 2009; BEHRING 2012).

O fundo público é instrumento fundamental no desenvolvimento das relações de produção capitalistas, portanto, sua imprescindibilidade ao capital é de caráter estrutural. A sua composição se dá por meio advindos tanto do trabalho excedente e do trabalho necessário, via tributação que no contexto brasileiro onera a classe trabalhadora (OLIVEIRA, 1998; BEHRING, 2009).

O fundo público sempre foi um pressuposto do capital, na atual fase do capitalismo a formação da taxa de lucro passa pelo fundo, o que o torna um componente estrutural insubstituível. Dessa forma, uma das principais consequências da financeirização para as políticas sociais é a captura do fundo público para reprodução do capital, diante disso, a dívida pública tem um papel central.

No Brasil um dos recursos para utilizar recursos das políticas sociais para o capital portador de juros esta na Desvinculação de Receitas da União (DRU). A área mais afetada é a Seguridade Social que tem 20% dos seus recursos destinados para DRU, isso ocorre com a finalidade de facilitar a formação de superávits e pagar a dívida pública. Dessa forma, o Estado por meio do fundo público comparece no socorro do grande capital, especialmente nas instituições financeiras (SALVADOR).

Com o processo de financeirização também se percebe a transferência de algumas funções antes desempenhadas pelo Estado para o setor privado, atribuindo tal função ao mercado.

A transferência de bens públicos para o setor privado utiliza como justificativa o discurso da necessidade de alcançar uma maior produtividade e/ou eficiência na prestação de serviços públicos, presencia-se a privatização, com a terceirização de alguns serviços.

Nesta perspectiva, como já afirmada anteriormente (SILVA; LOURENÇO, 2010), a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico de “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, trouxe a discussão do “terceiro setor”, espaço entre o Estado (público) e mercado (privado), no qual são incluídas ONGs, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades do voluntariado.

De acordo com o Montañó (2007, apud SILVA; LOURENÇO, 2010), o termo “terceiro setor”

[...] é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a sociedade civil (“terceiro setor”). Recorte este, como mencionamos, claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e automatiza a dinâmica de cada um deles, que portanto, desistoriza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (MONTAÑO, 2007, p.53).

Na área da saúde, como já destacada anteriormente (SILVA; LOURENÇO, 2010) percebe-se a atuação das políticas de caráter neoliberal, em especial, a partir da terceirização, sob as diferentes modalidades e contratos de gestão, com a inserção das Organizações Sociais (OSs), Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e em 1999, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); seguida da Lei Complementar (PLC) n. 92/2007 que cria as Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs) e, mais recentemente, da Lei 12.550/2011 que

cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) estabelecendo um marco legal e regulador das ações entre o Estado e as organizações da sociedade civil prestadora de serviços sociais (SILVA; LOURENÇO, 2010).

Essas mudanças podem ser consideradas como parte integrante da reforma do Estado que começou no governo Fernando Henrique Cardoso. Através do Plano de Reforma Administrativa do Estado foram estabelecidas “novas formas jurídicas para o setor público e determinou novos formatos às instituições com as quais o Estado pode se associar para cumprir seus objetivos de promoção de bem-estar” (NOGUEIRA, 2006, P.148-149, apud SILVA; LOURENÇO, 2010)).

Essa reforma teve a direção do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), ministério criado na 1ª gestão de Fernando Henrique Cardoso e extinto em 1998, a reforma do Estado e da administração pública proposta por esse Ministério baseou-se no modelo de administração gerencial, inspirada no setor privado.

Para Traldi (2003), a reforma de 1990 foi a terceira implementada no país, sendo a primeira em ambiente democrático. A primeira foi realizada durante o período do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas (1930-1945), e o outro no regime de Ditadura Militar (1964-1985). Ela explica que nesses dois casos a Reforma do Estado estava voltada as questões administrativas da máquina burocrática, o aumento da centralização e a hierarquização do aparelho estatal.

O PDRE¹ estabeleceu novas formas jurídicas para o setor público, esse plano tinha como objetivo promover o ajuste fiscal, principalmente nos estados federados e municípios, além de transformar a administração pública em uma administração gerencial (NOGUEIRA, 2006).

A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última. Enquanto a receita das empresas depende dos pagamentos que os clientes fazem livremente na compra de seus produtos e serviços, a receita do Estado deriva de impostos, ou seja, de contribuições obrigatórias, sem contrapartida direta. Enquanto o mercado controla a administração das empresas, a sociedade—por meio de políticos eleitos—controla a administração pública. Enquanto a administração de empresas está voltada para o lucro privado, para a maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que, através do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público (MARE, 1995, p.16-17).

A justificativa de Bresser Pereira para enfocar a administração pública gerencial foi que na década de 1980 houve uma crise do endividamento internacional, acompanhado pela discussão do ajuste fiscal e as reformas voltadas para o mercado, porém achava necessário que essa discussão deslocasse para a Reforma do Aparelho do Estado², principalmente com ênfase a reforma administrativa (PEREIRA, 1997).

¹ Essa reforma teve a direção do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Ministério criado na 1ª gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-1997) e extinto em 1998, a reforma do Estado e da administração pública proposta por esse ministério baseou-se no modelo de administração gerencial, inspirada no setor privado (NOGUEIRA, 2006; TRALDI, 2003; BEHRING, 2008).

² No PDRAE tem a explicação da diferença entre Reforma do Estado e Reforma do Aparelho do Estado: “A reforma do Estado é um projeto amplo que diz respeito às varias áreas do governo e, ainda, ao conjunto da sociedade brasileira, enquanto que a reforma do aparelho do Estado tem um escopo mais restrito: está orientada para tornar a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania. Este Plano Diretor focaliza sua atenção na administração pública federal, mas muitas das suas diretrizes e propostas podem também ser aplicadas no nível estadual e municipal” (MARE, 1995, p.12).

Com o PDRAE ocorre uma mudança no papel do Estado, houve uma limitação de sua ação, já que é caracterizado como rígido, lento, insuficiente e sem memória administrativa³. A reforma do Estado previu o controle dos resultados visando qualidade e eficiência no serviço público (BEHRING, 2008).

As reformas do Estado recomendados pelos organismos financeiros são para racionalizar os gastos na área social e fortalecer o setor privado, pois é uma reforma sustentada em orientações economicistas, com funções antes desempenhadas pelo Estado transferidas para o mercado e a redução dos direitos sociais (CORREIA, 2005).

A partir da reforma do Estado proposta pelo Banco Mundial as políticas públicas tendem: a focalização, em que gastos sociais são dirigidos aos setores da extrema pobreza; à descentralização da gestão da esfera federal para Estados e municípios sem a contrapartida de recursos necessários a esse processo, e com a participação na esfera local de organizações não governamentais, filantrópicas, comunitárias e de empresas privadas; à privatização, com o deslocamento de prestação de bens e serviços públicos para o setor privado que é regido pelo mercado (CORREIA, 2005, p.89).

A reforma também teve como objetivo transferir para o setor público não estatal os serviços não exclusivos, por meio de um programa de publicização⁴, onde as Organizações Sociais (OSs) vão administrar algumas políticas públicas.

Considera que existe o processo de privatização, pois existe a transferência de bens públicos para o setor privado. A privatização é imposta pelo programa de publicização que “garante para o setor privado sem fins lucrativos uma forma de terceirizar a produção de serviços de saúde dispensando a concorrência com outras instituições, tanto na oferta de serviços produzidos quanto na disputa pelo financiamento” (TRALDI, 2003, p.47).

As OS se constituem como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, podem ser associadas ao Estado para prestação de serviços sociais e culturais, qualificadas por ato do Poder Executivo. Distingue-se das empresas públicas, autarquias, fundações públicas ou sociedades de economia mista (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1997, apud SILVA; LOURENÇO, 2010)).

Elas são firmadas, como já demonstrado por Silva e Lourenço (2010), por contrato de gestão, pelo qual o poder público repassa para a iniciativa privada determinados recursos para a gestão de alguns serviços. Exigem uma prévia habilitação legal das entidades para, junto com o poder executivo, instituir o contrato de gestão, documento que define os objetivos e as metas a serem alcançadas no campo de atuação, de acordo com a natureza da política pública. Esse tipo de gestão surge com a ideia de que esses serviços serão realizados de forma mais eficiente, no entanto, serão financiados pelo Estado (SILVA, 2011).

O modelo de gestão por OSs é contrário ao SUS constitucional, já que ocorre a atuação do mercado no setor, ficando reduzido a uma relação de compra e venda; o dever do Estado em garantir o acesso à política de saúde fica sob a responsabilidade da iniciativa privada.

³ “[...]pretende-se reforçar a governança—a capacidade de governo do Estado—através da transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão. O governo brasileiro não carece de “governabilidade”, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um problema de governança, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa” (MARE, 1995, p.13-14).

⁴ o programa de publicização remete à seguridade ao setor privado, ao ter sua gestão assumido por OSs, nesse sentido, as ações do Estado aparecem como mínimas para o social como defende a política sob influência do pensamento neoliberal.

A Constituição Federal representou um marco importante na consagração dos direitos sociais no Brasil, porém os padrões de políticas universais e redistributivas esbarraram-se nas estratégias dos interesses do capital. As mudanças ocorridas na saúde seguem as orientações dos organismos financeiros internacionais, tem-se a universalidade x focalização e a diminuição dos gastos públicos, onde o financiamento ficou submetido à influência da lógica do mercado, ou seja, “o prevalecimento da lógica do lucro e da capitalização nos investimentos do setor” (COHN, 2008, p.18).

Portanto, na atualidade presencia-se um desmonte das políticas sociais públicas, principalmente as de caráter universais, a partir da década de 1990 a estratégia de governo baseou (e ainda baseia) na transferência de recursos sociais para esfera financeira, ocorrendo um retrocesso na gestão das políticas sociais, ao invés do Estado garantir direitos sociais e construir uma rede de proteção social transfere estas questões pertencem ao setor privado.

POLÍTICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O município de São Paulo conta com predominância das Organizações Sociais (OSs) e as Parcerias Público-Privadas (PPP) na gestão dos serviços de saúde pública, mas é preciso sublinhar o pioneirismo do município na transferência da gestão da saúde para Instituições reconhecidas sem fins lucrativos, na década de 1990, com o Plano de Atendimento à Saúde, conhecido como PAS.

Até 1988, a Secretaria Municipal de Saúde/ SP era organizada administrativamente em dois departamentos: Departamento da Saúde da Comunidade, responsável por Coordenar postos de atendimentos médicos, e a Superintendência Médico-Hospitalar de Urgência, responsáveis pelos prontos-socorros e hospitais.

Na gestão de 1989-1992 ocorreu uma reorganização na Secretaria Municipal de Saúde a partir da qual as atribuições político-administrativas foram descentralizadas para 10 Administrações Regionais de Saúde e 32 Distritos de Saúde, que por causa da descentralização orçamentária e financeira, ganharam relativa autonomia. Ao final desta gestão todas as Unidades de Saúde municipais estavam subordinadas e coordenadas pelo Distrito de Saúde de sua região (PINTO, 2009).

No período de 1993-1996, sob influência gerencialista, foi implementado o PAS – Plano de Atendimento à Saúde, como pressuposto inicial utilizou-se do discurso da ineficiência dos serviços públicos. A sua principal diretriz foi a regionalização do atendimento, com unidades de atendimento geridas por cooperativas de trabalho, criando uma nova forma de gestão (COHN, ELIAS, 1999, p.16).

De acordo com Cohn e Elias (1999), nos documentos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde a justificativa para criação do PAS era a necessidade do poder público apresentar alternativas para solucionar os problemas no atendimento na área da saúde pública.

O PAS configurou-se como uma proposta de transferência da gestão estatal para o setor privado não lucrativo. Os prestadores de serviços tinham grande autonomia para a administração e à organização do trabalho, já que o gerenciamento dos serviços de saúde ocorria de acordo com a racionalidade inerente à esfera da iniciativa privada. Essa modalidade de gestão obedecia aos parâmetros apresentados como desejáveis pelos organismos internacionais para a implantação das políticas de saúde (COHN, ELIAS, 1998).

Neste período, a maioria dos serviços e dos estabelecimentos de saúde, de caráter assistencial ligado à Secretaria Municipal de Saúde (16 hospitais, 16 prontos-socorros, 14 ambulatórios de especialidades e 99 unidades básicas de saúde) foi cedida a cooperativas

privadas de profissionais de saúde, organizados para esses fins, com exceção de 50 UBS municipalizadas. Dessa forma, a assistência à saúde foi organizada em 14 módulos assistenciais regionais, cada qual coordenando de sete a 14 UBS e pelo menos um hospital e pronto-socorro, que funcionavam como referência regional.

[...] a proposta que sustenta o PAS está alicerçada em três vertentes: co-parceria na gestão dos serviços de saúde, com a municipalidade entrando com os bens móveis e imóveis (rede física, equipamentos e veículos, considerados como bens de capital) e as entidades privadas (cooperativa de trabalho) ofertando os recursos humanos em saúde, viabilizando o gerenciamento descentralizado e privado dos serviços de saúde; flexibilização administrativa da relação de trabalho, através do modelo de cooperativa de trabalho; e financiamento provido por fundo público, nos moldes de pré-pagamento, com a adoção da modalidade de capitação por habitante abrangido pela área geográfica do serviço (COHN; ELIAS, 1999, p. 97, grifo do autor).

Após diversas críticas, denúncia e pressão do Conselho Municipal de Saúde para o Conselho Nacional de Saúde, apresentação de provas e o desvio de dinheiro, o Ministério da Saúde suspendeu seus repasses financeiros para o município. Os recursos que financiavam o PAS eram quase exclusivos da receita própria do município (COHN, ELIAS, 1999).

Apesar do município de São Paulo ser referência nacional no sistema de saúde em virtude da grande quantidade, complexidade de serviços e estabelecimentos de saúde, o SUS foi implantado tardiamente no município, somente em 2001, a nova gestão começou a reconstruir o sistema de saúde.

O SUS foi implementado por meio de 3 eixos: 1) reorganização das instâncias de participação e controle social; 2) extinção do antigo Plano de Atendimento à Saúde – PAS; 3) municipalização da rede básica estadual.

Em 2002, ocorreu uma descentralização política administrativa na Prefeitura e foram criadas 31 Subprefeituras, os 41 Distritos de Saúde foram reorganizados em 31 Coordenadorias de Saúde vinculadas às Subprefeituras. Em 2004, foram criadas cinco Autarquias hospitalares (PINTO, 2009).

Em 2005, houve uma nova reorganização na Secretaria Municipal de Saúde e através de um decreto transferiram as Coordenadorias de Saúde das Subprefeituras à Secretaria, oficializando 5 Coordenadorias Regionais de Saúde e criando 24 Supervisões Técnicas de Saúde, estas subordinadas as Coordenadorias). Em 2008, mantiveram apenas duas autarquias: uma de caráter administrativa e outra coordenando os hospitais (PINTO, 2009).

Atualmente, no município de São Paulo existe forte predominância das parcerias com OSs e PPP, principalmente na gestão das unidades de saúde da Atenção Básica. O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), que atua como apoio às equipes de Saúde da Família/Estratégia de Saúde da Família (PSF/ESF) e não constitui porta de entrada do sistema de saúde, teve o seu processo de implantação realizado em parceria com Instituições Conveniadas e em contratos de gestão com o SUS, dessa forma, as equipes do NASF são contratadas por OSs conveniadas com o município (SILVA; LOURENÇO, 2010).

O Programa Saúde da Família, PSF, teve sua implantação iniciada em 1994 e é operacionalizado mediante equipes multiprofissionais em Unidades Básicas de Saúde (UBS). As equipes desenvolvem ações de promoção da saúde, prevenção recuperação de doenças e agravos mais frequentes da saúde na Atenção Básica.

De acordo com o site da Prefeitura do Município de São Paulo, em 2005, o Município contava com 722 equipes de ESF implantadas em 197 unidades, e cobertura de 27%. Em 2010, eram 1196 equipes de ESF, distribuídas em 256 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e cobertura

de 43,3%, correspondendo a uma expansão de 65,37% das equipes e consolidando a Saúde da Família como estratégia de reorganização das Unidades Básicas de Saúde. As equipes estão distribuídas por Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e preferencialmente nas regiões mais periféricas e ou de alta vulnerabilidade (SMS, 2009).

A implantação do NASF no município de São Paulo iniciou em julho de 2008, com proposta de 86 equipes, sendo que as Coordenadorias Regionais de Saúde ficaram responsáveis por escolher as categorias profissionais para compor a equipe, de acordo com o perfil de cada região. De acordo com o site da Prefeitura do município de São Paulo, em outubro de 2010 o município constava com 86 equipes NASF (SMS, 2009, apud SILVA; LOURENÇO, 2010).

A contratação dos profissionais pelas OSs ou pelas Parceiras faz com que haja a redução do Estado no controle das formas de contrato e regulação do trabalho, afetando os direitos dos trabalhadores. A contratação da força de trabalho ocorre pelo regime jurídico da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com seleção por meio de processo seletivo, a remuneração será diferenciada, pois cada OSs ou Parceria determina sua forma de contratação, seu quadro de pessoal, seu plano de carreira, emprego e salários, além disso, não existe estabilidade a qualquer momento poderá demitir seu funcionário.

Nesse processo, fica claro a redução dos direitos trabalhistas, a privatização dos recursos públicos, a ampliação dos espaços em que ocorrem a acumulação do capital e o fortalecimento do setor privado na oferta dos serviços sociais que por lei deveriam ser executados pelo Estado. Além disso, cria-se uma diferenciação entre os serviços públicos e inclusive entre os trabalhadores da saúde.

Portanto, o modelo de gestão por OSs e pela Parceria Público-Privado é contrário ao SUS constitucional, já que ocorre a atuação do mercado no setor, ficando reduzido a uma relação de compra e venda. O dever do Estado em garantir o acesso a política de saúde fica sob a responsabilidade da iniciativa privada, que contrata profissionais sem concurso público seguindo as normas do mercado de trabalho e adotando a Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) e ficam isentos de cumprir leis de licitações, podendo adotar normas próprias para compras e contratos (SILVA; LOURENÇO, 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma do Estado orientada pela lógica de mercado iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio da desregulamentação da economia, da flexibilização das relações capital e trabalho, desmantelou o sistema de direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988.

A adoção do projeto neoliberal, nos vários governos brasileiros, desde a década de 1990 até o momento atual, favoreceu a defesa do processo de privatização, acompanhada do reconhecimento do cidadão como consumidor, elevou o processo da mercantilização da política social com a dicotomia entre o público e o privado.

A lógica do mercado na gestão dos serviços leva ao sucateamento do serviço público oferecido, pois privatiza o que é público por meio da terceirização, reduzindo o papel do Estado. Dessa forma, o Estado aparece como fundamental para garantir as condições de acumulação e valorização do capital. Os recursos utilizados para isso são oriundos do mundo do trabalho,

porém não é voltado para melhorar as condições do trabalhador, mas de ficar a disposição do capital portador de juros.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em Contra-Reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Acumulação capitalista, fundo pública e Política Social. In: BOSCHETTI, Ivanete. et.al. (orgs.). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Rotação do Capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio.et.al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONH, Amélia (et.all). **A saúde como direito e como serviço**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; ELIAS, Paulo E. (orgs). **O público e o privado na saúde: O PAS em São Paulo**. São Paulo: Cortez: CEDEC, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Aspectos Jurídicos da proposta das Organizações Sociais Autônomas. Parecer Jurídico n.031/97. Brasília, 1997.

CORREIA, Maria Valéria Costa. O Conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. Recife, 2005, 342f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

CRESS. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Constituição Federal de 1988. . In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. Coletâneas de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do(a) Assistente Social. 2.ed. São Paulo, 2006.

MARE. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Imprensa Nacional, novembro 1995.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**. São Paulo, Cortez, 2002.

NOGUEIRA, Roberto Passos. Problemas de Gestão e regulação do trabalho no SUS. In: **Serviço Social & Sociedade**. ano XXVI.n.87, São Paulo. set./2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estratégia e Estrutura para um novo Estado. **Revista de Economia Política**.v.17.n.3, jul./set. 1997.

PINTO, Nicanor Rodrigues da Silva. **A (re)construção do SUS no município de São Paulo (SP): uma avaliação sobre a incorporação da integralidade na política municipal de saúde**. Tese (Doutor em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo-USP, São Paulo: 2009.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP). Equipe Estratégia de Saúde da Família. São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/esf/equipes_esf.pdf. Acesso em : 03 out.2011.

SALVADOR, Evilásio. “Crise do capital e políticas sociais na Crise do Capitalismo”. **Serviço Social & Sociedade**. n.104.out.dez.2010.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira.** Entre a política pública e o mercado. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2011.

SILVA, Gislaine dos Santos. LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza Lourenço. A política de saúde no município de São Paulo no contexto de globalização. In: **Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca**. 2010, AnaisSciELOProceedings. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112012000100031&script=sci_arttext>. Acesso em: 09, jna. 2014.

TRALDI, Maria Cristina. **Políticas Públicas e Organizações Sociais:** O controle social na terceirização de serviços de saúde. 2003. Tese (Doutora em educação). Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas, 2003.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social.** 2.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

NEOLIBERALISMO Y SU RELACIÓN CON EL TRABAJO SOCIAL EN COLOMBIA: ESTUDIO DE CASO MALLA CURRICULAR 447 UNIVERSIDAD DE CALDAS Y LAS DIRECTRICES INTENCIONADAS A PROPÓSITO DEL AUGE TRASNACIONAL

Wilber Jhondany Jojoa Andrade*; Carlos Benito Lasso Urbano*

“Las ideas de la clase dominante son las ideas dominantes en cada época; o, dicho en otros términos, la clase que ejerce el poder material dominante en la sociedad es, al mismo tiempo, su poder espiritual dominante. La clase que tiene a su disposición los medios para la producción material dispone con ello, al mismo tiempo, de los medios para la producción espiritual, lo que hace que se le sometan, al propio tiempo, por término medio, las ideas de quienes carecen de los medios necesarios para producir espiritualmente” (Marx, 1984).

RESUMEN: El desarrollo de la ponencia se centra en la fundamentación teórica de las categorías “trabajo y alienación”, como elementos centrales que van a direccionar el esquema de la discusión y además van a permitir comprender la naturaleza y proceso que ha tenido el neoliberalismo en Colombia y cómo ha determinado la formación profesional del Trabajo Social. Igualmente se aborda el neoliberalismo como proyecto político-ideológico del sistema capitalista desde su génesis, desarrollo y crisis a nivel mundial, latinoamericano y nacional, analizando el impacto que ha tenido en países tercermundistas particularmente el colombiano evidenciado en los diferentes campos y esferas como la educación [Elitista] donde se produce un viraje en la formación profesional. Se hace revisión de la actual malla curricular de Trabajo Social de la Universidad de Caldas en Colombia (447), donde se analizan los elementos centrales que conforman este plan de estudios (psicológicos, antropológicos y sociológicos) y el enfoque en que se los utiliza, lo cual va a permitir comprender el perfil alienante del trabajador social que se está formando en pro de satisfacer las exigencias del neoliberalismo. Los resultados han mostrado como el proyecto Neoliberal, que se ha instaurado en la sociedad colombiana, origina profundos problemas que afectan los derechos políticos, sociales y civiles, impactando en esa medida los Derechos Humanos y subordinando diferentes campos donde el individuo se encuentra inmerso. Desde el campo profesional de Trabajo Social se advierte la alineación como categoría para leer el carácter del profesional ceñido a un estado de negación y desconocimiento absoluto tanto en su cuerpo como en su naturaleza. Esta situación ha provocado fuertes consecuencias, en el direccionamiento y enfoque que le ha dado a las carreras profesionales particularmente al Trabajo social a través del plan de estudios 447 de la Universidad de Caldas, cuya orientación operativa se encuentra interna en una posición de clase, que defiende los intereses del gran capital, subordinando las demandas de las clases populares, con quienes debe constituir un proyecto fundamentado en la superación de la alineación en la que se encuentra inmerso el trabajador social de la Universidad de Caldas.

Palabras claves: Trabajo, Alineación, Trabajo Social, Neoliberalismo, Ser Genérico.

DESARROLLO: LA ALINEACIÓN (FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA)

La realidad como un completo devenir de mediaciones múltiples, consecuencia de la acción esencial de negación y mediación con el otro, se encuentra supeditada a un conjunto de determinaciones que direccionan las relaciones de los sujetos con su naturaleza, la historia ha sido

* Candidatos a título de Trabajadores Sociales de la universidad de Caldas-Colombia, actualmente cursan primer año de Maestría en Ciencias Sociales en la Universidad de Caldas, integrantes del Semillero de Investigación Trabajo Social Crítico Manizales, y del colectivo trabajo social crítico colombia. Correo electrónico: danyjhon0918@hotmail.com y lbca12123@hotmail.com;

fundamental para entender los escenarios que ha cursado la humanidad, en medio de virajes que posicionan la narrativa económica, política, cultural y ambiental como mediaciones importantes para el “reconocimiento universal” de los momentos que atestiguan los vastos cambios de la sociedad. Reconocer el trabajo como categoría central, permite nortear la materialización objetiva y subjetiva de las relaciones sociales, en la inequívoca acción de trasegar los horizontes científicos que han alcanzado a experimentar transformaciones vitales para comprender la certeza del mundo, producto del sumo interés por desarrollar el pensamiento, que supera, refuta y realimenta la conceptualización del espacio- tiempo de acuerdo a la configuración de un nuevo norte implícitamente relacionado con las necesidades que se ponderen en el modo de producción. El tránsito por diferentes momentos como la navegación en el Mediterráneo y posterior circulación por el resto del mundo, los alcances del pensamiento griego, la apertura del pensamiento moderno, el descubrimiento de América, la reforma protestante de Lutero, las Revoluciones Burguesas entre otros hitos se han convertido en la unidad de análisis del científico social, en este orden es menester destacar las relaciones de dominación que se presentan de manera múltiple en la compleja y heterogénea realidad, ajustada a una lucha constante de clases sociales, por tanto “*la historia de todas las sociedades hasta nuestros días es la historia de las luchas de clases*” (Marx, 1984. Pág .27). frente a este asunto la división de clases es una manifestación simple de la dominación expresa por una clase que domina entendiéndose desde los que manipulan el capital industrial y financiero, que asumen el poder político sobre la clase explotada, que representan a los sujetos a quien se le ha arrebatado el carácter de persona por el de cosa¹, sintetizado como valor de cambio dependiente de la relación con el objeto que produce y el patrón, fruto de la lógica de la sociedad capitalista, signada de tensiones en las que imperan los dueños de los medios de producción que personifica a la clase que domina y los desposeídos la clase dominada que son precisamente las que dependen “del estado de humor del capitalista”², debido a que solo tiene para vender su único recurso que es su fuerza de trabajo, con lo que logra sobrevivir y prolongar la existencia de su raza.

La clase explotada vive un completo estado de alienación, entendiéndose como la no apropiación de la riqueza material y espiritual del sujeto en la que los individuos no se reconocen como sujetos históricos, provocando de manera aguda la negación absoluta de sí mismo y de su entorno; lo que se sintetiza en el extrañamiento del producto de su trabajo y de sí mismo, en otros términos lo que hace la clase dominada es producir y reproducir socialmente su miseria a partir de la objetivación de la materia prima que es transformada en mercancía, aquella acción le provoca una fuerza extraña al sentirse ajeno de lo que él produce; hay que advertir, que una de las características fundamentales de este sistema, es la socialización de la producción y la propiedad privada de la ganancia, es decir mientras el proceso de producción es socializado, existe una apropiación particular de la mercancía, lo que indica el proceso de desarrollo de la alineación que se le enfrenta al trabajador como “*cosa extraña y hostil*” (Marx, 1984. Pág. 110). El fenómeno de la alineación es un hecho reiterativo en la sociedad y principalmente en la “clase que vive del trabajo”³, cuyo devenir está netamente condicionado por los avatares del capitalista, o por los tipos de sociedades que se circunscriben en la realidad advertida por Marx en siglo XIX y que aun mantienen vigencia: **α) la sociedad declinante**: que postula un grupo de rasgos en el que permanece un aumento acelerado de la pobreza, al igual que una

¹ Siguiendo los argumentos de Marx “no los conocen como hombres, sino como instrumentos de la producción que deben aportar lo más posible y costar lo menos posible” (Marx, p.71).

² Señalado por Marx en la obra manuscritos filosóficos y económicos .

³ Para profundizar más en este aspecto ver ¿Adiós al Trabajo? de Ricardo ANTUNES.

generalización de la miseria, producto de la limitación para absorber suficiente fuerza de trabajo, repercutiendo en la explotación masiva de las fuerzas productivas ya existentes, mientras por otro lado, gran parte del trabajo vivo es desvinculado de las fábricas, sumándose al “ejército de reserva industrial” .β) *la sociedad floreciente*: en este escenario una característica ineludible es que el obrero devenga un mayor salario, que posteriormente es recuperado por el capitalista por medio del aumento intensivo del trabajo, es decir la clase explotada tiene que producir más en menos horas, exigiendo una mayor desgaste de cara a la eficiencia y eficacia en la producción γ) *la sociedad de plenitud*: es un modelo genuino de las actuales relaciones de producción, en la que se han prolongado condiciones precarias para la clase explotada, de tal manera que su vida ha quedado reducida a la mera industria, reflejado en una usurpación permanente de otros espacios que le permitan realizarse.

Para superar el estado de alineación es fundamental desarrollar la conciencia, que es entendida como la forma en que el sujeto toma posición de sí mismo y de la naturaleza que lo rodea, es decir hay una clara aprehensión del sujeto en su yo y la relación estrecha con las dinámicas que le permiten esa interacción con el otro, la cosa en cuanto movimiento o devenir, es captar lo más simple, de lo abstracto a lo concreto del objeto para despojar las apariencias y hallar la esencia de la realidad. La conciencia aparece cuando el trabajador se reconoce y construye una idea propia del mundo objetivo, es decir hay conciencia cuando se asume como trabajador, cuando se reconoce como explotado, y cuando la función que desempeña no le satisface y toma posición, la conciencia como un estado en el que predomina la mediación del trabajador con su realidad objetiva y subjetiva para sí, en cuanto estriba que su comportamiento obedece a una fuerza dependiente que le impide ejercer su libre albedrío de cara a la realidad que lo afecta (...) *“La conciencia es, ante todo, naturalmente, conciencia del mundo inmediato y sensible que nos rodea y conciencia de los nexos limitados con otras personas y cosas, fuera del individuo consciente de sí mismo; y es, al mismo tiempo conciencia de la naturaleza”*(...) (Marx, 1984. Pág.31). La conciencia es una condición esencial para superar la alineación y una de las formas para hacerlo es en la búsqueda del ser genérico, que se define como la relación directa con el sí mismo cuya característica es superar el extrañamiento para que el sujeto se sienta parte del mundo como ser universal y libre, donde el trabajador desmitifica las contradicciones de la realidad que habita, condensa los argumentos necesarios para confrontar su mundo, reconoce el conjunto de particularidades del medio donde comparte su existencia, y por ende, se acerca a la esencia y naturaleza de su realidad, lo que al mismo tiempo funciona para identificar la ontología de su realidad concreta. Teniendo en cuenta la manera en que se desarrolla la alineación, es claro que si el trabajador tiene conciencia sobre la explotación como clase trabajadora, exclusión de políticas social y pública, discriminación política y la intensa omisión o persecución fruto de la anulación del pensamiento crítico-dialectico, va a transformar la relación con la clase explotadora, léase desde diferentes expresiones de esta clase reflejada en el campo de la realidad social, mistificando la vida económica, política, cultural y ambiental, pero este ambiente de ruptura de cadenas solo ocurre cuando se pierde el temor a las consecuencias que devienen en la tensión o lucha de los ropajes que negaban su singularidad, la disolución de la conciencia dependiente permite objetivar la libertad, en la lucha constante

por reconocerse y hacerse reconocer, logrando esa identidad de lo conocido que es su entorno y su auto reconocimiento.

ANÁLISIS CONTEXTUAL DEL OBJETO: PRINCIPIOS Y PILARES EN LOS QUE SE SUSTENTA EL NEOLIBERALISMO

La fase actual en la que se encuentra el capitalismo (neoliberalismo) tiene como característica general promover el desarrollo de un Estado mínimo, aplicándose de ese modo los principios de libertad individual, propiedad privada, libre comercio y no intervención del Estado en la economía, colocando al “darwinismo social” como fundamento, donde lo que impera es la competencia, eficiencia y productividad; en síntesis el neoliberalismo busca reestructurar y diseñar un nuevo modelo donde se destacan los siguientes pilares:

Combate al trabajo: en donde lo que se busca es debilitar a la clase trabajadora, a las organizaciones sindicales, a los movimientos sociales, etc., y desprestigiarla ante la opinión pública.

Reestructuración productiva: donde lo que se hace es incorporar la tercerización del trabajo, generando desregulación y precarización de los contratos de trabajo y de los salarios recibidos.

Contrareforma del Estado: presentándose una reducción del gasto fiscal del Estado, a través de la privatización del mismo (privatización de los servicios públicos), minimizando sus funciones sociales, dándose la precarización y segmentación de las políticas sociales. Y aquí en este punto cabe destacar que el neoliberalismo reivindica el principio de que el Estado simplemente intervenga en la regulación de los precios y en la liberación del sistema financiero.

A partir de lo anteriormente señalado se puede concluir que el proyecto neoliberal no es otra cosa que la actual estrategia hegemónica utilizada por el capital financiero para reestructurar el sistema capitalista, donde lo que se busca es desmontar los derechos laborales, políticos y sociales profundizando en la explotación de la fuerza de trabajo y de capitales menores y reproduciendo la alienación del individuo en los distintos ámbitos en los que se encuentra inmerso.

Un aporte importante que contribuye a ampliar la discusión sobre la esencia en la que fundamenta el neoliberalismo es la disertación realizada por el profesor Ricardo Castaño quién sostiene que

el neoliberalismo no es más que la implementación de viejas estrategias económicas a las nuevas condiciones del desarrollo sin tener en cuenta sus avances en materia de industrialización y nos presentan este modelo como “alternativo”, donde la equidad y la justicia social interactúan en función del trabajador, pero para que sea más productivo, más efectivo, con la menor inversión posible de capital (Castaño, 2002, p.).

Pues si se realiza un análisis a profundidad se encuentra que una serie de elementos promulgados por el liberalismo clásico se encuentra aún inmersos dentro del discurso manejado por el modelo neoliberal.

EL NEOLIBERALISMO EN COLOMBIA Y SU APUESTA EN PRÁCTICA DESDE LA ALIENACIÓN

El desarrollo del modelo socioeconómico neoliberal o “nueva globalización”, tal como lo denomina Joseph Stiglitz, independiente del contexto en el que se sitúa, debe analizarse desde sus aspectos más generales, ya que sus implicaciones de alguna forma han venido ocasionando

una serie de transformaciones en el escenario nacional y mundial que no sólo obedecen a simples hechos económicos, sino que ha permeado profundamente ámbitos como el social, el cultural, el político y el ambiental⁴; en este sentido para desarrollar el tema del Neoliberalismo y sus alcances en Colombia, es menester señalar algunos antecedentes que aportan a su génesis y expansión en la esfera mundial; desde:

Contexto Internacional: La narrativa histórica del mundo ha trascendido en medio de convulsiones y saturados acontecimientos, que han marcado el principio y el fin de las ideologías, que durante siglos han mantenido una fuerte tensión, al ser puestas en el palco de discusión de proyectos sociales completamente antagónicos, sin embargo cabe advertir que la hegemonía ideológica ha subordinado las estructuras que erigen proyectos alternativos por la vocación de un sistema protagonista de la arquitectura que valida su propuesta bajo supuestos que centralizan la fuerza, la violencia como principal instrumento de manutención del poder, siendo particularmente la segunda guerra mundial que postula a Norteamérica como una de las nacionales triunfadoras por encima de Europa, Japón y la unión soviética, las consecuencias de este impactante hecho, dejan a media Europa destruida, causándoles la muerte a millones de personas y sumergida en niveles muy elevados de pobreza y miseria, la cual más adelante desatará la aplicación del modelo keynesiano, que tiene como política aumentar el gasto público para así mejorar la situación económica en la que se encuentra Europa. Este modelo funcionó en los países occidentales hasta inicios de la década del 90, época en la que comienzan a fallar muchas de las políticas en las que se fundamenta, provocándose justamente una ola de crisis que crecía rápidamente, lo que origina un despliegue de otros sistemas que terminaron imponiendo drásticas restricciones que conducían al anuncio de estrategias de corte neoliberal; la crisis presentada por el capitalismo en la década del 70, se encuentra marcada por la depresión e inflación de la economía, lo que significaría la entrada a una recesión causada básicamente por la devaluación del dólar; que más adelante, en 1973, se agudizaría con la crisis del petróleo, instigada como una estrategia norteamericana de sobreprecio que terminó beneficiando las crisis locales en EE.UU, debido a que este país se encargó de almacenar los petrodólares custodiados en su sistema financiero basado en el wall street y la reserva federal como un formidable instrumento para impulsar el proceso de globalización con el efecto económico norteamericano, a este hecho se menciona la transición del modelo de producción fordista, cuya característica es la producción en serie, en masa por un modelo más flexible denominado posfordista o Toyotismo que reestructura la estrategia de trabajo buscando la producción de lo necesario y al Just Time, como un combate a viejas prácticas económicas y la apertura a nuevos sistemas que va en relación a los profundos cambios que se desarrollan en el mundo.

Otro de los elementos que hay que destacar en el contexto internacional, es la actuación de Margaret Thatcher, quién después de ser elegida como primer ministra británica en 1979, centra sus acciones en la implementación de políticas de corte neoliberal, lo que generaría la privatización de empresas estatales y de la educación, una marcada reducción en el gasto social y terminando con la afectación del sistema de protección social, originándose con esto huelgas y descontentos entre la población, este acontecimiento no obedeció a una coyuntura casual, “el cercamiento de bienes comunes” fue una conducta que se adecuó a la necesidad imperiosa de privatizar los activos públicos con la intención de combinar excedente y huelga que fue una particularidad que surgió de este reacomodamiento incitado por Thatcher; este viraje

⁴ El error más grande en el que se ha caído y más que todo influenciado por los economistas, es el enfocar el neoliberalismo desde una concepción económica, lo que de alguna manera termina fragmentado todo el análisis totalitario que su reflexión incita.

es catalogado como la historia de la destrucción creativa (...)”(con todas sus consecuencias sociales y ambientales negativas) inscrita en la evolución del paisaje físico y social del capitalismo”(Harvey:2005) Otro hito importante para resaltar es la caída del muro de Berlín a finales de 1989, significando tanto la derrota del socialismo soviético como la expansión del libre mercado por todo el mundo, Sin duda este acontecimiento sintetizó el desvanecimiento de regímenes nacional, populistas que surgieron de las luchas de liberación nacional y que constataron el vigor de EE. UU sobre el resto del mundo al inundar de estrategia de reajuste estructural económico y político en América Latina, África y Medio Oriente, a través de instituciones como el FMI, la OMC y el Banco Mundial, finalmente estos desatan una serie de transformaciones en el ámbito político, económico y cultural en todo el campo mundial.

Contexto Latinoamericano: la geografía histórica de latinoamericana estuvo marcado por una serie de dictaduras militares en los años 60 y 70 en países como Argentina, Bolivia, Perú, Nicaragua, Chile, entre otros, donde converge el Estado neoliberal con la injerencia de EE.UU como una hazaña que busca frenar gobiernos revolucionarios como el caso de Salvador Allende en Chile, los cuales buscaban un horizonte socialista que difiere al que había construido el capitalismo; fue a partir de la dictadura que encabeza Augusto Pinochet en 1973 que Chile se convierte en el laboratorio del Neoliberalismo para América Latina, lo que demostró la codicia del capitalismo por inmiscuirse en escenarios potenciales para la exteriorización de su economía, por medio de un escenario represivo que legitimaba la violencia, el fraude como elementos que permiten edificar el régimen neoliberal; otro de los momentos fundantes de este proyecto político-ideológico se condensa en el año 1989 cuando se aprueba lo que se conoce como “El consenso de Washington”, que se convierte en una colaboración pacífica que ensambla a Latinoamérica a la nueva arquitectura financiera internacional en donde algunos gobiernos en conjunto con el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial, la OMC firman el acuerdo que permitirá llevar a cabo una liberalización comercial en Latinoamérica, abriéndosele las puertas a la inversión extranjera y al gran capital; estos cambios sumarían al interés de generar acumulación capitalista desde vectores que buscaban el diseño de una política colonial que cercaba el sistema de empréstitos internacionales, la guerra, la violencia y la política de intereses privados sobre la base de un proyecto neoliberal de corte financiero, lo que provocará una serie de privaciones en ámbitos como la salud y la educación, además de la reducción del Estado como una advertencia inequívoca del despliegue suscitado por la ola neoliberal que causó la eliminación de subsidios a: alimentos básicos, energía, transporte público y demás; de igual forma se presentan también reformas tributarias, que lo que permiten es generar una notable reducción en el pago de impuestos de la gran empresa. La tendencia de la lógica imperante fue la de generar “*mercados competitivos que funcionan libremente con acuerdos institucionales que garantizan la propiedad privada, el individualismo jurídico, la libertad de contratar y estructuras legales y gubernamentales apropiadas garantizadas por un Estado “facilitador”*”(Samir:2003), lo que efectivamente conllevó al aumento de desempleo y en esa medida de la inflación, y a la exacerbación de los niveles de miseria y de desigualdad, que terminó causando situaciones como la presentada en Venezuela en 1989, en donde por toda estas serie de políticas adoptadas, el país cayó en un completo caos, provocado básicamente por el descontento de la población ante la crisis económica que se presentaba. Todos estos aspectos aportan al surgimiento del neoliberalismo en el cono sur, desatando consecuencias como algunas de las ya señaladas.

Contexto Colombiano: es desde el gobierno de Virgilio Barco (1986-1989) donde se comienzan a evidenciar todas las políticas que dan el impulso a la apertura del neoliberalismo en Colombia y es quién empieza a reformar el Estado en pro de favorecer los intereses del

capital financiero y de legitimar su entrada al país. Ya Con el consenso de Washington puesto en marcha en todo el continente latinoamericano, en Colombia muchos de sus efectos se comienzan a sentir en los ámbitos económico, político, cultural y ambiental, siendo claro su desarrollo con la promulgación de la Constitución Política de 1991 (gobierno de Cesar Gaviria-1990-1994) la cual permitirá (...)” *crear las bases legales de la apertura y la privatización*” (...) (Robledo⁵, 2010. Pág. 4), y en ese sentido se comienza a privatizar las empresas del Estado para pagar la deuda externa asumida por el país con organismos como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional.

Desde un análisis un poco más profundo se puede interpretar que la carta política del 91, lo que permite es introducir la apertura neoliberal, ajustando las relaciones sociales a los cambios económicos mundiales, pasando de un Estado interventor y proteccionista a un Estado que promulga el libre mercado; además dicha constitución busca frenar el acenso de las masas, ante lo cual aparece como estrategia la “adopción de una serie de normas que permiten la participación de la población en las decisiones políticas y económicas”, pero si se observa actualmente esto en el escenario real se encuentra que la democracia colombiana es una democracia básicamente formal donde realmente no hay posibilidad de participar, pues si bien existen una serie de mecanismos de participación, estos mecanismos cuentan con unos límites a la hora de utilizarlos.

Entre algunas de las manifestaciones que desemboca el neoliberalismo en Colombia, se pueden señalar acontecimientos como: la entrada al país del capital extranjero en gran magnitud, aprovechando la eliminación de barreras comerciales y la reducción de aranceles, que habían pasando del 32 al 18 % en el año de 1991, conduciendo así a la caída de la producción nacional y a la entrada de la flexibilización laboral, causada por la reforma laboral que se había implementado (Ley 50 de 1990) la cual facilitaba los despidos colectivos, elimina la obligación de reintegro a trabajadores con más de diez años de servicio, formaliza la agencia de empleos temporales, reduciendo oportunidades de contrato formal de trabajo y permitiendo el establecimiento del salario integral, que en últimas lo que provoca es un aumento de los niveles de desempleo y subempleo (que para el año de 1992 se ubicaba en el 21.2% según cifras del Dane⁶) y por ende una reducción de los salarios; para 1991 el salario mínimo real se redujo en 3.3 % con respecto a 1989, por lo que además hay pérdidas considerables de derechos sociales manifestado en el achicamiento del Estado y por supuesto en la focalización de la política pública.

Otro de las situaciones que también se presenta con la llegada del neoliberalismo al país, es la pérdida de la soberanía nacional, donde instituciones como el Fondo monetario internacional (FMI) y el Banco mundial (BM) comienzan a direccionar el rumbo que debe seguir el país en términos políticos y económicos; así mismo se presenta la eliminación y reducción del mercado interno, siendo atacado a partir de herramientas legales tales como “la reforma arancelaria” (la cual permitió que el mercado colombiano se inundara de productos extranjeros, sin ningún control para competir con los productos de carácter nacional, lo que ocasionó altos niveles de crisis sobre todo en la economía textilera); “la reforma al comercio exterior” (que posibilita el ingreso de un mayor número de productos extranjeros al país) y “la

⁵ Jorge Enrique Robledo es arquitecto de profesión, egresado de la Universidad de los Andes, fue docente catedrático de la Universidad Nacional de Colombia Sede Manizales, actualmente se desempeña como miembro activo del senado por el partido político Polo Democrático Alterativo; entre sus obras se destacan: *Neoliberalismo, privatizaciones y servicios públicos (2001); Por qué decirles no al ALCA y al TLC (2004); Lo que oculta la privatización (1997).*

⁶ Departamento Administrativo Nacional de Estadística de Colombia.

reforma a la inversión extranjera” (que permite la llegada de capitales extranjeros interesados en invertir en Colombia); para la década del 90 se presenta la clausura de un considerable número de industrias, nada más entre el año 1997 y 1998 se cerraron alrededor de cinco mil pequeñas y medianas empresas; la privatización del sector público tampoco se hizo esperar, la salud, la seguridad social y la educación comienzan a ser asumidas y manejadas por el sector privado, mientras para el 1991 el gasto social se encontraba en el 10.4% del gasto general, en 1993 ya se ubicaba en el 7.9%; la pobreza también se convertía en un factor bastante crítico, entre 1990 y 1993 el número de personas bajo la línea de pobreza se incrementó en millón y medio, es decir que el 45% de los colombianos estaban por debajo de la línea de pobreza⁷, debido principalmente a la concentración y acumulación de la riqueza en unos pocos y al aumento tan marcado de la sobreexplotación laboral, enfocada hacia la prestación de servicios y labores alejadas de la producción industrial puesto que la vocación económica cambia del modelo de sustitución de importaciones hacia el libre mercado.

Los antiguos sistemas de formación laboral que cualificaban fuerza de trabajo en función de la industria colombiana también comienzan a ser replanteados, para ser puestas al servicio de las dinámicas del comercio y el sector terciario. En este sentido ya no importaba la formación científico-técnica, ahora lo que necesitaba el capital era la capacitación en labores simples o con bajo nivel técnico tal como lo requieren los procesos acabados o semielaborados de las maquilas, las cuales tienen como objetivo abaratar la fuerza de trabajo, eliminar los derechos laborales, generar empleos temporales y fragmentar la organización sindical, lo que se sintetiza en (...) *“La búsqueda de la máxima ganancia en los peores salarios”* (...) (Robledo, 2010, Pág.117).

UNIVERSIDAD, CIENCIAS SOCIALES Y TRABAJO SOCIAL EN LA ERA DEL NEOLIBERALISMO

Partiendo de los postulados de Atilio Borón quién ubica al neoliberalismo más allá que un programa meramente económico como una “corriente ideológica que expresa ese proceso en el plano de las ideas” (Borón, 2005, Pág. 1), se puede entrar a disertar sobre la profunda influencia que ha tenido el neoliberalismo en los escenarios académicos, universitarios y más aún en las Ciencias Sociales.

La falta de formación de la fuerza de trabajo a nivel científico-técnico, ha conllevado a que los sectores de la educación superior oferten un mayor número de programas técnicos y tecnológicos y así en esa medida, ajusten sus programas curriculares a determinadas áreas de formación específica, tal como lo exige el mercado, viéndose reflejado en el tipo de profesionales que ingresan a los distintos campos del mercado laboral, ya no se requieren profesionales reflexivos y dotados de diversas capacidades; sino por el contrario, el mercado necesita son profesionales especializados en una función específica (totalmente instrumentalizados); ya no es rentable que los estudiantes universitarios se tarden más del tiempo estipulado en terminar sus respectivas carreras, lo que se necesita es que la Universidad expulse fuerza de trabajo en las distintas profesiones, para que salgan a hacer parte del ejército de reserva y en esa medida contribuyan a abaratar los salarios y ser funcionales a los proyectos orientados por el capitalismo. Es así como la academia ha ido desligándose de su compromiso con la sociedad colombiana, de aportar a la investigación materializada en proyectos que contribuyan

⁷ Datos de la base digital de la Universidad Nacional de Colombia.

a combatir las manifestaciones reales de la “cuestión social” y a mejorar la calidad de vida de los ciudadanos debido al direccionamiento que le exige, le impone el proyecto neoliberal.

Acontecimientos como los señalados también van ligados a las múltiples disciplinas y profesiones de las Ciencias Sociales, puesto que también “los supuestos del pensamiento neoliberal han colonizado buena parte de las Ciencias Sociales” (Borón, 2005. Pág. 3), donde de forma consciente o inconsciente se reproduce la individualidad, se atomiza la realidad y se cae en una desesperanza de que no se puede contribuir a la construcción de una sociedad distinta a la capitalista. Además se encuentra como en diversos escenarios, las Ciencias Sociales han ido minimizando sus acciones direccionadas a fomentar y a trabajar en la investigación social y en especial la puesta en práctica de un pensamiento crítico.

Para el caso específico de Trabajo Social, los planes de estudio al igual que los de las demás Ciencias Sociales han venido siendo objeto de transformaciones tanto a nivel teórico, metodológico, epistemológico y operativo, dependiendo del perfil profesional que requiera el mercado. Si se observa el contexto de los 90, fuertemente impactado por el avance neoliberal, se ve que el perfil de trabajador social requerido para ese momento en Colombia, era de corte principalmente asistencialista; se requería de un profesional que no reconozca su realidad, que sólo esté condicionado a su trabajo, inmerso en espacios como los sindicatos, las empresas, pero frenando o apaciguando los descontentos de la clase trabajadora, producto de las medidas neoliberales que se venían adoptando. Desde nuestra posición personal (sin comprometer al programa de Trabajo Social de La Universidad de Caldas), concluimos que es en este contexto donde aparece al final de la década del 90, el plan de estudios de Trabajo Social 316⁸ en la Universidad de Caldas, si bien por un lado trata de lograr una serie de reivindicaciones para las clases populares y trata de abordar nuevas manifestaciones de la “cuestión social”, también cae en una acción de corte asistencialista, manejando un perfil de trabajador social fragmentador de la realidad concreta y con un carácter pacificador. Estas se convertían en las exigencias manifestadas por el modelo socioeconómico, para avanzar con sus intereses de acumulación de capital. Es así como el neoliberalismo terminaba moldeando la conducta del trabajador social debido a su marcada influencia en el reajuste de los planes de estudio o planes curriculares.

Desde el gobierno de Andrés Pastrana (1998-2002) el neoliberalismo en Colombia comienza a sufrir una serie de redefiniciones en los distintos ámbitos, en parte determinadas por las nuevas exigencias impuestas por el mundo cada vez más globalizado; y sería más adelante, durante el gobierno de Álvaro Uribe Vélez cuando estos reajustes se empiecen a ver mucho más demarcados, debido al aumento de su política privatizadora, dándose la liquidación de más de 34 entidades públicas (tales como Telecom, la Caja Agraria) y la reestructuración de otras 120 (entre las que se encuentran Ecogas, Ecopetrol, el Seguro Social, el sector salud, etc.) y garantizándose además la inversión del capital extranjero en sectores como el petrolero, el hidroeléctrico y el minero principalmente. Ante las distintas transformaciones presentadas por el sistema capitalista, el plan de estudios 316 empieza a mostrar sus falencias y su contenido neoliberal, por lo que aparece la necesidad de apuntarle a otro perfil profesional, para lo cual se comienza a construir un nuevo currículo donde se busca integrar a la formación, diversos conocimientos de disciplinas como la Antropología, Sociología, Psicología, etc., que si bien por un lado aportan a mejorar las interacciones sociales, a preocuparse aún más por el respeto de los derechos humanos, por las condiciones de vida de las comunidades (lo cual es algo a

⁸ La malla curricular 316 aparece a finales de la década del 90 y tienen vigencia hasta el año 2009 que es cuando se implementa la 447 que hasta la actualidad es la que direcciona la formación del profesional en Trabajo Social de la Universidad de Caldas.

destacar), por otro lado se convierten en herramientas que las multinacionales van a destacar y a ver como estrategias ideológicas para alienar a esas comunidades donde se implantan proyectos hidroeléctricos y mineros y así no se opongan a las transformaciones forjadas en sus territorios, causantes de efectos sociales, culturales, económicos y ambientales.

El neoliberalismo, después de más de 20 años de haber sido adoptado y de haberse legitimado en Colombia como modelo socioeconómico, se ha encargado de profundizar en las viejas problemáticas sociales y así mismo de crear unas nuevas, ante lo cual, la profesión de Trabajo Social de la Universidad de Caldas ve la necesidad de apuntarle a otro perfil profesional, y así lograr “comprender” las nuevas manifestaciones de la “cuestión social”, se requiere formar un trabajador social que cuente con múltiples y amplios conocimientos en Antropología (para comprender las dinámicas de las comunidades, su cultura y sus territorios), Sociología, psicología, etc., los cuales le permitan trabajar entre otras, con comunidades que van a ser afectadas por el desarrollo de proyectos hidroeléctricos y mineros, en el ámbito social, cultural y ambiental, por lo cual tendrán una amplia demanda de parte de la Multinacionales para que así pongan sus capacidades al servicio de sus intereses y así logren readaptar a los sujetos a las transformaciones del neoliberalismo y así venderles la idea de “desarrollo”; para que readecúen los acervos culturales de la comunidad y así no pongan resistencia para salir de sus territorios y a las transformaciones que se forjan en los mismos. Es inmersa en estas condiciones y ante estas necesidades del capitalismo globalizador que aparece en el año 2010 la malla curricular 447⁹ en Trabajo Social de la Universidad de Caldas.

ANÁLISIS DE LA MALLA CURRICULAR DE TRABAJO SOCIAL DE LA UNIVERSIDAD DE CALDAS COLOMBIA

Luego de hacer una revisión de la estructura que conforma la malla curricular 447 que se encuentra aún en construcción, se logra comprender la dimensión económica, política e ideológica que se imprime en la formación profesional, cuyas directrices generales centralizan un plan de estudios a imagen y semejanza del movimiento del capital, que cohesionan elementos disciplinarios que subyacen de las ciencias sociales, particularmente la psicología, la antropología y la sociología que son unidades que permiten discernir ampliamente sobre las actitudes, conductas, costumbres y los valores colectivos constituidos en la realidad social, en este sentido se demarca una intencionalidad racional, asociada a los aportes técnicos que pueden desdoblarse desde los campos específicos de conocimiento de cada una de estas áreas; en relación al contexto actual del escenario colombiano, la demanda de Trabajadores Sociales en zonas específicas responde a las exigencias transnacionales, que combinan voracidad e ingenio, en la inserción de la academia para alcanzar sus objetivos de redefinir los planes de estudio de acuerdo a sus necesidades extractivista de carácter Neoliberal; en concordancia con el objeto de análisis es necesario subrayar algunos de los horizontes del contexto que se pueden considerar como determinantes para la construcción y puesta en práctica del actual plan de estudios de Trabajo Social de la Universidad de Caldas. Tal como se señaló anteriormente, Colombia ha sufrido en estos últimos 12 años una marcada redefinición de su modelo socioeconómico, fundándose una gran profundización en el neoliberalismo que agudiza las viejas desigualdades y reconfigura las nuevas como fruto del reajustes económicos; Las políticas implantadas por el ex presidente Álvaro Uribe Vélez en sus 8 años de gobierno (2002-2010) marcaron de intereses

⁹ La malla Curricular 447 es el nombre con el que se identifica al actual plan de estudios del programa de Trabajo Social de la Universidad de Caldas-Colombia.

estratégicos la geografía colombiana; con el ánimo de “incentivar” la confianza inversionista del capital extranjero, partiendo de un hecho importante en la pacificación del país, que genera algunos derivados justificados en el aumento impostergable del presupuesto nacional para la guerra; ya que este asunto sería la prioridad para garantizar la seguridad inversionista, que se hace explícito en los planes de desarrollo y la política de gobierno. Hay que advertir que esta dinámica de seguridad ha sido focalizada en territorios con grandes riquezas minero-energéticas además de zonas aptas para el cultivo de cultivos estratégicos y alternativos del capital, como la palma africana; es menester adicionar algunas características de la política gubernamental, que en la realidad coyuntural son profundizadas por el gobierno del presidente Juan Manuel Santos, planteado en su plan de desarrollo, la opulencia en materia minera que es presentada como eje transversal, reflejada en el número de concesiones que se han entregado a las transnacionales mineras¹⁰. En medio de la presteza del modelo socioeconómico aparece de manera inducida la necesidad de las universidades colombianas de adaptarse a las competencias sociales que el mundo globalizado le exige, por lo que adecuan las mallas curriculares a las especificidades que requiere el mercado, alienando mucho más al profesional intelectualmente y haciendo de su “trabajo (...) un ser ajeno para él” (Marx, 1984. Pág. 171). Ante estas circunstancias, la amplia formación de un enfoque psicoanalista o estructural como el que se brinda en Trabajo Social de la Universidad de Caldas, se convierte en una necesidad, para que así los trabajadores sociales cuenten con la capacidad de readaptar a los sujetos (ya no de la ciudad sino de las zonas rurales) con los que trabajan, a los cambios estipulados por el modelo globalizador. Además, se requiere incluir un alto porcentaje de materias antropológicas y sociológicas dentro de la formación tal como lo que hace la malla curricular 447, debido a que el mundo globalizado también requiere que los trabajadores sociales sepan de técnicas antropológicas y sociológicas que les permitan a la hora de trabajar con las comunidades o sectores rurales organizados apaciguar o desmovilizar los descontentos e inconformidades que se originan. El problema no radica en que se oferten materias de corte sociológico y antropológico en Trabajo Social; el problema no consiste en que se entre a trabajar con las comunidades como actualmente se lo está haciendo desde el Trabajo Social, desde luego que no; el problema radica es en el enfoque que se le está dando a la formación, en donde lo que se hace es readaptar el carácter del trabajador social en pro de los intereses del mercado, por lo que termina alienado y alienando a las comunidades a través de su ejercicio de readaptación cultural, haciendo que la realidad se les vuelva extraña y que la identidad que habían construido desaparezca por completo.

CONCLUSIÓN

Trabajo Social Crítico Manizales como corriente del pensamiento concluye: que el modelo socioeconómico *neoliberal* ha determinado la direccionalidad que se le ha dado a los planes curriculares de Trabajo Social de la Universidad de Caldas, consciente o inconscientemente ha contribuido a la formación de un trabajador social alienado, el cual actúa muchas veces de acuerdo a los intereses del mercado; imponiéndosele su pensamiento y haciendo de “su naturaleza y de “sus facultades espirituales, un ser ajeno para él” (1984, Pág. 171), por lo que termina no reconociéndose en el trabajo que realiza y convertido en un agente alienante de los individuos con los que trabaja, haciendo que estos tampoco se reconozcan ni

¹⁰ Mientras que para el año 2007 Colombia registraba 6127 solicitudes de concesiones mineras, ya para el año 2008 se tenía un registro de 8667 solicitudes, siendo en los departamentos de Antioquia y Boyacá donde más solicitudes habían tanto en el año 2007 y 2008. Ver más en Anuario estadístico Minero de Colombia, 2009.

en su cuerpo ni en su naturaleza. El enfoque que se le está dando a la formación, en ningún sentido contribuye a que el trabajador social construya su autoconocimiento y a que se apropie y conozca el mundo donde él está.

Por tanto, se debe construir un trabajador social genérico, el cual tenga la posibilidad de construir su propia identidad y así mismo, aporte a que las personas con las que trabaja construyan también la suya; que conozca y comprenda el mundo en el que habita y no se deje llevar por el pensamiento que le imponen; percibiendo su trabajo como algo externo a él, identificándolo como ese elemento que le permite objetivarse y no como un objeto extraño y un medio que le permite satisfacer sus necesidades, realizándolo de manera voluntaria y no forzada; por lo cual, pueda reconocerse en cada una de las acciones que realiza, asumiendo eso sí una posición ética, para que no esté en función de adecuar a las personas a los intereses del capital, sino que por el contrario, contribuya a que ellos reconstruyan su cultura y en esa medida logren estar en paz con la naturaleza. Ese es el tipo de trabajador social que se debe comenzar a construir.

REFERÊNCIAS

ANTUNES R. (2001) ¿Adios al trabajo?. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

ANUARIO ESTADÍSTICO MINERO DE COLOMBIA, 2009.

BARROCO, M. (2000)“Los fundamentos socio-históricos de la Ética”. En: Borgianni, Elisabete; Guerra, Yolanda; Montaña, Carlos. Servicio social critico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético- político profesional. Sao Paulo Brasil: Cortez Editora.

_____ (2004). Ética y servicio social: fundamentos ontológicos. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

BORÓN, A. (2005). Las Ciencias Sociales en la era neoliberal: entre la academia y el pensamiento crítico.

CASTAÑO R. (2002) Colombia y el modelo neoliberal.

CHESNAIS, François; (2000); “Mundialización: el capital financiero en el comando ”; En: BORGIANNI, Yolanda & MONTAÑO, Carlos. (Coyuntura actual, Latinoamericana y mundial tendencias y movimientos. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

Datos Base Digital Universidad Nacional de Colombia 2009.

Departamento Administrativo de Estadística de Colombia, 2003.

LONDOÑO, O.() Acerca De La Unión Que Existe Entre Naturaleza, El Espiritu Y La Historia En Hegel.

MARTINELLI, M. (1997). Servicio Social: Identidad y Alineación. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

MARX, K. (1984) Ideología Alemana, Altamira. Madrid, España S.A.

_____. (). Manuscritos filosóficos y económicos. Madrid España. Altamira S.A.

_____. (1983). Manifiesto del partido comunista. Madrid España. , Altamira S.A.

MONTAÑO, C. (2000). La naturaleza del servicio social. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

PEREIRA, P. (2002). Necesidades Humanas: para una crítica a los patrones mínimos de sobrevivencia. Sao Paulo Brasil. Cortez Editora.

ROBLEDO, J. (2000). Un Balance Desastroso. Bogotá, El Ancora Editores.

RODRIGUEZ, J. (2001) Colombia Conquistada y Globalizada, Bogotá. Editorial Unibiblos.

STIGLITZ, J. (2010) El Malestar En La Globalización. México, punto de lectura.

_____. (2010) Principios del Colectivo Trabajo social Crítico Colombia.

_____. (2011) Maya curricular 447 de Trabajo Social de la Universidad de Caldas (Colombia).

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS COM ENFOQUE NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Gabriela Abrahão Masson*

RESUMO: Por meio da presente reflexão, objetivamos uma aproximação à análise e avaliação de uma política pública, tendo como foco o Benefício de Prestação Continuada, que é um benefício da política de assistência social. Para tanto, problematizamos teoricamente acerca do processo de análise e avaliação, sob a luz de uma perspectiva crítica que prima por elementos que envolvem "funcionalidade" das políticas públicas no atual contexto, bem como sua relação com o Estado. Em seguida, partimos de algumas categorias como: processo de construção do BPC, critérios de acesso e permanência, critério de inclusão e abrangência.

Palavras-chave: Análise e Avaliação; Benefício de Prestação Continuada, política de assistência social.

ABSTRACT: Through this reflection, an approach aimed to analysis and evaluation of public policy, focusing on the Continued Benefit Payments (BPC), which is a benefit of social assistance policy. To this end, we critically about the theory analysis and rating, in light of a critical press by that perspectiva elements involving "functionality" of public policies in the current context, as well as its relationship with the state process. Then we left a few categories: construction process BPC, access and retention criteria, inclusion criteria and scope.

Keywords: Analysis and Evaluation; Continued Benefit Payments; social assistance policy.

INTRODUÇÃO

Segundo Peres (1998); Boshetti (2009) a história sobre técnicas e métodos de avaliação de políticas tem origem e significativa expansão na década de 1960 nos EUA devido à consolidação dos programas de combate a pobreza, na tentativa de produzir dispositivos operacionais de aferição das ações públicas, objetivando fornecer “receitas” para um “bom” e eficaz governo. No Brasil, ainda somos insipientes em relação a esta temática, sendo que tal preocupação se desenvolveu apenas nos anos de 1980 e de forma desigual entre as distintas políticas públicas. Os expoentes do assunto denominam que esta aproximação se deu a partir de uma ótica “*gerencialista*”, pois, ao classificar, fragmentar e tipificar os processos avaliativos, a avaliação ficou a serviço das contrarreformas do Estado, com intuito de sustentar sua redução e transformação sob a alegação de maior busca de eficiência e eficácia. (BOSCHETTI, 2009).

Boschetti (2009, p. 576) faz críticas a avaliações que consistem em meras aplicações de métodos e técnicas (buscando apenas a eficiência e eficácia) desprovidas de criticidade, acerca do conteúdo e papel do Estado, e das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sociais. Sendo que, no cenário brasileiro isto impulsionou o desenvolvimento de estudos, teorias sobre avaliações, preocupadas com a “*medição e o desempenho de uma suposta intervenção técnica e neutra por parte do Estado*”. Ao invés de propostas interessadas em denunciar/ constatar a reprodução das desigualdades sociais, conforme destaca:

[...] a análise e avaliação de políticas sociais ultrapassam a mera disposição e utilização primorosa de métodos e técnicas racionais e operativos, preocupados com a relação custo-benefício ou com a eficiência e eficácia. A avaliação das políticas sociais deve situar na compreensão do significado e do papel do Estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia. (BOSCHETTI, 2009, p. 580).

* Assistente Social, Professora Assistente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Mestre em Serviço Social e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Franca. Email: gabriela@professoragabriela.com.br.

Complementarmente Serafim; Dias (2012) explicitam que a análise de política constitui um conjunto de elementos que possibilita um rico olhar explicativo-normativo sobre o processo de elaboração de políticas públicas, o que prescindiu de um estudo sobre a ciência do Estado, em ação e apreciação de uma particular metodologia de investigação social aplicada à análise da atividade concreta da autoridade política. Conforme destacam,

A importância deste campo é que ele nos permite compreender a conformação das políticas públicas em geral (nacional, estadual, ou municipal) e a complexidade que a ela é intrínseca (SERAFIM, DIAS, 2012, p. 122).

Destacam ainda, coadunadamente com a perspectiva de Boschetti (2009), que a análise de política separada das relações com o Estado é “*um conjunto de ferramentas e conceitos frágeis*”

Serafim; Dias (2012), explicitam acerca do mito do “*Estado forte*”, mas que não atingi a totalidade das demandas e necessidades dos sujeitos sociais, na verdade trata-se de um projeto político pró-capital, não sendo uma máquina alheia a sociedade, mas produto e catalizador das tensões existentes na sociedade. Sua essência não muda, sendo que o Estado capitalista constituído a partir da Revolução Industrial, é essencialmente fruto das novas relações emergidas no capitalismo industrial, tende invariavelmente a beneficiar uma determinada classe, a burguesia, por conseguinte. O que se transforma são suas “*agendas*”, ou seja, um problema passível de se converter em política pública, que seriam posicionamentos/ações possíveis em relação às necessidades da população, que emanam do jogo político dos atores sociais envolvido na correlação de forças.

O que temos hoje, nada mais é do que a sobreposição de numerosas agendas que foram sendo construídas, negociadas, descartadas ao longo da história. A agenda é instrumento que reflete a priorização de temas e problemáticas acerca das necessidades dos cidadãos.

Historicamente, as políticas sociais entendidas a partir de Paulo Netto (1996) são estratégias–governamentais ou não – para conter, “*sanar*” diversas manifestações da questão social acirradas pelo embate entre capital e trabalho nos marcos do capitalismo monopolista. Mas, sobretudo como fruto de lutas e conquistas da classe trabalhadora em prol da manutenção de suas necessidades sociais. No entanto, em geral, por sua própria origem e finalidade, estas políticas se voltam aos indivíduos em sua singularidade, ao atendimento de suas necessidades específicas sem levar em consideração o indivíduo como um sujeito histórico inserido em uma totalidade histórica – complexa -; não se dirigem ao atendimento das necessidades sociais como necessidades coletivas e marcadas pela divisão de classes sociais inerentes ao sistema. Conforme destaca Netto (1996, p.26).

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “*questão social*”, de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistema de consenso.

Neste sentido a análise de política públicas precisa ser entendida a partir do conjunto de procedimentos significativamente mais complexos, prescindindo de procedimento ideológico que incorpore razões pelas quais a política pública pode ou não ser aprimorada e vai ou não responder às reais necessidades da população.

A análise de Política pode ser entendida como um conjunto de observações, de caráter descritivo, explicativo e normativo, acerca das políticas públicas, que corresponde,

respectivamente, às perguntas a respeito de “o que/como é/?” “porque é assim? e “como deveria ser?”

Seu crescimento e consquentemente incorporação no mundo acadêmico e dos pesquisadores, lhe conferiu status como “ *policy makers*”, (*grifo do autor*) com premissas de que é imprescindível, o abandono do papel de técnicos ou cientistas neutros, pois todos temos o objetivo de aprimorá-las (SERAFIM; DIAS 2012).

Já a avaliação pode ser usada apenas como um instrumento técnico ou como uma ferramenta política e útil na formulação da política. O avaliador, essencialmente se preocupa com a apreciação dos resultados respaldado pelas categorias eficiência, eficácia e efetividade, derivados da comparação entre metas e resultados, geralmente que representam a ótica governamental. O analista por sua vez, prima por enfatizar interesses dos atores que participam do jogo político, uma análise do processo ao contrário a avaliação que propoe um aleitura *ex-post*.

Na tentativa de nos aproximarmos de uma análise e avaliação de uma política pública, enquanto público, que na visão de Serafim; Dias (2012), é composto por expectadores e beneficiários afins das políticas públicas, ou seja, cidadãos, propomo-nos de inferir a mesma sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC¹ é um benefício que possui identidade na política de assistência social, tem como objetivo afiançar proteção social básica e se constitui muitas vezes, única fonte de renda de famílias vulnerabilizadas, pela condição de deficiência ou idade.

DESENVOLVIMENTO

Prospectando uma análise e avaliação que ultrapasse a preocupação com a medição e o desempenho de uma suposta intervenção técnica e neutra do Estado, e interessados em revelar a função e o papel do BPC na produção e reprodução das desigualdades sociais, a análise aqui decorrerá pela intencionalidade de apontar em que medida as o BPC é capaz de expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar equidade, se é que o é!?

Respaldados pela perspectiva de Boschetti (2009) que nos indica alguns aspectos, que não se esgotam diante da variedade de possibilidades que pode ser explorada no processo de análise e avaliação de políticas sociais, buscaremos analisar o BPC em sua totalidade. Tal propositura partirá da incorporação analítica dos principais aspectos que o constituem, o que envolve a historicidade legal e operativa deste benefício, que percorreu muitos limites, mas se constitui ainda em um processo em construção, bem como o caráter contraditório existente entre suas determinações legais e operacionalização. Pautar-nos-emos em cinco categorias: processo histórico, critérios de acesso e permanência, critérios de inclusão, forma e mecanismos de articulação com outras políticas e abrangência.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO BPC

Sabemos que hoje, o maior programa de transferência de renda (no que diz respeito ao valor do benefício) existente em âmbito da política de assistência social é o BPC, que por sua vez, possui pouca visibilidade no atual cenário, tendo em vista, que o Bolsa Família e outros

¹ Tal benefício previsto pela Constituição de 1988 e regulamentado pela lei 8.742/93–Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dá a garantia de um salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família.

programas de transferência de renda, em nível federal e estadual muitas vezes detêm todos os focos midiáticos e governamentais – ao que nos parece.

Na tentativa de (re) construir elementos que possam respaldar nossa análise com relação a este benefício, especificamente seu impacto na vida de seus beneficiários, é premente que resgatemos alguns traços de sua trajetória histórica, já que o BPC não é tão jovem comparativamente a outros benefícios e programas em âmbito da PNAS.

Constituindo-se um direito social, o BPC tem seu germe em 11/12/1974 quando criada a Renda Mensal Vitalícia (RMV), pela lei nº 6.179, que se constituía em um benefício previdenciário para maiores de 70 anos ou para inválidos (termo encontrado na própria lei), que deveriam preencher os requisitos de incapacidade definitiva para o trabalho; não exercer nenhuma atividade remunerada; não auferir rendimento superior à renda mensal vitalícia que lhe será concedida (ou seja, metade do maior valor do salário mínimo vigente no país, respeitando o limite máximo fixado em 60% do salário mínimo da localidade do pagamento) e não ter outro meio de prover seu próprio sustento.

O beneficiário, ainda, deveria ter sido em qualquer época, filiado ao regime do INPS por doze meses, no mínimo, ou seja, ter contribuído; ter exercido atividade remunerada abrangida pelo INPS, mesmo sem filiação no sistema anterior de Previdência Social, durante pelo menos cinco anos consecutivos; ter requerido filiação ao INPS após haver completado 60 anos de idade, o benefício ficava a cargo do INPS (RUSSOMANO, 1979, p. 265).

Com a promulgação da Constituição de 1988 a RMV² adquiriu uma nova nomeação, configuração e status de direito social, por meio do artigo 203 inciso V da Constituição Federal de 1988, é um benefício constitucional (peculiaridade que nenhum outro programa da política de assistência possui) que dá garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Destaca-se que até sua promulgação, muitas foram as lutas para a inclusão deste benefício na carta magna, bem como, para sua materialidade por meio da LOAS, conforme sinalizamos. Após a constituinte a primeira regulamentação, para operacionalização do benefício se deu tardiamente, por meio do artigo 20 da LOAS, conforme destacamos no capítulo 2 deste trabalho. A partir de então, adquiriu contornos mais explícitos sobre a forma que assumiria,

O Decreto n. 1.330 de 08/12/1994, dispôs sobre a concessão do benefício e seu início previsto para junho de 1995, foi revogado e editado pelo Decreto n. 1.744 de 05/12/1995, que entre outros pontos, o postergou mais uma vez para (01/01/1996). Como também, estabeleceu a responsabilidade e competência de organizar e implementar os trâmites necessários a operacionalidade do benefício ao INSS. Dessa forma, percebemos que há um hiato temporal entre a promulgação do benefício até o início das concessões, em 1996. Uma realidade não só do benefício, mas da própria política de assistência, sabotada por corrupções e delegada sempre ao discurso da indisponibilidade orçamentária.

Apesar de o BPC possuir identidade na política de assistência social, a justificativa apresentada para a escolha do INSS para sua operacionalização segundo Maciel (2008) se deu por dois motivos concomitantes: 1) grande capilaridade do órgão que se encontrava presente em grande parte dos municípios brasileiros 2) pela experiência acumulada com a organização e o controle dos benefícios previdenciários que possuíam abrangência nacional. Tal apontamento de Maciel (2008) se destaca na fala da entrevistada do MDS, na medida em que ela ratifica ser

² A Renda Mensal Vitalícia, assim como, o auxílio natalidade e o auxílio funeral existentes no âmbito da previdência social, foram extintos pela LOAS, embora ainda existam muitos beneficiários advindos deste sistema.

impensável a concessão do benefício em âmbito municipal. O que se justifica pelo fato dos municípios não disporem de meios judiciais e operacionais, para operacionalizar um benefício constitucional e federal. Sendo o INSS então, o órgão que em sua opinião (que retrata até certo ponto a ótica do governo) ainda possui maior capilaridade para a operacionalização, tendo em vista, a estrutura do mesmo. Dessa forma, na atual conjuntura não há como se pensar a concessão do benefício delegado aos municípios, ou outro órgão que não tenha estrutura similar à do INSS, mesmo porque o BPC também é um benefício reclamável³,

Hoje, os principais atores do BPC são o MDS por meio da Secretaria Nacional da Assistência Social (SNAS) e o INSS. Ao MDS e SNAS competem a coordenação, normatização e financiamento atuando junto ao INSS nos três níveis de governo, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão do benefício. Ao INSS compete a operacionalização do benefício (conceder o benefício), tanto na concessão quanto na manutenção, incluídas as perícias necessárias.

Em 2005, com a organização do SUAS, um novo modo de gestão da PNAS foi definido, alcançando o BPC. É no SUAS e por meio dele que o BPC instaura (ao menos legalmente) sua identidade como benefício da política de assistência social, destinado à proteção de dois segmentos em situação de vulnerabilidade—um pelo ciclo de vida e outro por deficiência — ambas indiscutivelmente agravadas pelas latentes manifestações da questão social.

O Decreto n. 6.214, de 26/09/2007 alterado pelo decreto nº 6.564, de 12/09/2008, também traz muitos avanços ao benefício, dentre eles sua gestão pactuada apontada pelo SUAS. Em seu artigo 41º institui o Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do BPC, mantido e coordenado pelo MDS, por intermédio da SNAS, em parceria com o INSS, Estados, Distrito Federal e Municípios, como parte da dinâmica do SUAS.

Como o benefício afiança proteção social básica, e em consonância com a diretriz de descentralização político administrativa do SUAS, os Centro de Referência de Assistência Social (onde está alocada a proteção social básica) são os responsáveis pela execução deste monitoramento dos beneficiários do BPC nos municípios, o mesmo decreto apontado acima em seu artigo 37º preceitua: “Constituem garantia do SUAS o acompanhamento do benefício e de sua família, e a inserção destes na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais.”

Além de reconhecer seus avanços, cabe-nos a indagação se este acompanhamento está sendo operacionalizado no cotidiano dos CRAS, e, além disso, como se concretiza? Recusamos o acompanhamento numa perspectiva de controle das demandas e seus modos de vida (questão já tão discutida no âmbito do Serviço Social). Defendemos, respaldados no nosso projeto ético político, um acompanhamento que possibilite o respeito aos direitos desta população.

CRITÉRIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Segundo Boschetti (2009) há que se analisar os critérios de acesso e permanência da política a ser avaliada. Neste sentido, atualmente para se fazer jus ao BPC: a pessoa tem que ser

³ Afirmar que o BPC é um benefício reclamável significa que ele é alvo de ações civis públicas por causa da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 1.232-1/DF, que considera inconstitucional o § 3º do artigo 20 da LOAS, que por sua vez, restringi o acesso ao benefício apenas a quem tenha a renda per capita inferior a ¼ de um salário mínimo. Ou seja, o BPC é um direito social e deve ser viabilizado a todo cidadão que tem deficiência ou é idoso, que não possuem condições de manter a subsistência por meio do trabalho, conforme garantido pelo o artigo 203 da Constituição Federal de 1988.

idoso, (65 anos ou mais), ser pessoa com deficiência⁴. Ambos os segmentos não podem ter meios de prover sua própria manutenção, nem tê-la provida por sua família, cuja renda per capita tem que ser inferior a ¼ do salário mínimo. O benefício também deve ser revisto a cada dois anos; cessando no momento em que forem superadas as condições de miserabilidade neste caso, ou em caso de morte do beneficiário; sendo também cancelado quando se constatada irregularidade na sua concessão ou utilização. (BRASIL, 2008a). Diante disto, estes critérios são seguidos?

Começamos pela avaliação, que desde a implantação do BPC foi e é um dos maiores impasses. Ela tem por objetivo a certificação do mérito, isto é, identificar se o beneficiário mantém ou não a situação tida como requisito para acesso (ou seja, após sua chegada ao INSS verificar se todos os documentos apresentados comprovam a realidade do usuário, e se ele é elegível para fazer jus ao benefício). A pessoa com deficiência⁵ é submetida a exame médico pericial para a verificação da existência e permanência da deficiência e incapacidade para o trabalho

Os modelos vigentes de avaliação até então se mostraram inadequados e com insuficiente grau de uniformização, fez-se necessário alterá-lo, de acordo com reiteradas reivindicações da sociedade civil, que culminaram, também, em deliberações das Conferências Nacionais da Assistência Social, ou seja, a partir de efetiva participação da sociedade civil. Segundo levantamento de dados realizado pela SNAS/MDS em janeiro de 2005, constatou-se que, do total de benefícios requeridos pelas pessoas com deficiência, apenas 37,16% foram concedidos. No referido levantamento constatou-se que dos 62,84% requerimentos negados, 40,93% têm como fator causal o indeferimento pela perícia médica do INSS, em função da não caracterização de existência de incapacidade do requerente para a vida independente e para o trabalho. (MDS, 2007).

Somado a isso e todos os acontecimentos citados no decorrer da trajetória do BPC, à sua materialização, o Decreto n. 6.214, de 26/09/2007, já sinalizado, também significou uma conquista para a avaliação, já que em seu artigo 16º foi adotada a concepção da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF, da Organização Mundial de Saúde – OMS) para a avaliação da deficiência. Este novo modelo pressupõe uma abordagem multidimensional da funcionalidade, incapacidade e saúde, compreendendo a avaliação médico-pericial e social. Ou seja, a deficiência a partir de então, deve ser vista por meio de uma série de fatores que envolvem condicionantes físicos, biológicos e sociais, que resumidamente expressariam a dimensão das relações que as pessoas com deficiência estabelecem ou não em seu cotidiano e os fatores limitantes para uma vida independente.

Complementarmente, a portaria conjunta Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Instituto Nacional do Seguro Social. Portaria Conjunta MDS/INSS n. 1, de 29 de Maio de 2009, em seus anexos, institui instrumentos para avaliação da deficiência e do grau de incapacidade de pessoas com deficiência requerentes ao BPC. Os instrumentos para

⁴ Segundo o artigo 20º, parágrafo 2º da LOAS, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

⁵ Segundo artigo 3º do Decreto 6.217 de 26/09/2007 em seus incisos II e III podemos encontrar o que o INSS considera como deficiência e incapacidade: II–pessoa com deficiência: aquela cuja deficiência a incapacita para a vida independente e para o trabalho; III–incapacidade: fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social;.

avaliação da deficiência e do grau de incapacidade destinam-se, à utilização pelo assistente social e pelo médico perito do INSS. Ao Assistente Social, conforme a portaria estabelece cabe:

a) avaliação social, considerando e qualificando os fatores ambientais por meio dos domínios: produtos e tecnologias; condições de moradia e mudanças ambientais; apoios e relacionamentos; atitudes; serviços, sistemas e políticas.

b) avaliação social considerando e qualificando atividades e participação—parte social, para requerentes com 16 anos de idade ou mais, por meio dos domínios: vida doméstica; relação e interações interpessoais; áreas principais da vida; vida comunitária, social e cívica. Participação—parte social, para requerentes menores de 16 anos de idade, por meio dos domínios: relação e interações interpessoais; áreas principais da vida; vida comunitária, social e cívica.

Embora, muito recente esta forma de avaliação do benefício, que em primeiro momento denota ser profícua aos usuários a que se destina, comparada aos procedimentos focalizados e excludentes anteriores a este, sabemos que muitos dilemas ainda estão por vir. Para os profissionais de Serviço Social, fazer parte deste processo se constitui uma vitória histórica da categoria e do conjunto CFESS/CRESS que vinha lutando há trinta anos para contratações que não se efetivavam no âmbito do INSS, ampliando assim, mais um campo de trabalho deste profissional, mais um campo de disputas e lutas para fazer valer e aprimorar o acesso a este direito social.

Outro dilema que em nossa opinião, se constitui um dos mais polêmicos e prementes de resolatividade é a revisão. Ou seja, a cada dois anos o beneficiário deve passar por uma revisão, a fim de verificar se ele ainda faz jus ao benefício, segundo estabelecem os artigo 21º da LOAS, bem como, o artigo 37º do Decreto n. 1.744 de 1995. Isso porque o cumprimento dos critérios de elegibilidade gera para o cidadão direito subjetivo ao recebimento do benefício, mas não de direito adquirido à manutenção vitalícia, como ocorre quanto aos benefícios previdenciários, que decorrem da contribuição dos segurados para o regime de previdência social, e, uma vez concedidos, só poderão ser cessados nos casos de irregularidades no ato de concessão. O descumprimento de algum dos critérios por parte do beneficiário ou de sua família faz com que o BPC deixe de ser devido.

Vejamos o caráter contraditório de levar a cabo o presente artigo, que apesar de possuir uma fundamentação legal, na prática controla a condição de pobreza e vida dos segmentos a que se destina: pessoas com deficiência (tendo em vista que muitas deficiências não tem cura) e idosos (que em muitos casos não possuem condições de se inserirem novamente no mercado de trabalho, mas trabalharam ao longo de suas vidas, sem, no entanto contribuírem o suficiente para fazerem jus ao benefício, como apontado anteriormente).

Além de possuir funcionalidade de controle por parte do Estado sobre a mísera condição de vida dos beneficiários, é um desperdício despender recursos públicos para fiscalizar se o beneficiário ainda faz jus aos critérios rígidos de elegibilidade do benefício, verba que poderia ser direcionada a inclusão de mais beneficiários. E ainda, denuncia outra realidade, pois caso sua renda per capita tenha tido um acréscimo de R\$1,00 (um real) o benefício é suspenso por renda per capita superior a ¼ do salário mínimo, e este beneficiário vai engrossar os dados quantitativos governamentais referentes às pessoas que superaram a condição de miséria por

meio do BPC. Por que não se exerce tal controle ao capital especulativo não produtivo? Sobre o pagamento de impostos dos grandes empresários ou sobre os grandes latifundiários?

CRITÉRIO DE INCLUSÃO

Sobre o critério de inclusão da renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, conforme o artigo 20º parágrafo 3º da LOAS: “Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.” Consideramos que este tem como referencial a medida de pobreza absoluta, ou seja, vinculada somente a renda ou a falta dela. Não concordamos com este tipo de medida, devido ao seu caráter extremamente limitante. Ademais, possuir renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (exatamente inferior a R\$127,50 reais na época da pesquisa, em que o salário era R\$510.00 reais) atesta um estado de pobreza extrema, pessoas desprovidas do acesso a satisfação de suas necessidades mais naturais, é um benefício de sobrevivência. Situação ainda mais agravada, por possuírem algum tipo de deficiência ou por serem idosas, o que demanda atenções especiais.

O senador Raimundo Colombo apresentou a Câmara o Projeto de Lei do Senado n. 489, de 2009, que altera os parágrafos 3º, 6º, 7º e 8º do artigo 20 da LOAS, também com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício, tais como:

1º) elevar o valor máximo de renda familiar per capita admitido para recebimento do benefício; 2º) extinguir a exigência de perícia para comprovação de incapacidade para o trabalho, substituindo-a por declaração do próprio interessado ou de seu responsável legal; 3º) eliminar a necessidade de comprovação de insuficiência de recursos para recebimento do benefício, que será cancelado no caso de constatação de fraude; e 4º) dispensar o comparecimento a órgãos públicos de pessoas com idade superior a 80 anos ou com dificuldades de locomoção, para fins de requerimento do benefício (CRIVELA, 2009, p. 1).

Em resposta a comissão de assuntos econômicos, já que cabe a esta comissão o exame do aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida pelas instâncias devidas, segundo o regimento interno do Senado Federal (RISF), verificou-se:

Entendemos ser justa a inclusão de um maior número de famílias no âmbito do benefício, que assim atingiria mesmo as que recebem até um salário mínimo mensal per capita, como propõe o Senador Raimundo Colombo. No entanto, compreendemos que o impacto sobre o Orçamento da Seguridade Social demanda planejamento para que não haja comprometimento dos recursos destinados a garantir os programas de transferência de renda. (BRASIL, 2009, p. 3).

Mais uma vez, o econômico em detrimento do social, mediante as propostas do senador, foram apenas sugeridas algumas modificações no projeto original, voltadas a estabelecer o alcance do patamar de 1 salário mínimo, no prazo **de até dez anos**. Elevando-se, desde já, a condição de elegibilidade para o recebimento do benefício de per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para meio salário mínimo mensal familiar *per capita*, esta lei foi modificada, mas ainda não foi posta em votação pelo senado, e talvez nem seja.

Diante destes rígidos critérios, tanto da habilitação de pessoas com deficiência, quanto o critério per capita para ambos os segmentos, muitos beneficiários ficam a mercê do benefício e possuem o direito de reivindicá-lo judicialmente, já que é um benefício reclamável. Boschetti (2009) destaca que quanto mais restritos forem os critérios de acesso e permanência em uma política, como no caso do BPC, mais focalizada e restrita uma política será, e assim permitirá suscitar estratégias de acesso e permanência à mesma. Para enfrentarmos esta questão é premente que mecanismos de controle como no caso o da revisão, sejam suprimidos, bem

como, a garantia de vitaliciedade do benefício aos segmentos a que se destina. Sem contar que se torna cada vez mais premente, que o governo repense sua gestão delegada ao INSS.

ABRANGÊNCIA

Falar do BPC e de sua atual configuração pressupõe destacar alguns limites de sua normatização e operacionalização, que são muitos, como vimos. Mas também é premente destacar que, embora eles existam e restrinjam consideravelmente o acesso e manutenção do benefício, no cenário brasileiro ele se apresenta atualmente como uma garantia de rendimento, enquanto provisão regular de maior abrangência da política de assistência social. As características de certeza e regularidade próprias deste benefício conforme afirma Gomes (2001, p. 113): “[...] pretendem imprimir o tributo de direito, seja por seu caráter e natureza, seja por sua cobertura e impacto financeiro, comparativamente às demais ações atualmente realizadas pela assistência social.”

Em relação à abrangência nacional do BPC constata-se que houve um salto quantitativo e exponencial desde o início de sua concessão em 1996 em que foram concedidos 346 mil benefícios, e em 2010 chegaram a 3,4 milhões. Com relação à pessoa idosa, em janeiro de 1996 eram 41.992 mil beneficiários e em outubro de 2010, 1.606.742 milhões de beneficiários. Já a pessoa com deficiência, em janeiro de 1996 totalizou-se 304.227 beneficiários e em outubro de 2010, 1.748.074 beneficiários. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2010).

Já no que diz respeito à cobertura do BPC sobre a população, verificamos por meio da tabela abaixo, que o benefício possui maior abrangência no segmento idoso (que também teve crescimento mais elevado que o segmento pessoa com deficiência, conforme o gráfico acima). Tal crescimento pode estar relacionado à promulgação do estatuto do idoso em 2003, em que houve uma redução da idade para o acesso do BPC para 65 anos. Bem como, a definição de que renda advinda de um dos idosos que receba o BPC não entra para fins de per capita para outro beneficiário, conforme destaca o parágrafo único do artigo 34: “O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do **caput** não será computado para os fins do cálculo da renda familiar **per capita** a que se refere a LOAS.” (BRASIL, 2008a). Alargando assim, a concessão para o segmento idoso. Tanto que, a partir de 2003 o aumento dos beneficiários idosos é mais evidente, bem como, sua abrangência.

Tabela 1: Aproximação de cobertura do BPC sobre a população

BPC sobre a população idosa 2008	
População idosa (65 anos ou mais)	BPC Pessoa idosa
14.533.000	1.423.790
	(9,8%)
BPC sobre população com deficiência 2009	
População com deficiência	BPC pessoa com deficiência–2009
26.000.000	1.625.625
(14,5%)	(6,25%)
BPC sobre população brasileira ano base 2010	
População brasileira	BPC (Previsão)
192.304.735	3.537.807
	(1,8%)

Fonte: Censo 2000/IBGE; PNAD 2008/IBGE/Seminário Internacional do BPC (MDS, 2010).

De acordo com o senso demográfico de 2000 (FGV, online) os estados que apresentam maiores taxas de pessoas com deficiência são: a Paraíba (18,76%); Rio Grande do Norte (17,64%); Piauí (17,63%); Pernambuco (17,4%) e Ceará (17,34%). Já os estados com menores índices de pessoas com deficiência são: São Paulo (11,35%); Roraima (12,5%); Amapá (13,28%); Distrito Federal (13,44%) e Paraná (13,57%). A correlação destes dados com o BPC se evidencia na distribuição dos benefícios por espécie, segundo regiões brasileiras. O Nordeste também é o Estado onde se concentra mais beneficiários do segmento pessoa com deficiência, fato que pode estar atrelado ao fato de ser também a região mais pobre do Brasil. Ao passo que o Sudeste concentra o maior número de beneficiários idosos.

CONCLUSÃO

Nas breves considerações que traçamos a respeito do BPC tentamos nos aproximar do que alguns autores como Serafim; Dias (2012) e Boschetti (2009) conceituam como análise e análise e avaliação de políticas públicas, respectivamente, pois acreditamos que esta duas abordagens retratam este processo com a criticidade que necessita ser requisitada do analista.

Enquanto Assistentes Sociais, atuamos cotidianamente com operacionalização deste benefício, seja por meio da concessão do mesmo no INSS, seja por meio da orientação, encaminhamento, acompanhamento e revisão aos beneficiários nos CRAS, ou ainda na emissão de um parecer judicial para a concessão do benefício judicial. Neste sentido, em todos os espaços institucionais ou não, enquanto Assistentes Sociais é imprescindível que lancemos mão do arsenal teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão para que não sejamos meros “avaliadores” deste benefício, que está longe aquém de viabilizar a superação de desigualdades sociais, por ter critérios rígidos de acesso e permanência.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. **A contrarreforma do Estado no Brasil: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Decreto n. 1.330, de 8 de dezembro de 1994 Dispõe sobre a concessão do benefício de prestação continuada, previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Poder Executivo**, Brasília, DF, 9 dez. 1994. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1994/1330.htm>>. Acesso em: 2013.

_____. Decreto n. 1.744, de 5 de dezembro de 1995. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Poder Executivo**, Brasília, DF, 11 dez. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1744.htm>. Acesso em: 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004a.

_____. Ministério da Previdência Social e Assistência Social. Secretária de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. 2. ed. Brasília, DF, 2004b.

BRASIL. Decreto n. 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Poder Executivo**, Brasília, DF, 28 set. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 2014.

_____. Decreto n. 6.564, de 12 de Setembro de 2008. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto n.º 6.214, de 26 de setembro de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Poder Executivo**, Brasília, DF, 15 set. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6564.htm>. Acesso em: 2014.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. In: CRESS/SP–9ª Região (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social**. 3. ed. São Paulo, 2008b.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

CRIVELA, M. (Rel.). **Parecer, n. , de 2010**. Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre Projeto de Lei do Senado n.º 489, de 2009, do Senador Raimundo Colombo, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do artigo 20 da Lei 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão de benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/76542.pdf>>. Acesso em: 2010.

COMISSÃO EUROPEIA – Direção-Geral da Política Regional. Coesão Territorial na Europa. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003.

FGV. Fundação Banco do Brasil. **Retrato da deficiência no Brasil**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/deficiencia_br/PDF/PPD_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2011.

GOMES, A. I. O Benefício de Prestação Continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 22, n. 68, p. 111-139, nov. 2001.

MACIEL, C. A. B. **Benefício de Prestação Continuada: as armadilhas**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2008.

_____. Ministério da Previdência Social. **Avaliação de pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social**. 2007. Disponível em: <http://www.redeprofis.com.br/admin/webeditor/uploads/files/AVALIACAO_PARA_O_BPC.pdf>. Acesso em: 2013.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PERES, J. R. R. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, M. E (Org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

RUSSOMANO, M. V. **Curso de previdência social**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS Rafael de Brito. Análise de Política: Uma Revisão da Literatura. In: **Cadernos Gestão Social**. v. 3, n.1, p. 121-134, jan./jun. 2012.

REFLEXÕES SOBRE O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E O SERVIÇO SOCIAL NO INSS

Roberta Stopa*

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma análise do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o trabalho do/a assistente social. O benefício, que é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e à pessoa idosa, foi assegurado como um dos objetivos da política de assistência social na Constituição Federal de 1988. Desde 2009 foi implantada a avaliação social para a pessoa com deficiência, o que acarretou em mudanças e novos dilemas na concessão do BPC, que até então era pautada somente na avaliação do/a perito /a médico/a.

Palavras-chave: Seguridade Social; Benefício de Prestação Continuada; Serviço Social.

ABSTRACT: The objective of this paper is to present an analysis of the Continued Benefit Payments (BPC) and job of social worker. The benefit, which is the guarantee of a minimum wage to the disabled and the elderly, was assured as one of the goals of social assistance policy in the Federal Constitution of 1988. Since 2009, a social assessment for the person with disabilities has been implemented, resulting in changes and new dilemmas in the BPC, which until then had only been guided by the evaluation of the medical authority.

Keywords: Social Security; Continued Benefit Payments; Social Work.

INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988 a assistência social passou a ser política pública de dever do Estado e direito do cidadão, antes desse marco a assistência social era fragmentada e consolidada na caridade e no clientelismo. No artigo 203 da Constituição foi posto como um dos objetivos da política de assistência social a garantia de um salário mínimo mensal¹ à pessoa idosa e à pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção e nem tê-la provida por sua família. Esse benefício foi regulamentado e nomeado como Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

O BPC é operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão responsável pela política previdenciária, essa situação gera grandes desafios no atendimento dos/as usuários/as da assistência social, uma vez que há diferença de entendimento em relação aos benefícios previdenciários e aos assistenciais, tanto pelos/as servidores/as do INSS como pela sociedade. Cabe explicar que esta percepção é proveniente, principalmente, pela diferença entre benefício contributivo² e não contributivo, levando a percepção de que para o acesso ao BPC o/a requerente nunca trabalhou, o que não é real. Segundo pesquisa de Masson (2011) sobre os impactos do BPC, foi identificado que grande parte dos/as usuários/as trabalharam em algum período de sua vida, inclusive muitos contribuíram diretamente para a previdência social, porém não o suficiente para garantir a aposentadoria.

* Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Campus de Franca e Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Email: robertastopa@yahoo.com.br. Orientanda da Prof^a Dr^a. Maria Carmelita Yazbeck.

¹ Item V do artigo 203 da Constituição Federal de 1988 “A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”.

² Contribuição direta.

Na LOAS foram definidos critérios de acesso ao BPC, sendo a idade para a pessoa idosa, a condição de incapacidade para a vida independente e para o trabalho para a pessoa com deficiência e a renda *per capita* familiar no valor inferior a ¼ do salário mínimo mensal a ambos, esses critérios, apesar de modificados ao longo dos anos, ainda estão vigentes. Uma das modificações foi em relação à avaliação social e médica da pessoa com deficiência introduzida a partir do Decreto 6.214/07.

Esta avaliação tem diferentes dimensões da saúde – social, biológica e individual – e tem a finalidade de alterar a concepção de deficiência do modelo anterior de perícia médica, que se limitava à incapacidade, sem referências aos aspectos ambientais, econômicos e sociais. A proposta da avaliação social e médica, feita por assistente social e perito/a médico/a do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) garantida pelo Decreto 6.214/07, com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), é de tornar o conceito da deficiência mais abrangente. Essa sempre foi uma reivindicação dos/as assistentes sociais junto ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A partir do trabalho como assistente social no INSS e da percepção cotidiana da compreensão do BPC pela lógica institucional, a proposta deste artigo é apresentar uma breve contextualização do BPC e os critérios de acesso, e refletir sobre o trabalho do/a assistente social no INSS a partir da introdução da avaliação social da pessoa com deficiência.

O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

A regulamentação da política de assistência social e do BPC ficou a cargo da LOAS, aprovada em 1993. Na Lei foram definidos critérios de acesso ao BPC, sendo a idade de 70 anos para a pessoa idosa e a condição de incapacidade para a vida independente e para o trabalho para a pessoa com deficiência e a renda *per capita* familiar no valor inferior a ¼ do salário mínimo a ambos, esses critérios, apesar de terem sofrido algumas modificações ao longo dos anos, ainda estão vigentes.

Os atores sociais envolvidos no processo de aprovação da LOAS, incluindo os/as assistentes sociais, sugeriram de meio a um salário mínimo para o critério de renda, porém a lógica fiscal se sobrepôs, permanecendo o critério de ¼. Maciel (2008, p. 67) explica que “Ao estabelecer um limite inferior ao salário mínimo, a LOAS acaba por criar um patamar para efeito do BPC destoante do mínimo constitucional. Isso em si pode expressar uma tendência de limitar para baixo os parâmetros de acesso aos usuários da assistência social”.

Em relação à garantia do BPC à pessoa idosa, o art. 20º da LOAS garantiu o acesso ao BPC à pessoa com 70 anos ou mais, essa idade deveria ser reduzida para 67 anos em 24 meses da aprovação da Lei, e para 65 anos após mais 24 meses, porém o Decreto 9.720 de 1998 instituiu que a idade para acesso ao BPC a partir de 1998 seria de 67 anos. A redução para 65 ocorreu somente com o Estatuto do Idoso em 2003, mesmo que o próprio Estatuto regulamente os direitos à pessoa idosa com idade igual ou superior a 60 anos. Outra alteração garantida pelo Estatuto foi a não inclusão do BPC de uma pessoa idosa para fins de composição de renda de outra pessoa idosa.

Salvador (2010) explica que esse pode ser o motivo do considerável aumento da alocação de recursos para a área da assistência social nos últimos anos, já que houve aumento no acesso ao BPC com essas mudanças. A partir de 2006 mais de 90% dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) são para o BPC.

Para pessoa com deficiência a concessão do BPC esteve por anos associada à incapacidade para o trabalho e para a vida independente atestada por profissional de medicina.

Mesmo que em 2007 tenha sido aprovado o Decreto 6.214, que introduziu a avaliação social e médica com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), ainda permaneceu o conceito de incapacidade para o trabalho na legislação, art. 9º: “Para fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada, a pessoa com deficiência deverá comprovar: I–ser incapaz para a vida independente e para o trabalho” (BRASIL, 2007, p. 3).

A incapacidade para o trabalho também vigorou na Lei 12.435 de julho de 2011, que altera a LOAS. Foi colocado como impedimento de longo prazo “[...] aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos” (BRASIL, 2011a, p. 11). Somente com a alteração da LOAS em agosto de 2011 pela Lei 12.470 esse conceito foi retirado:

Art. 20 § 2º: Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2011b, p. 3).

Porém, cabe ressaltar que a alteração na Lei não garante mudança no entendimento das pessoas envolvidas no processo de concessão do BPC. Segundo a pesquisa realizada por Maciel (2008) constatou-se que a percepção de muitos/as servidores/as do INSS é de que o BPC é um “intruso à realidade do INSS”. Por isso ainda é grande o número de indeferimento do BPC devido ao conceito restritivo de deficiência combinado com o recorte de renda e a burocracia no processo de concessão.

Outro ponto para reflexão é o conceito de família posto pela legislação, que também se alterou ao longo dos anos. Com a já citada Lei 12.435/11, considera-se como parte da composição familiar, para fins de análise de renda, irmãos/ãs e filhos/as solteiros/as, mesmo que maiores de 21 anos, como integrantes da família, além de considerar pai, mãe, padrasto e madrasta em qualquer idade, dificultando ainda mais o acesso a esse benefício. Conforme segue:

Art 20 § 1o Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (BRASIL, 2011a, p. 11).

Tanto o BPC para pessoa idosa e para a pessoa com deficiência o conceito de família também é mais um dificultador para o acesso ao benefício, já que irmãos e filhos solteiros, independente da idade entram na composição familiar.

O SERVIÇO SOCIAL E A AVALIAÇÃO SOCIAL

Sobre o Serviço Social na previdência social Silva (2008) afirma que a sua trajetória histórica é marcada por lutas e resistências.

Mais do que repercutir o que se passou no exercício profissional em geral e na sociedade brasileira, o serviço social previdenciário percorreu uma trajetória marcada pela expressividade no meio profissional, pela inserção dos assistentes sociais no movimento sindical e outros e pelo notável empenho em desvelar as inelutáveis contradições da prática profissional no âmbito do sistema previdenciário, condicionadas pelo contexto sociopolítico e econômico (SILVA, 2008, p. 33).

Em 1942 aconteceu a primeira experiência oficial de implantação do Serviço Social na previdência social, e em outubro de 1944, com a publicação da portaria nº 52 do Conselho

Nacional do Trabalho, foi instituído o Serviço Social na previdência. Há uma abundante documentação que regulamenta a profissão no INSS, Cartaxo e Cabral (2008) destacam: os Planos Básicos de Ação do Serviço Social (PBA) de 1972 e de 1978 e a Matriz Teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência de 1994.

Os documentos expressam a conjuntura sócio-histórica da profissão na sua trajetória na instituição, e mostram a leitura da realidade que os/as profissionais realizaram para a construção desses instrumentos. Os PBA tinham por opção a orientação teórico-metodológica funcionalista, para Alvarenga (2009) havia uma influência marcante do pensamento desenvolvimentista da época, no sentido de criar condições para o crescimento econômico implantado pelo governo militar, o conhecido milagre econômico.

A profissão, que durante anos teve característica conservadora e tradicional, a partir da década de 1990 começa a construir propostas de intervenção baseada no projeto ético-político profissional. Duas das maiores conquistas do Serviço Social foram o artigo 88 da Lei 8.213 de 1991, que define a competência do Serviço Social e assegura o atendimento social juntos aos/às cidadãos/ão, e a formulação da já citada Matriz Teórica Metodológica em 1994.

Na previdência social a profissão foi diretamente atingida pelas reformas administrativas. Em 1998 com a publicação da medida provisória nº 1.729, que continha a extinção do Serviço Social como uma das prestações de serviço previdenciário, a categoria teve que se mobilizou para tentar reverter essa situação. Para Cartaxo e Cabral (2008) esse processo foi entendido como de “desconstrução” do Serviço Social na previdência. Essa mobilização nacional, que teve ampla participação de sindicatos, associações de trabalhadores e da Divisão do Serviço Social do INSS, surtiu efeito, e a extinção da profissão nessa política não aconteceu.

Além disso, existem outros limites institucionais colocados à profissão, a falta de entendimentos dos/as servidores/as públicos/as em relação às atribuições da profissão e a falta de espaço físico e de recursos materiais para execução dos serviços. É imprescindível que esses limites sejam amplamente debatidos pela categoria. Pensar a profissão nesse contexto significa, segundo Yazbek (2008, p. 119) “[...] ter presente que a intervenção profissional do Serviço Social é condicionada pela dinâmica institucional que vai configurar limites e possibilidades para a ação profissional”.

Com todo esse processo e com o quadro profissional com um número defasado, a contratação dos analistas do seguro social com formação em Serviço Social, ao todo 900, representa uma grande conquista para a categoria³. Porém, a denominação do cargo – analista – gerou conflitos, a confusão de entendimento entre o cargo e a função à qual os/as profissionais foram contratados/as retoma para a questão posta por Cartaxo e Cabral (2008) em relação às pressões para realização de atividades administrativas⁴.

Com a aprovação do Decreto 6.214 em 2007, foi garantida a realização da avaliação social no processo de concessão do BPC para pessoa com deficiência, porém somente em agosto de 2009 se iniciou esse trabalho, já que dependia da contratação de assistentes sociais, e isso não acontecia há muitos anos. Contando com o/a profissional de Serviço Social na maioria das Agências da Previdência Social (APS) as avaliações sociais forma iniciadas.

Houve muitas dúvidas e dilemas nesse processo, pois como a contratação culminou propositalmente com a introdução da avaliação social, o/a assistente social ficou vinculado, em muitas Gerências Executivas (GEx) e APS a esse trabalho. Com isso, nos locais onde a demanda de BPC é pequena, muitos/as gestores/as entenderam ser o correto que os/as profissionais

³ Inicialmente forma 900 contratados/as, porém ao longo da vigência do concurso foram contratados mais profissionais.

⁴ Atividades essas que não fazem parte das atribuições privativas do Serviço Social.

realizassem trabalhos administrativos de habilitação e concessão de benefícios previdenciários, conforme já citado. Trabalho esse realizado por técnicos/as e analistas do seguro social com formação em qualquer área.

Há também a dificuldade de realização de um trabalho interdisciplinar com a área médica, haja vista que para muitos o trabalho do/a assistente social é inferior, literalmente. E, há o entendimento de que o BPC não deveria estar no INSS, por não ser um benefício contributivo – de contribuição direta – e se colocam empecilhos na análise. E como a identidade do/a profissional de Serviço Social está vinculado ao BPC, a dificuldade de diálogo com a área médica é ainda maior.

Em 2011 foi incluída uma pergunta na avaliação médica relativa à deficiência implicar impedimentos de longo prazo (2 anos), mesmo que o benefício seja deferido, se o/a perito/a médico/a indicar que não há impedimento de longo prazo o benefício é indeferido, ou seja, mais um empecilho para o acesso ao BPC, além de se colocar somente na decisão médica esse critério. Não é possível, por enquanto, fazer uma análise precisa em relação a esse critério, mas é de extrema importância problematizar esses dados, quantitativa e qualitativamente, e compreender como os/as profissionais que fazem a avaliação entendem esses critérios.

CONCLUSÃO

Frente aos critérios para acesso ao BPC e à compreensão do benefício como um direito constitucional, evidencia-se que entre os dilemas do BPC está a dificuldade em operacionalizar o benefício como um direito garantido na seguridade social. A mudança de visão de que previdência social é um seguro social e da ideia restritiva do benefício vinculada à imagem de que é para pessoas incapazes, é um importante passo no cotidiano institucional.

Apesar de muito se discutir e de o governo lançar programas de combate à pobreza extrema, o acesso ao BPC, único benefício da assistência social no valor de um salário mínimo, ainda é focalizado. Em relação ao Serviço Social é preciso evidenciar a importância da contratação de profissionais na política previdenciária, mas é necessário também refletir sobre a dimensão técnico-operativa e ético-política frente aos grandes desafios impostos para a profissão.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Raquel Ferreira Crespo. Socialização das informações previdenciárias: um novo olhar no repasse de informações. In. **Curso de ambientação de servidores – analistas do seguro social com formação em Serviço Social**. INSS, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003a.

_____. Lei 8742. **Lei Orgânica da Assistência Social** (1993): legislação suplementar. 3. ed. Brasília, DF: MPAS, 2003b.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.214**, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 16, jun., 2012.

_____. **Lei 10. 741**. Estatuto do Idoso (2003). Presidência da República. Brasília, DF: 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.435**, de 6 de julho de 2011. Mensagem de veto. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: 2011a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo>>. Acesso em: 3, out., 2011.

_____. **Lei 12.470/11**, de 31 de agosto de 2011. Altera a Lei 8.742. Brasília: 2011b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo>>. Acesso em: 3, out., 2011.

CARTAXO, Ana Maria Baima. CABRAL, Maria do Socorro Reis. O processo de desconstrução do projeto profissional do Serviço Social na Previdência – um registro de resistência e luta dos assistentes sociais. In: **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**/ Léa Braga, Maria do Socorro Reis Cabral, (orgs). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Benefício de Prestação Continuada: as armadilhas**. Presidente Venceslau: Letras à margem, 2008.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Ademir Alves. O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício. In: **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**/ Léa Braga, Maria do Socorro Reis Cabral, (orgs). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. Análise da Matriz Teórico- Metodológica do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social. In: **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**/ Léa Braga, Maria do Socorro Reis Cabral, (orgs). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

(IN)VISIBILIDADE E NEGAÇÃO DE DIREITOS NO ATENDIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO EGRESSO PRISIONAL EM SITUAÇÃO DE RUA

Bruno Jaar Karam*

RESUMO: O caminho a ser percorrido neste artigo busca fazer uma revisão literária especializada sobre as lacunas nas políticas públicas no atendimento do egresso prisional em situação de rua. A análise proposta foi dividida em três política (assistência social, saúde e segurança pública) identificando a (in)visibilidade e negação de direitos nas políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Egresso prisional; População em situação de rua.

ABSTRACT: The way to go in this article seeks to make a specialized literature review about the gaps in public policy in the care of the prison egress on the streets. The proposed analysis was divided into three political (social care, public health and safety) identifying the (in) visibility and denial of rights in public policy.

Keywords: Public policies; Egress prison; The homeless population

INTRODUÇÃO

Quem está na rua não tem nem mesmo garantidos os direitos mais elementares. Não pode sentar-se tranquilamente em uma praça, não pode andar naturalmente em um parque, sua entrada é rejeitada em lojas, supermercados, *shopping center*, entre outros e são expulsos até mesmo quando estão dormindo em baixo de marquises, de viadutos ou locais de muita circulação na cidade, sendo, portanto, destituído de qualquer espaço (BORIN, 2003).

A negligência do Estado em relação com a população em situação de rua fica ainda mais clara com o censo dos recenseamentos do IBGE, já que essa população nem é contada. A ausência de dados dificulta a formulação e implementação de políticas públicas para as pessoas nessa população.

Alves (2010, p. 2-3) também menciona, em seu artigo sobre a negação de direitos a essa população, ressaltando que “grande parte das discussões da nossa sociedade gira em torno da democracia, da cidadania e dos direitos garantidos, entretanto, sabe-se que tais princípios não são vivenciados por todas as pessoas”. Menciona ainda o autor:

Parte da população não tem acesso à educação, saúde, emprego formal, moradia, entre outros direitos essenciais para o desenvolvimento pessoal e social de cada um. Para a População de Rua, além destas ausências, a falta de documentação e moradia fixa torna ainda mais difícil a acessibilidade às estas políticas estruturantes (ALVES, 2010, p.2-3).

Nesses entraves e violações de direito se evidencia que tudo que é garantido na Constituição Federal de 1988 e, também, na política nacional de inclusão a população em situação de rua não acontece diariamente. As políticas que atendem a esse público e os direitos constitucionais se tornam invisíveis e readaptados, seguindo a tendência do ideário neoliberal na condução das políticas públicas. Alguns direitos são readaptados para essa população, direitos básicos como “ir e vir” torna-se “ir e vir, mas não pode permanecer”. Como bem salienta Sarmiento (2010, p.1, grifos do autor) “não está sendo comprida como consta na legislação e na

* Assistente Social, mestrando da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: bruno-karam@hotmail.com. Orientanda da Profª Drª. Maria Carmelita Yazbeck.

Constituição de 1988, dando a entender que ‘dignidade humana está sendo respeitada apenas no plano do discurso e não dos atos’”.

Até mesmo as políticas sociais, que têm como base princípios e diretrizes universalizantes, têm sido implementadas de forma restritiva. Em relação à população em situação de rua essas restrições aparecem sob diversas formas, confrontando-se com as suas características e perfil. As chamadas “exigências formais”, como a apresentação de documentos de identificação pessoal e o endereço domiciliar, geralmente limitam o acesso das pessoas em situação de rua a essas políticas. Pois, são poucas as pessoas em situação de rua que possuem documentos de identificação pessoal e o endereço domiciliar é inexistente, uma vez que a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento é a principal característica dessa população. São nessas barreiras seletivas, que a população em situação de rua fica fora da cobertura de programas, projetos e serviços ofertados pelas políticas sociais. Sua relação com essas políticas é de acesso ínfimo ou de falta absoluta de acesso (SILVA, 2012, p.16).

Além desses, outros entraves inibem o acesso desta população às políticas sociais: as metodologias ineficazes dos programas; a falta de habilidade e capacitação dos servidores públicos para lidarem com esse público; a falta de articulação entre as políticas sociais; o preconceito que estigmatiza essas pessoas como “preguiçosos” e “bandidos” e, por isso não merecedor do acesso aos direitos sociais (SILVA, 2012, p.13).

Vale a pena também destacar quais são as verbas destinadas a população em situação de rua, destaca Patricio (2011):

A Secretaria Municipal de Assistência Social gastou, em 2010, R\$ 89 milhões com programas voltados para o atendimento a moradores de rua da capital. A verba é equivalente a R\$ 544 por mês para cada uma das 13.666 pessoas que vivem nessa situação em São Paulo, quase um salário mínimo (R\$ 545), e representa pouco mais de 10% do orçamento anual da pasta. [...] Essa pessoa (que está na rua) demanda uma série de outros cuidados. O detento, por exemplo, custa até mais ao Estado. Em 2009, a média nacional de gastos por preso foi de R\$ 1,2 mil.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar a abordagem social sobre a invisibilidade e negação de direitos nas políticas públicas do Brasil em relação ao egresso prisional em situação de rua. O foco do artigo é deslumbrar de algumas das lacunas nas políticas públicas já existentes, entretanto, para aprofundar sobre esse assunto também é importante salientar as dificuldades da vida nas ruas, para depois mencionar a inacessibilidade às políticas sociais de saúde, educação, moradia, segurança pública e assistência social.

DESENVOLVIMENTO

(IN)VISIBILIDADE E NEGAÇÃO DE DIREITOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar independente da contribuição à seguridade social [...] (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

De acordo com Silva (2009) frequentemente a população em situação de rua é responsabilizada pela situação em que se encontra, além disso, é vítima de massacres e perseguições policiais. E, quando se busca conhecer as estratégias do Estado nas três esferas de

governo para o enfrentamento desse fenômeno, não são encontradas políticas sociais acessíveis a esse segmento, mas apenas alguns programas de natureza residual, como abrigos e albergues.

A autora Yazbek (2009) ressalta a importância da política de assistência social para a população:

Historicamente, a assistência social pública é o mais importante mecanismo pelo qual são estendidos aos segmentos mais pauperizados de uma classe serviços e recursos como [...] o homem de rua e de muitos outros [...] essa população, inserida, ou não, no mercado de trabalho, caracteriza-se pois por sua condição de dependência da intervenção pública para sobreviver (p.67-68).

E continua:

[...] quando se trata de usuário de serviços assistenciais, o que se constata muitas vezes é uma dependência quase que exclusiva dos serviços sociais públicos em suas estratégias para sobreviver. Buscam estes serviços para suprir necessidades materiais de consumo e para enfrentar outras dimensões significativas de seu dia-a-dia (YAZBEK, 2009, p.145).

A política nacional de inclusão a população em situação de rua, em seu parágrafo primeiro do capítulo de assistência social, assegura: “Estruturação da **rede de acolhida**, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente os albergues” (BRASIL, 2009).

Mesmo existindo um consenso que esse público é heterogêneo, entretanto as instituições que acolhem esse público, muitas vezes concedem o mesmo tratamento a todos os usuários da instituição, ou seja, tratando então de uma forma homogênea um público heterogêneo. Dessa forma, no atendimento da política de assistência social a uma gestante em situação de rua é o mesmo tratamento oferecido para um egresso prisional, e também é o mesmo tratamento oferecido para um jovem que sofreu agressão e fugiu de casa, que por coincidência, também é o mesmo oferecido para um idoso que não tem idade e nem contribuição para se aposentar, e ao mesmo tempo, não consegue um emprego, entre diversas outras histórias de pessoas que foram para rua e buscam os equipamentos públicos para amenizar a situação em que se encontram. Não é garantida então a oferta de atendimento que contemple a heterogeneidade dessa população, nem tampouco as fases em que se encontram na rua.

Além desta homogeneização, vale a pena destacar o tratamento que a população em situação de rua recebe de algumas instituições. Tal tratamento pode ser comparado com algumas prisões, logo, esses locais mais aparentam ser “prisões albergues”, onde os albergados precisam se comportar da mesma forma, como a falta de liberdade de controle de ir e vir na instituição, adaptação com os controles e as regras e horário da instituição. Em diversas instituições os usuários não conseguem ter um diálogo com os funcionários, tendo apenas um monólogo, onde os funcionários falam e os usuários apenas escutam. Um dos levantamentos do estudo de Medeiros (2010, p. 157) nos ressalta que:

90% dos funcionários agem como se estivessem em um presídio, agem como carcereiros e não como educadores sociais. ‘6 horas, hora de levantar, senhores’, andar com as mãos nas costas, falar sim senhor para tudo, como se fosse um sistema de presídio.

Já as autoras Viera, Bezerra & Rosa (1994, p.80) ressaltam que nessas instituições, "além do prazo restrito para a permanência, a sistemática de funcionamento e controle faz com que muitas pessoas desabrigadas prefiram a rua, em função do caráter disciplinador e repressivo

de alguns desses lugares". Outra dificuldade encontrada para entrar nessas instituições é que estas não dispõem de um guarda volume, limitando a possibilidade de entrada de alguns usuários que carregam consigo malas ou carrinhos de compra ou carroça, dando a possibilidade de entrar na casa apenas o usuário, e não seus pertences. Além de todos os problemas citados, algumas cidades determinam cotas de quantos usuários de fora da cidade pode receber na instituição, dando prioridade de tratamento e de vaga para munícipes.

Dessa forma, podemos destacar com bem ressalta Iamamoto (2011, p.149) como o "gasto social é tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, a proposta é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos". A redução dos gastos com os serviços sociais, interfere diretamente no trabalho do assistente social, que como profissional contratado, necessita de diversos materiais e recursos para materializar seus atendimentos e conseguir viabilizar os direitos sociais e os meios de exercê-los "vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas sociais" (IAMAMOTO, 2011, p. 149).

Além das precariedades das instrumentalidades de trabalho, temos que ressaltar também que o Estado deixou de prestar serviços diretos à população e passou a estabelecer parcerias com organizações sociais e comunitárias incluindo-se aí as fundações e institutos empresariais. As autoras Viera, Rosa & Bezerra (1994, p.117) citam que algumas ONG o "trabalho como possibilidade de regeneração não é citado como solução para todos os segmentos que se encontram na rua", assim sendo:

Em relação aos mendigos, vagabundos e alcoólatras, os espíritas apresentam outras sugestões: confinamento em colônias agrícolas, internação ou, mesmo, não fazer nada, pois os mendigos estão passando por uma provação; isto é, eles encarnam para expiar os males de uma vida passada (idem, p.117, grifos da autora).

Se não bastassem mais lacunas a essa população, as poucas instituições criadas para atender especificamente esse público, como por exemplos ONG's fazem uma pré-seleção dos usuários atendidos, exigindo para adentrar a instituição usuários que portam R.G ou qualquer documento com foto. Dessa forma, alguns usuários não são atendidos em nenhuma instituição, pois o Estado terceiriza suas obrigações e deveres e as instituições aptas que recebem do Estado repasse de verba para atender essa demanda, não atende todos os usuários. Logo, alguns usuários ficam nas lacunas das políticas públicas.

(IN)VISIBILIDADE E NEGAÇÃO DE DIREITOS NA POLÍTICA DE SAÚDE

As críticas tecidas nesse tema se destacam em querer saber: afinal a política pública de saúde é universal, logo, ela precisa abranger todo o público brasileiro independente de raça, cor, classe social e principalmente independente se a pessoa tem ou não comprovante de residência. Como bem destaca Silva (2006, p.186) sobre a carta magna quando se refere sobre saúde pública "a Carta Magna estabelece claramente a visão de direito amplo e universal, sendo dever do Estado implementá-lo", conforme segue:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco à doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil [CF/1988], apud SILVA, 2006, p. 196).

Entretanto a maioria dos programas voltados à saúde pública está vinculada a serviços de território, o que implica em uma questão determinante, quando se trata de moradores em situação de rua: a ausência de um comprovante de residência dificulta o vínculo a uma unidade de saúde de referência. A exigência dos documentos formais, como comprovante de residência para marca consultas, dificulta a vida das pessoas que necessitam de acompanhamento mais aprofundado do que um pronto socorro, por exemplo, uma gestante em situação de rua que necessita fazer exame de pré-natal. O mau atendimento prestado na saúde para essa população se destaca em diversos casos no Brasil inteiro, consta-se também denúncia ao SAMU.

Os mesmos direitos garantidos a outros cidadãos não são garantidos a população que se encontra na rua. Conforme a constituição e a política nacional de inclusão a população em situação de rua, como no seu parágrafo 5 (Saúde):

Inclusão no processo de educação permanente em saúde dos gestores e trabalhadores de saúde, destacando-se as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), agentes comunitários de saúde e operadores do Sistema Nacional de Ouvidoria, dos conteúdos relacionados às necessidades, demandas e especificidades da população em situação de rua (BRASIL, 2009).

Ou seja, o que está garantido em Lei não é cumprido, haja vista a dificuldade de acesso da população de rua a tratamento preventivo e curativo no Sistema de Saúde brasileiro.

(IN)VISIBILIDADE E NEGAÇÃO DE DIREITOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Na legislação a segurança pública, tem que garantir a proteção da população de rua, porém, conforme encontrado na revisão literária e também em depoimentos sobre as ameaças, perseguições, coagitações, execuções, humilhações, furtos, abuso de poder, xingamentos verbais e físicos. Soma-se a isso tudo também o fato dessa população não ter comprovante de residência, impossibilitando então, de se fazer o boletim de ocorrência para denunciar tal queixa ou de não ter acesso a internet para fazer tal boletim somados também que pelo fato de a polícia ser a maior testemunha, logo, os mesmos não são levados a sério quando relatam essas atrocidades, eles têm medo também de denunciar e sofrer futuras retaliações, pois são alvos fáceis pela condição de vivência nas ruas.

Os serviços e os programas voltados para segurança pública apontam para ações de proteção social dos demais membros da sociedade com relação à população de rua. Destaca Rodrigues (2010, p.19):

O descaso do Estado com os desabrigados reflete inclusive nas leis que regem o País. Até 2009, a mendicância era considerada uma transgressão penal no Brasil, quando o artigo da Lei de Contravenções Penais foi revogado pela Lei nº 11.983 revogação pode até significar um avanço no modo como o poder público trata o caso, porém demonstra também como um Estado incapaz de garantir condições mínimas de sobrevivência, até recentemente, condenava quem mendigasse.

Inscribe-se nesse contexto a forte pressão dirigida aos vários órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo "por parte de grande parcela da população, a fim de que remova para longe de suas casas os habitantes alojados nos vários lugares públicos" (VIERA, ROSA & BEZERRA, 1994, p.132). Podemos destacar diversos casos e depoimentos sobre higienização social e criminalização da pobreza, onde a população em situação de rua foi caso de polícia e de instituição social. Mas, além de destacar o autoritarismo e agressão da polícia com essa

população, precisamos também destacar como os governantes e a população brasileira pensa e está agindo com a população de rua. De acordo com Cantarino (2007):

No Rio de Janeiro, por sua vez, em outubro de 2007, Maria Dora dos Santos Arbex foi condecorada pela Câmara Municipal, por ter baleado um morador de rua do Flamengo, que tentou roubá-la. “Se não tem albergue ou não quer ficar em albergue, então fica no meio do mar. Bota num navio e descarrega longe. Na minha calçada, na minha rua é que não vai ficar”, discursou a aposentada durante a “homenagem” promovida pelo vereador Carlos Bolsonaro. Aliás, segundo ele, foi “uma pena que o tiro tenha pegado na mão e não no seu coração, pois seria um vagabundo a menos”.

Ainda de acordo com autor podemos destacar outro caso nítido de higienização social:

Em Aparecida do Norte também houve remoção de moradores de rua, que foram mandados para outras cidades da região, prática, aliás, recorrente em municípios brasileiros, já que muitos “resolvem o problema” dos moradores recolhendo e mandando-os para outras localidades. A prefeitura de Apucarana (PR), em março de 2007, fez isso: a medida foi assumida pela administração municipal e houve a ameaça, para quem quisesse retornar, com a possibilidade de ser enquadrado na lei da vadiagem e da mendicância, consideradas como atividades de contravenção pelo Código Penal brasileiro. No final de 2006, em Paranaguá, no mesmo estado, moradores de rua foram recolhidos pela prefeitura, durante a noite e abandonados em cidades vizinhas. Houve denúncia do Ministério Público de que eles chegaram a ser agredidos e mesmo torturados pela guarda municipal (CANTARINO, 2007).

Devemos destacar que mesmo com avanços de algumas política públicas e lutas de defesa e direitos humanos para população em situação de rua, entretanto, os direitos sociais sempre estão ameaçadas de acordo com o governo que assume a gestão municipal. Em São Paulo houve muitas conquistas pela gestão da assistente social Luisa Erundina (1989 – 1992) e o que havia avançado nessa gestão em relação a população em situação de rua acabou regredindo com a gestão posterior do candidato do outro partido, Paulo Salim Maluf (1993-1996). Destaca Pereira (apud MEDEIROS, 2010, p. 47):

No período de 1993/96, a administração malufista assumiu a denominada “limpeza das ruas”, onde até jatos d’água foram utilizados para retirar as pessoas de seus locais de abrigo, como marquises de lojas e bancos, e viadutos.

Silva (2012, p.32) aponta em seu artigo quantos encarceramentos ocorreram com a população em situação de rua nesses últimos anos, e também denuncia que uma das prisões do estado de São Paulo parece ser direcionada para esse público específico:

Temos, como indicador dessa estratégia, no Estado de São Paulo a prisão denominada □Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros□, que já é conhecida entre as organizações de defesa de direitos humanos e entre os órgãos da Justiça como o estabelecimento prisional dos moradores de rua, pois esse grupo de pessoas já compõe a maioria das pessoas mantidas em prisão ali. Esse □Centro□ tem atualmente 1.399 pessoas presas e capacidade nominal para 520 (Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, março 2012).

Sobre a abordagem da polícia com egresso prisional em situação de rua, podemos destacar um depoimento coletados por Ferreira (2011, p. 526):

Nessa mesma linha de raciocínio, aparece a figura do policial que os persegue por conta de possuírem um "histórico infamante". Em muitos casos, se sentem injustiçados no momento da abordagem porque o policial não leva em consideração o

fato presenciado, mas o histórico criminal da pessoa abordada. “Às vezes, você nem fez o delito e eles acabam pondo aquilo mais pelo passado que você teve”.

CONCLUSÃO

A partir da elaboração desse artigo denotamos que esse público, egresso prisional em situação de rua, é invisível ao olhar das políticas públicas, como também por muitos dos direitos garantidos pela Constituição brasileira que não são assegurados à essa população. Ou seja, o governo nega a esses cidadãos os mesmos direitos garantidos a outros cidadãos, isto é inconstitucional. Nossas indagações neste trabalho não têm como pauta a criação de novas políticas públicas que abranjam essa população e, sim, que o que está garantido na Constituição de 1988 seja garantido e implementado. Assim como afirma Silva (2006, p. 144):

Dessa forma, a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva destas políticas é o principal fator de exclusão social da população em situação de rua de seus atendimentos.

Os entraves “burocráticos” de acesso às políticas sociais pela população em situação de rua se somam à: falta de articulação entre as políticas sociais, metodologias inadequadas dos programas, falta de habilidade e capacitação dos servidores públicos para lidarem com esse segmento populacional, além do preconceito social que estigmatiza essas pessoas como “vagabundos”, “desordeiros”, “preguiçosos” e “bandidos” e, por isso não são considerados merecedores do acesso aos direitos sociais (SILVA, 2009).

Concluimos que o Estado, além de deixar a população em situação de rua à margem das políticas sociais, gerando então invisibilidade e negação de direitos a essa população, os poucos equipamentos públicos destinados a essa população não recebem uma quantidade de verba adequada e muitas vezes não atende essa população, logo, um dos públicos mais atingidos pelas diversas expressões da questão social não é contemplado pelas políticas públicas já existentes.

Como profissional que trabalha nas políticas sociais, movimentos sociais, conselhos e instâncias de direitos, fóruns, os assistentes sociais precisam reconhecer que existem muitas lacunas nas políticas públicas já existentes, que não abrangem essa população. Devemos criticamente considerar que há invisibilidade de segmentos específicos da população, os quais são negados seus direitos e políticas públicas inclusivas. Assim, como mencionou Foucault as “prisões estão dentro das cidades e ninguém as vê”, e a população egressa prisional, nas ruas, também se encontra na sociedade e é visível a ela. Mas o Estado não quer vê-la, a deixa desassistida ou assistida precariamente em suas reais necessidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: vidas privadas em espaços públicos. In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 1 CD-ROM.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: os moradores de rua em São Paulo**. 2003. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2003.

CANTARINO, Carolina. **Morar na rua é trabalhar e resistir à repressão**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=25&id=284>>. Acessado em: 22, nov., 2012.

FERREIRA, Angelita Rangel. Crime-prisao-liberdade-crime o círculo perverso da reincidência no crime. **Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, Alexandra. **PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A SAÍDA PARA A SAÍDA** Um estudo sobre pessoas que saíram da rua. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2010.

SARMENTO, Rosana Sousa de Moraes. Políticas Públicas na atenção a população em situação de rua. In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 1 CD-ROM.

SILVA, M. L. L. da. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno no Brasil população em situação de rua 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2006.

_____. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

_____. **A população em situação de rua no Brasil e a luta por políticas públicas ao seu alcance** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucia-lobes@uol.com.br em: 19, jan., 2013.

RODRIGUES, Robson. Moradores de ruma terra sem dono. **Revista Sociologia**, São Paulo, n.32, 2010.

PATRICIO, Jose–**Morador de rua custa R\$ 544 por mês à Prefeitura**. Disponível em: <<http://estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/artigo.aspx?cp-documentid=28772847>>. Acessado em: 13, abr., 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1994.

“EU ERA UM FULANO DE TAL...”: O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À BUSCA DA CIDADANIA CIVIL DE PACIENTES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL ASSISTIDA DO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA (CAIS-SR)

Maria Luisa da Costa Fogari*

RESUMO: Este artigo visa descrever o atendimento realizado pelo Serviço Social, nas unidades 2 e 3, pertencentes a GAIS – II, do Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita (CAIS-SR), para que se identificassem as histórias pregressas dos pacientes, que não tinham identidade verídica, e familiares localizados, no período entre 2011 a 2013. Espera-se que as famílias e as redes protetivas, onde as mesmas estejam inseridas, sejam fortalecidas em repúdio à injustiças e ações que desagreguem a dimensão social, cultural, econômica dos portadores de transtorno mental. Espera-se que seja somente um começo ou recomeço, deste “longo obstáculo a ser rompido”.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social. Portadores de Transtorno Mental. Saúde Mental. Família.

ABSTRACT: This article aims to describe the service provided by Social Services, in the units 2 and 3, belonging to GAIS–II, of the Center for Comprehensive Care at St. Rita Health (CAIS-SR) to identify which stunted the stories of patients who didn't had true identity and family located in the years 2011 to 2013. It's expected that families and protective networks where the same are inserted, are strengthened, in repudiating the injustices and actions that disintegrate the social, cultural, economic dimension of mentally disturb. It's only a beginning or restart, this long barrier to be broken it's the expected. It's only a beginning or restart, this long barrier to be broken it's the expected.

Keywords: Social Worker. Mental Disorder Patients. Identification. Mental Health. Family.

Eu vejo o mundo e a família

O mundo e a família

A família que vive no mundo

E vive na casa que está sempre no mundo

E que está sempre na casa...

E a Dra Elisabeth disse assim pra mim

E você queria ver mais do que isso pra quê?

E você queria ver mais do que isso pra quê?

Eu não sou da casa, não sou da família

Não sou do ar

Do espaço vazio, do tempo, dos gases

Não sou do tempo, não sou do tempo

* Assistente Social do Tribunal de Justiça de Santa Rita do Passa Quatro-SP/Brasil. Mestre em Serviço Social, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, São Paulo, Brasil. e-mail: luisafogari@terra.com.br. Endereço: Rua Lourenço Marchi, 77, Jardim Primavera, Santa Rita do Passa Quatro-SP-CEP: 13 670 000. Telefones: (19) 3582 1012 (residencial), (19) 3582 1190 (Trabalho).

Não sou dos gases, não sou do ar
Não sou do espaço vazio, não sou do tempo
Não sou dos gases, não sou da casa
Não sou da família. Não sou dos bichos
Não sou dos animais. Sou de Deus
Um anjo bom que Deus fez
Pra sua glória e seu serviço
(Stela do Patrocínio, 2001, p.90-91)¹

INTRODUÇÃO

Este artigo visa descrever o atendimento realizado pelo Serviço Social, das unidades 2 e 3, pertencentes a GAIS – II, do Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita (CAIS-SR), para que se identificassem as histórias pregressas dos pacientes que não tinham identidade verídica e, enfim, seus familiares localizados, no período compreendido entre os anos 2011 á 2013.

Apontamos que muitos foram os casos, as histórias e estórias para que se confirmassem a autentica identidade de uma parcela de pacientes que tiveram sua cidadania regularizada, ou em si, recobriram a condição de cidadãos, quando deixaram de ser somente o “fulano de tal”, ou a Mariazinha, a Chiquinha, ou sobrenomes comuns nas certidões tardias, como “da Silva, dos Santos” etc.

Contamos que muitas vezes, estas pessoas chegaram à unidade hospitalar já com os pseudônimos ou apelidos, acima citados. Assim, compreendemos que eram somente seres sociais que precisavam recobrar seu passado e a possibilidade de reingressarem na sociedade junto de seus parentes, pois também pertenciam à árvore genealógica destes, independente do transtorno mental e dos preconceitos acarretados com o passar dos anos e das décadas.

DESENVOLVIMENTO

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DE SANTA RITA: CONTEXTO HISTÓRICO E ATENDIMENTOS CONTEMPORÂNEOS

“A loucura, objeto de meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente” (Machado de Assis)².

¹ Stela do Patrocínio, interna do “Hospital Psiquiátrico Colônia Juliano Moreira – RJ” se destacava das outras pacientes devido as suas escritas e falas, sendo diagnosticada aos 21 anos, com: “personalidade psicopática mais esquizofrenia herbefrênica, evoluindo sob reações psicóticas” (PATROCÍNIO, 2001, p. 20-21).

² Fonte: AMARANTE, Paulo. Reforma Psiquiátrica: frases. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Mostra Memória da Loucura**. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/frases.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

O Centro de Atenção Integral a Saúde de Santa Rita (CAIS-SR) é um órgão público estadual que, na contemporaneidade, busca atender demandas caracterizadas principalmente por portadores de transtornos mentais agudos e/ou de longa evolução e alterações psiquiátricas desencadeadas pelo uso de substâncias psicoativas.

A instituição ora destacada passou por algumas mudanças no atendimento aos pacientes no decorrer das últimas décadas, atentando sempre para a qualidade de suas ações e implicações, levando-se em consideração a formação de equipes multiprofissionais, que tenham um olhar amplo, que objetive a necessidade da integração e ressocialização dos pacientes na realidade social, cultural e econômica brasileira. Segundo Pavarini et al (2004, p.2) o:

[...] atual Centro de Atenção Integral de Santa Rita foi construído pelo governo do Estado de São Paulo em 1945, com o objetivo de prestar atendimento a portadores de pneumopatologia tuberculósica. Em 1973 este hospital ficou subordinado ao Departamento de Psiquiatria I da Coordenadoria de Saúde Mental, passando, então, a receber pacientes psiquiátricos com ou sem tuberculose, advindos inicialmente do Hospital Psiquiátrico do Juqueri em Franco da Rocha. Recebeu o nome de Hospital Psiquiátrico de Santa Rita do Passa Quatro.

Após sua inauguração, na década de 1950, passou a prestar atendimento aos portadores de tuberculose (TB), doença infectocontagiosa que ceifou muitas vidas neste período. Este fato histórico pode ser atestado em pesquisas de renomados centros educacionais realizadas na instituição e através do Museu CAIS-SR (catalogado no ano de 2013)³, que guarda em seu interior: móveis, documentos, estando organizado na forma do atendimento prestado no período, que são: refeitórios, cozinhas, banheiros, salas médicas, enfermarias, cinema, utensílios domésticos, as vestimentas etc, nos levando a entender este passado, que se faz tão presente naquela estrutura histórica exposta.

A TB é uma doença que acomete a humanidade há milênios, de natureza infecto-contagiosa, cujo agente etiológico foi identificado em 1882 por Robert Koch e denominado de *Mycobacterium tuberculosis*. Trata-se de uma doença que, após uma expectativa inicial de erradicação com o advento do tratamento antimicrobiano sob a forma de esquema eficaz, no final da década de 60, ainda representa um grave problema de saúde pública em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. [...] (MELLO, 2001, p.31).

Como destaca a pesquisadora acima, a tuberculose é uma doença milenar que atualmente pode ser curada com o tratamento antimicrobiano, podendo os pacientes, na maioria das vezes, dependendo das suas condições socioeconômicas, serem cuidados no seio familiar, em sua comunidade de origem.

Deste modo, à premente necessidade da obtenção de atendimento específico para as pessoas acometidas pelas doenças relacionadas à saúde mental, abrem-se estes leitos, a partir da década de 1970, no âmbito hospitalar para estas enfermidades mentais. No Museu CAIS-SR também se encontra a memória destes tempos remotos, em que o atendimento visava somente à internação de pacientes psiquiátricos, onde as histórias de vida tornaram-se crônicas, junto com as tão aturdidas doenças mentais, realidade contrária a atual missão do CAIS-SR, adepto a “Reforma Psiquiátrica”.

Neste período, o hospital psiquiátrico, intitulado: “Hospital Psiquiátrico de Santa Rita”, usualmente conhecido como “Sanatório” recebeu pacientes provenientes do Hospital

³ Os dados, referenciados encontram-se no Catálogo Digital do Museu de Psiquiatria do CAIS-SR. Fonte: <<http://museudocais-sr.org/>>, organizado pela historiadora: Ms. Daniela Domingues Leão do Rêgo.

Juqueri de Franco da Rocha–SP. Segundo, funcionários do citado período, a maioria destes pacientes chegou somente com uma “pulseira de identificação”, onde constavam muitas vezes nomes fictícios, apelidos que se relacionavam as subjetividades destes ou, a um nome ainda preservado na memória. Muitos deles, sequer trouxeram documentos que comprovassem suas origens. Atesta-se também que o preconceito e o temor, que a psiquiatria causava, afastaram muitos deles de seus entes próximos (pais, mães, irmãos, avós, amigos etc.).

Segundo Pavarini et al (2004), foi precisamente na década de 1990 que o hospital passa por um momento “conflituoso”, devido às intervenções fiscalizadoras por parte do Estado, entrando nas pautas de discussões a necessidade de a instituição continuar seu atendimento, em atenção aos pacientes e também ao ampliado número de funcionários, residentes no município e de outros moradores nas cidades circunvizinhas. “[...] Paradoxalmente, viram-se diante da questão: para permanecer em funcionamento era preciso abrir as portas. Adotaram, então, o lema: ‘Cuidar não é trancar!’” (PAVARINI et al, 2004, p. 2).

Daí em diante, uma nova diretoria foi instituída, sendo detentora de um olhar linear, que buscou a melhoria do atendimento prestado aos pacientes internados. “[...] A partir de 1996, foi implantado no Hospital um projeto assistencial norteado pelo acolhimento, vínculo, responsabilidade e resolutividade, promovendo a individualização e a ressocialização dos pacientes [...]” (CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA, 2013, p.11).

No ano de 1999, após a aprovação da Secretaria Estadual de Saúde (SES), recebe o nome de Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita (CAIS-SR), cuja cobertura assistencial foi ampliada através da oferta de serviços comunitários para Santa Rita e região.

A reformulação em seu atendimento está condicionada aos direitos adquiridos pelos portadores de transtorno mental a partir de 1988, com a promulgação da nossa última Constituição Federal, que prevê a inserção e ressocialização dos mesmos. Estes direitos estão assegurados na Lei Nº. 10.216, de 2001, que prevê:

Art. 1º. Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

[...]

Art. 3º. É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais (BRASIL, 2001).

Diante dos embasamentos legislativos que garantem a melhoria e qualidade de vida, para as pessoas portadoras de tais transtornos, transições tornaram-se necessárias, diante da importância e necessidade dos serviços prestados aos municípios e cidadãos moradores da nossa região. Deste modo, os horrores protagonizados nos hospícios, inclusive no período recorrente à psiquiatria segregacionista, em que existiam: confinamentos em celas-fortes, tratamento de eletrochoque, camisas-de-força, o sofrimento deixou de existir, “abrindo-se os portões da instituição para a vida em sociedade”, inserindo-os em atividades externas, que “extrapolem os muros institucionais”.

O CAIS-SR encontra-se subordinado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e, hierarquicamente, presta contas dos atendimentos realizados à Coordenadoria de Serviços de Saúde–CSS que:

[...] tem como uma de suas principais atribuições a coordenação, no âmbito da SES/SP das atividades dos hospitais e ambulatórios de especialidades próprios integrantes de sua estrutura. É também a instância responsável por acompanhar a execução financeira e orçamentária dos hospitais e de outras unidades de saúde sob gestão estadual, orientando, avaliando seus desempenhos, o impacto e o resultado dos serviços de saúde prestados (SÃO PAULO, 2013 a).

O CAIS-SR é uma unidade pública de atendimento à saúde guiada pelos valores, de: “Ética, humanização, respeito, entusiasmo, solidariedade, formação e qualificação, preservação da história, responsabilidade e compromisso social” (SÃO PAULO, 2012, p. 2).

Para formalizar a missão institucional, o CAIS-SR dispõe de serviços e equipes que se integram de forma articulada e interdisciplinar, através da: Gerência de Atenção Integral à Saúde I – Serviço de Residência Terapêutica; Gerência de Atenção Integral à Saúde II e III (unidades de longa permanência); Gerência de Atenção Integral à Saúde IV – Coordenação do Programa de Álcool e Drogas que compreende o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e o Núcleo Intensivo Álcool e Drogas; e a Gerência de Atenção Integral à Saúde V – que compreende CAPS II – Saúde Mental e o Núcleo de Atenção Integral à Crise (SÃO PAULO, 2013, p.25-26 b).

Ao dar continuidade a este relato de experiência, e assim compreender o atendimento prestado aos pacientes, é de extrema relevância conhecer um pouco da organização e atendimento desta instituição pública estadual. É oportuno demonstrar nas próximas linhas, os objetivos de cada núcleo de atendimento, a começar pela Gerência de Atenção Integral à Saúde I (GAIS I)–Serviço de Residência Terapêutica, em que:

Artigo 65. [...] O trabalho é desenvolvido por equipe multiprofissional e tem por objetivo resgatar, preservar e qualificar potencialidades, prevenir e reverter o processo de institucionalização, favorecer o exercício da cidadania, através de ações que estimulem a iniciativa, o poder de decisão, o senso de responsabilidade e a individualidade, ampliando sua relação com a comunidade, tendo como consequência a melhoria da qualidade de vida (SÃO PAULO, 2013, p.25 b).

A finalidade do S.R.T, descrito acima, vislumbra o regresso à vida social daqueles que tiveram os vínculos afetivos totalmente rompidos, devido aos longos anos de internação e subordinação a uma política de saúde mental excludente e segregacionista. Compartilha-se que no período ditatorial brasileiro (1964-1985), muitos foram “depositados” nos hospícios, cujo modelo pautava-se na perspectiva da “punição” e da política higienista. Deste modo, o atendimento prestado tem como meta a qualidade de vida e o resgate da autonomia dos ex-internos, que gradualmente são inseridos em atividades oferecidas no município e região.

Este relato de experiência retrata o exercício profissional das duas assistentes sociais, lotadas na GAIS-II, explicitamente no que tange às buscas da identificação civil original e, consecutivamente, o encontro dos familiares de pacientes que, na maioria das vezes, eram e/ou são reconhecidos somente por apelidos. Partindo desta premissa, destacamos os objetivos do atendimento prestado pelo CAIS-SR aos pacientes das unidades de longa permanência, da Gerência de Atenção Integral à Saúde II e III (GAIS II e III), que:

Artigo 66: [...] oferecem assistência integral à saúde a pessoas institucionalizadas, de ambos os sexos, portadoras de transtorno mental de longa evolução com grau de comprometimento físico e/ou cognitivo importante que limitem consideravelmente

a independência e autonomia para as atividades de vida diária, gerando maior necessidade de cuidados. [...] (SÃO PAULO, 2013, p.25 b).

A GAIS IV responde pelo programa de dependência química através do NAD, buscando atender de forma integral os usuários de substâncias lícitas e ilícitas, primando pela consolidação da rede protetiva de atendimento em prol do pronto restabelecimento dos usuários após a internação e regresso aos seus lares, recebendo acolhimento de familiares e dos programas comunitários de abrangência da DRS de Ribeirão Preto-SP, conforme consta no Regimento Interno do CAIS-SR. O programa oferece ainda assistência hospitalar através do Núcleo Intensivo Álcool e Drogas (NAD), cuja missão de acordo com o regimento, no:

Artigo 70. CAPS-AD – atende em regime ambulatorial, pessoas portadoras de transtorno de comportamento do uso indevido de substâncias psicoativas referenciadas pela rede de serviços de saúde ou por demanda espontânea dos municípios que compõe o DRSXIII – Ribeirão Preto e municípios pactuados do DRSIII – Araraquara. Tem como objetivo prevenir e reduzir danos sociais e à saúde, motivar para o tratamento, fortalecer as redes sócio familiares e propiciar o retorno ao convívio social saudável (SÃO PAULO, 2013, p.26 b).

O programa de saúde mental também conta com a equipe multidisciplinar inserida do CAPS II que tem como propósito central evitar as internações, mesmo que esporádicas, através de atendimentos rotineiros com médicos clínicos e psiquiatras, dentre outros profissionais como: Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Enfermeiros, Psicólogos, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem. Neste intuito preza-se pela inclusão, ampliação da autonomia, preterindo as internações, que favoreceram no passado que muitos fossem esquecidos nos “porões e masmorras manicomiais”.

Artigo 71. CAPS Espaço Verde é um serviço extra-hospitalar de atenção psicossocial, referencia no tratamento e acompanhamento ambulatorial de pessoas que apresentam transtorno mental severo e persistente a partir de 13 anos de idade. Visa articular e integrar a rede de saúde mental nos três níveis de atenção e trabalhar a responsabilização compartilhada dos casos junto às equipes dos serviços de saúde dos municípios de DRS – XIII – Ribeirão Preto (SÃO PAULO, 2013, p.26 b).

A GAIS V coordena o programa de saúde mental, Núcleo de Atenção Integral à Crise (NAIC) assegura o tratamento humanizado para os portadores de transtorno mental em crise, objetivando após a transitória internação na fase aguda da doença que o tratamento seja acompanhado em ambulatório em companhia de seus familiares, para que não se rompam os vínculos afetivos entre ambas as partes.

Artigo 72. O Núcleo de Atenção Integral à Crise presta atendimento especializado em regime de internação de curta permanência a pessoas portadoras de transtorno mental, em situação de risco para si e para terceiros, no território de abrangência do DRSXIII – Ribeirão Preto. Tem por objetivo a remissão da crise e o encaminhamento para tratamento ambulatorial no município de origem (SÃO PAULO, 2013, p.26-27 b).

Após os dados delimitados sobre os atendimentos prestados pelo órgão público estadual, pontua-se que, atualmente, canalizam-se as ações para a busca da possibilidade do regresso dos internos aos lares de seus familiares e, para aqueles que não têm onde se reintegrarem, o CAIS-SR oferece a possibilidade da inserção nos Serviços de Residências Terapêuticas. Diante das duas vertentes, identifica-se que são práticas enobrecedoras, com vistas a consolidar a

cidadania dos portadores de transtorno mental, que por anos foram “desprovidos” do convívio social, cultural e econômico deste país.

EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL ASSISTIDA DO CAIS-SR, A BUSCA DA CIDADANIA APÓS LONGOS PERÍODOS DE INTERNAÇÃO: QUEM SOU EU?

“Os doentes mentais são como beija-flores. Nunca pousam. Estão sempre a dois metros do chão.” (Bispo do Rosário).

Diante do lema: “Cuidar não é trancar!”⁴ fomos contratadas, respectivamente nos anos de: 2010 e 2011. A priori, tivemos alguns questionamentos que foram sendo esclarecidos com o passar do tempo.

Dentre eles: Como “destrancar” aquele onde a sua memória, sua história encontra-se “trancada”, e muito “inerte”, devido os longos anos de internação?

Enquanto profissionais, tivemos como norte nossa bagagem formativa, que muito contribuiu para que se criassem laços solidários, que visavam recobrar a cidadania daqueles seres excluídos do processo social, econômico e cultural. Como?

Primeiramente, tínhamos que acreditar no “possível e impossível”. Muitas palavras ditas... As estórias contadas... Ou, as histórias narradas pelos pacientes... Desta forma, deveríamos crer na possibilidade, levando em consideração cada palavra, ou sílaba pronunciada. Ou, quem sabe frases... Desconexas muitas vezes... Mas, em alguns momentos, uma palavra era embebida de lucidez! Foram estes “fios de lucidez” que nos levaram a desatar alguns “nós”, que traduziram-se: em Encontro e a tão ensinada “Felicidade” .

Para tal, partimos, em todas as circunstâncias, do respeito. Mesmo que as possibilidades fossem remotas, a regra era: “não desistir jamais”...

E assim, iniciamos as incansáveis buscas pelos familiares da maioria dos pacientes do Programa de Reabilitação Psicossocial Assistida. Nestas “investidas” profissionais, os contatos internos e externos ao CAIS-SR, foram de fundamental importância. Dentre eles, destacamos o respeito prestado pelos funcionários da Delegacia de Polícia Civil de Santa Rita do Passa Quatro-SP, os servidores públicos de outros equipamentos que nos auxiliaram no manuseio com os dados disponibilizados em sistemas informatizados, os setores internos deste órgão institucional, a equipe multiprofissional (Auxiliares e Técnicos de enfermagem, Psicólogos, Enfermeiros, Terapeutas Ocupacionais, Médicos Clínicos, Psiquiatras e Fisioterapeutas), Cartórios de Registros Cíveis e as muitas parcerias realizadas com a rede protetiva de atendimento dos municípios “investigados”, como: Assistentes Sociais, Enfermeiros, Psicólogos e principalmente as visitadoras do Programa de Saúde da Família (PSF/UBS – Unidade Básica de Saúde), sendo conhecedoras da maioria das famílias, tanto das pequenas, quanto, das médias e grandes cidades.

Após tais depoimentos, é coerente demonstrarmos um pouco do “exercício profissional” do assistente social. Segundo a característica peculiar daqueles que se dedicam ao Serviço Social, abordaremos preceitos legais que balizam a profissão.

O profissional brasileiro atua de acordo com as leis que a normatizam: Lei nº. 8.662/1993 – que regulamenta a profissão e o Código de Ética Profissional aprovado em 1993,

⁴ Está celebre frase está destacada logo do saguão de entrada do CAIS-SR, sendo explicitada no texto de Pavarini, et al (2004, p. 2), fundamentando nossa reflexão sobre o assunto em voga.

Resolução CFESS, nº. 273/93. Ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Estatuto do Idoso, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) entre outros.

Especificamente, em 2009 um grupo de trabalho de profissionais da área da Saúde formulou o documento: “Os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde”, que delimita minuciosamente nossa prática neste âmbito. Neste documento, visualiza-se a postura profissional, no item 3, sendo: Atuação do Assistente Social na Saúde, que se subdividiram em: Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde; Ações Assistenciais; Ações em Equipe; Ações Socioeducativas; Ações de Mobilização, Participação e Controle Social; Ações de Investigação, Planejamento e Gestão; e Ações de Assessoria, Qualificação e Formação Profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p.4).

O artigo 76 do Regimento Interno do Centro de Atenção Integral à Saúde CAIS-SR, instituído pelo Decreto nº 44.412 de 16/11/1999, delimita as atribuições do Agente Técnico de Assistência à Saúde – Assistente Social:

Elaborar estudos, levantamento de dados socioeconômicos e pesquisa que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração direta e indireta, empresas privadas e outras entidades;
Articular contatos e intercâmbios com recursos da comunidade para viabilização de cursos, participação em eventos sociais, dentre outros;
Organizar e coordenar ações que envolvam a comunidade nos projetos;
Encaminhar providências e prestar orientação social no sentido de identificar e fazer uso dos recursos disponíveis na comunidade;
Propor a viabilização e a garantia de direitos de proteção social dos usuários, bem como a busca pela documentação civil;
Realizar atendimentos individuais e grupais terapêuticos e socioeducativos junto aos usuários e familiares;
Representar ou fazer-se representar enquanto articulador na construção de programas ou projetos na política de promoção social;
Assessorar e subsidiar em assuntos da competência do Serviço Social, outros profissionais da equipe ou da instituição;
Executar registros de dados específicos da área de Serviço Social;
Realizar acompanhamentos terapêuticos;
Supervisionar e/ou participar de visitas terapêuticas aos familiares dos pacientes;
Elaborar relatórios sociais sempre que necessário;
Conduzir situações de óbito de acordo com o Protocolo específico estabelecido na instituição;
Manter atualizado o cadastro dos pacientes no Núcleo de Informação e nas unidades;
Efetuar busca ativa para localização dos familiares;
Realizar atendimentos a pacientes e familiares em parceria com outros familiares em parceria com outros profissionais de acordo com o projeto terapêutico do paciente;
Resgatar vínculos familiares, sociais e trabalhar a família para participar do tratamento (SÃO PAULO, 2013, p. 31-32 b).

No desempenho de nossas atribuições na instituição fomos e somos incentivados a participarmos de cursos de capacitação oferecidos, tanto em âmbito interno quanto externo. Deste modo, busca-se a qualidade no atendimento prestado pelo Serviço Social, sendo está a maneira encontrada para a melhoria do desempenho profissional, oferecido no Programa de Reabilitação Psicossocial Assistida. Diante, de tal fato, Faleiros (2011, p, 89) apreende que:

A prática é particular, ela é específica, ela implica sujeitos com múltiplas determinações no todo. A redescoberta da especificidade é uma questão central da prática profissional,

ao mesmo tempo que extremamente complexa na análise das relações de poder e fragilidade. [...].

Envolvidos pela particularidade da prática profissional e suas vigentes atribuições, muitas vezes o assistente social lotado na psiquiatria sente as fortes “tempestades” emergidas num contexto turbulento, onde constrói e se (re) constrói sua intervenção, que se enfatiza na busca do resgate de valores, independência e autonomia dos pacientes em questão. “Para navegar contra a corrente são necessárias condições raras: espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão”(NISE DA SILVEIRA⁵).

É apropriado considerar que a Reforma Psiquiátrica “caminha” ao lado dos objetivos do Serviço Social, que empunha a bandeira pela “garantia dos direitos sociais aos cidadãos brasileiros”. Ao que Ricardo Aquino (apud PATROCÍNIO, 2001, p. 18) define: “[...] O embate da Reforma Psiquiátrica se passa na cultura, no olhar sobre a diferença e como a sociedade lida com o Outro. É uma luta maior por cidadania e se soma a luta dos deserdados, dos excluídos e dos marginalizados [...]”.

Ao analisarmos os dizeres a que Aquino conclui-se que se refere, ou assemelha-se, à prática interventiva do Assistente Social que vislumbra a equidade, a efetividade e democracia para os excluídos, os “desprovidos” dos mais variados direitos e contextos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Para identificar a relação entre os objetivos da Reforma Psiquiátrica, desencadeada pelo Movimento Antimanicomial e a conduta dos profissionais Assistentes Sociais, em Aldaíza Sposati (1988, p.20 apud SILVA, 2011, p.4), ampliaremos nossos conhecimentos sobre o que é “ser excluído”, ou seja, o que é exclusão? A pesquisadora compartilha que:

A exclusão é uma impossibilidade de poder partilhar, o que leva a vivência de privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.

E buscando reverter ou “contornar” os quadros em que ocorrem as marginalizações sociais, reproduzidas pela exclusão social oriundas das desigualdades sociais e econômicas, entre as décadas de 1970 e 1980, com o “Movimento de Reconceituação”, o Serviço Social adota o marxismo como embasamento teórico, tendo-o como padrão essencial na conduta profissional. Este fato pode ser observado no Código de Ética do Assistente Social (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p.23), que traz em seus princípios fundamentais:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes—autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

[...]

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

[...]

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...].

⁵ SILVA, Nise. **Núcleo de Arte**. Disponível em: <<http://nanisedasilveira.blogspot.com.br/2012/11/para-navegar-contra-corrente-sao.html>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

Deste modo, diante das garantias expressas acima, nas quais o sujeito deixa de ser o “punido” para ser o “elemento principal de suas análises da realidade social”, afirmamos que, se o posicionamento do assistente social preza pela liberdade, justiça social, equidade, universalidade e acesso aos direitos, este profissional torna-se indispensável para as equipes multiprofissionais que atuam com a Política de Saúde Mental no século XXI.

O ponto central da área social na psiquiatria é ressignificar o convívio, criando e (re) criando as possibilidades da desinstitucionalização, promovendo os vínculos familiares e afetivos, através das facetas oferecidas pela instituição, guiando o desvendamento da origem e nomes fictícios dos portadores de sofrimento mental. “Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais” (IAMAMOTO, 2004, p. 64).

Após os dados expostos, que demonstraram os valores institucionais, a prática interventiva do assistente social na saúde, dos representantes do Serviço Social CAIS-SR e as bases legislativas que regem o exercício do profissional, coloca-se um ponto final neste tópico, com a citação de Yamamoto (2004, p.65) ao relatar que o profissional não estuda esperando enriquecer-se, mas com vistas a indignarem-se com as injustiças sociais, econômicas, políticas e culturais brasileiras. Este posicionamento leva os Assistentes Sociais a buscarem estratégias, nas práticas interventivas, muitas vezes desconsiderando os inúmeros obstáculos encontrados nos atendimentos cotidianos.

A insatisfação e a indignação com esta sociedade, cindida por profundas desigualdades, perfila significativas parcelas da categoria, como uma força propulsora que impulsiona o seu envolvimento, com garra e determinação, nos movimentos da sociedade, contrastando com outros segmentos profissionais, que se acomodam ao status quo (IAMAMOTO, 2004, p.65).

CONCLUSÃO

Concluimos que o projeto ético-político do Serviço Social e os objetivos do CAIS-SR se norteiam para a consolidação da cidadania civil da maioria dos pacientes portadores das certidões tardias, sendo autodenominados por nomes fictícios ou apelidos. Detalhamos que, muitas vezes, esta ação torna-se “quase” impossível devido às patologias psiquiátricas e senilidades apresentadas pelos portadores de transtorno mental, mas que não foram impeditivos para que passássemos horas, dias e meses pesquisando nos arquivos (excessos), em sites e/ou sistemas informatizados, em instituições através “de alguns dados oferecidos” pelos pacientes e através de contatos telefônicos com “possíveis familiares”, muitas vezes sem a obtenção de êxito.

Considera-se que os longos anos de internação privaram muitas pessoas de serem portadoras de seus nomes verídicos, escolhidos pelos seus responsáveis, formalizados em registros civis e piás batismais. Como se perderam? Este questionamento deverá ser o alicerce para as intermináveis buscas. Que os acertos sirvam de incentivo para que se acredite na possibilidade de novos (re) começos.

Desta forma, finalizamos este relato de experiência profissional sugerindo que a Secretaria de Saúde use dos meios de comunicação de massa para a proposição de campanhas informativas, ilustradas com fotos e histórias dos portadores de transtorno mental que tenham como objetivo a “busca das raízes históricas”, enfim do paradeiro dos familiares e conhecidos destes seres sociais excluídos da possibilidade do regresso e reencontro com estes seus entes queridos.

Percebe-se que a maioria dos familiares localizados é de baixa renda, fato que apartou os mesmos dos dados disponíveis em sites eletrônicos. Os mais idosos não estão habituados a acessarem as informações contidas na internet, reporte-se então a necessidade da popularização destes dados através da mídia televisiva em rede nacional, meio de comunicação de maior acessibilidade dos brasileiros.

Para tal, as famílias, e as redes protetivas, onde as mesmas estejam inseridas, precisam ser fortalecidas, através da propositura de conhecimentos e competências em respeito ao paciente, em repúdio às injustiças e ações que desagreguem a dimensão social, cultural, familiar, econômica destes sujeitos sociais. Este “ideal profissional”, ou prática interventiva, legitima-se no espaço institucional, em que o assistente social está inserido.

Terminamos este relato de experiência, esperando que seja somente um começo ou recomeço, deste “longo obstáculo a ser rompido”, segundo os dizeres desta frase da médica psiquiatra Nise da Silveira:

Pelo conceito que tenham da loucura, porque se deixem impressionar apenas pelo aspecto miserável, externo do doente, porque não se detenha em observar-lhe pequeninos gestos, sutilíssimos movimentos que deixam transparecer o lado, o outro lado da loucura. Que quando você consegue espiar através de pequenas brechas abertas por estes pequenos gestos, pelas imagens que eles pintam, mostram que do outro lado daquele aspecto miserável, que parece deteriorado, abobalhado, há insuspeitadas riquezas (NISE DA SILVEIRA)⁶.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ricardo. Estrela. In: PATROCINIO, Stela do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue, 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Publicada no *D.O.U. de 9.4.2001*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 29 dez. 2013.

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA. CAIS-SR. **Catálogo do Acervo**. 2013. Disponível em: <<http://museudocais-sr.org/imagens/catalogo.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (versão preliminar)**. 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. **Legislação**. Regulamentação da Profissão. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/legislacao.php>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. **Código de Ética do (a) Assistente Social Comentado**, São Paulo: Cortez/CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2013.

⁶ Extraída da exposição online de **Duda Härle de 14/03/2012 da frase da médica Nise da Silveira** no: <<https://pt-br.facebook.com/Nise.da.Silveira>> Acesso em: 31 de dez. 2013.

Nise da Silveira foi uma psiquiatra brasileira que revolucionou o tratamento para os portadores de transtorno mental, mudando o atendimento prestado, sendo a precursora da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Fonte: <http://www.ccms.saude.gov.br/nise_da_silveira/apresentacao.html>. Acesso em: 31 dez. 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

MELLO, Fernanda Carvalho de Queiroz. **Modelos Preditivos para o Diagnóstico da Tuberculose Pulmonar Paucibacilar**. 2001. 170 p. Tese (Doutorado em Clínica Médica) -Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

PATROCÍNIO, Stela do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue, 2001.

PAVARINI, Sofia C. Iost; BARHAM, Elizabeth Joan; VAROTO, Vania Aparecida Gurian; FILIZOLA, Carmen L. Alves. O idoso no contexto da saúde mental: relato de experiência. 2004. **Texto contexto–enferm.**, Florianópolis, v. 13, n. 4, p. 608-617, dez. 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072004000400014> Acesso em: 29 dez. 2013.

SÃO PAULO (estado). Secretaria Estadual de Saúde. **Regimento Interno do Centro de Atenção Integral à Saúde – CAIS-SR**. Santa Rita do Passa Quatro: Secretaria de Estado da Saúde, 2013 b.

_____. Secretária do Estado da Saúde. **Centro de Atenção à Saúde de Santa Rita do Passa Quatro**. Disponível em: <http://www.cidadao.sp.gov.br/servicos_organosubordinado.php?prest=136>. Acesso em: 26 dez. 2013.

_____. Secretaria Estadual de Saúde. **Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita – CAIS-SR**. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde, 2012. (Folder).

_____. Secretaria de Estado da Saúde. **Coordenadoria de Serviços de Saúde (CSS)**, 2013. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/ses/institucional/coordenadorias/coordenadoria-de-servicos-de-saude-css>>. Acesso em: 29 dez. 2013 a.

SILVA, Isabelly Regina Paiva da. **A banalização da exclusão social de portadores de transtornos mentais em situação de rua na região metropolitana de Belém**. In: III Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Ilegalismos e Lugares Morais I. Fortaleza, 06 a 09 de dez de 2011. **Anais do III Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais**. Fortaleza: EdUFC, 2011.